

REFLEXOS DO *HANDOVER* NA ARQUITETURA EM MACAU
A CONDIÇÃO DOS ARQUITETOS PORTUGUESES



Stephanie de Jesus Rodrigues Torres
Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura
Sob orientação do Professor Doutor Bruno Gil
Departamento de Arquitetura, FCTUC, julho 2018

**REFLEXOS DO *HANDOVER* NA ARQUITETURA EM MACAU
A CONDIÇÃO DOS ARQUITETOS PORTUGUESES**

Stephanie de Jesus Rodrigues Torres
julho 2018

Um enorme agradecimento ao Professor Bruno Gil pelas conversas estimulantes, pelo constante e dedicado acompanhamento ao longo do trabalho e pela confiança depositada nesta problemática. À professora Carolina Coelho pelas horas em que debatemos o tema e pela sua sempre presente disponibilidade.

Aos arquitetos que contribuíram para esta dissertação, em especial Adalberto Tenreiro, Francisco Vizeu Pinheiro, Miguel Campina, Rui Leão, Tiago Quadros e, ainda, Nuno Soares e Jonathan Wong.

A todos os meus amigos que me acompanharam neste desafio. Agradeço em particular à Eduarda Mota e à Patrícia do Vale pela ajuda constante nas sucessivas revisões.

Ao Micael Soares por estar sempre ao meu lado em todos os momentos e pelo incondicional apoio neste percurso.

Por fim, à minha família, em especial à minha mãe, por tudo!

Sumário

1	Resumo
3	Abstract
5	Introdução
	I. Macau, o que era e deixou de ser, o que passou a ser, e o que ainda é
15	1. Território entre culturas
23	Macau em metamorfose, década de 1960
27	Ausência de planeamento urbanístico
35	A Valorização do Património
39	Os Encontros de Macau, 1983
45	2. Macau, <i>Las Vegas Asiática</i>
45	O <i>handover</i> e o fenómeno dos casinos
49	Os americanos em jogo
53	Impacto e reflexos do Sands Macao
57	Cotai <i>strip</i>
61	<i>Gigantescos simulacros</i>
65	Sistemas infraestruturais, os <i>shuttles</i> dos casinos e o Metro Ligeiro
	II. Ser Arquitecto em Macau
77	3. Projetar Macau: práticas e experiências
77	Internacionalização dos arquitetos portugueses
79	Transição de uma <i>arquitetura anónima</i> para a <i>arquitetura de Arquitectos</i>
91	Manuel Vicente, <i>o Arquitecto de Macau</i>
111	4. Perspetivar Macau: transformação e resiliência
111	Globalização dos arquitetos portugueses em Macau
139	Dispersão da cultura arquitetónica portuguesa
159	A ação do arquiteto na contemporaneidade
169	Reflexões Finais
179	Referências Bibliográficas
195	Sumário de Imagens
207	Anexos

Resumo

A presente dissertação visa abordar a condição da prática profissional dos arquitetos portugueses na região de Macau que cresceu de modo radical ao longo dos tempos, focando a influência da transição política do *handover*. O estudo incide em dois contextos distintos: o período compreendido entre a década de 1960 até finais de 1990 e desde o ano 1999 até à contemporaneidade.

A presença portuguesa permaneceu em Macau durante séculos (1557-1999) e estabeleceu fortes ligações culturais entre o Oriente e o Ocidente. Porém, a 20 de dezembro de 1999, a ex-colónia portuguesa passa para a República Popular da China – *handover* –, resultando em transformações políticas, culturais e socioeconómicas significativas na cidade. A partir deste contexto, pretende-se problematizar de que forma a transferência da soberania se refletiu, direta ou indiretamente, no exercício profissional dos arquitetos portugueses. Macau, que se caracterizou pela hibridez cultural luso-chinesa desde a sua fundação, hoje, com a liberalização da indústria do jogo, desenvolve-se com a importação de modelos internacionais. Fator que intensificou as transformações arquitetónicas e urbanas no território. Sobrecarregado por casinos de grande escala, a cidade torna-se no maior destino de *gambling* do mundo, impulsionando um exponencial crescimento económico, demográfico e turístico.

Numa cidade centrada na indústria do jogo, a profissão do arquiteto torna-se muito competitiva pelo confronto com profissionais chineses e internacionais. Não obstante, os arquitetos portugueses que experienciaram o período de transição, o caso de Manuel Vicente, Adalberto Tenreiro, Rui Leão, Miguel Campina e Francisco Vizeu Pinheiro, assim como, os arquitetos contemporâneos que se deslocaram para Macau no contexto pós-*handover*, em resposta às problemáticas emergentes, persistem na continuidade da cultura portuguesa e marcam o território de forma ativa e propositiva através de diversas áreas de ação.

Palavras-Chave: Arquitetura em Macau; *handover* de 1999; globalização; arquitetos portugueses

Abstract

The following dissertation aims to address the professional practice of Portuguese architects in Macao, which has grown radically over the years, focusing on the influence of the political transition known as the handover. This study focuses on two distinct contexts: the period from the 1960s to the late 1990s and from 1999 to the present.

The Portuguese presence remained in Macao for centuries (1557-1999) and established strong cultural links between the East and the West. However, on 20 December 1999, the former Portuguese colony became part of the People's Republic of China - handover – which resulted in significant political, cultural and socio-economic transformations in the city. From this, it is intended to problematize how the transfer of sovereignty was reflected, directly or indirectly, in the professional practice of the Portuguese architects. Macao, which has been characterized by the Luso-Chinese cultural hybridity since its founding, is developed with the importation of international models today, with the liberalization of the gaming industry. This factor intensified the architectural and urban transformations in the territory. Overloaded by large-scale casinos, the city became the largest gambling destination in the world, boosting exponential economic, demographic and tourism growth.

In a city centered on the gaming industry, the job of architects becomes very competitive by confronting Chinese and international professionals. Nevertheless, the Portuguese architects who experienced the transition period, such as Manuel Vicente, Adalberto Tenreiro, Rui Leão, Miguel Campina and Francisco Vizeu Pinheiro, as well as the contemporary architects who moved to Macao in the post-handover context, in response to the emerging problems, persist in the continuity of Portuguese culture and mark the territory in an active and propositive way through several areas of action.

Keywords: Architecture in Macao; handover of 1999; globalization; Portuguese architects



Figura1. Perspetiva panorâmica da cidade de Macau.

Introdução

A experiência no Oriente, o contacto com um mundo de contextos e vivências tão contrastantes, o percorrer as ruas de Macau e descobrir diversificadas sobreposições de camadas culturais e arquitetónicas que compõe a cidade, traduziram-se no principal estímulo motivacional para refletir o papel do arquiteto perante esta condição de cidade globalizada. Macau permaneceu sob administração lusa desde 1557 até ao final do século XX, o que resulta numa fusão de culturas chinesas e portuguesas, acentuando a pertinência da reflexão da ação dos arquitetos portugueses neste contexto.

Macau progrediu exacerbadamente ao longo dos anos, sobretudo após o *handover* de 1999 num território sob administração chinesa. Em 2002, com a decisão estratégica da liberalização da indústria do jogo, toda a conjuntura da cidade fica comprometida. Hoje, a cidade com maior densidade populacional do mundo prioriza um sistema altamente capitalista, onde a valorização da arquitetura é constantemente colocada em causa. Num palco dominado pelos casinos hiperbólicos, em que a densidade urbana desafia qualquer bom senso, é cada vez mais pertinente refletir a ação arquitetónica e urbanística neste tipo de condição. Como estudante de arquitetura, a escolha do tema pendeu para a análise da relação entre o poder político e a arquitetura em Macau, de que forma as vicissitudes originadas pela vontade de uma rápida evolução económica condicionam a prática profissional dos arquitetos.

Em observação à produção arquitetónica, incidindo sobre os fatores externos que condicionam o exercício profissional, é pertinente perceber se os arquitetos portugueses salvaguardam uma cultura e linhas de aprendizagem de raiz ocidental e estimulam uma vontade que extrapole os interesses capitalistas, privilegiando o valor social e coletivo. Numa perspetiva pluridisciplinar, pretende-se como principal objetivo compreender de que forma a prática de projeto foi influenciada pelas acentuadas transformações na cidade, e de que forma se adaptaram e afirmaram o seu papel.

Como primeira abordagem é necessário contextualizar Macau em dois momentos distintos, entre a década de 1960 até finais de 1999 – período pré-*handover* – e desde 1999 até à contemporaneidade

– período pós-*handover* – de forma a compreender as transformações políticas, culturais e socioeconómicas que marcaram a história da cidade. À luz de uma leitura geral sobre os dois contextos, pretende-se refletir o estado atual da profissão dos arquitetos portugueses em Macau, com base na problematização das questões-chave: *Como era Macau no período antes de 1999 e quais os reflexos do handover na arquitetura? Até que ponto as mudanças de paradigma na cidade influenciaram, direta ou indiretamente, a prática profissional dos arquitetos portugueses?*

Para responder a estas problemáticas, é necessário obter uma panóplia de perspetivas em relação aos percursos profissionais dos arquitetos portugueses nas diferentes circunstâncias. Neste sentido, numa primeira instância, estudar-se-á a prática profissional da primeira geração de arquitetos da década de 1960. Ainda num contexto pré-*handover*, abordar-se-á as sucessivas gerações de arquitetos que permaneceram em Macau após a transição política do *handover*. Num segundo momento, pretende-se compreender a ação dos arquitetos no panorama pós-*handover* que, por experienciarem a realidade de Macau nos últimos anos, estabelecem uma visão distinta dos arquitetos pré-1999 em relação às transformações que ocorreram na cidade. Os arquitetos portugueses em Macau apresentam-se na presente dissertação como casos de estudo, vinculados a diferentes perfis e espectros de ação - produção arquitetónica, intervenções no planeamento urbano e de âmbito cultural, património e ensino. Para a reflexão do estado atual da profissão em Macau, não se seguiu uma abordagem metodológica quantitativa, numa perspetiva anónima e estatística, devido à inexistência de dados que informassem sobre a problemática em causa. Pretendia-se direcionar a investigação para uma abordagem próxima e etnográfica que revelasse experiências particulares. Não se considera como principal objetivo deduzir uma leitura globalizante sobre a condição do arquiteto em Macau, mas induzir percursos que, pela sua autonomia, contribuem para clarificar circunstâncias desta condição num panorama geral e dos arquitetos portugueses em específico.

O contacto com o território de Macau proporcionou um maior conhecimento sobre o objeto em estudo. A par da experiência macaense, o processo de investigação seguiu-se por uma extensiva recolha bibliográfica pertinente para se efetuar uma *timeline* historiográfica dos períodos pré e pós-*handover* e compreender a evolução da cidade, assim como, analisar o momento político de

transição e as suas repercussões na atual Macau. O recurso a publicações periódicas mostrou-se fundamental para perceber a produção arquitetónica de Macau no período temporal em estudo. A experiência e o percurso profissional dos arquitetos portugueses em Macau são a questão-chave no desenvolvimento desta investigação. Neste sentido, o recurso a textos críticos publicados em revistas e jornais locais, foram relevantes ao longo do processo de trabalho. Para além do estudo teórico, para consolidar a investigação, foi imperativo o uso de fontes primárias: entrevistas aos arquitetos portugueses do contexto pré e pós-*handover*. Face aos objetivos anteriormente traçados, este método foi essencial para a investigação, mais do que o recurso ao inquérito. Os testemunhos demonstraram extrema relevância, na medida em que, se conseguiu extrair dados concretos sobre o processo de trabalho, a natureza da encomenda, os tipos e dimensões de obras, nos dois períodos. Este contacto direto permitiu refletir sobre os diferentes pontos de vista da profissão do arquiteto na atualidade.

Estruturalmente, a dissertação divide-se em duas partes. A primeira visa uma contextualização da cidade de modo a compreender a sua evolução e as mudanças a nível político, económico, social e cultural até à contemporaneidade – *Macau, o que era e deixou de ser, o que passou a ser, e o que ainda é*. Esta abordagem subdivide-se em dois grandes períodos, primeiro, o momento anterior à transição política que reflete as diferentes sedimentações culturais, cruzando temas como o planeamento urbano, a valorização do património e o debate arquitetónico – *Território entre culturas* – e o segundo que retrata o contexto pós-*handover* e a consequente problematização dos processos do *handover* e da instalação dos casinos resultante da liberalização da indústria do jogo e, ainda, os sistemas infraestruturais da cidade, como é o caso do Metro Ligeiro – *Macau, Las Vegas Asiática*. A segunda parte incide sobre a prática da profissão da arquitetura num panorama geral e dos arquitetos portugueses em específico – *Ser Arquiteto em Macau*. Para a concretização desta análise, fazemos num primeiro momento uma reflexão sobre *Projetar Macau: práticas e experiências*, onde é abordada a importância da ação arquitetónica numa cidade que necessitava de desenho urbano e a transição de uma cultura arquitetónica na perspetiva da primeira geração de arquitetos portugueses no território, com destaque para “*o Arquitecto de Macau*” – Manuel Vicente –, uma figura de charneira e referência para alguns arquitetos abordados no segundo

momento – *Perspetivar Macau: transformação e resiliência*. Na sequência das experiências pré-1999, explora-se a *dispersão da cultura arquitetónica portuguesa* ao longo dos anos, assim como, a crescente desvalorização do papel do arquiteto na conjuntura atual, focando o *handover* e a imposição política do mercado do jogo como prática central. Ulteriormente, é abordada a *ação dos arquitetos na contemporaneidade*, a vontade de superação e a resiliência perante um contexto complexo. O estudo é realizado a partir de uma leitura necessariamente embrionária, pela falta de distanciamento temporal e por se reverem num conjunto de experiências plurais e atuais, de entre as quais pudemos contar com o testemunho de Adalberto Tenreiro, Francisco Vizeu Pinheiro, Miguel Campina, Rui Leão e, mais recentemente, Tiago Quadros, a partir das suas próprias leituras sobre o que é ser arquiteto em Macau.

Em síntese, a presente dissertação pretende problematizar a cidade de mais de quatrocentos anos de cultura portuguesa que tem vindo a crescer de forma contínua desde os anos 1960, e explosivamente sob soberania chinesa após 1999, onde o valor da arquitetura é ofuscado pelos casinos dominantes no *skyline* de Macau. Perante esta nova realidade, é pertinente o estudo da prática arquitetónica dos arquitetos portugueses nos distintos contextos, na medida em que se pretende uma reflexão sobre as continuidades ou divergências no exercício profissional, perspetivando as diversas adaptações e contribuições nas diferentes áreas de ação.

I. Macau, *o que era e deixou de ser, o que passou a ser, e o que ainda é*

1. Território entre culturas

«Quem passa um dia na China escreve um livro, quem passa um mês escreve um artigo, quem passa um ano parte o lápis.»¹

A China é um lugar de experimentalismos, um lugar de constantes inovações, um lugar cheio de diversidade ideológica. A China é, por tudo isto e por toda a sua história, um mundo de complexidade cultural. O olhar da China sobre Macau é um exercício muito interessante e a visão inversa é igualmente fundamental. No passado, a China era um mundo mais ‘fechado’ e em Macau não se fazia sentir o pensamento dos chineses sobre os macaenses. O processo de incorporação foi vagaroso. Não obstante, com as alterações circunstanciais a opacidade vai-se dissipando e, hoje, estabelece-se um diálogo mais transparente entre os ‘dois mundos’.

A forte ligação China – Macau dependeu fundamentalmente da cooperação iniciada pela China com os países de língua portuguesa através de um fórum de discussão, uma medida que refletiu em Macau um impacto positivo. Nas palavras do arquiteto Rui Leão, “percebe-se que há uma vontade muito grande de perceber o outro, de perceber e jogar com isso”². Foi-se construindo uma confiança única e mútua entre os macaenses e os chineses, e a China estabeleceu um forte e ativo envolvimento nas evoluções urbana, económica e social da urbe de Macau, no pós-*handover*.

O “jogo de sedução”³ acontece de parte a parte. Macau resultou da conotação da história e da “sensibilidade chinesa”⁴. De igual forma, a China beneficiou do contacto de Macau com o mundo exterior – o primeiro entre o Oriente e o Ocidente –, valorizando a autenticidade e o experimentalismo desta relação. Como confia Rui Leão, é perceptível esta importância da presença portuguesa na forma como “o património arquitetónico de Macau é capaz de ser mais importante simbolicamente para muitos chineses eruditos da China do que propriamente para um chinês de Macau, porque representa essa ideia do encontro da China com o Ocidente. E, portanto, isso tem uma grande autenticidade que só pode existir em Macau”⁵. A estreita relação

¹ Rui Rocha *apud* José Romano, “O império da China”, *Arquitectura 21 Macau 1999-2009*, n.º10, 2010, p.21.

² Entrevista Rui Leão, 18 outubro 2017.

³ *Ibidem*.

⁴ Michel Toussaint, “Dois números do JA sobre Macau”, *Jornal Arquitectos*, n.º162, 1996, p.6.

⁵ Entrevista Rui Leão, 18 outubro 2017.



Figura 2. Localização da Região Administrativa Especial de Macau na China.

que os une, uma confiança conquistada ao longo dos séculos, é demonstrada pela forma como a transição ocorre pacificamente. Ao contrário de Hong Kong que se revelou um processo político conflituoso⁶. Há, sem dúvida, uma valorização mútua que resulta numa fusão de complexidade.

Por se tratar de um contexto distinto e em constante competitividade no processo de modernização, a arquitetura passou a adquirir um papel essencial. Em paralelo a esta necessidade de produção arquitetónica, o arquiteto procura nas cidades asiáticas novas experiências, motivado por um mundo tão diferente e fascinante. A complexidade do quadro urbano tornou Macau num lugar ‘apetecível’ aos arquitetos, sobretudo portugueses. De facto, criaram-se sintonias fascinantes com o território dada a inquestionável diferença e dinamismo: “Macau é afinal hoje uma experiência única quer para o colectivo luso, quer para os cidadãos portugueses que por lá passam ou querem passar, uns meses, uns anos ou até o resto das suas vidas”⁷.

Um pequeno território situado no estuário do Rio das Pérolas, no sul da China, perto de Hong Kong e Cantão, Macau foi inspirado no “Modelo da Cidade Portuguesa da Expansão”⁸. Trata-se de um exemplo original, marcado pela longa permanência na administração lusa desde 1557 até ao final do século XX e pela complexidade cultural portuguesa concomitante com vivências e culturas chinesas.

«Para bem compreender a expressão e personalidade urbana e arquitectónica de Macau, há que inserir a cidade no contexto da “grande família” histórico-geográfica a que pertence: a das pequenas cidades transatlânticas, litorais e portuárias, de origem e/ou influência portuguesa, desenvolvidas e espalhadas pelo mundo a partir do século XV [...]»⁹

Durante três séculos, Macau era o único ponto comercial privilegiado entre o Ocidente e a China. Contudo, em 1843, a conquista de Hong Kong pelos ingleses originou um acelerado crescimento e dinamismo da cidade através de empreendimentos internacionais, causando efeitos negativos

⁶ “Contrário ao conflituoso processo de transição política em Hong Kong, é geral e quase unanimemente aceite que o processo de transição de Macau para China e a sua integração na região em que se encontra inserida tem sido marcado pela quase total ausência de conflitos, isto é, tem sido essencialmente uma transição pacífica.”

Moisés Silva Fernandes, “O comportamento português perante a transição política e a integração regional de Macau na região do Rio das Pérolas”, *Administração*, n.º36, 1997, p.529.

⁷ Michel Toussaint, [op. cit.], p.6.

⁸ José Manuel Fernandes, Maria de Lurdes Janeiro, “Introdução e enquadramento: a cidade portuguesa da Expansão, modelos e Macau”, in *Macau: Cidade, Território e Arquitecturas*, 2015, p.22.

⁹ José Manuel Fernandes, Maria de Lurdes Janeiro, “Enquadramento histórico e evolução urbana”, in *Macau: Cidade, Território e Arquitecturas*, 2015, p.11.



Figura 3. Macau nos finais do século XVI. Figura 4. Macau na atualidade.

na construção e expansão da urbe de Macau¹⁰. A estabilidade constatada até ao momento foi posta em causa e, “a cidade portuguesa passou, assim, de uma situação privilegiada a uma posição de dependência”¹¹. Em resposta à prosperidade de Hong Kong, o governador Ferreira do Amaral¹² delibera pela primeira vez, em 1847, a legalização do jogo que, oficializado em 1886, desencadeou a principal atividade impulsionadora da economia de Macau até à contemporaneidade. Fator que influenciou as necessidades arquitetónicas da cidade, conseqüentemente, a prática profissional dos arquitetos portugueses a trabalhar no território.

Macau desenvolveu-se a um ritmo lento e apresentou-se com uma imagem homogénea ao longo da sua história sem alterações significativas nos limites territoriais até finais do século XIX: “sem sombra de dúvida foi o século XX que mais demarcou Macau – *por o que era e deixou de ser, por o que passou a ser, e por o que ainda é*”¹³. São, de facto, os primórdios de Novecentos que marcam a história de Macau pelas sucessivas transformações urbanísticas e infraestruturais, sobretudo através de diversos planos de expansão conquistados ao mar – os aterros ou *land reclamation*. A propósito deste desenvolvimento urbano, José Manuel Fernandes afirma que é já no início do século que surgem os “maiores aterros – e com maior significado de todo o século XX como suporte de nova arquitectura”¹⁴, os aterros da ZAPE (Zona dos Aterros do Porto Exterior), nos anos 1920, e os aterros da Baía da Praia Grande, iniciados nos anos de 1938-1946. Verifica-se, também, o surgimento do traçado da Avenida Almeida Ribeiro (projeto de 1910-1920) que articula o Porto Exterior e o Porto Interior e que se transforma no primordial eixo comercial da cidade. Conseqüentemente, “um intenso – e talvez excessivo”¹⁵ procedimento de revitalização da malha urbana proporcionou um aumento da concentração ocupacional da península e das ilhas. É pertinente salientar que, consoante as circunstâncias e as necessidades ao longo dos tempos, os aterros surgem com finalidades distintas. No período de 1890-1930, pretendia-se potenciar a cidade de Macau dada a competitividade com Hong Kong. Posteriormente, recorre-

¹⁰ “A partir de meados de Oitocentos, tudo o que se passa em Hong Kong tem profundos reflexos em Macau, bem evidentes na reconstrução da cidade e na sua expansão através de novos aterros e no equipamento portuário e urbano.”

Maria Calado, Maria Clara Mendes, Michel Toussaint, “Macau – da Fundação aos anos 70”, *Revista de Cultura*, n.º34, 1998, p.127.

¹¹ *Idem*, p.110.

¹² Governador de 1846 a 1849, ano do seu falecimento.

¹³ Mário Duque, “Macau e o Desejo do Tempo Anacrónico”, *Jornal Arquitectos*, n.º163, 1996, p.25.

¹⁴ José Manuel Fernandes, “Macau, entre os séculos XIX e XX – Urbanismo e Infraestruturas de 1820 e 1920”, *Revista de Cultura*, n.º35/36, 1998, p.80.

¹⁵ *Idem*, p.85.

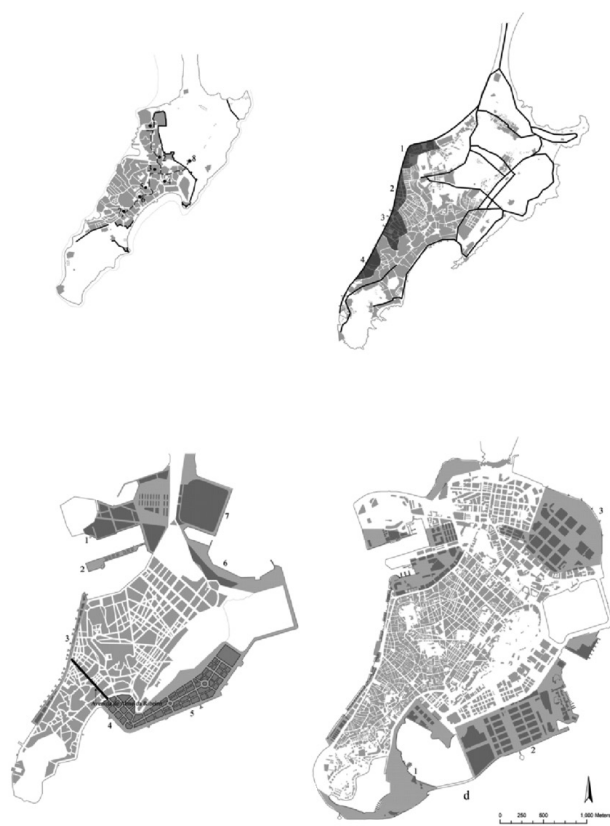


Figura 5. Evolução urbana da península de Macau, 1830-2010.

se à expansão territorial devido ao explosivo crescimento económico e demográfico influenciado pela indústria do jogo.

A então ‘pequena’ urbe de Macau inicia um rápido processo de expansão (figura 5), por consequência da escassez territorial, consciencializando-se de uma futura dinamização da cidade através de grandes empreendimentos e, conseqüentemente, de um aumento exponencial da densidade populacional. Contudo, por diversos fatores político-económicos e devido à segunda guerra mundial, diversas zonas ficaram ao abandono durante várias décadas – até aos anos 1980 – e foram apropriadas pela população menos privilegiada através de “habitação informal”¹⁶. O planeamento urbano ao longo deste período era praticamente inexistente e a intervenção de arquitetos dava-se excecionalmente, pois era uma “profissão *desconhecida* e pouco aceite”¹⁷.

Relativamente ao impacto das transformações na imagem da cidade até aos anos 1960, José da Silva Maneiras constata que “em tal enquadramento a cidade expandiu-se (em termos de espaço físico e demográfico) e renovou-se, pontualmente por substituição de edificação no seu tecido urbano antigo, sem quebra da sua imagem, da sua vivência histórica e da composição do seu tecido sociológico”¹⁸. De facto, a falta de apoio e dinamismo do Estado Novo, a guerra entre a China e o Japão e a segunda guerra mundial tiveram profundos reflexos na cidade entre os anos 1930 e 1960. Instala-se, assim, um período de instabilidade em Macau a nível económico e, portanto, não se verificaram alterações significativas na cidade no domínio de ordenamento territorial. Neste período, apenas foram implementados projetos em desenvolvimento ou que tinham sido aprovados no período anterior. Destes últimos, salientam-se os aterros da Praia Grande e do Porto Exterior¹⁹ que, iniciados no início do século XX, tinham como objetivo serem ocupados por comércio, serviços com qualidade e hotéis, em resposta ao crescimento turístico. No entanto, estes planos apenas foram realizados nas décadas de 1960 e 1970²⁰, um período de crescimento e de mudança no paradigma na cidade. Desenrola-se na década de 1960, em Macau, uma constante e repentina metamorfose.

¹⁶ José Maneiras, “Planos e regras urbanísticas em Macau”, *Jornal Arquitectos*, n.º162, 1996, p.12.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ Maria Calado, Maria Clara Mendes, Michel Toussaint, [*op. cit.*], p.131.

²⁰ *Idem*, p.144.

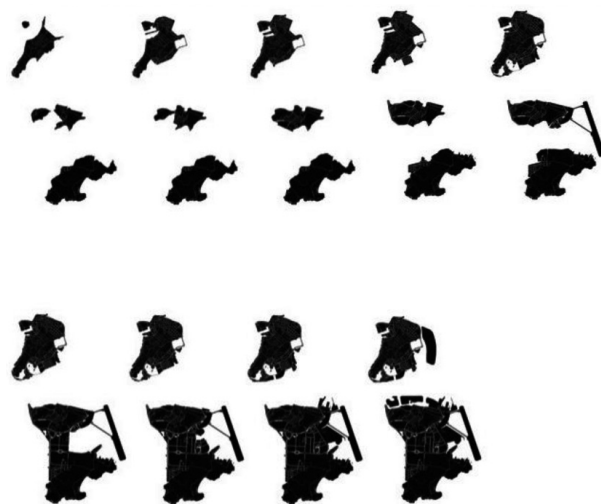


Figura 6. Evolução da morfologia urbana da península de Macau e ilhas adjacentes, 1915-2040.

Macau em metamorfose, década de 1960

«Não é nenhuma surpresa para as gerações mais velhas. No entanto, para os mais jovens, imaginar a Macau do antigamente pode ser um exercício difícil. Os edifícios não tinham mais de dois andares. Os turistas chegavam ao fim-de-semana, muito discretamente, num número tão reduzido que pouco ou nada alteravam o ritmo da cidade. As viagens entre o território e Hong Kong faziam-se em três ou quatro horas, apenas três ou quatro vezes por dia. O jogo, elemento sempre presente na cultura local, não era atracção turística. [...] São memórias a preto e branco que remontam ao princípio dos anos 1960. Entretanto, eis que o destino da cidade dá uma reviravolta»²¹.

A década de 1960 apresenta um panorama distinto da “Macau do antigamente”. As convulsões político-económicas mundiais, que se refletiram a nível local, traduziram-se em transformações acentuadas no território. Este novo rumo na vida de Macau justifica-se pelo aumento de infraestruturas industriais e do acentuado número de turistas, consequência da exploração do jogo.

Entre 1960 e 1981, segundo o recenseamento, verificou-se um aumento de 169 299 para 280 000 habitantes²². Em consequência, vigora na cidade um regime de substituição dos edifícios degradados por edifícios novos e autónomos. Devido à escassez de terrenos disponíveis no tecido urbano antigo, a edificação desenvolve-se, na sua maioria, em altura, “indiscriminadamente e sem qualquer programa global”²³. Contudo, isto não invalida que a expansão territorial através de aterros não estivesse a ser pensada, pelo contrário, “de facto, não estavam ainda ocupadas as novas áreas urbanas, já os relatórios sobre as obras dos portos interior e exterior consideravam esta possibilidade”²⁴. Na prática, estas alterações eram de baixa qualidade e contribuíram para uma metamorfose do *skyline* da cidade, retirando o seu carácter identitário construído ao longo dos séculos²⁵. A nova condição de crescimento originou a necessidade de soluções urbanas e arquitetónicas qualificadas para garantir uma melhoria na vida da população. Perante esta

²¹ José Maneiras *apud* Alexandra Lages, “O edifício que fazia sombra à Guia”, *Tai Chung Po* (em português), 18 janeiro 2008.

²² Maria Calado, Maria Clara Mendes, Michel Toussaint, [*op. cit.*], p.144.

²³ *Idem*, p.132.

²⁴ *Idem*, p.144.

²⁵ “Como resultado prático destas regras advém que o esforço de mudança se exerceu sobretudo nas zonas antigas (edifícios até 5 pisos) com maximização de aproveitamento de terrenos de pequena área e configuração irregular, alteração da paisagística urbana, crescimento em altura, alterando inexoravelmente a textura e imagem urbana de Macau, que perdeu qualidade e o seu carácter duma urbe consolidada através de séculos.”

José Maneiras, “Planos e regras urbanísticas em Macau”, *Jornal Arquitectos*, n.º162, 1996, p.12.



Figura 7. Vista de Taipa para a península de Macau, anos 1970.
Figura 8. Hotel Casino Lisboa [lado direito da imagem]. Figura 9.
Postal de Macau - Hotel Casino Lisboa.

circunstância, na necessidade de novos equipamentos e infraestruturas, proporciona-se em Macau a oportunidade de trabalhar, tanto no setor público como privado. Resulta, desta forma, o primeiro movimento migratório de arquitetos portugueses para a cidade, entre os quais Manuel Vicente, José Maneiras, Chorão Ramalho, Henrique Mendia e Natália Gomes.

Em 1962, é concedida à Sociedade de Turismo e Diversões de Macau (STDM), liderada por Stanley Ho, o direito do monopólio dos casinos. Privilegiando das alterações substanciais manifestadas no território e usufruindo do poder de ser a única concessão em jogo, a STDM investe no primeiro casino de Macau, o Hotel Casino Lisboa (figuras 7-9), obra de Liang Tat Man: “a partir daí, começou a ganhar corpo a urbe como hoje a conhecemos”²⁶. Inaugurada em 1970, representa um ícone em Macau e desencadeou um impacto profundo na imagem da cidade, o início de uma autêntica imagem de *gambling destination*, impactando Macau tanto no setor do jogo como na expansão territorial. Estrategicamente posicionado nas ruas principais da cidade, o Lisboa ocupa um quarteirão junto ao mar e prevalece sobre qualquer outro edifício de Macau devido às suas exacerbadas dimensões. O arquiteto José Maneiras reflete acerca do impacto que o Hotel Casino Lisboa teve no território e recorda que “[...] era demais para aquilo que havia na época. Chegava-se à Penha, olhava-se para a Baía e via-se ali um monstro, que visualmente quase fazia concorrência à colina da Guia, embora não a obstruísse”²⁷.

O icónico Hotel Casino Lisboa, pela sua irreverência e sucesso, despertou interesse em novos investimentos. Desde então, foram vários os casinos construídos na península pela STDM de forma a criar massa crítica. Surge, deste modo, na Zona de Aterros do Porto Exterior (ZAPE), localizado no sudeste da península, a possibilidade de construção de novos hotéis²⁸. Os limites territoriais são ultrapassados de forma exponencial e contínua, a estrutura urbana da cidade altera-se profundamente e “eis que o destino da cidade dá uma reviravolta”²⁹. Porém, em 1966, Macau enfrenta um período de estagnação que se prolonga até inícios de 1970 com a Revolução

²⁶ “A Sociedade de Diversões e Turismo de Macau (STDM) comandada por Stanley Ho, jovem e cheio de projectos, arrebata o monopólio do jogo. A primeira grande obra do grupo empresarial foi a construção do Hotel Lisboa. A partir daí, começou a ganhar corpo a urbe como hoje a conhecemos.”

Alexandra Lages, “O edifício que fazia sombra à Guia”, *Tai Chung Po* (em português), 18 janeiro 2008.

²⁷ José Maneiras *apud* Alexandra Lages, “O edifício que fazia sombra à Guia”, *Tai Chung Po* (em português), 18 janeiro 2008.

²⁸ Alexandra Lages, [*op. cit.*], 18 janeiro 2008.

²⁹ *Ibidem*.

Cultural na China. A crise reflete-se nas encomendas de natureza pública e privada dos projetos de arquitetura, o que leva a que muitos dos arquitetos portugueses que, no início da década de 1960 tinham viajado para Macau, abandonem o território. Não obstante, alguns arquitetos voltam anos mais tarde.

A mudança dá-se no final dos anos 1970 e inícios de 1980. Um surto na construção civil instala-se na cidade. A par do *boom* nos investimentos construtivos, no período pós-25 de abril, chega a Macau uma população considerável de arquitetos provenientes de Portugal e das ex-colónias africanas. Em concomitância com esta fase de euforia construtiva seria de esperar que Macau se desenhasse segundo uma lógica de planeamento urbano. Mas a realidade em Macau era outra.

Ausência de planeamento urbanístico

«Vivia-se em Macau uma época de mudanças. É claro que não somos contra as mudanças; viver é mudar todos os dias – todos sabemos disso. Só que nas mudanças rápidas cometem-se mais erros do que nas que são fruto de um lento evoluir orgânico. E esta de Macau não foi rápida, foi explosiva, um espantoso desmoronar da cidade, bairro a bairro, rua a rua, casa a casa.»³⁰

O desenho da cidade de Macau é o espelho do descontrolado desenvolvimento urbano e arquitetónico, resultado de um acelerado crescimento económico. A esta destruição urbana acresce a ineficácia dos quadros administrativos em disciplinar planos e regras de construção que serviriam de modelo para ações futuras. Demonstra-se em Macau, portanto, uma evidente ausência de planeamento urbano.

O forte desenvolvimento da construção civil, nos anos de 1970 e 1980, repercutiu-se negativamente na imagem da cidade, no modo acelerado como as construções penetraram indiscriminadamente, sobretudo no núcleo histórico de Macau, por obras de não arquitetos. De facto, a percentagem de arquitetos a intervir num território com sensivelmente um milhão de habitantes no período do 25 de abril era realmente baixa. Apenas dois arquitetos³¹ exerciam

³⁰ Francisco Figueira, “Macau e a defesa do seu património”, *Arquitectura Portuguesa*, n. °12, 1987-1988, p.75.

³¹ “Até ao 25 de Abril Macau viveu sempre governada a 15.000 quilómetros de distância, nela se mantendo apenas um esboço adormecido de administração. E basta dizer que, aquando o 25 de Abril, havia apenas dois arquitectos nas estruturas do Governo - para uma cidade que tinha quase um milhão de habitantes!”



Figura 10. Maqueta do Plano da Praia Grande e do Plano dos Novos Aterros do Porto Exterior (NAPE). Figura 11. Plano da Praia Grande.

sob administração do governo e, obviamente, este fator reflete-se com grande notoriedade no desenho da cidade ao longo dos anos posteriores. Diz-nos José Lamas que “em poucos anos a antiga estrutura urbana de Macau, de grande coerência, e qualidade urbanística e arquitectónica, foi totalmente esventrada e rompida em todos bairros e zonas, com novas e grandes construções cuja implantação e volume desafiam qualquer bom senso urbanístico e arquitectónico”³².

Ainda assim, os anos 1980, foram palco de diversas mudanças na cidade de forma a aliviar a pressão imobiliária que se sentia. Refira-se o período do governo do Almirante Almeida e Costa (1981-1986) que, consciente dos problemas existentes, se esforça por reorganizar os quadros administrativos a nível de habilidade e competência de intervenção. Devido à diversidade de interesses, seria inexecutável um Plano Diretor, no entanto, foram propostos diversos planos de ordenamento parciais que viriam a ocupar zonas existentes e zonas em expansão territorial, com o propósito de os articular futuramente como se de um todo se tratasse. Esta última intenção nunca foi posta em prática porque a diversidade na conceção dos diferentes planos tornava o exercício impraticável. As presumíveis alterações obrigavam a decisões que colidiam com interesses de ordem económica. Afirma Miguel Campina que “sem dúvida foram exercícios particularmente relevantes, na medida em que o esforço posto no pensamento sobre temas como a preservação de certas zonas históricas e o modo de expandir a área passível de ser construída, foi feito de modo bastante cuidadoso, com grande empenho das equipas e com fortes convicções profissionais”³³.

Para a elaboração dos planos, datados dos anos 1982-1983, foram convidados alguns arquitetos portugueses. Destacam-se o Plano dos Novos Aterros do Porto Exterior (NAPE) (figura 10) e o da Areia Preta, do arquiteto Álvaro Siza; o Plano da Avenida Almeida Ribeiro, do arquiteto Fernando Távora; o Plano da Praia Grande (figura 11) e o Plano da Colina da Guia, elaborados pelo arquiteto Manuel Vicente. Apesar de servirem de referência para reestruturar a cidade, a maioria dos planos não eram publicados. O seu cumprimento estava limitado pela eventual necessidade do poder político. Quando os planos não são oficialmente passados a corpo de lei, permitem uma flexibilidade para serem alterados conforme as vantagens implícitas a cada negócio. Exemplo

Idem, p.75.

³² José Lamas, “À procura de Macau”, *Arquitectura Portuguesa*, n. °12, 1987-1988, p.46.

³³ Entrevista Miguel Campina, 19 setembro 2017.

disso, é o caso do plano da Praia Grande que é oficializado devido a um interesse económico por parte do influente investidor Stanley Ho. Na sequência deste acontecimento, o plano do Porto Exterior que, realizado em simultâneo, acaba também por se tornar público.³⁴

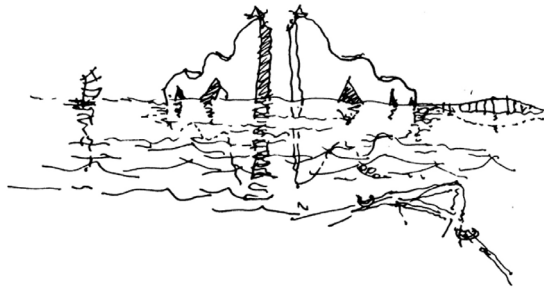
Os planos apresentam diferentes maneiras de pensar a ocupação do território e resultam em linguagens completamente distintas, apesar de estarem inseridos num mesmo contexto. A intervenção do arquiteto Manuel Vicente apresenta uma solução mais orgânica com referência aos modelos tradicionais portugueses. A proposta de Álvaro Siza é uma intervenção mais abstrata e geometrizada, que faz uso da quadrícula e que suscitou bastante discussão por ser considerado um desenho incoerente no contexto de Macau. As suas características remetem para um exemplo de modelo português aplicado na Baixa Pombalina, no entanto, também tem referências à malha urbana da zona norte de Macau.

São duas formas de pensamento perfeitamente autênticas e que resultaram da análise cuidadosa das intervenções existentes no território. Em traços gerais, as regras e conceitos impostos pelos arquitetos estavam desenhados nos planos e serviram de referência no momento da execução. Inevitavelmente, num contexto tão distinto como Macau, e por força das circunstâncias, estes instrumentos sofreram fortes alterações em várias particularidades.

Pode-se considerar que há um certo incómodo relativamente à existência de planeamento urbano. Como já foi referido, a inexistência de regras possibilitava tomar e alterar decisões consoante os interesses e as oportunidades de negócio, tanto dos quadros políticos como dos próprios investidores. Seria mais fácil, assim, obter finalidades de forma casuística que de outro modo não seriam concretizáveis. Acrescenta-se ainda o facto de Macau pensar sempre no presente e não no futuro. Sem regras, não se condicionam as decisões políticas e as oportunidades que surgem no presente. Sobre o futuro, este é algo independente do passado. Assim é Macau, uma cidade que move o jogo com base na espontaneidade do presente. Face estas condições, compete aos arquitetos locais e portugueses afirmarem-se com ações significativas capazes de ultrapassar as pressões políticas e interesses económicos.

³⁴ “Essas intervenções foram importantes como referência, porque esses planos nunca foram publicados, nunca foram oficializados, nunca foram passados a corpo de lei. Referências que foram mais ou menos seguidas consoante o peso relativo das administrações na gestão da ocupação do território.”

Ibidem.



MACAU DÁ O EXEMPLO arquitetura para os arquitectos

O Governo de Macau, através do seu secretário-adjunto para o Ordenamento, Equipamento Físico e Infraestruturas, Engenheiro Amílcar Martins, acaba de publicar um Manual de Procedimentos Administrativos, tendentes a simplificar e tornar mais claras as relações entre o Público e a Administração, na sequência da publicação do diploma que define novos procedimentos administrativos do Regulamento Geral da Construção Urbana.

É de salientar a forma prática e acessível como foi concebido o referido Manual o que naturalmente clarifica os habitualmente difíceis e turtuosos percursos dos processos dentro da Administração Pública. Constitui por isto um bom exemplo para a Administração Pública tanto central como local.

Por outro lado o Regulamento Geral da Construção Urbana (Decreto Lei n.º 79-/85/M de 21 de Agosto) documento exposto no referido Manual, no seu Art.º

8.º a 18.º «Quem pode subscrever Projectos», pode-se constatar a atribuição exclusiva da elaboração de Projectos de Arquitectura, apenas aos arquitectos, em todo o território de Macau.

Esta decisão legislativa constitui uma medida exemplar de importante significado para a Classe dos Arquitectos Portugueses, já que em Portugal ainda se persiste na ideia tacanha, de permitir a não arquitectos projectar Arquitectura, ao contrário do que já é prática corrente de longa data em todos os países da CEE e na vizinha Espanha.

Numa altura em que se está a rever o Decreto 73/73, e que o Governo Central se orgulha da próxima entrada nas Comunidades Europeias, seria indispensável acertar o passo com esses países (CEE) como já o fez Macau.
7 de Novembro 1985

Troufa Real

Figura 12. “Macau dá o Exemplo”: Arquitectura para os arquitectos.

“Isto aplica-se igualmente antes e depois da transição”³⁵, defende Miguel Campina. Porém, afirma o arquiteto Carlos Couto que se “conseguiu chegar a 1999 com uma cidade razoavelmente impecável, planeada, com bastantes zonas verdes”³⁶, tendo, no entanto, a legalização da indústria do jogo alterado profundamente as regras. De facto, depois do *handover* de 1999, quando se toma a decisão de liberalizar a indústria dos casinos, os planos publicados, ainda na administração portuguesa, condicionavam as decisões dos novos quadros administrativos. No entanto, as regras do jogo podiam facilmente ser contornadas³⁷. No caso do plano do NAPE, as prioridades foram a construção dos novos casinos, como iremos ver *a posteriori*.

Neste contexto, em que a ausência de planeamento associado a uma arquitetura feita por não arquitetos parece ser uma constante em Macau, publica-se uma legislação na cidade que altera o paradigma: ressalva-se exclusivamente aos arquitetos a prática da arquitetura. Desacreditando a arquitetura anónima, inicia-se, no ano de 1985, o reconhecimento do papel da arquitetura no desenho da cidade (figura 12), sobretudo a adaptação versátil e flexível do arquiteto perante o acelerado crescimento económico.

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ “Nestes últimos dez anos, do ponto de vista urbanístico, existiram retrocessos. Não estou a defender a administração portuguesa mas conseguiu-se chegar a 1999 com uma cidade razoavelmente impecável, planeada, com bastantes zonas verdes bem tratadas e isso é um mérito que tivemos como administradores desta terra. Depois houve um período bastante complicado. Entre 2000 e 2001, tomaram-se grandes decisões de abertura do Jogo.”

Carlos Couto, “Arquitecto Local. Entrevista Carlos Couto”, *Arquitectura 21 Macau 1999-2009*, n.º10, 2010, p.66.

³⁷ “Soon after the introduction of the previously mentioned policies to liberalise Macau’s market and promote economic growth, planning rules were also changed. This further boosted economic growth, and led to fundamental changes in Macau’s urban image.”

Hendrik Tieben, “Macau’s urban image production before and after the credit crunch”, *The 4th International Conference of the International Forum on Urbanism*, 2009, p.164.

A valorização do Património

«A cidade de Macau, que quase sobreviveu até aos anos setenta, terá sido sem dúvida uma cidade fascinante no seu espaço e arquitectura, resultado do encontro na Ásia de tradições construtivas portuguesas e locais. Hoje Macau é bem diferente, a meio caminho entre o passado histórico arquitectónico e urbanístico que ainda resta e a imitação caseira e pobre de Hong-Kong»³⁸.

Só um eficiente planeamento, sob responsabilidade de arquitetos, é capaz de preservar e valorizar o património histórico, arquitectónico e urbanístico construído ao longo dos anos, sobretudo numa cidade com mais de quatrocentos anos de presença portuguesa. Em Macau diversos fatores dificultaram o processo de conservação da cidade antiga: incapacidade por parte da administração na gestão e controlo urbanístico face ao explosivo progresso económico e construtivo; incumprimento de regras inerentes ao planeamento urbano; insistência na construção de edifícios sem valor arquitectónico. O desenvolvimento que se assiste em Macau tende a destruir o património arquitectónico e o tecido urbano do núcleo histórico da cidade. O arquiteto José Pereira Chan defende que não é possível encontrar um legado cultural capaz de testemunhar a presença portuguesa no território. Apenas nas vivências do dia a dia e em pequenos detalhes se pode encontrar a influência lusa³⁹. Também José Manuel Fernandes constata que “a ampla renovação urbana em curso desde finais dos anos 70 veio alterar profundamente, senão recriar, o ambiente urbano da cidade: outras volumetrias, mais urbanidade e cosmopolitismo – que mesmo assim não fizeram ainda desaparecer um certo “charme” da cidade antiga e transcultural que é Macau”⁴⁰.

O Governo de Macau, desde 1953, lutou por preservar o legado arquitectónico conquistado durante séculos. Porém, na maioria das vezes não se alcançavam resultados significativos devido à fragilidade dos serviços ativos nesta área. Não obstante, em 1974, com a tomada de posse do Major Rocha Vieira como Secretário-Adjunto de Obras Públicas, assiste-se a um ano de vitória

³⁸ José Lamas, [op. cit.], p.46.

³⁹ “Não sendo espectacular o legado cultural, é porventura nas pequenas realizações, da vida de dia a dias, nos pormenores menos aparatosos, nos costumes e filosofia de vida, na tolerância, humanismo e vivência pacífica, que se descortina a maior influência portuguesa, que se foi entranhando e cimentando em Macau, pouco a pouco, imperceptivelmente, ao longo dos séculos e que constitui no fundo a sua especificidade ímpar.”

José Pereira Chan, “Macau em Transição”, *Jornal Arquitectos*, n. °162, 1996, p.8.

⁴⁰ José Manuel Fernandes, [op. cit.], p.86.



Figura 13. Mapa da península de Macau, delimitação das áreas de proteção do centro histórico para a classificação pela UNESCO.

no que concerne à preservação do património arquitetónico e, desde então, foram várias as tentativas para defender o carácter identitário de Macau. Nos idos anos de 1980, dada a influência portuguesa “entranhada e cimentada”⁴¹ no território, concretizaram-se diversos seminários com a participação ativa da população e com a colaboração de arquitetos, alguns deles, de Portugal. Perspetivava-se recuperar e promover a cultura portuguesa através de publicações de artigos, debates e exposições. Recorda Francisco Figueira que “nesse período a ideia de que era necessário defender, a todo o custo, a especificidade do carácter urbano de Macau era cada vez mais participada em certos extractos da população”⁴². A pouco e pouco podia-se encontrar em Macau uma forte preocupação na defesa do seu património histórico, arquitetónico e urbanístico, sendo a fundação do Instituto Cultural de Macau um momento de charneira para este debate. Além da recuperação de “edifícios-testemunhas”⁴³, organizaram-se análises de obras arquitetónicas do território, registos fotográficos e maquetas que, através de uma ampla exposição de sucesso assinalável, se fez chegar à população uma veemente intencionalidade em defender o património de Macau.

Nos anos 1990, a continuidade da presença portuguesa foi reforçada com a construção de museus e monumentos, e com a renovação de espaços públicos. Era objetivo trazer à imagem da urbe de Macau a ideia de “Cidade da Cultura”⁴⁴. Os projetos culturais realizados nesta época contribuíram com grande ênfase para a candidatura do centro histórico de Macau à lista da UNESCO, em 2001 (figura 13). O que se veio a efetivar, em 2005⁴⁵.

Como medidas a adotar num futuro influenciado pela distinção de Macau à lista da UNESCO, tornava-se imprescindível o esforço da administração em disciplinar a ocupação do território, através do diálogo, preservando o carácter identitário consolidado por vários anos de presença portuguesa. Com o crescente número de arquitetos portugueses a intervir no território

⁴¹ José Pereira Chan, [op. cit.], p.8.

⁴² Francisco Figueira, [op. cit.], p.76.

⁴³ *Idem*, p.77.

⁴⁴ Thomas Chung, Hendrik Tieben Macau, “Architecture and urbanism in the first post-handover decade, 1999-2009.”, *World Architecture*, n. °234, 2009, p.19.

⁴⁵ “Macau foi governado por Portugal durante quatro séculos, um tempo tremendamente longo que resultou no estatuto presente de Macau como um destino do património mundial e o seu estilo único.”

Rita Machado, “Macau: Cidade Infinita” (Prova final de Licenciatura, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Porto, 2008), p.117.

macaense, as iniciativas de defesa do património e de divulgação do legado de Macau, têm vindo a intensificar-se, quer seja através da produção arquitetónica, como da divulgação e organização de seminários pelas instituições responsáveis. Destaca-se a intensiva preocupação da Delegação do Património, dirigida pelo arquiteto Francisco Figueira, em recuperar zonas do núcleo antigo da cidade de Macau.

«Pouco a pouco a cidade deu-se conta de que tem passado e memórias. Porque não basta tê-las: é preciso que saiba que as tem. E agora sabe. Isso, esse esforço para que ela o soubesse, foi o lado mais positivo da luta que desde 1953 tem travado meia dúzia de entusiastas, nem sempre bem recebidos pelo meio. Muitos erros, alguns acertos, muitas derrotas, algumas vitórias – a cidade aí está, doente talvez, mas senhora ainda das características que a individualizam, a tornam diferente de todas as outras da região e que lhe foram impressas pela nossa presença de 4 séculos. A poucos anos da sua entrega à China, parece-nos que não deveria ser outra a nossa situação»⁴⁶.

Os Encontros de Macau, 1983

O futuro da arquitetura em Macau foi alvo de discussão num seminário internacional. Realizou-se, em 1983, um debate intitulado *Os Encontros de Macau*, que teve a colaboração de arquitetos da Europa, América do Sul, Hong Kong e, evidentemente, de Macau. Pretendia-se refletir sobre o futuro da arquitetura perante um contexto em descontrolado crescimento e repleto de problemáticas diversificadas. De Portugal foram convidados os arquitetos Vítor Figueiredo, Raul Hestnes Ferreira, Manuel Graça Dias, Carlos Duarte e o professor Jorge Gaspar. Para além da tentativa de encontrar soluções para as problemáticas apresentadas, o encontro representou uma experiência oriental da qual se poderiam retirar ensinamentos sobre contextos incomuns na prática ocidental, como foi o caso das visitas a Hong Kong e Cantão para além da minuciosa viagem por Macau.

«O seminário constitui uma experiência apaixonante para todos os que nele participaram: conhecer uma cidade portuguesa no Extremo Oriente (onde não se fala português), e em que a arquitectura de muitas praças e ruas reflecte arquétipos da terra de origem, mesmo quando

⁴⁶ Francisco Figueira, [op. cit.], p.77.

OS ENCONTROS DE MACAU — ABRIL 1983

O encontro de arquitectos e críticos da Arte de vários países numa região do Mundo que lhe era desconhecida, para debater as possibilidades de sobrevivência da cidade histórica não europeia face a forças pressões de ordem especulativa, permitiu um confronto de ideias nem sempre pacífico sobre a forma de intervenção urbana mais apropriada para impedir a deslocação urbana sem destruir a sua dinâmica.

Não sendo o objectivo do encontro o apontar pontos de reconhecimento da cidade ou caso em presença, dada a especificidade e complexidade dos problemas de Macau e a sua dependência de factores externos, da reflexão havida resultou uma nova compreensão dos fenómenos urbanos, que cada participante apropriará na sua prática posterior.

Centrado a análise sobre Macau, foi no entanto fundamental o conhecimento de Cantão e Hong-Kong, com o seu desenvolvimento próprio e fortemente diferenciado, perante respectivas formas urbanas.

Nas Azémar, as Macau avencida e a sua origem portuguesa (até sete colinas firm, conforme Jorge Caspar sublinha), conduziu na troca de impressões que tivemos, pouco após a chegada, sobre o seu trabalho. Cantão, para além de ser uma das mais antigas cidades chinesas e a tradicional com texturas miscelâneas dos anos 20 e 40 tem planas (até decamétricas) do longo das ruas (originais), e Hong-Kong é a metrópole capitalista por excelência do Extremo Oriente, numa mutação e crescimento constantes da volumetria urbana sem qualquer plano urbanístico. Entre o sentido estético da cidade chinesa fortemente evidenciado em Cantão e o utradadimento de Hong-Kong, que levou à completa afirmação das formas urbanas «europeias», Macau oferece uma heterogeneidade

de social e urbana que não apenas reflete uma convergência de culturas diversificadas como contém na sua estrutura de cidade um sistema de lugares identificados, funcional e simbolicamente, que a pensaram, constituindo não só pistas para o seu desenvolvimento estruturado mas ainda, para o enriquecimento formal da metrópole cidade, nos seus modelos mediterrânicos e chineses, que aqui convergiram.

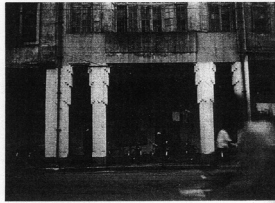
Nela sua forma, pela sua escala, pelo seu encontro com o rio, pela distribuição das suas actividades e lugares urbanos, Macau é o produto de muitas contribuições ao longo do tempo e um factor de enriquecimento da nossa cultura urbana. Uma reflexão ponderada sobre a sua evolução futura será não só útil para o desenvolvimento da cidade no Oriente mas também para o enriquecimento da cultura urbana em geral.

Não entanto, é grande o risco de um desenvolvimento amorfoso e uma larga escala que para não ficar perfeitamente documentado na expansão recente dos novos territórios de Hong-Kong, em que investimentos vultuosos, efectuados em obras de aterros, de engenharia e construção de edifícios, não tiveram qualquer contrapartida em termos de concepção urbana e de uma apropriação simbólica do território. E aí tivemos saudade da malha Hong-Kong, central, mais antiga, das obras dos gémetras do séc. XIX, como Eiffel, que intervieram na definição da cidade e do campo, ou, talvez, fôss das obras planas de arquitectos do séc. XX, como Corbusier, Aalto ou Kahn.

Julho de 1983.

Raul Hestnes Ferreira

66 arquitectura



CANTÃO



MACAU



LGUMAS E FLEXÕES URBANAS DURANTE OS ENCONTROS DE MACAU

JUDEL GRAÇA DIAS

na cidade nascida no século XVI, rugosa, cujas raízes foram desenterradas à vila das igrejas católicas, acochendo na sua trama, no seu ser, em constante renovação (por e como península, quase uma ilha, teve o desenvolvimento de uma «classical», sucessiva vagas contrições e de «moderno» anagem, a meu ver, erudita.

zouco e pouco, os chineses, «desnuda», foram-se aproximando sua lugar diferente onde, dentro dos dois semicirculos, o do rio e do sul, em os estrangeiros em casas com, damas europeias ostentam rosas e suas mãos; cabalotes dos chineses são ornadas com jasmim, sem os interiores dedicados ao Senhor, mulheres trazem também dintel e purlins, consilida muralha tem aspecto ser podiosa.

r todo o Hong-Kong existem ainda (as traças). Ou-Mun-Kai-Lok, relatório escrito

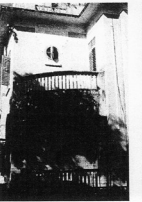


no século XVIII por dois viajantes enviados pelo Imperador da China). Neste pequeno lugar povoado por aventureiros comerciantes portugueses, da «pele fina coberta de pelos verdes (sic)», os chineses foram começando a entrar, um pouco curtos e pelo lado do rio, são grandes jogadores, fixando-se e encontrando o espaço para uma relação qualquer.

«Estes estrangeiros são, porém, de natureza prodiga. Com o que ganham, a pouco e pouco, vivem em casas, vestem-se com luxo e extravagância, procurando exceder os seus vizinhos locais. Numa relação muito pessoal que não era nem semelhante nem tão forte como as outras formas de colonização portuguesa (Índia, Brasil, África), começaram a coabitar.

Uma tolerância e uma flexibilidade que deve caracterizar-nos permitiram uma mistura (não desmistificada) não só o ponto de vista impedito — não se come bem China em Portugal, hoje, a língua (Português) está quase extinta), que verifico muito forte na cidade em: uma estrutura de ruas portuguesa, acrescentada ao longo dos séculos pelos portugueses, encolura, permite e acolhe constrangidas feitas por esse e a partir de um certo momento, sobretudo pelos chineses.

E foram esses portugueses aventureiros, rudes e violentos, portadores de sonhos de emigrados, de desejos de reatragência de luxo, que fizeram construir uma Macau de referência. Os outros, os da região, em



desastamento total com esta cultura estranha, foram os construtores mais nusas dessas imagens. Os modelos propostos, somados à sombra da nostalgia da terra natal, começaram uma louca viagem através das pequenas ruas, das pequenas praças e do denso clima.

As proporções não seriam correctamente estabelecidas, os pormenores seriam deixados à imaginação dos operários que julgaram em outras imagens, da sua cultura, a situação climática quente e a sua solução rapidamente adoptada a muito popularizadas: a arcaica, as verdadeiras marmaradas à frente, todas essas tipologias que ficaram até aos nossos dias.

Diferentemente de Hong-Kong (o seu tentismo mais próximo) Macau acomodou os anos sessenta e estendeu de uma maneira ainda original e característica, continuando a jogar os sinais ocidentais com grande liberdade. Palavras que na Carta de Atenas foram usadas para não terem sendo um significado, encontraram aqui uma oposição estrutural que as subverte e modifica, juntando-lhe outras significações insuspeitadas.

O mundo, velozmente, de subversão do símbolo, ao qual se assiste hoje, esse mundo de «resistência» activa face à internacionalização utilitarista, encontra-se também em Portugal, nos emigrantes que fazem a má consciência dos conservadores das paisagens ditas naturais.

Diz-nos que estas são acções espontâneas, populares, talvez interessantes mas, mesmo assim, resultantes



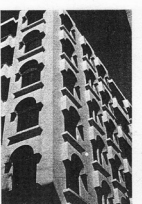
tes da mais completa ignorância quanto à utilização dos símbolos e, por isso, um mundo completamente fechado a nós, arquitectos, passivos preparados para o manuseamento dos blocos em topo, etc.

O boco para onde, segundo me parece, o Movimento Moderno lançou a «arquitectura», sobretudo, o urbanismo actual e de que os novos territórios em Hong-Kong não serão o exemplo mais duro também há uma cintura em redor das cidades europeias bem expressa (nesses sentidos) só poderá ser reparado por um olhar tão complexo, diferente, que sabe escolher, entre os grandes sucessos de um país, aqueles a que se deve voltar, ou de onde se deve partir, para chegar sem angústias ao futuro.

Não se trata de romper mas de continuar. As linguas modernas não são diferentes, mas são diferentes, e outras desapareceram, mas é sempre na maneira de dizer que se procuram as diferenças.

Que um tal prazer, o de retornar os vocabulários nas nossas mãos, que uma tal liberdade, a de encontrar novos sentidos políticos como fazem os que constroem Macau (inocentemente ou não), nos sejam intencional, a nós, arquitectos, eis a violência!

Fotografia de João Vieira Coutinho



arquitectura 67

Figura 14. Uma reflexão dos Encontros de Macau por Raul Hestnes Ferreira e Manuel Graça Dias na Revista Arquitectura.

se lhe adicionam elementos particulares da tradição local e defesa do clima; ver como essa envolvente portuguesa de origem é apropriada e transformada pelos chineses de acordo com os seus hábitos de viver tradicionais e cultura própria; ver como, a poucos quilómetros de distância, outros europeus, os ingleses, desenvolveram uma ocupação colonial tão diferente da nossa e de consequências materiais tão espectaculares; observar, mesmo se superficialmente, o viver disciplinado e austero de uma sociedade forte das suas tradições e cultura própria...»⁴⁷.

Durante o encontro foram debatidos vários temas como a rápida transformação descontrolada de uma cidade vincada pelo testemunho português, questões relacionadas com a salvaguarda do património arquitetónico, os efeitos resultantes do *boom* económico e demográfico, onde o problema central e comum a todos os tópicos recaía sobre o insuficiente controlo urbanístico-administrativo. A multiplicidade de origens, ideologias e culturas traduziram-se em posições divergentes entre os arquitetos. Conclui-se pela necessidade de adoção de critérios de planeamento flexíveis comparáveis a exemplos aplicados nos Estados Unidos da América mais do que nos tradicionalismos do urbanismo europeu, uma forte intervenção administrativa, onde a união e diálogo entre os profissionais deve ser uma constante e, por último, a urgente realização de estudos e planos urbanísticos.

A presença portuguesa nas sessões revelou-se extremamente importante pela sua proximidade com a cultura de origem. Tanto Raul Hestnes Ferreira, como Manuel Graça Dias, comentam a sua experiência na revista *Arquitectura* n.º 150 (figura 14) onde apontam como principal problemática as construções de grande escala e a forma como estas se sobrepõem a uma trama de pequena dimensão, de carácter identitária e de múltiplas contribuições ao longo do tempo: “é grande o risco de um desenvolvimento amorfo e uma larga escala”⁴⁸; “constante renovação, sucessivas vagas de construções e de ‘modelos’ arquitetónicos, nem todos com uma origem, a meu ver, erudita”⁴⁹.

Apesar do entusiasmo com que esta experiência foi encarada, com que os detalhes foram analisados e as diferentes conclusões foram retiradas, Carlos Duarte alerta que, no entanto, todos

⁴⁷ Carlos Duarte, “Os Encontros de Macau - Abril 1983”, *Arquitectura*, n.º 150, 1983, p.65.

⁴⁸ Raul Hestnes Ferreira, “Os Encontros de Macau - Abril 1983”, *Arquitectura*, n.º 150, 1983, p.66.

⁴⁹ Manuel Graça Dias, “Algumas reflexões durante os Encontros de Macau”, *Arquitectura*, n.º 150, 1983, p.67.

concordavam “que a cidade vai por um mau caminho”⁵⁰. Termina a sua reflexão reforçando a dedicação que Manuel Vicente coloca no combate a estas adversidades.

«Pessoalmente, penso que é desejável e muito importante que os arquitectos portugueses continuem a marcar a sua reconhecida e meritória presença em Macau, contribuindo para reforçar a sua especificidade e diferença, para que Macau não se transforme rapidamente numa cidade incaracterística [...] O desafio é enorme, mas com grande capacidade de adaptação que os caracteriza, estou convencido de que conseguirão certamente vencer as dificuldades para poderem continuar e desempenhar e bem o papel de designers da cidade, no Macau do futuro.»⁵¹

⁵⁰ Carlos Duarte, [*op. cit.*], p.65.

⁵¹ José Pereira Chan, [*op. cit.*], p.10.

2. Macau, *Las Vegas Asiática*

O Handover e o Fenómeno dos Casinos

«Para compreender Macau são precisos hoje novos instrumentos, e esse entendimento passa necessariamente pela análise do fenómeno dos casinos. É certo que o mundo académico não gosta dos casinos e os casinos não lidam com académicos, mas não é praticável ignorar o luminoso e iconográfico “elefante na sala”»⁵².

O pós-1960 marcou a história da cidade pelas acentuadas transformações no território e uma substancial mudança de paradigma. Todavia, é a partir do momento da transferência da soberania que se registam alterações mais intensificadas e contínuas ao longo dos anos, tanto no tecido urbano como no exercício profissional dos ateliers de arquitetura. É, portanto, com o *handover* de 1999 que a administração de Macau conjuntamente com o Governo Central, deslumbrados com o sucesso de Las Vegas, decidem liberalizar a indústria dos casinos e, assim, possibilitar a oportunidade de os americanos entrarem como investidores, de modo a impulsionar o turismo internacional. Macau, um objeto de constantes experimentalismos, assiste neste momento a uma profunda transformação na sua imagem pelos frenéticos casinos. A imagem da “Cidade da Cultura” da década de 1990 viria agora a transformar-se em “Las Vegas Asiática”⁵³: “nos anos após o handover, partes importantes de Macau foram transformadas numa paisagem de consumo”⁵⁴ e, hoje, a urbe é dominada por casinos altamente excêntricos que fazem parte da sua identidade contemporânea. Como constata Jorge Figueira, a compreensão de uma Macau num contexto pós-*handover* passa, inevitavelmente, por analisar este autêntico *fenómeno dos casinos*.

O interesse reduzido de Portugal em manter Macau como colónia, leva à inevitável transferência política do território para o domínio chinês⁵⁵. A 13 de abril de 1987, é assinada em Pequim a

⁵² Jorge Figueira, “O Elvis de Macau. Relatos de uma distopia na China”, *Revista de História da Arte* n.º12, 2015, p.150.

⁵³ “While this period of Macao as an SAR has been dubbed ‘a decade of wonder’ in which development has been nothing short of profound, the issue also follows the changing directions in Macao’s development from a ‘city of culture’ in the 1990s, to an “Asian Las Vegas” and potentially a ‘city of knowledge.’”

Thomas Chung, Hendrik Tieben, [*op. cit.*], p.19.

⁵⁴ “In the years since the handover, important parts of Macau have been transformed into a landscape of consumption. Large portions of land in the highly congested city have been reserved exclusively for the gambling and tourism industry. Through this process, the spaces of visitors and local residents have become increasingly divided.”

Hendrik Tieben, “Urban Image Construction in Macau in the First Decade after the Handover”, *Journal of Current Chinese Affairs*, n.º1, 2009, p.69.

⁵⁵ “Grandes factores explicam esta situação [uma transição pacífica]. Primeiro, os poucos, senão mesmo os restritos, interesses de Portugal tanto em Macau como na região. Segundo, razões de índole histórica [...] Terceiro, considerações de ordem político-diplomática [...]”

“Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China sobre a questão de Macau”, acordo que permitia o retorno da soberania à China – *handover* – anos mais tarde, mais precisamente, a 20 de dezembro de 1999. Oficializada a transferência para a administração chinesa, dois anos após o *handover* de Hong Kong, Macau torna-se a segunda Região Administrativa Especial da China regida pelo princípio “um país, dois sistemas” de Deng Xiaoping. Esta estratégia antagónica possibilitou a unificação (aparentemente impossível) do país. Se, por um lado, a China mantém o sistema socialista extensível às ex-colónias, por outro, permite-lhes a implementação de um sistema capitalista.

Durante o período de transição (1988-1999), a cidade viu-se confrontada com uma recessão económica agravada pela Crise Financeira Asiática de 1997 e, portanto, era premente adotar medidas e definir estratégias por parte dos novos quadros administrativos. Sendo Macau uma cidade do jogo desde 1847, a decisão de Edmund Ho passou por “fazer a inversão do ciclo negativo da economia local através da concessão de oportunidades a outros”⁵⁶, isto é, finalizar o monopólio e liberalizar a indústria do jogo a diversas concessões de investidores internacionais especializados na exploração dos “jogos de fortuna e azar”⁵⁷: “este facto deu ao ‘handover’ uma componente de ‘libertação’ muito particular. O paradoxo de uma democracia liberal manter o monopólio e um regime comunista liberalizar o jogo marcará historicamente Macau”⁵⁸.

Vive-se, então, um *boom* económico, marcado pela ‘americanização’ no jogo. Macau transforma-se no maior destino de *gambling* do mundo, e a arquitetura portuguesa praticamente desaparece no *skyline* dominado pelos extravagantes casinos.⁵⁹

Moisés Silva Fernandes, [op. cit.], p.529.

⁵⁶ Entrevista Miguel Campina, 19 setembro 2017.

⁵⁷ “Acresce que os asiáticos em geral e os Chineses em particular são culturalmente sequiosos dos jogos de sorte e azar. [...] Macau é por tudo isso o “El Dorado” asiático que lhes proporciona todos os luxos e todos os exageros [...]. Os novos ricos da China, que são cada vez mais e mais ricos, encontram em Macau um lugar de fantasia e de sonho, que nunca dorme, onde tudo pode acontecer.”

José Romano, “Transformações Económicas”, *Arquitectura 21 Macau 1999-2009*, n.º10, 2010, p.20.

⁵⁸ Jorge Figueira, [op. cit.], p.149.

⁵⁹ “Tracking the architectural development of Macau during the ten years after handover, under direction of entertainment and tourism, it is flourishing exponentially; but at the same time, the very meticulous and sensitive language of Portuguese architectural style seems helpless in the confrontation of foreign participator (the ones that dominating the design are often the developers and magnates of entertainment, who concentrate on the profits). Indeed, some local Chinese or Portuguese architects who raised during the period of handover have been puzzled when facing the unstable future, but due to the departure from the fixed colonial perspective, soon they develop their personal design characters, both innovative yet respecting tradition.”

Wallace Chang, “Macao Architecture in Practice”, *World Architecture*, n.º 234, 2009, p.43.

Os americanos em jogo

«The idea to open Macau's market to American and Australian casino corporations was initially considered by the Central Government as an option to clean up the local casino industry as well as develop an internationally competitive tourism industry»⁶⁰.

O vício do jogo, a lavagem de dinheiro, a prostituição e o crime organizado são alguns pontos negativos que estavam ligados à indústria dos casinos e, portanto, esperava-se que as novas corporações internacionais conseguissem superar esta imagem negra de Macau. As novas arquiteturas diferenciam-se dos casinos locais e são o fator de alavancagem de Macau para um destino turístico global.

Retome-se o início deste acontecimento: em 2001, termina a licença de Stanley Ho e, em 2002, é oficializada a liberalização do mercado do jogo. O governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), em concomitância com o poder central chinês, distribui licenças para três concessões, prevalecendo sempre diversos interesses internos. Assim, de acordo com o resultado do concurso internacional, a primeira licença ficou reservada à empresa de Stanley Ho por ter perdido o privilégio de ser a única concessão em Macau, a hoje designada de Sociedade de Jogos de Macau (SJM). A segunda, por sua vez, ficou a cargo da empresa de Hong Kong, justificada pela impossibilidade de estabelecerem casinos na sua própria RAE, a Galaxy Paradise S.A.. Já a terceira concessão destinava-se à empresa de Las Vegas por serem especializados nos casinos, a Wynn Resorts (Macau) S.A.. Contudo, apesar do concurso ser exclusivo para três operadores, por força de diversos interesses, tanto para todas as concessões como para o Governo Central, rapidamente permitiram que três subconcessionárias não licenciadas operassem em conjunto com a SJM, a Galaxy Paradise S.A. e com a Wynn Resorts S.A., respetivamente, a MGM Grand (Macau), a Venetian Macau S.A. (de Sheldon Adelson) e a Melco Crown Entertainment.

Em 2003, após se deferir as devidas políticas e negociações, inicia-se o processo de instalação das seis concessionárias no território. Relativamente ao modo de atuação e respetivas vantagens, pode-se considerar que Macau se apresenta perante duas situações distintas. Por um lado, é

⁶⁰ Hendrik Tieben, "Macau's urban image production before and after the credit crunch", *The 4th International Conference of the International Forum on Urbanism*, 2009, p.169.



Figura 15. Península de Macau, zona envolvente do casino Sands.
Figura 16. O primeiro casino americano, Sands Macao.

inevitável que os pioneiros a intervir na cidade tirassem proveito da vantagem de um maior impacto para com a população, por outro, o risco de serem os primeiros a testar o mercado podia ser prejudicial. Revela Miguel Campina que “por um lado, na península de Macau, os que queriam ser os primeiros, ter essa vantagem; por outro, os que queriam não fazer nada, mesmo contra aquilo que eram as promessas que estavam escritas nos respetivos contratos”⁶¹. Portanto, depois de cada concessão refletir as vantagens e desvantagens, Sheldon Adelson considerou que beneficiaria em ser o pioneiro a intervir em Macau. Ainda que a STDM fosse detentora da maioria dos terrenos abandonados em Macau, a Venetian/Sands Corporation instalou-se num terreno ainda coberto de água, entre o Mandarin Oriental e um viaduto.

É assim que, em 2004, se constrói a primeira estrutura desta nova vaga da “arquitetura dos casinos”⁶² na zona NAPE, o primeiro casino americano: o Sands Macao (figura 16). Porém, o modo como a administração permitiu a construção do casino naquela fração territorial é um fator que suscita alguma controvérsia. De facto, no plano do NAPE, elaborado com a colaboração de arquitetos portugueses, este espaço estava destinado a um parque urbano devido à escassez de zonas verdes na cidade. A então mais valia da oportunidade de negócio prevaleceu sobre as intenções iniciais traçadas no plano, em termos de organização programática e alturas máximas dos edifícios. Estava posta em causa a qualidade de vida dos habitantes. A partir deste momento, tudo começou a ser possível fazer-se em Macau em proveito de interesses capitalistas.

Perante estas condições, é inevitável perceber o modo de ação da disciplina da arquitetura na nova Macau. Condicionados pelas convulsões políticas, urbanas e socioeconómicas, os arquitetos portugueses precisam de se adaptar à realidade e marcar a sua presença no território de forma ativa e propositiva em continuidade com as suas aprendizagens, culturas e premissas, evitando os interesses económicos. Num contexto de globalização, é necessário intervir na qualidade de vida da população de Macau que, por sua vez, tem sido influenciada pelo crescimento contínuo da cidade.

⁶¹ Entrevista Miguel Campina, 19 setembro 2017.

⁶² “Highly visible, the golden glass façade of The Sands symbolised the beginning of a new era for anybody arriving at the Hong Kong-Macau Ferry Pier.”
Hendrik Tieben, [op. cit.], p.165.

Impacto e reflexos do Sands Macao

Na categoria de primeiro casino americano em Macau, o Sands Hotel Casino, rapidamente se viu crescer baseado num conceito transportado de Las Vegas, projetado pelo arquiteto Steve Anderson, representante do atelier Steelman Partners. Pretendia-se importar um modelo que marcasse a diferença dos casinos construídos em Macau até ao momento e que provocasse, de forma eficaz, um impacto profundo na imagem da cidade. Criou, assim, um edifício monumental composto por amplos e gigantescos espaços. O casino privilegia de uma enorme janela, que possibilita uma relação forte com o exterior e entrada de luz natural. Contrariamente às preferências pela cultura chinesa de lugares escuros, fechados e pequenos, o conceito de Las Vegas surpreendeu positivamente os asiáticos.

«Terminando o Sands em Macau, estavam criadas as condições para haver o *cash flow*. O próximo passo era encontrar um sítio para onde pudessem continuar a crescer. Desenhava-se então já um conceito importante do ponto de vista da leitura urbana, que era a criação do que chamamos o *Macau Strip*, composto pelo Sands, o StarWorld, o Wynn, o MGM, e depois o núcleo Lisboa».⁶³

Incentivadas pelo êxito fenomenal do Sands e pela constante pressão por parte do governo, as restantes concessionárias decidiram avançar e fazer os seus próprios investimentos na Península de Macau, sobretudo retirando partido da relação próxima com o rio e com o principal eixo da cidade, a Avenida Almeida Ribeiro. Sem qualquer disciplina de ocupação, os casinos americanos começam a surgir descontroladamente no território. Como resultado, o centro da cidade de Macau é completamente ofuscado por estas arquiteturas.

Inicia-se um denso e acelerado crescimento da construção de casinos instalados na Península. Junto ao antigo Lisboa, inaugura-se em setembro de 2006, o Wynn (figura 17). Numa primeira fase, o casino apresentava-se com uma escala mais intimista prevalecendo as preferências dos *gamblers* e, mais tarde, sofreu a adição de uma torre mais alta. Do lado oposto, no limite do NAPE, o StarWorld (figura 18) assume uma presença de grande escala sobre o território, ultrapassando o limite máximo exigido no plano (nove pisos), para uma altura de trinta e nove

⁶³ Miguel Campina *apud* Rita Serra e Silva, “Na espacialidade dos Casinos de Macau” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015), p.49.



Figura 17. Wynn. Figura 18. StarWorld. Figura 19. Grand Lisboa.
Figura 20. MGM Grand Macao.

pisos. Inaugurado em outubro de 2006, o edifício apresentava-se como o mais alto da cidade e alterou consideravelmente a configuração da Avenida da Amizade, considerada um dos eixos mais importantes do território, agora ‘sacrificado’ em prol do espaço privado do edifício. Na parte de trás do Wynn, com uma posição favorecida sobre o *Pearl River Delta*, inaugura-se, em dezembro de 2007, o MGM Grand Macau (figura 20), marcante pelos volumes espelhados com uma forma ondulatória e de diversas cores. Em resposta à prosperidade das concessões americanas, a Sociedade de Jogos de Macau, instala o Grand Lisboa (figura 19) no início da Avenida Almeida Ribeiro, também considerada uma das avenidas principais da Península de Macau. Um edifício icónico “sob a forma de um ananás desproporcionado”⁶⁴, desenhado para que fosse vislumbrado de qualquer ponto da Península, impactando profundamente a imagem da cidade, atribuindo um *skyline* reconhecível em qualquer parte do globo. Naturalmente, os casinos vão adquirindo a sua própria singularidade e identidade, procurando afirmar-se perante os demais:

«A primeira função do casino é marcar o território como anúncio de si próprio. Não se trata de arquitectura iconográfica por “génio” do arquitecto mas por necessidade. Tudo deve ser “iconográfico” no casino, criar sensações, memórias, ressonâncias. A sua função é ser maior, melhor, mais espantoso do que o rodeia. Ao erguer-se pretende apagar o que fica para trás no eventual contexto. São máquinas concentracionárias e egoístas”⁶⁵.

Após estabelecerem os seus próprios casinos na península, as concessões deparavam-se agora com um problema de falta de espaço para aumentar os investimentos no sector do jogo. O único espaço que se encontrava disponível e que (ainda) não estava sobrelotado era o aterro construído desde os anos 1990 e que une as ilhas Coloane e Taipa – Cotai: “com a abertura do jogo toda essa área foi progressivamente exclusivamente vocacionada para a hotelaria e jogo associado. Chegaram ao ponto de proibir aí os projectos de habitação”⁶⁶. Anteriormente a estas decisões, nos anos 1990, estava previsto no plano de Cotai⁶⁷ (figura 21), elaborado pelo arquiteto Eduardo Lima Soares, que esta área seria destinada a uma zona residencial para 150 000 habitantes

⁶⁴ Rita Serra e Silva, “Na espacialidade dos Casinos de Macau” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015), p.51.

⁶⁵ Jorge Figueira, [*op. cit.*], p.150.

⁶⁶ Carlos Couto, [*op. cit.*], p.66.

⁶⁷ C.f. Eduardo Lima Soares, “Plano Director de Urbanização da Cidade Cotai/Macau - Eduardo Lima Soares”, *Jornal Arquitectos*, n.º163, 1996, p.8.

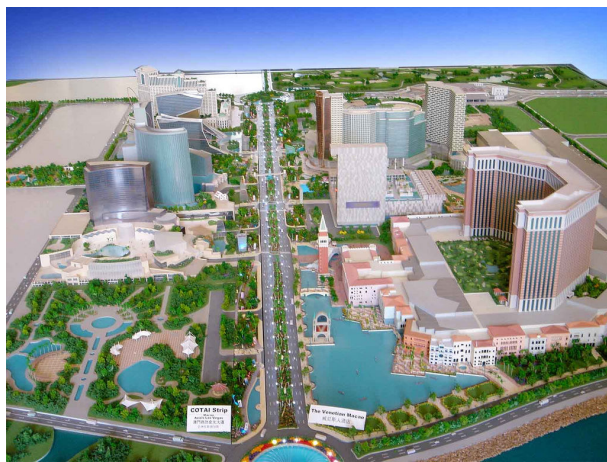


Figura 21. Plano Cotai, 1992. Figura 22. Plano Cotai, 2006.

porque a Península de Macau apresentava-se cada vez mais sobrelotada em termos de unidades residenciais e ocupação populacional. Contudo, a administração considerou que seria uma mais valia desenvolver Cotai para o sector do jogo e entretenimento⁶⁸, superando o seu ‘modelo mestre’, Las Vegas, como novo destino turístico global.

Cotai Strip

«O Cotai Strip, assente no aterro entre a ilha de Coloane e Taipa, é um mapa antes de ser um território, uma “terra de ninguém” colonizada por aplicações híper-reais: gigantescos “simulacros” da cultura europeia (o Venetian), cultura asiática (o Galaxy), cultura americana (o City of Dreams)»⁶⁹.

Cotai era um espaço ‘sem vida’, não acontecia nem existia nada e, portanto, as diversas concessões não viam aqui uma oportunidade de operar e desenvolver a indústria do jogo. Como refere Miguel Campina, “evidentemente que um casino no meio do pantanal tinha pouca hipótese”⁷⁰. Contudo, Sheldon Adelson da Venetian “teve uma visão estratégica”⁷¹ e decidiu avançar com o seu projeto em Cotai, na condição de lhe ser garantida massa crítica para permitir funcionalidade e viabilidade ao casino. Para isso, pretendia-se que o projeto se desenvolvesse por referência de um plano projetado pela própria Venetian. O Governo de Macau, acreditando que este primeiro projeto iria servir de âncora para impulsionar o desenvolvimento da zona do Cotai, aceitou todas as condições e, portanto, as negociações foram estabelecidas. “O plano foi, de facto, executado, e é um elemento muito importante de referência, porque serviu para disciplinar, estruturar e organizar toda aquela zona”⁷² (figura 22). Criou-se, assim, o conceito de *urban resort* que estabelecia regras gerais de edificação urbana a serem cumpridas para um melhor aproveitamento das áreas. Estamos perante um maior esforço por parte das empresas privadas na disciplinação e ocupação do território com qualidade, contrariamente às ‘invisíveis’ propostas, intenções e soluções de planeamento urbano por parte da administração.

⁶⁸ “The Macau Government, after abolishing plans for a new town in Cotai, aimed to develop this area as the new entertainment and leisure centre.”

Hendrik Tieben, [*op. cit.*], p.165.

⁶⁹ Jorge Figueira, [*op. cit.*], p.152.

⁷⁰ Entrevista Miguel Campina, 19 setembro 2017.

⁷¹ *Ibidem*.

⁷² *Ibidem*.



Figura 23. Vista panorâmica para Cotai *strip*.

Para garantir o sucesso e massa crítica, a Venetian tinha como referência o modelo de Las Vegas – *strip* –, um conceito que revelou grande sucesso na indústria do jogo. Inicialmente, Sheldon Adelson definiu áreas de lotes com grandes dimensões para edifícios de grande escala, capazes de incorporar todo o tipo de atividade ligado ao sector do jogo, como atividades culturais e de entretenimento, áreas de convenções e exposições que, inesperadamente, contribuem para a maior parte do lucro das receitas mensais. A ocupação das parcelas e o aproveitamento dos lotes ficariam ao critério das várias entidades, no entanto, sempre sujeitos ao regulamento do plano. Fundamentalmente, a ideia passava por criar um eixo central composto por casinos e áreas verdes públicas, que possibilitasse a ‘viagem’ física e sensorial das pessoas de um casino para o outro.

Na impossibilidade de ser um *strip* em linha reta à semelhança de Las Vegas, formalmente o Cotai Strip foi desenhado em ‘U’ devido à insuficiência de comprimento de território disponível. É de salientar que, neste plano, há uma tentativa de criar espaços urbanos públicos em suporte às estruturas privadas, com duas grandes funcionalidades. Por um lado, garantiam a qualidade de ocupação da população visitante, por outro, permitiam a atração de pessoas, através de espetáculos. Estas intervenções destinadas ao público nunca foram concretizadas porque não eram suportadas financeiramente pela administração de Macau, mas sim pelos investidores privados. Portanto, a prioridade seria desenvolver a infraestrutura física do casino. Hoje em dia, é perceptível um forte desequilíbrio entre as componentes pública e a privada, contrariamente à proposta inicial do plano de ordenamento, não publicado, de Sheldon. No entanto, a Venetian pretendia respeitar o plano, pois acreditava que “iria traduzir-se na qualificação da ocupação da área e, essa qualificação do ponto de vista da corporação, era indispensável para perspetivar os futuros utilizadores do casino”⁷³.

⁷³ *Ibidem*.



Figura 24. Venetian Macao. Figura 25. Four Seasons Macao. Figura 26. Sands Cotai Central. Figura 27. City of Dreams. Figura 28. Galaxy. Figura 29. Parisian.

Gigantescos simulacros

«Os temas são fixados como experiências híper-reais, onde tudo deve estar de acordo com a memória a implantar nos visitantes. O caminhar é sonambúlico. É claro que há sempre distúrbios, saídas, incongruências, como num sonho. Mas a estratégia é que nunca se saia dali, como num pesadelo. O real surge como um eco distante, cada vez mais distante, distorcido, multiplicado, miniaturizado; às vezes a experiência transforma-se em pura fantasia como no clímax de um sonho»⁷⁴.

Já a Venetian se encontrava a investir no planeamento desta zona, quando o Governo de Macau se apercebeu que os outros concessionários ainda se encontravam desconfortáveis em operar numa área que, aparentemente, não tinha futuro. Para viabilizar o investimento inicial excessivo, Sheldon Adelson apropria-se de vários lotes e dá início à construção dos próprios casinos de grande escala, com diversos cenários temáticos, *gigantescos simulacros*. O primeiro casino a ser construído e que serviu de âncora para os seguintes foi o Venetian Macau (figura 24), o maior casino do mundo. Construído em 2006, e inaugurado um ano depois, trata-se de uma segunda réplica de Veneza e teve como estratégia criar sensações “híper-reais”. Consequentemente, visava a canalização de milhões de visitantes tanto no panorama asiático como mundial. De seguida foram então construídos o Four Seasons Macau (figura 25), que apostava em zonas comerciais, e o Sands Cotai Central (figura 26), que investia em atividades lúdicas. Para completar o núcleo dos novos *Integrated Resorts* no *Cotai Strip*, são inaugurados, em 2009, o City of Dreams (figura 27), posicionado no lado Norte do Sands e, dois anos mais tarde, o casino Galaxy (figura 28), nas costas do Venetian. Por último, muito recentemente (2016), foi finalizado o casino Parisian (figura 29), que incorpora uma réplica da Torre Eiffel, de Paris.

A atividade *non-gambling* (convenções, concertos, zonas comerciais) era uma forte aposta nestas unidades hoteleiras em Cotai, em comparação com os casinos da Península e até à semelhança dos de Las Vegas. Pretendia-se, portanto, que cada casino convergisse em funcionalidades distintas, consoante o objetivo de cada indivíduo, de forma a criar diversidade de interesses:

⁷⁴ Jorge Figueira, [op. cit.], p.153.

«Trata-se de uma linguagem sem alfabeto, que se relaciona com símbolos primários de riqueza, sorte e prestígio, remetendo para um imaginário de fantasia, sem lugar e sem tempo. O “ambiente” destes espaços, artificializado e constante ao longo de todo o ano, procura uma comunicação global, apreensível por qualquer visitante, de qualquer nacionalidade, sendo por isso descaracterizada, superficial e pobre. Podia ser um porta-aviões no Pacífico, uma esquina de Las Vegas ou um aeroporto no Dubai!»⁷⁵.

“A world of difference, the difference is Macau”⁷⁶. A busca incessante pela inovação associada ao desenvolvimento explosivo da indústria do jogo e entretenimento é o retrato da urbe de Macau contemporânea. Num contexto pós-*handover*, tende-se para uma “transformação de Macau de uma cidade com casinos para um casino com uma cidade”⁷⁷. Os casinos posicionados em pontos estratégicos foram surgindo a um ritmo acelerado após a liberalização do jogo, contrastando com as unidades hoteleiras construídas em períodos anteriores. As corporações estrangeiras desencadearam em Macau um novo dinamismo e um profundo impacto na imagem urbana com novas volumetrias e linguagens tão distintas e complexas. Macau era, agora, uma cidade virada para o mundo, capaz de despertar o interesse e a atenção internacional: “a explosão pós-Portugal pôs em causa o delicado equilíbrio de Macau, ao mesmo tempo que se multiplicou a sua visibilidade global e viabilidade económica”⁷⁸. Nos últimos anos está em voga a intenção de “diversificação da economia”, mas a indústria do jogo está tão enraizada em Macau que dificilmente se consegue sair deste ‘vício’. Entretanto, os asiáticos vivem num mundo ilusório e percorrem fascinadamente estes espaços mirabolantes como se de um sonho fantasioso se tratasse. E se este cenário parece surreal, na verdade, dificilmente passa despercebido a olhares ‘falantes’ de diversas línguas:

«Afinal, os casinos de inspiração americana são conceptualmente relógios derretidos; e os asiáticos parecem decorrer de uma escrita automática de imperturbável não sentido. Sair a pé destes casinos é uma experiência que remete para o mito de que não se deve acordar os sonâmbulos: pode ser violento»⁷⁹.

⁷⁵ José Romano, “Macau, Lugar de Culturas”, *Arquitectura 21 Macau 1999-2009*, n.º10, 2010, p.24.

⁷⁶ Hendrik Tieben, “Urban Image Construction in Macau in the First Decade after the Handover”, *Journal of Current Chinese Affairs*, n.º1, 2009, p.66.

⁷⁷ “Politics, businessmenn, and planners cooperated to provide the legislative framework that allowed Macau to transform from a city with casinos to a casino with the city, where all is oriented to generate a global Mecca of gambling.”

Francisco Vizeu Pinheiro, “Macau’s Urban Transformations: Lisbon to Las Vegas” in Christopher C. M. Lee (ed.), *Common Frameworks: Rethinking the Development City in China Part 2*, Macau, Cross-Border, 2014, p.35.

⁷⁸ Jorge Figueira, [op. cit.], p.151.

⁷⁹ *Idem*, p.153.



Figura 30. *Shuttles dos casinos.*

Com o confronto das multinacionais dos casinos, a prática profissional dos arquitetos portugueses adquire novos percursos. A alta competição de ateliers chineses que se instalaram em Macau depois do *handover* de 1999, a par dos profissionais experientes no ramo do entretenimento, repercutiu-se nas encomendas de natureza pública e privada dos arquitetos de Macau. Perante a conjuntura da cidade, é necessário refletir o modo como estas condições influenciaram o tipo de produção dos arquitetos portugueses, os processos e métodos de projeto, assim como, o próprio perfil do arquiteto.

Sistemas infraestruturais, os shuttles dos casinos e o Metro Ligeiro

«Quando a decisão estratégica foi tomada, fazer a inversão do ciclo negativo da economia local através da concessão de oportunidades a outros, da exploração dos jogos de fortuna e azar, faltou uma coisa fundamental, que era a capacidade de prever que a esse crescimento iria corresponder uma necessidade imperativa de construção de infraestruturas.»⁸⁰

Ao se optar, do ponto de vista estratégico, por expandir o sector do jogo na zona de Cotai, era imperativo a criação de infraestruturas de transporte. Manifesta-se novamente a incapacidade da entidade pública em prever, planear e criar uma solução para a dificuldade da acessibilidade ao espaço físico dos casinos para que, naturalmente, eles possam sobreviver. Sem sucesso da administração, o sistema de rede de transportes foi criado pela iniciativa privada. De repente, Macau ‘enche-se’ de inúmeros autocarros associados aos casinos (*shuttles*) (figura 30), percorrendo constantemente a cidade entre Cotai e a Península, de forma a garantir eficazmente a deslocação rápida dos jogadores de qualquer ponto de entrada de Macau sem gastos e incómodos. Assim, a componente hoteleira beneficiou de uma maior viabilidade e funcionalidade. De facto, a proliferação dos *shuttles* contribuiu para uma melhoria no funcionamento na facilidade de acesso às indústrias do jogo. No entanto, estes transportes servem exclusivamente as operadoras do jogo, sobrepondo-se às necessidades dos moradores de Macau, e é evidente a quantidade burlesca de autocarros dos casinos a circular pelas ruas da cidade. Verifica-se em Macau um claro desequilíbrio no sistema de mobilidade e uma forte prioridade dada aos jogadores-visitantes.

⁸⁰ Entrevista Miguel Campina, 19 setembro 2017.

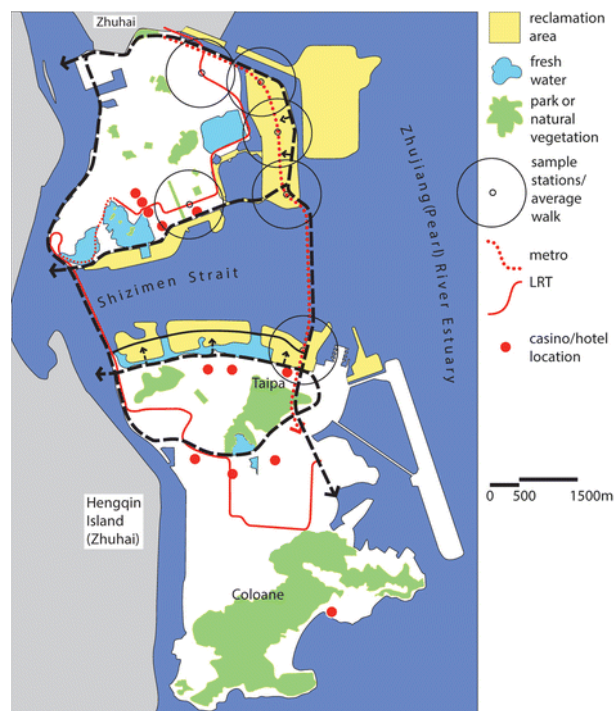


Figura 31. Plano previsto para a construção do sistema do Metro Ligeiro.

“Isto está a rebentar pelas costuras e é preciso planear, estudar medidas e colocá-las em prática”⁸¹, lamenta o arquiteto Carlos Couto. Face ao exacerbado crescimento da cidade ao longo dos anos pós-*handover*, é urgente o planeamento de um transporte público sustentável. Só assim seria possível aliviar a densidade nos transportes públicos, atenuar os altos níveis de poluição causados pelos transportes particulares e a quantidade dos *shuttles buses*.

Para responder a estas problemáticas, em 2007, é comunicado ao público a construção de um Metro Ligeiro elevado, uma ideia que já estava a ser pensada desde 2004. Foi, então, planeada e desenhada uma mega infraestrutura que, como sugere o desenho do percurso, visa garantir a acessibilidade às principais entradas das unidades hoteleiras e, também, a todos os pontos de entrada na cidade (figura 31). O sistema infraestrutural apresenta um conceito polivalente, isto é, a fusão de uma reestruturação das deslocações pedonais da cidade e da atual rede de transportes urbanos. Os *gamblers* provenientes maioritariamente da *mainland* China podem, assim, deslocar-se diretamente para os casinos sem nunca experienciarem as ruas de Macau, deixando a mobilidade labiríntica e os obstáculos arquitetónicos de ser impedimento aos habitantes e visitantes de Macau. Contrariamente ao método de Hong Kong (Metro subterrâneo), optou-se pelo Metro elevado por ser um sistema construtivo menos complexo. Soma-se o constante fator ‘custo’. A rápida exequibilidade do projeto permitiria a redução de custos, notavelmente inferiores em relação à construção de um Metro subterrâneo ou de um Metro à superfície⁸².

A construção da infraestrutura em resposta às necessidades da urbe e dos residentes, foi motivada por inquéritos, exposições e debates desenvolvidos pelo Centro de Estudos de Macau da Universidade de Macau. Uma iniciativa do Gabinete de Infraestruturas e Transportes (GDI) que teve como *targets* a população, associações e profissionais de Macau, e que visava a recolha de testemunhos e opiniões para um melhor aproveitamento deste sistema. Temas como o desenho do percurso, a localização estratégica das estações, o custo da obra, a exequibilidade construtiva e

⁸¹ Carlos Couto *apud* André Jegundo, “Respostas para uma cidade ‘a rebentar pelas costuras’”, *Jornal Tribuna de Macau*, 11 fevereiro 2015.

⁸² “A escolha deste transporte público comparativamente com o Metro subterrâneo ou com o Metro à superfície deve-se ao facto de este “possuir técnicas menos complexas a nível de construção, prazo mais curto de execução dos trabalhos, custos mais baixos a nível de construção e de operação, menor influência e perturbação no trânsito e no dia a dia da população, do sector comercial, etc.”

Gabinete para o desenvolvimento de infraestruturas *apud* Inês Santos, “O Metro Ligeiro como Dinamizador da Cidade - o caso de Macau” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2016), p.81.



Figura 32. Segmento em construção do Metro Ligeiro.

integração no tecido urbano, a atenuação da concentração demográfica e os impactos ambiental, social e sustentável foram, portanto, assuntos de debate para se construir um melhor futuro no que concerne à mobilidade dos habitantes da cidade.

Em 2008, torna-se mais evidente a vontade por parte do Governo de Macau em dinamizar o Delta do Rio das Pérolas. Como fator influenciador para o crescimento económico da urbe, surge a ligação entre Macau, Zhuhai e Hong Kong através de uma ponte viária e ferroviária. Consequentemente, o traçado do Metro Ligeiro desenha-se em função desta construção e implica que uma das estações do Metro seja o ponto de encontro entre as duas infraestruturas. De igual forma, pretendia-se que a linha do Metro articulasse o sistema de transportes públicos existentes na cidade. Há aqui uma intenção em interligar todas as redes de transporte por forma a dar um sentido global.

A execução do traçado do Metro Ligeiro procedeu-se por duas fases, divididas em diversos segmentos. Uma primeira fase tem como objetivo a ligação Portas do Cerco-Taipa, através da Ponte de Sai Van e, a segunda fase, pretende unir a Barra às Portas do Cerco, atravessando pelo Porto Interior. Após inúmeras discussões acerca da implementação da infraestrutura do Metro Ligeiro e consequentes alterações contínuas no desenho do traçado ao longo dos anos (principalmente nos segmentos da península), apenas em 2012 é iniciada a execução da obra na zona da Taipa (figura 32). Com o passar do tempo, a totalidade da obra construída ainda se anseia em Macau.

Depois de tanto tempo, de transformações constantes e, sobretudo, de todas as discussões em volta do Metro, levantam-se diversas questões relevantes: qual é o impacto do Metro Ligeiro na malha urbana de Macau? E mais pertinente ainda: em Macau planeou-se uma infraestrutura capaz de responder às problemáticas da população e da urbe? Ou será que ‘caíram’ novamente na tentação de potenciar os interesses associados à indústria do jogo e do turismo?

“Em Macau, no princípio do século XXI andavam a discutir um projeto que só tem duas velocidades: muito lento e parado”⁸³. Efetivamente, o tema do Metro Ligeiro despoleta várias

⁸³ Miguel Campina, “Uma cidade em pára-arranca”, *Ponto Final*, 17 dezembro 2014.

críticas relativamente à forma como este penetra e se assume perante a cidade. O facto de o Metro ser elevado “só aumenta a descaracterização da cidade”⁸⁴ e traduz um impacto negativo na sua imagem, sobretudo no centro histórico de Macau, pois o desenho proposto do traçado revela que a infraestrutura circula muito próxima de edifícios com valor histórico-arquitetónico.

Apesar de, teoricamente, como refere Hendrik Tieben, haver a intenção de fazer chegar este transporte aos moradores de Macau, nomeadamente às zonas residenciais da península⁸⁵, na prática, o arquiteto Carlos Couto refuta esta iniciativa e afirma que o que está planeado não foi “pensado para servir a urbe de Macau”⁸⁶. Realça, ainda, que devia ser projetada a incorporação do sistema do Metro com o coração da cidade. Francisco Vizeu Pinheiro salienta, por sua vez, que “o Metro Ligeiro tem sido criticado por ser apenas uma solução rápida para levar os *gamblers* aos principais casinos em vez de resolver os problemas de mobilidade do interior da cidade e corresponder às necessidades locais”⁸⁷.

O traçado do Metro faz-nos perceber que se pretendem valorizar as entradas de Macau para que os *gamblers* cheguem de forma rápida aos casinos e, portanto, a intenção de criar alternativas aos *shuttles* exclusivos às operadoras do jogo é posta em causa. Também Sérgio Spencer se debruça sobre os problemas existentes no Metro Ligeiro e constata que seria preferível, face ao carácter do tecido urbano de Macau, o planeamento de um transporte ‘verde’ mais ‘leve’ do que o Metro, de forma a originar um “ambiente mais sustentável”⁸⁸. O arquiteto apresenta mesmo uma alternativa a este sistema, nomeadamente a introdução de autocarros elétricos. De forma a atrair a população ao uso dos transportes públicos através da arquitetura, do design e do *marketing*, Sérgio Spencer destaca que “faria sentido dar algum design às paragens de autocarro para captar o interesse das pessoas e motivá-las a usar os transportes públicos e introduzir plataformas de

⁸⁴ *Ibidem*.

⁸⁵ “A second line was proposed which finally reached into the areas where local residents live. The first proposed line will connect mainly the northern border gate, the casinos, and the international airport.”

Hendrik Tieben, “Macau’s urban image production before and after the credit crunch”, *The 4th International Conference of the International Forum on Urbanism*, 2009, p.168.

⁸⁶ Carlos Couto *apud* André Jegundo, [*op. cit.*].

⁸⁷ “The LRT has been criticized as only creating a fast solution for bringing gamblers to major casinos instead of solving the transportation problems of the inner city and meeting the local needs.”

Francisco Vizeu Pinheiro, Penny Wan, “Urban planning practices and scenarios for Macao development. Case Studies of Macao’s Urban Sustainable Development”, *Paper prepared for the 12th Real Estate Society Annual Conference*, 2007, p.16.

⁸⁸ Sérgio Spencer *apud* André Jegundo, “Respostas para uma cidade ‘a rebentar pelas costuras’”, *Jornal Tribuna de Macau*, 11 fevereiro 2015.

divulgação cultural dentro dos autocarros para que o próprio ato de percorrer a cidade fosse algo de mais lúdico e divertido”⁸⁹.

O caso do Metro Ligeiro é o reflexo da falta de transparência de planeamento em Macau. Diz-se que a linha de Taipa estará operacional em 2019. As dúvidas persistem e, efetivamente, as opiniões não são as mais favoráveis. “We are therefore faced with the greatest failure of the Macau Special Administrative Region, where the logical conclusion one must arrive at is that those responsible do not know how to manage mega projects”⁹⁰.

À face das sucessivas problemáticas que acompanham a cidade de Macau desde os anos de 1960, com maior ênfase após a transição política do *handover*, abordaremos no capítulo seguinte as transformações na prática arquitetónica dos arquitetos portugueses num contexto pré e pós-*handover*. Perante uma realidade tão contrastante e complexa, torna-se evidente uma retrospeção de como é *Ser Arquiteto em Macau* ao longo das sucessivas ‘Macaus’, incidindo em diversas áreas de atividade profissional.

⁸⁹ *Ibidem*.

⁹⁰ João Paulo Meneses, “The Macau LRT: off the rails”, 2017, p.65.

II. Ser Arquiteto em Macau

3. Projetar Macau: práticas e experiências

Internacionalização dos arquitetos portugueses

«[...] why guys with vision chose Macao? This has something to do with the soul of this place, the passion and the openness. Macao is globalized since 16th century of course with more or less success.»⁹¹

A internacionalização dos arquitetos portugueses intensifica-se ao longo dos séculos, atravessa olhares e conjunturas distintas. A produção arquitetónica portuguesa reflete-se mundialmente através da divulgação de textos de críticos locais e internacionais, de exposições e conferências, assim como, de forma mais concreta, com a possibilidade de projetar e construir em novos horizontes. O arquiteto alarga a sua prática profissional pela Europa e pelo Mundo, por um lado, consoante a oportunidade e a espontânea vontade do momento, por outro, como resultado das inevitáveis necessidades decorrentes das crises manifestadas em Portugal. Seja de origem voluntária ou involuntária, a decisão estratégica da globalização da prática arquitetónica para outras geografias será sobretudo um estímulo para o arquiteto. Nas palavras de Rolando Martins, “[...] contemo-nos com esta oportunidade de projetar o (nosso) saber arquitectónico noutros contextos. Porque a internacionalização enriquece o arquitecto, ao mesmo tempo que faz jus à própria essência da arquitectura”⁹².

Longe das origens, Macau torna-se um dos destinos preferenciais para ‘embarcar’ numa ‘viagem’ de experimentalismos, um território complexo em constante transformação que desafia qualquer arquiteto. O exercício da profissão na região de Macau acelerada pressupõe uma exigência ímpar e uma adaptação versátil e, portanto, distingue-se a capacidade de resposta dos arquitetos portugueses face a esse panorama. Devido à situação colonial da urbe no período pré-*handover*, a prática profissional da cidade era na maioria encomendada a arquitetos provenientes de Portugal. Consoante as ocasiões e intenções, alguns arquitetos eram convidados temporariamente para trabalharem no planeamento urbano e marcarem a presença portuguesa no território de forma pontual. Outros arquitetos dividiam a atividade profissional entre Macau e Portugal e houve

⁹¹ Carlos Marreiros, “Architectural Culture in Macao before and after the Handover”, *World Architecture*, n.º234, 2009, p.47.

⁹² Rolando Borges Martins, “Projectar o saber arquitectónico”, *Boletim Arquitectos*, n.º229, 2013, p.14.

ainda outros que se deslocaram para a cidade em distintas circunstâncias onde permaneceram e efetivaram o seu percurso profissional.

«Muito se fala hoje de internacionalização. Não como o resultado de uma vontade própria e autónoma de experienciar novos horizontes [...], mas como uma saída possível para enfrentar os tempos difíceis que todos vamos vivendo. Não como um ato próprio e voluntário, mas como algo induzido ou provocado por crises mais ou menos agudas. Dedicar-nos à internacionalização como uma obrigação ou uma inevitabilidade é, desde logo, uma forma imperfeita e incorreta de a abordar. Ainda assim, se não nos sobrar outra forma de a empreender, contentemo-nos com esta oportunidade de projetar o (nosso) saber arquitetónico noutros contextos. Porque a internacionalização enriquece o arquiteto, ao mesmo tempo que faz jus à própria essência da arquitetura.»⁹³

Transição de uma “arquitetura anónima” para a “arquitetura de Arquitetos”

Acompanhando o quadro de evolução da cidade anteriormente descrito, torna-se evidente desenvolver a meritória presença dos arquitetos portugueses no complexo panorama de Macau. A urbe, que sobreviveu a variadas crises económicas e convulsões políticas ao longo dos séculos, manteve a homogeneidade na sua imagem e sem pressões no tecido urbano até meados de Novecentos. A cidade desenvolvia-se, portanto, sem a necessidade de planeamento urbano através da intervenção de arquitetos e cresceu por substituição de edifícios degradados sem rutura na malha urbana ou no *skyline*. Contudo, nos inícios dos anos 1960, começa-se a desenhar uma acelerada mudança de paradigma em Macau. Face ao explosivo desenvolvimento da cidade, presenciava-se a necessidade premente de mais equipamentos e infraestruturas e a consequente participação de profissionais na área da arquitetura e construção. Forma-se, deste modo, o primeiro núcleo de arquitetos portugueses que projetam para o território diversas obras de valor arquitetónico e forte presença urbana, nomeadamente Manuel Vicente, Natália Gomes, Henrique Mendia, José Maneiras, Raúl Chorão Ramalho, João Ramires Fernandes e Jorge Silva.

No entanto, a cidade enfrenta um período de instabilidade nos investimentos com a Revolução Cultural Chinesa em 1966. Com as reduzidas encomendas de natureza pública e privada, os

⁹³ *Ibidem*.

M

DE
MONSTRO



Edifício Hoi Fu — 0,3 hectares de terra, 400 fogos.

Figura 33. Representação dos edifícios em altura que começaram a emergir na cidade de Macau.

arquitetos que se deslocaram para Macau no início da década de 1960, foram ‘obrigados’ a exercerem a atividade profissional noutros territórios. Porém, alguns voltaram à cidade anos mais tarde, como é o caso do arquiteto Manuel Vicente. José Maneiras, por outro lado, optou por permanecer, contribuindo com várias obras de relevância neste período que Ana Vaz Milheiro aponta como a sua “fase criativa mais importante”⁹⁴. Os arquitetos portugueses trouxeram, inevitavelmente, um novo dinamismo à cidade. Contudo, o rumo que se fazia sentir na construção civil baseava-se em prioridades programáticas e investimentos assentes numa lógica capitalista, provocando repercussões negativas na imagem da cidade que tendia a intensificar-se e na sobrevalorização dos solos. Com a redução de arquitetos portugueses a intervir no território, privilegia-se o mercado macaense e começam a emergir construções anónimas de baixa qualidade, ofuscando o carácter identitário arquitetónico de Macau.

«A maior parte desta euforia construtiva terá sido [...] obra de não arquitectos, pelo que nem sequer os grandes volumes acusam a qualidade individual dos objectos arquitectónicos referenciáveis»⁹⁵.

É, portanto, ainda na década de 1960, que se inicia uma excessiva multiplicação de desenhos tipológicos assentes na lógica de ‘pódio + torre’ (figura 33), destinados aos edifícios residenciais, uma solução característica de Hong Kong, como forma de colmatar a alta densidade urbana e demográfica. Considerados como “prédios anónimos”⁹⁶, é neste tipo de composições que os residentes locais, na tentativa de proteger a sua propriedade privada, se apropriam dos espaços livres através da aplicação de grades, guardas e parapeitos metálicos, preenchendo assim, as varandas, janelas e terraços. Por consequência, estas adaptações apoderam-se de tal forma da fachada do edifício, deixando-a, em alguns casos, completamente irreconhecível. O evidente “horror ao vazio”⁹⁷ prolonga-se, ainda, para um gesto obsessivo de emolduramento de elementos funcionais como componentes decorativos, como é o caso das caixas de ar condicionado. A vulgarização deste tipo de apropriações está de tal forma enraizada na cultura que afetou profundamente a imagem da cidade de Macau até aos dias de hoje.

⁹⁴ Ana Vaz Milheiro, “José Maneiras, Ser Arquitecto em Macau”, *Jornal Arquitectos - Ser Lixo*, n.º 243, 2011, p.27.

⁹⁵ José Lamas, [*op. cit.*], p.46-47.

⁹⁶ *Idem*, p.54.

⁹⁷ José Manuel Fernandes, “Macau da cidade antiga à arquitectura recente”, *Arquitectura Portuguesa*, n.º12, 1987-1988, p.70.

«Com arquitectura erudita e arquitectura sem arquitectos. Com curiosos feitos arquitectos, e arquitectos pouco curiosos, simplesmente faturantes. E, depois, há ainda aqueles que *legitimamente* se apropriam dos espaços eruditamente concebidos, transformando-os, reinventando-os para melhor, adulterando-os para pior, na maioria dos casos, criando fachadas sobre fachadas.»⁹⁸

Em poucos anos, a malha urbana antiga de grande valor arquitetónico e urbanístico foi penetrada por novos edifícios “banais e desenquadrados”⁹⁹ que desvalorizam totalmente o contexto da urbe. Contudo, Macau insiste na transposição de modelos *standard* de Hong Kong, nos arranha-céus de arquiteturas internacionais de carácter comercial que colocam em causa a escala intimista das estreitas ruas e dos edifícios que não excediam os três andares até ao momento. Destinadas a um outro contexto traduzem-se, em Macau, numa “versão pobre e quase terceiro-mundista”¹⁰⁰. De facto, certas zonas da cidade que mereciam a devida preservação, “têm a sua envolvimento imediata destruída pela presença próxima e obsessiva de construções desmesuradamente altas”¹⁰¹. A introdução de edifícios que desafiam a imagem da cidade e qualquer sensatez arquitetónica, assemelha-se perigosamente a um caso próximo dos portugueses, José Lamas afirma que esta situação é “uma “Amadora”, com o exotismo emprestado pela presença chinesa”¹⁰².

«Face ao panorama atrás descrito torna-se nítido o quadro em que se desenvolve a actividade de arquitecto em Macau: depois de romper as barreiras e os preconceitos a que a classe estava sujeita e ganhar jus ao reconhecimento profissional, o arquitecto vê-se no presente obrigado a, com grande versatilidade e flexibilidade, adaptar-se e dar resposta à sucessiva alternância dos ciclos (cada vez mais acelerados) de crescimento económico e de desaceleração, num enquadramento geográfico onde prevalecem, entre outros, parâmetros sócio-culturais, económicos, demográficos, climáticos, tão diferentes de outras regiões do globo.»¹⁰³

Esta teia de desordem construtiva e urbanística que consome a cidade desde os finais da década de 1960 e que se prolonga até aos anos 1970 é o resultado de investimentos descontrolados provocados pela ineficácia do planeamento urbano. No entanto, nos finais da década de 70, Macau assiste a

⁹⁸ Carlos Marreiros, “Prefácio – “Um fato de puro corte ocidental vestia uma alma confucianamente chinesa”, in *Macau: Cidade, Território e Arquitecturas*, 2015, p.9.

⁹⁹ José Lamas, [op. cit.], p.46.

¹⁰⁰ *Idem*, p.49.

¹⁰¹ *Idem*, p.46.

¹⁰² *Ibidem*.

¹⁰³ José Maneiras, “Planos e regras urbanísticas em Macau”, *Jornal Arquitectos*, n.º162, 1996, p.13.



Figura 34. Capa do livro *Os Últimos Dez Anos: Macau 76/86*
Arquitectura Contemporânea.

um *boom* arquitetónico, a nível quantitativo e qualitativo. Fenómenos como a dinamização de investimentos no sector do jogo, o aumento da iniciativa privada e, ainda, a evidente nostalgia de Macau pelos tempos passados e da particularidade portuguesa, contribuíram para uma consciencialização da necessidade de planeamento arquitetónico e urbanístico renovador. Desta forma, pensa-se implementar os primeiros planos urbanos como forma de controlar o crescimento explosivo. A par destas iniciativas, com o desenvolvimento económico, “nascem oportunidades de projectar, para quem compreenda o jogo e o saiba jogar”¹⁰⁴. A arquitetura anónima importada vai-se dissipando e começa-se a transitar para uma arquitetura feita por profissionais. De facto, após a evidente necessidade ao recurso da intervenção de arquitetos, ou seja, de uma arquitetura qualificada, nos idos anos 1960, o exercício profissional do arquiteto torna-se cada vez mais valorizado e imprescindível a partir de meados de 1980, numa fase de total desorganização do território. Neste sentido, no ano de 1985 é decretada a exclusividade da assinatura dos projetos de arquitetura aos arquitetos, contribuindo para um aumento significativo de profissionais a intervir na cidade.

«Pouco a pouco, os arquitectos foram chegando a Macau. Ontem um, amanhã outro, são hoje mais do que trinta. E se eles, como pessoas e no silêncio dos seus ateliers, podem aparecer menos nas notícias dos jornais ou nos mexericos das tertúlias do que os políticos ou os economistas, o caso é que das suas mãos nascem factos que ninguém pode ignorar, pois são o pano de fundo que acompanha os nossos passos de todos os dias. Arranha céus altivos ou casa modestas, ruas e piscinas, praças ou pavilhões, nada é feito sem passar pelo lápis das suas mãos. Mas o olhar do cidadão nos seus percursos através da cidade é, muitas vezes, desatento [...]. Países há em que o pacato cidadão comum sabe [...] localizar no espaço uma peça de arquitectura [...]. Actuar sobre a população, tentando dar-lhe a conhecer alguns dos segredos daquilo que é a arquitectura é, pois, parte importante das nossas intenções. Mas também actuar sobre os próprios arquitectos, possibilitando ou facilitando-lhes, frente a um conjunto significativo das suas obras, o diálogo, a troca de impressões e a análise crítica que a arquitectura não dispensa e que não estão, lamentavelmente, nos hábitos dos nossos profissionais»¹⁰⁵.

Nesta linhagem de valorização do papel do arquiteto, em novembro de 1986, inaugura-se uma exposição do Instituto Cultural de Macau intitulada *Os Últimos Dez Anos: Macau 76/86 Arquitectura Contemporânea* (figura 34). Através de uma mostra de autores e da atividade

¹⁰⁴ José Lamas, [op. cit.], p.54

¹⁰⁵ Francisco Figueira, “Apresentação”, in *O Últimos Dez Anos: Macau 76/86 Arquitectura Contemporânea*, 1986, p.4.

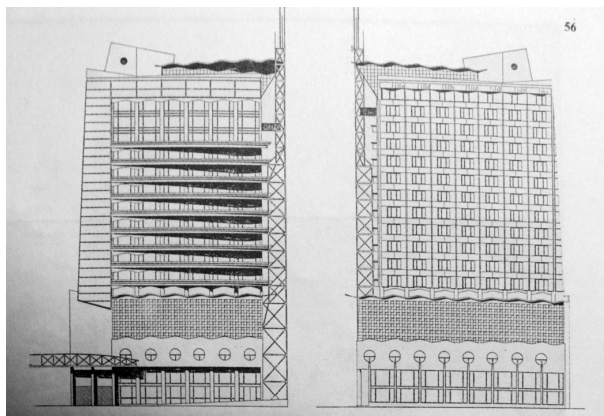
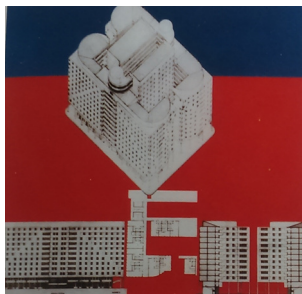


Figura 35. Escola de Pilotagem e Cabotagem da Marinha, António Bruno Soares. Figura 36. Edifício na Praia Grande 69 A-B, Irene Ó e Bruno Soares. Figura 37. Bairro do Hipódromo, Adalberto Tenreiro. Figura 38. Edifício de Habitação e Comércio no Porto Exterior, Vicente Bravo e Paulo Sanmarful.

profissional ao longo dessa década, divulgava-se e afirmava-se a pertinência da ação dos arquitetos portugueses no território. O catálogo compila uma diversificada coletânea de obras organizada por tipologias programáticas, tipos de encomenda, origens e formação do arquiteto. Destacam-se Chorão Ramalho, Manuel Vicente, José Maneiras, Henrique Mendia, Jorge Silva, Natália Gomes, João Ramires Fernandes, Pereira Chan, Nuno Jorge, Vicente Bravo, Paulo Sanmarful, Adalberto Tenreiro, Francisco Figueira, Irene Ó e Bruno Soares¹⁰⁶ (ex. figuras 35-38).

Devido à situação económica da cidade, o exercício profissional do arquiteto repartia-se em duas vertentes, a obra pública e a obra privada, praticada com alta competitividade e, em alguns casos, tratada com uma certa indelicadeza na obtenção da encomenda e nas condições de trabalho. A encomenda privada exigia uma grande capacidade na velocidade de resposta aos especulativos programas apesar dos baixos honorários. Neste campo de intervenção, as iniciativas eram mais regadas e tinham mais imposições, ainda que, a sua bizzarria desse azo a alguma “fantasia, exotismo e criatividade”¹⁰⁷. Em contrapartida, a encomenda pública desenvolve-se noutras regras de atuação, principalmente devido à ampla conjuntura económica nos quadros administrativos. Independentemente da escala dos projetos, sejam as encomendas de edifícios ou espaços públicos de maior ou menor dimensão, existe uma grande diversificação programática, o que suscita um leque variado de oportunidades aos arquitetos. Os projetos de menor escala são entregues aos arquitetos mais jovens numa fase inicial do atelier, o que possibilitaria uma oportunidade para se fixarem no território. As intervenções de maior escala seriam confiadas aos ateliers estabilizados em Macau ou, também, a alguns ateliers de Lisboa. Ainda assim, diversos arquitetos procuram expandir a prática profissional para a *mainland* China ou para outros países próximos de Macau que necessitavam de qualidade arquitetónica.

Com o aumento significativo de encomendas públicas e particulares no território e após o episódio do 25 de abril de 1974, onde se assiste, em Portugal, a uma crise na atividade arquitetónica, os arquitetos portugueses deslocam-se em grande número para Macau em busca de novas oportunidades. Alguns integram equipas, nomeadamente no atelier de Manuel Vicente, outros

¹⁰⁶ José Lamas, [op. cit.], p.55-56.

¹⁰⁷ *Idem*, p.54.

incorporam a administração na área de conservação do património da cidade, e há, ainda, os que abrem o próprio atelier. A deslocação desta geração de arquitetos que se fixaram na cidade e iniciaram a atividade profissional, contribuíram para um aumento exponencial de profissionais na área da arquitetura, em específico, para cerca de cinquenta arquitetos portugueses¹⁰⁸. A este grupo juntam-se arquitetos portugueses de Lisboa e do Porto que, à distância, participam esporadicamente em planos urbanos e em intervenções pontuais, como Tomás Taveira, Fernando Távora e Álvaro Siza Vieira. Com diferentes maneiras de projetar, a prática ativa dos arquitetos portugueses na consolidação do tecido urbano de Macau, trouxe uma visão distinta aos cidadãos relativamente à relevância do papel da arquitetura.

«Diferentes serão as sensibilidades, os gostos, os modos de projectar, porque bem diferentes são as formações culturais e origens profissionais. Diferentes serão as arquitecturas produzidas cujo denominador comum, para lá do contexto/modo de trabalho, será a possibilidade de maior à vontade e eventual fantasia no projectar e no uso de materiais, dos tradicionais a outros sofisticados.»¹⁰⁹

Macau começa a revelar-se como “um território para onde apetece projectar”¹¹⁰, afirma José Lamas num texto onde reflete a *arquitetura feita por arquitetos*. A prática arquitetónica impulsiona-se, numa cidade “disponível e sedenta de construção”¹¹¹. Inúmeros arquitetos portugueses tiveram um papel relevante neste palco de crescimento e de mudanças no pensamento arquitetónico que se fazia sentir em Macau nos anos 60, 70 e 80. Não obstante, destaca-se o arquiteto Manuel Vicente, o “Arquitecto de Macau”¹¹², que, com uma singular presença, deixa-nos um potencial legado arquitetónico para descobrir em Macau.

¹⁰⁸ *Idem*, p.56.

¹⁰⁹ *Ibidem*.

¹¹⁰ *Idem*, p.59.

¹¹¹ Ana Vaz Milheiro *apud* Hugo Torres, “Se há arquitectura moderna em Macau, a mim se deve”, *Ponto Final*, 18 julho 2011.

¹¹² José Manuel Fernandes, “Macau, entre os séculos XIX e XX – Urbanismo e Infraestruturas de 1820 e 1920”, *Revista de Cultura*, n.º35/36, 1998, p.92.

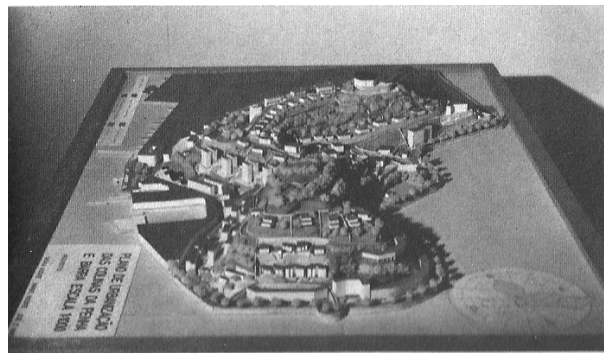


Figura 39. Colagem, retrato de Manuel Vicente. Figura 40. Plano das Colinas da Penha e Barra, Manuel Vicente.

*Manuel Vicente, “o Arquitecto de Macau”*¹¹³

«Macau [...] é, de facto, essa fantasia romântica [...]. É um sítio cheio de vida, onde acontecem coisas, onde eu pratico a minha profissão mais intensamente do que nunca, por ter clientes – criaturas que chegam e que encomendam um trabalho [...]. É de facto viver a fazer, fazer-se a viver, ir-se fazendo porque se faz, ir-se vivendo porque se faz, e ir-se fazendo porque se vive. E isto é o porque fiquei em Macau, por que é que fui para Macau, porque continuo em Macau.»¹¹⁴

Macau apareceu em Manuel Vicente por acaso. Após a passagem aventureira por Goa (1961), a convite do arquiteto Vassalo Rosa quando iniciava o seu percurso profissional no atelier de Nuno Teotónio Pereira, surge uma oportunidade de Manuel Vicente viajar para Macau através do arquiteto Leopoldo de Almeida que se encontrava no território a realizar um plano para o Ministério do Ultramar. Apesar do sentimento de familiaridade que tinha com Lisboa, as condicionantes que sentia em Portugal, agregado à necessidade de arquitetos para dar continuidade a este plano levou a que Manuel Vicente, em 1962, embarcasse nesta experiência sem hesitação. “Macau não era a Índia, a China não era a Índia, Macau não era Goa mas, enfim, era ir, era partir; já me era difícil ficar”¹¹⁵. As circunstâncias permitiram que esta viagem se processasse em dois tempos distintos: uma primeira breve passagem entre 1962 e 1966 e, mais tarde, em 1976 de forma definitiva. Vicente considera que foi uma experiência única e refere ter sido o período mais produtivo da sua atividade arquitetónica, a maioria da sua obra construída encontra-se em Macau.

A geração pioneira de arquitetos em Macau resultou de um núcleo próximo à figura de Manuel Vicente. Em 1962, uma equipa de arquitetos (Henrique Mendia, Jorge Cardoso, José Maneiras e Natália Pereira Gomes) gerida por Manuel Vicente, deslocou-se para o território e formou um gabinete de consulta na administração pública para desenvolver o Plano de Urbanização dos Aterros do Porto Exterior com a coordenação da Direção de Serviços de Urbanismo e Habitação do Ministério do Ultramar. A par desta iniciativa, no início da década de 1960, também elaboraram outros Planos de Urbanização de forma a reestruturar o desenvolvimento da cidade,

¹¹³ *Ibidem*.

¹¹⁴ Manuel Vicente, “Entrevista: Manuel Vicente. Entrevista conduzida por Carlos Duarte e José Manuel Fernandes,” *Arquitectura*, n.º 136, 1980, p.44.

¹¹⁵ *Idem*, p.40.

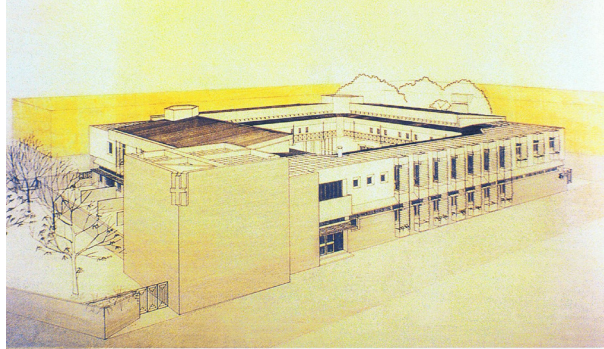


Figura 41. Orfanato Helen Liang. Figura 42 e 43. 18 Habitações para funcionários dos CTT. Figura 44. Torre-Tipo do plano de Urbanização do Porto Exterior.

como o da Ilha Verde, Colinas da Penha e Barra (figura 40), o da Areia Preta, o Monte da Guia, o Largo do Leal do Senado e o Antepiano de Urbanização de uma zona junto à vila da Taipa. Como trabalhavam em nome do gabinete de consulta governamental, não lhe era designada a assinatura final para os planos urbanos, no entanto, o governo permitiu a abertura de ateliers privados onde poderiam exercer uma prática paralela em nome próprio, visto que naquele momento não havia mais arquitetos a trabalhar em Macau. Nesse atelier, as encomendas eram maioritariamente públicas, como “escolas, orfanatos, a Emissora da Rádio e habitação social para funcionários públicos”¹¹⁶, à exceção de duas obras privadas.

Num período de quatro anos, o atelier de Manuel Vicente deixa um vasto legado arquitetónico no território macaense: o Orfanato Helen Liang (1963-66) (figura 41), um projeto em torno de um pátio que distribui todo o programa da obra, remetendo para uma influência do Mercado da Vila da Feira de Fernando Távora, procedente do contacto que Manuel Vicente tinha tido com o arquiteto um ano antes de se deslocar para Macau; as dezoito habitações para funcionários dos CTT (1964) (figura 42 e 43) e a Torre-tipo do plano de Urbanização do Porto Exterior (1963-66) (figura 44), projetos que estimulam uma continuidade do debate sobre a habitação coletiva desenvolvida em Portugal no início dos anos 1960 e visíveis referências ao atelier de Nuno Teotónio Pereira. Nas palavras de João Afonso, são “obras que representam uma visão crítica da modernidade, não reproduzindo modelos mas procurando o encontro com a história e com o contexto cultural e técnico; que como as dos seus colegas marcam o reencontro de Macau com a disciplina da arquitectura”¹¹⁷.

Para Manuel Vicente, este primeiro período foi muito produtivo em Macau. Porém, as exigências capitalistas impostas nas variadas fases dos projetos em sobreposição à qualidade arquitetónica, assim como, as desfavoráveis condições da prática profissional, foram motivos influenciadores para a discutível permanência do arquiteto no território. Ainda assim, Macau foi marcante por contextos e vivências distintas em comparação com a experiência anterior na Índia. Reconhecendo que não seria uma cultura tão “exaltante”¹¹⁸, Manuel Vicente começa a sentir uma nostalgia pelas

¹¹⁶ *Ibidem*.

¹¹⁷ João Afonso, “Caminho. Breve nota biográfica sobre uma vida prévia”, in *Manuel Vicente: Trama e Emoção*, 2011, p.23.

¹¹⁸ Manuel Vicente, [op. cit.], p.40.

terras lusitanas. Foi assim que, em 1966, o arquiteto deixa a urbe macaense, ainda com alguns projetos em execução, e incorpora-se no atelier de Conceição Silva onde participou no sector dos Planos Habitacionais do Fundo de Fomento. “Voltei e achei que tinha de ter um emprego que nunca tinha tido e que a vida não estava para estas coisas”¹¹⁹. Uma passagem bastante curta, pois rapidamente o arquiteto sai novamente de Lisboa para trabalhar no Funchal, colaborando com Góis Ferreira. Aqui surgiu uma nova vontade de viajar, desta vez, para a América, como forma de alargar a sua cultura arquitetónica. Candidata-se, portanto, em 1968, a uma bolsa *Fulbright* para realizar o seu Mestrado nos Estados Unidos e é aceite na Universidade da Pensilvânia, onde se cruzou com os ensinamentos de Louis Kahn. Depois de um certo distanciamento e reflexão, a experiência americana¹²⁰ manifesta-se em Manuel Vicente como um ponto de viragem na sua vida, contribuindo para uma mudança na sua arquitetura. Nas palavras de Manuel Vicente, “com a América, há um antes e um depois na minha vida”¹²¹. Depois de voltar novamente a Lisboa, em 1969, Vicente trazia na sua ‘bagagem’ referências não apenas alusivas a Louis Kahn, como também, ao contacto que tinha estabelecido com Denise Scott Brown e Robert Venturi.

«Having worked with Louis Kahn between 1968 and 1969, and being greatly influenced by Robert Venturi and Denise Scott Brown, his experience of the American culture is a key element to understand his work. American pop culture gave him a theoretical and practical device to cross the distance between Portuguese architecture, China, Macau, and what was happening in the world in the 1960s, 1970s and the 1980s.»¹²²

Após a vinda da América e da permanência enquanto arquiteto na capital, Manuel Vicente estava agora “cansado”¹²³ da institucionalização veloz da arquitetura pública que se começava a fazer sentir em Portugal no período pós-25 de abril. Macau era, assim, uma fuga à pré-fabricação que se intensificava cada vez mais em concomitância com as “combinações tão bem combinadas”¹²⁴ de determinados modelos-tipo que podiam ser, ao olhar do arquiteto, projetos completamente diferentes. Portanto, Portugal enfrentava um período de paralisação na atividade arquitetónica e, perante o panorama português, Manuel Vicente encontra-se novamente com o Oriente, em

¹¹⁹ *Idem*, p.40.

¹²⁰ “Os Estados Unidos foi uma daquelas coisas que só no ano seguinte consegui finalmente perceber, quando voltei para Lisboa.” *Idem*, p.41.

¹²¹ *Ibidem*.

¹²² Jorge Figueira, “Manuel Vicente: Pop Goes Asia!”, in *Macau: Reading the Hybrid City – Discovering Manuel Vicente*, 2016, p.15.

¹²³ Manuel Vicente, [*op. cit.*], p.41.

¹²⁴ *Ibidem*.



Figura 45. Representação de duas páginas do livro *Macau Glória: A Glória do Vulgar*.

1976. Afirma que a sua ida para Macau foi motivada unicamente pela oportunidade de trabalho, descartando o seu fascínio pela China, pelo Oriente¹²⁵. Sem se integrar efetivamente na cultura, Manuel Vicente assume que foi para Macau porque lhe fascinava a ideia de ter um “pato bravo”, de trabalhar “no ordinário, no grosseiro, no vulgar, no corrente, no banal e ainda aí, entrar e dizer, como dizia a criatura que eu estimo muito, a Denise Scott Brown: ‘Está quase bem’. E, de facto, não tem nada que saber.”¹²⁶.

«Em Macau [...] tinha pensado ir para reflectir e meditar. Tinha construído essa fantasia de um lugar do alto do promontório sobre o mar. Aí, reflectiria sobre o passado e dialeticamente construiria o futuro.»¹²⁷

Na procura de uma meditação distante, a cidade de Macau era “um sítio cheio de vida”¹²⁸ onde Manuel Vicente construía a sua fantasia e conquistava uma nova liberdade de ação¹²⁹. O contacto com Venturi e Scott Brown traduziu-se em estímulos únicos na sua arquitetura, sobretudo na produção formalizada neste segundo momento em que Manuel Vicente regressa a Macau. Jorge Figueira argumenta que, “Manuel Vicente avança para Macau americanamente”¹³⁰. Em analogia ao *Learning from Las Vegas*, Manuel Vicente, juntamente com Manuel Graça Dias e Helena Rezende, arranca esta jornada com uma publicação de um livro intitulado *Macau Glória: A Glória do Vulgar*¹³¹, um levantamento efetuado em 1978 e publicado em 1991. O arquiteto procurava reproduzir elementos banais da cidade e, através de desenhos, fotografias com ampliação a pormenores e textos históricos, conseguir transmitir a realidade arquitetónica de Macau e passar para o papel a admiração pelo vulgar e o afeto pela cidade (figura 45). Enfatizando, Jorge Figueira afirma que, “para quem é capaz de acreditar no filme a oriente que se desenrola ao olhar do

¹²⁵ “Sempre disse a toda a gente que fui para Macau porque tinha lá trabalho, não porque estivesse fascinado pela China, nem pelo Oriente [...] – seria pois, a última das minhas intenções chegar a Macau e tentar integrar-me na cultura.”

Manuel Vicente, “Entrevista”, por Manuel Graça Dias, *Via Latina*, 1991, p.280.

¹²⁶ Manuel Vicente, “Entrevista: Manuel Vicente. Entrevista conduzida por Carlos Duarte e José Manuel Fernandes”, *Arquitectura*, n.º136, 1980, p.43.

¹²⁷ *Idem*, p.44.

¹²⁸ *Idem*, p.44.

¹²⁹ “E então Macau apareceu como esse lugar procurado. Na prática, não veio a sê-lo; se calhar também não há lugares de meditação e de reflexão senão miticamente, na nossa imaginação; esses lugares não existem, estamos sempre envolvidos em conflitos, em solicitações, em coisas variadíssimas, que são, digamos, a substância da vida. É isso que, no fundo, é estar vivo. Mas Macau, para mim, foi isso: a distância e a reflexão. Não foi forçada nem procurada, apenas apareceu.”

Idem, p.41-42.

¹³⁰ Jorge Figueira, “‘Made in Macao’: Pop goes Manuel Vicente!”, in *Manuel Vicente: Trama e Emoção*, 2011, p.34.

¹³¹ Cf. Manuel Vicente; Manuel Graça Dias; Helena Rezende. *Macau Glória – A Glória do Vulgar*, Macau: Edição patrocinada pelo Instituto Cultural de Macau, 1991.

INAUGURADA EXPOSIÇÃO "DESCOBRIR MANUEL VICENTE"

O mestre da arquitectura que "marcou" a cidade

Até 10 de Outubro, o Macau Design Centre acolhe a exposição "Descobrir Manuel Vicente", organizada pelo centro Dococomo Macau. A obra do arquitecto em Macau é passada em retrospectiva através de maquetes, desenhos, mas também da fotografia e documentários

Constituída a partir dos contributos de 16 arquitectos, a exposição estreia inaugurada no Macau Design Centre procura reflectir sobre as muitas intervenções que Manuel Vicente realizou em Macau em mais de 40 anos de projectos na cidade, mas também de legado e influências que deixamos a outros profissionais.

Através de maquetes, fotografias, desenhos ou vídeos, a exposição procura dar uma "visão plural" da arquitectura de Manuel Vicente que deixou marcas indeléveis na cidade.

"Esta exposição não é documental, é uma exposição baseada em interpretação e em pensamento crítico e não olhar passivo sobre o seu trabalho e legado em Macau", afirma Rui Leão, do centro Dococomo Macau, entidade responsável por organizar a exposição, que conta com Carolina Roux, Sérgio Spenser e o próprio Rui Leão como curadores.

Manuel Congo Dias, João Santa Rita, Adalberto Ieremino, Diogo Burnay são os nomes de alguns dos arquitectos que deram contributos para a mostra, que também mostra trabalhos de Nuno Aires, na área da fotografia e de Rosa Coutinho Cabral com um documentário sobre Manuel Vicente.

Talvez por isso, esta exposição, sustenta Rui Leão, "não é igual a tantas outras" e pode ter o condão de "ajudar a reavaliar" o caminho que a cidade está a percorrer em termos arquitectónicos e urbanísticos. Com a sua generosidade, pensamento crítico e criatividade, Manuel Vicente foi capaz, não só, de produzir edifícios maravilhosos e momentos de desenvolvimento para a cidade. Também foi capaz de abjectar e de nos influenciar a nós, arquitectos, na maneira como construímos também", acrescenta.

Dos edifícios de habitação social ao



A exposição estará patente até 10 de Outubro.

planeamento da Avenida da Trindade, os contributos de Manuel Vicente não se reduzem a projectos isolados mas a um conjunto que "marcou a cidade", acrescenta o presidente do Instituto Cultural, Ling Vai Mong. "Desenvolvemos um papel importante no desenvolvimento da cidade na década de 60/70 até hoje. Por muito por Macau, deu uma grande contribuição. Alguns projectos que desenvolvemos eram de habitação social mas se atentarmos nos desenhos e nos maquetes destes projectos podemos constatar a dignidade dos edifícios, a atenção à qualidade de vida e ao bem-estar das pessoas", aponta Ling Vai Mong.

"Na nossa cidade, em qualquer lado, há sinais da arquitectura de Manuel Vi-

cente. Deixou muitos sinais na nossa cidade ao longo da vida dele e temos aqui muitos desenhos e fotografias que dão conta desses projectos", acrescenta.

Uma arquitectura que dialogou com Macau nasceu em 1954. Manuel Vicente formou-se na Escola de Belas Artes de Lisboa e começou a trabalhar em Goa e posteriormente em Macau onde permaneceu até 1960. De seguida realizou um mestrado nos Estados Unidos na Universidade de Pennsylvania.

No final da década de 70 regressou a Macau para alguns dos projectos mais emblemáticos que viu a desenvolver: como as torres residenciais da Berra, os

edifícios do bairro social do Fai Chi Kei para além do novo edifício da TIM.

"Tive a sua erudição para Macau, torres e complexos a mim, diálogo sem preconceitos com a prática da arquitectura local, criando um discurso novo que não reflectia nem a imposição de uma ideia ocidental nem se deixava fascinar com orientalismos fáceis, propondo um processo criativo de apropriação do universo local", descrevem os curadores.

A exposição estará patente até 10 de Outubro e é de entrada livre. O horário de abertura é entre as 12h00 e as 20h00, encerrando às segundas-feiras. A marcação de visitas guiadas pode ser feita através do número 28333333 ou do e-mail info@dmccmacau.com.

A.J.

Figura 46. Exposição *Descobrir Manuel Vicente*, "o mestre da arquitectura que 'marcou' a cidade".

arquiteto português, de facto, ‘não tem nada que saber’¹³². Este fascínio por Macau é, também, constantemente realçado pelo arquiteto Manuel Vicente:

«E isto é o porque fiquei em Macau, por que é que fui para Macau, porque continuo em Macau. Porque às vezes custa muito: é muito solitário, é um pouco medíocre, em certos aspectos é um buraco. Mas, depois, por outro lado, também tem tudo a ver connosco. Aquela poalha espalhada, tão generosamente espalhada por todo o lado, onde se passou e onde se foi estando, onde se foi afeiçoando o mundo à nossa imagem; um mundo à medida das nossas fantasias, com muito poucos recursos técnicos e provavelmente ainda menos tecnológicos, em que nunca brilhamos [...]»¹³³

Para além das referências que Manuel Vicente trazia na sua ‘bagagem’ da cultura *pop* americana, as experiências e aprendizagens que adquiriu de Lisboa, Goa e Funchal, formalizam um pensamento arquitetónico total transportado para Macau. Como refere Manuel Vicente pretendia, “tirar tudo da memória, daquilo que sabia, e das provocações que isso causava”¹³⁴. Na sua obra, perspetivava-se uma intenção de adaptabilidade e liberdade, uma arquitetura trivial, de fácil apropriação para os usuários dos espaços, com o objetivo de deixar uma marca na cidade que fosse capaz de transmitir fortes emoções: “o arquitecto tem de fazer coisas que sejam praticáveis, que sejam habitáveis e que, no fim disto tudo, dêem prazer, mostrem esplendor e vontade de emocionar”¹³⁵. No seguimento destas premissas intrínsecas à figura de Manuel Vicente, testemunha-se em Macau uma herança arquitetónica comunicante que nos transporta para a sua ‘veia’ *pop*. É a partir destas intencionalidades que, entre 1974 e 1976, Manuel Vicente sente uma vontade de recorrer a áreas distintas da arquitetura para refletir e construir projetos que na ‘medida certa’ possibilitam um maior significado e qualidade para a vida coletiva.

«Eu gostaria sempre que as coisas fossem muito simples de explicar, que efectivamente valorizassem o discurso. Mas esta é a dimensão do discurso que é exactamente a dimensão comunicativa. Portanto, eu gostaria muito que de repente ‘o que é a Arquitectura’ pudesse ser de uma transparência muito grande.»¹³⁶

¹³² Jorge Figueira, [op. cit.], p.34.

¹³³ Manuel Vicente, “Entrevista: Manuel Vicente. Entrevista conduzida por Carlos Duarte e José Manuel Fernandes”, *Arquitectura*, n.º136, 1980, p.44.

¹³⁴ Manuel Vicente, “Entrevista: Manuel Vicente. Entrevista conduzida por Manuel Graça Dias - Quando se escolhe, toda a criatividade cessou”, in Manuel Vicente, “arquitectura falada, o exercício da palavra”, 2012, p.88.

¹³⁵ Manuel Vicente, Conferência do Arquitecto Manuel Vicente no ISCTE-IUL, vídeo 5/8 [registo, min 3:00], 16 dezembro 2009.

¹³⁶ Manuel Vicente, “Entrevista: Manuel Vicente. Entrevista conduzida por Carlos Duarte e José Manuel Fernandes”, *Arquitectura*, n.º136, 1980, p.39.

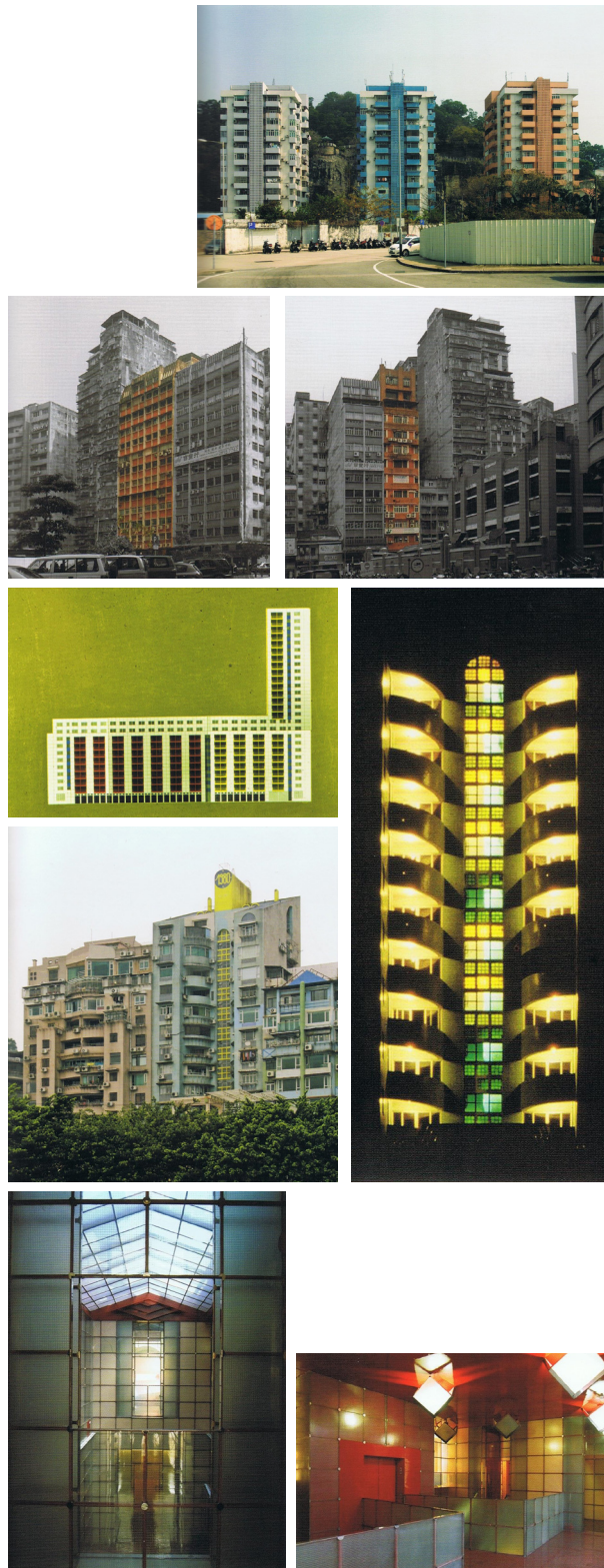


Figura 47. Torres da Barra. Figura 48 e 49. Fábrica Vermelha. Figura 50. Bloco de Habitações para Realojamento da STDM. Figura 51 e 52. Habitações na Rua do Chunambeiro, 6 e 8 “Edifício 1980”. Figura 53 e 54. Arquivo Histórico de Macau.

Segundo um artigo referente à inauguração da exposição *Descobrir Manuel Vicente*, publicado no *Jornal Tribuna de Macau*, Manuel Vicente, é apelidado “o mestre da arquitectura que ‘marcou’ a cidade”¹³⁷ (figura 46), contribuindo ativamente para o seu desenvolvimento arquitetónico. A arquitetura de Manuel Vicente revela uma grande notoriedade e solidez urbana capaz de sobreviver às mutações do tempo e à apropriação pelos residentes locais, já abordada anteriormente, desde as importantes intervenções dos planos urbanos, aos projetos de escritórios ou de serviços públicos, até aos emblemáticos conjuntos de habitação pública e pequenas habitações privadas. Num primeiro momento, as obras eram encomendadas na sua maioria pelo governo. Na segunda presença no território, consegue-se encontrar na obra de Manuel Vicente uma maior diversidade na natureza da encomenda sobretudo a partir dos anos 1980 e, onde a produção arquitetónica se direciona para a iniciativa privada. A propósito destas alterações no exercício profissional, Manuel Vicente constata que “na década de 1980, Macau é o centro da atividade mas altera-se a natureza da encomenda, o cliente institucional toma o lugar do especulador e as obras [BHR, Fai Chi Kei, Plano da Baía da Praia Grande] ganham outra dimensão, em tamanho e em impacto social [...]”¹³⁸.

Em retrospectiva, são dezenas as obras que o atelier de Manuel Vicente produz em Macau, um legado arquitetónico indelével na cidade que deixa referências para outros profissionais de arquitetura¹³⁹. Em colaboração com diversos arquitetos, reiram-se as Torres da Barra (1976-87) (figura 47), a Fábrica Vermelha (1977-81) (figura 48 e 49), o Bloco de Habitações para Realojamento da STDM (1978-84) (figura 50), as Habitações na Rua do Chunambeiro, 6 e 8 “Edifício 1980” (1978-81) (figura 51 e 52), o Bairro de Habitação Social do Fai Chi Kei (1979-91), o Plano da Baía da Praia Grande (1982-89), o Arquivo Histórico de Macau (1985-89) (figura 53-54), o edifício do World Trade Center – WTC (1986-95) (figura 55-56), o projeto de Teledifusão de Macau – TDM (1986-90) (figura 57-58), o Quartel de Bombeiros na Areia Preta (1991-98) (figura 59-60) e, já depois do *handover*, a Praça Nam Van (2001-2003).

¹³⁷ *Jornal Tribuna de Macau*, “O mestre da arquitectura que ‘marcou’ a cidade”, 11 setembro 2015.

¹³⁸ Manuel Vicente, “Introdução”, in *arquitectura falada, o exercício da palavra*, 2012, p.8.

¹³⁹ “Com a sua generosidade, pensamento crítico e criatividade, Manuel Vicente foi capaz, não só, de produzir edifícios maravilhosos e momentos de desenvolvimento para a cidade. Também foi capaz de afectar e de nos influenciar a nós, arquitectos, na maneira como construímos também.”

Rui Leão, “O mestre da arquitectura que ‘marcou’ a cidade”, *Jornal Tribuna de Macau*, 11 setembro 2015.



Figura 55 e 56. World Trade Center - WTC. Figura 57 e 58. Teledifusão de Macau - TDM. Figura 59 e 60. Quartel dos Bombeiros na Areia Preta.

Decidimos atribuir maior destaque ao conjunto de habitação social do Fai Chi Kei (figura 62), não só pelo seu relevante contributo arquitetónico na cidade, mas, também, devido ao seu contestável destino, reflexo da posição arquitetónica no panorama atual em Macau. Considerada “a obra mais poderosa, madura e completa do arquiteto Manuel Vicente”¹⁴⁰, não resistiu ao crescimento quase hiperbólico dominado pelos casinos. Apesar do valor arquitetónico incontestável reconhecido a nível mundial com a Medalha de Ouro da ARCASIA/UIA em 1995, em acréscimo à contestação por parte dos arquitetos e da população local, os blocos foram demolidos em 2010. A intenção do projeto parte de uma tentativa da melhoria do evidente problema de habitação social em Macau e destina-se às classes menos favoráveis da população residente na cidade. Considerada a obra mais “paradigmática”¹⁴¹ de Manuel Vicente, apropriada à escala do desenho urbano de Macau, procura uma compreensão das vivências, hábitos, e culturas da comunidade chinesa.

Localizados numa zona de considerável densidade habitacional, no Norte do Porto Interior, Manuel Vicente apresenta uma solução de dois corpos paralelos entre si, distribuídos em cinco pisos e ‘rasgados’ por um eixo público central. Pretendia-se que este espaço funcionasse como uma rua na cidade. Para além do programa habitacional, o piso térreo liberta-se para se proporcionar equipamentos de uso coletivo através de acessos, espaços comerciais e galerias. Os blocos comportavam também outros espaços públicos pertencentes aos moradores – pátios e galerias –, com uma escala mais acolhedora que permitiam o acesso às habitações. Apesar de se tratarem de espaços iguais, em termos do desenho da forma, cada um deles potenciavam vivências e características diferentes através das entradas de luz consoante a orientação, a poente ou a nascente. Ao percorrer estes espaços, iam-se criando experiências diferentes, uma intenção que não teria sido propositada – “já faz parte das tais imagens na cabeça”¹⁴², mas que “o resultado foi realmente um rendimento, uma mais-valia derivada de se pôr as coisas a jogar, na luz e na sombra – o jogo das formas; ali, nem é das formas, é dos espaços”¹⁴³. Neste projeto, Manuel Vicente também remete para a flexibilidade dos espaços¹⁴⁴, influências da sua participação no SAAL

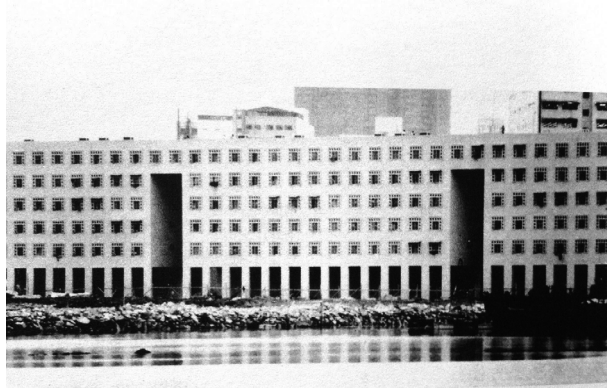
¹⁴⁰ Ana Tostões, “Conjunto Residencial Fai Chi Kei”, *HPIP Património de Influência Portuguesa*, 2012.

¹⁴¹ Jorge Figueira, “Arquitectura em Divagação - Manuel Vicente”, *Revista de Cultura*, n.º50. p.79.

¹⁴² Manuel Vicente, “Entrevista a Manuel Vicente conduzida por Jorge Figueira a 11 de janeiro de 2006 e 14 de maio de 2007”, in Jorge Figueira, *Reescrever o Pós-Moderno*, 2011, p.96.

¹⁴³ Manuel Vicente, “A nós a carne, a gordura das Maddonas”, in *arquitectura falada, o exercício da palavra*, 2012, p.106.

¹⁴⁴ “São pátios que se eles quisessem eram privados. Podiam estar abertos, mas se eles quisessem conquistavam-nos para o interior como uma espécie de marquise. Eu podia morar aqui, juntamente com os pobrezinhos. Temos hábitos culturais muito diferentes,



Figuras 61-64. Bairro de Habitação Social do Fai Chi Kei.

com o projeto da Quinta do Bacalhau, assim como, realça a preocupação e a forte relação com a comunidade residente, intenções transportadas pelas experiências profissionais e aprendizagens adquiridas em Lisboa. A solução da fachada transporta-nos para a vertente *pop* de Manuel Vicente. Com uma pintura uniforme da cor salmão, os planos da fachada eram dominados pela repetição intensiva de janelas perfuradas com um módulo quadrado interrompidas por grandes pórticos: “fiz os quadradinhos porque gosto deles, se eles lá põem os sapatos ainda bem!”¹⁴⁵ (figura 63 e 64) Esta liberdade por parte dos moradores em se adaptarem e se apropriarem dos espaços, para Manuel Vicente, não retira o carácter identitário da obra, pelo contrário. A preocupação máxima do arquiteto será proporcionar o conforto aos habitantes através da sua arquitetura: “considero que *o habitar é o máximo da arquitectura*. Não tem a ver com o *habitat* doméstico, com o aspecto de ‘ser prático’ ou ‘não prático’, mas com o ser *confortável*. Por outro lado, espero que no meio de tudo isso se vão criando ancoragens para o olhar”¹⁴⁶.

Numa variedade imensa de obras, Manuel Vicente conseguiu, com singularidade, marcar a cidade de Macau. A sua arquitetura, perante um contexto tão complexo, reflete uma vontade extrema de construir para a cidade, para os habitantes, em que tudo é pensado de forma harmoniosa, com propósito e com prazer. Uma conjugação *venturiana* com um toque próprio explorando a cultura macaense. A redução da quantidade de obras no início do presente século, derivada da escassez de encomenda, leva Manuel Vicente a ocupar os últimos anos de vida com o ensino e com os estudantes, em Portugal, até 2013, data de falecimento.

«Em todos [os trabalhos], um cunho excepcional, no desenho, na afirmação da vontade de construir lugares, ambientes, jogos de cumplicidade com o vulgar em volta, ilhas (ainda hoje) de pacificação no meio da desurbanidade agressiva de um território em saltos de crescimento disparatado, às vezes gratuito. Porque a Arquitectura de Manuel Vicente é, sempre foi, profundamente urbana. É para a cidade e da cidade que fala cada bocado desenhado, cada quadrado rodado, cada rasgo amorosamente pensado, cada enfiamento programado, cada dimensão experimentada, cada troço de parede ou muro construído envolvendo o espaço dentro e designado, com intencionalidade e desejo, o seu negativo, fora.»¹⁴⁷

mas há um realismo nestas coisas, as pessoas não são melhores nem piores, são diferentes.”

Manuel Vicente, Conferência do Arquiteto Manuel Vicente no ISCTE-IUL, vídeo 17/18 [registro, min 6:30], 16 dezembro 2009.

¹⁴⁵ *Ibidem*.

¹⁴⁶ Manuel Vicente, “A liberdade nunca me fez falta”, *Jornal Arquitectos - Ser independente*, n.º240, 2010, p.44.

¹⁴⁷ Manuel Graça Dias, “Da intenção e do desejo sobre a arquitectura de Manuel Vicente em Macau”, in *Trana e Emoção*, 2011, p.41.

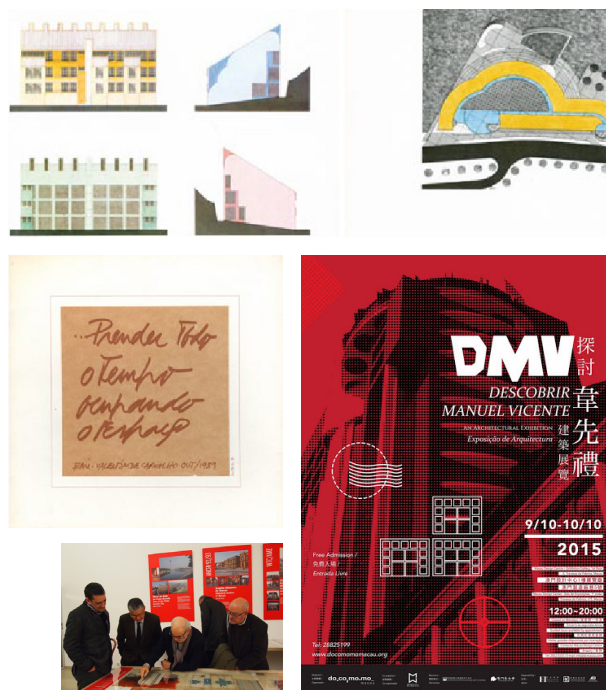


Figura 65. Catálogo da exposição *O exercício da cidade* (1979) Figura 66. Catálogo da exposição *Prender todo o tempo ocupando o espaço* (1989) Figura 67. Exposição *Manuel Vicente: Trama e Emoção* (2011) Figura 68. Exposição *Descobrir Manuel Vicente* (2015)

O percurso arquitetónico neste segundo momento da experiência macaense de Manuel Vicente é apresentado nas exposições *O Exercício da Cidade*¹⁴⁸ (Arquitetura em Macau 1976-79) (figura 65) e de *Prender todo o tempo ocupando o espaço*¹⁴⁹ (Arquitetura em Macau 1979-89) (figura 66). Analisando a mostra de projetos realizados, confere José Pedro Vicente que, em 1979, há a intenção por parte do arquiteto em “fazer parte e ser parte – e não o estar à parte”¹⁵⁰. Transparece através dos trabalhos escolhidos uma influência *venturiana* que se desvenda na sensibilidade *pop* em equilíbrio com a cultura portuguesa e exótica de Macau. A propósito, Jorge Figueira afirma mesmo que Manuel Vicente se “revela o mais *venturiano* dos arquitectos portugueses”¹⁵¹. Esta reflexão está na base das palavras de Manuel Vicente, quando no preâmbulo do catálogo da exposição, refere que tem consciência da constante ambição em transformar as coisas a partir daquilo que não gosta e construir algo que goste, manipular os objetos insignificantes e transformá-los em objetos interessantes¹⁵². Entre a exposição de 1979 e a segunda, dez anos depois, Manuel Vicente reflete um discurso pós-modernista e uma matriz *venturiana* de carácter pessoal. Pós-modernista no sentido em que usava as ferramentas do quotidiano para criar em Macau “um espaço denso, labiríntico, electrizado”¹⁵³ com os métodos da colagem, da réplica e da ampliação, através da utilização do *lettering*, da cor e do uso constante da geometria como efeitos de composição recorrentes na sua prática arquitetónica. E “Macau é um território disponível para esta jornada”¹⁵⁴.

Numa retrospectiva aos cinquenta anos da obra arquitetónica de Manuel Vicente entre os territórios Portugal e Macau, em 2011, é realizada uma exposição *Manuel Vicente: Trama e Emoção* (figura 67), articulada com conferências e a publicação de um livro. Iniciativas que pretendem problematizar a relevância da arquitetura na cidade contemporânea. Em 2015, em

¹⁴⁸ O Exercício da Cidade (Arquitetura em Macau em 1976/79), Ar.co outubro de 1979.

¹⁴⁹ Jorge Figueira, “A Periferia Perfeita: Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa, Anos 60 – Anos 80”, (Dissertação de Doutoramento, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009), p.237.

¹⁵⁰ José Pedro Vicente *apud* Jorge Figueira, “Made in Macao: Pop goes Manuel Vicente!”, in *Manuel Vicente: Trama e Emoção*, 2011, p.34.

¹⁵¹ Jorge Figueira, “A Periferia Perfeita: Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa, Anos 60 – Anos 80”, (Dissertação de Doutoramento, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009), p.236.

¹⁵² “E, todavia, no confronto com o ordinário/corrente, na decisão de o tentar manipular como vocabulário de um outro discurso, no esforço de [...] transformar em algo de que se goste, aquilo de que se não gosta, existiria, continuando a parafrasear Denise Scott Brown, ‘uma grande potencialidade criativa’”.

Manuel Vicente, “O exercício da cidade - Preâmbulo”, in *arquitectura falada, o exercício da palavra*, 2012, p.54.

¹⁵³ Jorge Figueira, [*op. cit.*], p.238.

¹⁵⁴ *Ibidem*.

sua homenagem, é realizada novamente uma exposição *Descobrir Manuel Vicente* (figura 68) que visava refletir sobre o legado de Manuel Vicente na cidade de Macau e descobrir de que forma a sua obra influenciou os arquitetos. Podiam-se ver maquetas, fotografias, desenhos e vídeos – contributos de Manuel Graça Dias, João Santa Rita, Adalberto Tenreiro, Diogo Burnay, Nuno Assis e Rosa Coutinho Cabral –, a mostra expositiva procura novas visões sobre o pensamento da cidade em termos arquitetónicos e urbanísticos. Os curadores – Rui Leão, Carlotta Bruni e Sérgio Spencer – a propósito do conjunto de projetos desenvolvidos em Macau, concluem que Manuel Vicente “trouxe a sua erudição para Macau, testou-a e completou-a num diálogo sem preconceitos com a prática da arquitectura local, criando um discurso novo que não reflectia nem a imposição de uma ideia ocidente nem se deixava fascinar com orientalismos fáceis, propondo um processo criativo de apropriação do universo local”¹⁵⁵.

Ser arquiteto em Macau “é esta aposta, esta capacidade de tirar o caos, da insignificância, um espaço, um arranjo, um objecto praticável, onde as pessoas se possam reconhecer, reconhecer profundamente (reconhecer na lata extensão do termo); que lhes corresponda, que lhes seja familiar, não forçosamente a nível consciente, mas que lhes seja familiar a níveis muito profundos da memória, da experiência, da história que nos faz, que nos constitui, sem a qual nem somos, nem seríamos, nem poderíamos ser”¹⁵⁶. *Ser arquiteto* “era realmente uma vida, era mais do que uma profissão, mais do que qualquer coisa”¹⁵⁷.

¹⁵⁵ Rui Leão, Carlotta Bruni, Sérgio Spencer, “O mestre da arquitectura que ‘marcou’ a cidade”, *Jornal Tribuna de Macau*, 11 setembro 2015.

¹⁵⁶ Manuel Vicente, “Entrevista: Manuel Vicente. Entrevista conduzida por Carlos Duarte e José Manuel Fernandes”, *Arquitectura*, n.º 136, 1980, p.39.

¹⁵⁷ *Idem*, p.37.

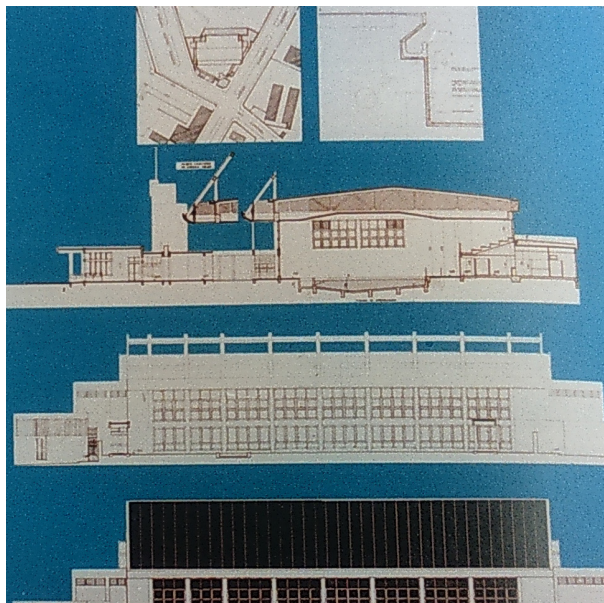


Figura 69. Escola Pedro Nolasco/Escola Portuguesa, Raul Chorão Ramalho. Figura 70. Piscinas do Canidromo, José Maneiras.

4. Perspetivar Macau: transformação e resiliência

Globalização dos arquitetos portugueses em Macau, no contexto pré-handover

«A personalidade de Manuel Vicente e a sua grande abertura ao convívio tem constituído sem dúvida um pólo de gravitação de algumas gerações de arquitectos em Macau, e sendo abusivo falar de “Escola”, é forçoso reconhecer a influência que tem exercido no ambiente local.»¹⁵⁸

Nos anos 1960 emerge um novo espírito de abertura na atividade de arquitetos em Macau. Como referido previamente, datam desta época projetos notáveis de grande qualidade arquitetónica e construtiva dos arquitetos Chorão Ramalho (a escola “Pedro Nolasco” - figura 69), José Maneiras (as piscinas do Canídro - figura 70) e Manuel Vicente que, efetivamente, serviram de exemplo para o exercício profissional das gerações ulteriores de arquitetos. O “aprendiz do oriente”¹⁵⁹, Manuel Vicente, surge como figura de charneira para o contacto de diversos arquitetos portugueses com Macau. Ainda que de forma informal, o arquiteto é, assim, considerado o mestre de uma nova “escola” na cultura arquitetónica portuguesa¹⁶⁰. Sempre com atelier a funcionar em Portugal e Macau, “num virtualmente e noutra realmente”¹⁶¹, os trabalhos eram partilhados por grupos de arquitetos de gerações variadas independentemente da escala do projeto. Manuel Vicente ignora, portanto, uma arquitetura individualizada. O centro de maior atividade encontra-se em Macau, num “ateliê que, à escala de Macau, tem uma dimensão que penso certa; não é uma grande empresa, não se pretende que seja [...]”¹⁶².

O espírito coletivo dentro do espaço de trabalho que funcionasse em constante exercício dialético julgava-se essencial e, em Macau, inúmeros foram os arquitetos que colaboraram com Manuel Vicente, quer por tempos mais prolongados ou mais curtos. Em 1980, o atelier de Macau contava já com 14 profissionais¹⁶³. Será certamente indispensável referir nomes de alguns arquitetos que experienciaram o atelier de Manuel Vicente, ainda que, em diferentes períodos: Manuel Graça

¹⁵⁸ José Lamas, [op. cit.], p.56.

¹⁵⁹ José Manuel Fernandes, “Macau: da cidade antiga à arquitectura recente”, *Arquitetura Portuguesa*, n.º 12, 1987-1988, p.71.

¹⁶⁰ “A obra de Manuel Vicente corresponde a um itinerário particular no contexto da nossa arquitectura. Ele próprio criou uma espécie de ‘escola informal’ que motivou e influenciou gerações de arquitectos. Sem a percepção desse ‘itinerário’ não é possível compreender uma parte significativa da história recente da arquitectura portuguesa”.

Jorge Figueira, “Continuar Macau”, in *A Noite em Arquitectura*, 2007, p.68-69.

¹⁶¹ Manuel Vicente, [op. cit.], p.38.

¹⁶² *Idem*, p.62.

¹⁶³ *Ibidem*.

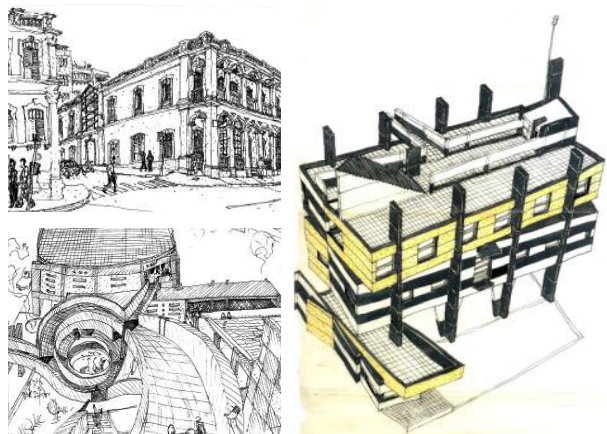
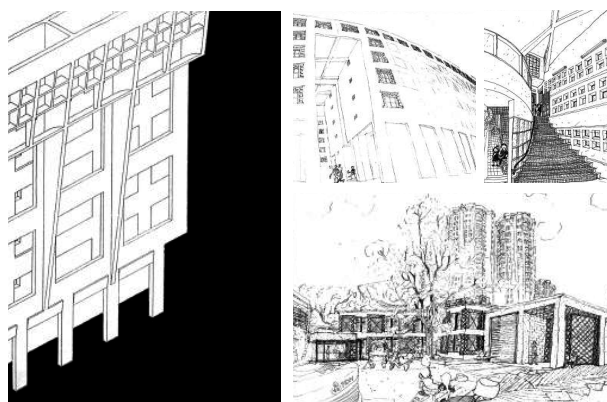
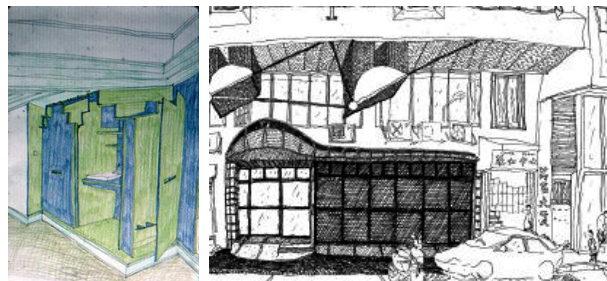


Figura 71. Arquiteto Adalberto Tenreiro. Figura 72. Arquitetura de interiores dos escritórios da DSSOPT. Figura 73. Centro de Transfusões de Sangue. Figura 74. 2ª Fase da Habitação Social do Bairro do Fai Chi Kei. Figura 75 e 76. Centro de Saúde e Jardim no Bairro do Fai Chi Kei. Figura 77. Remodelação e Ampliação da Sede de Televisão de Macau - TDM. Figura 78. Arquivo Histórico de Macau. Figura 79. Central Térmica de Coloane. Figura 80. Piscinas de Taipa. Figura 81. Bombeiros da Taipa. Figura 82. Ginásio Mong-Há. [Desenhos de arquivo do arquiteto Adalberto Tenreiro]

Dias, João Santa-Rita, Diogo Burnay, Francisco Teixeira Bastos, Madalena Cardoso Meneses, Lourenço Vicente, Filomena Vicente e Pedro Ravara, entre outros – que acabaram por regressar a Portugal e trazer na ‘bagagem’ experiências, aprendizagens e influências do seu mestre para a arquitetura portuguesa; Por outro lado, Paulo Sanmarful, Vicente Bravo Ferreira, Adalberto Tenreiro, Ana Fonseca, Sérgio Spencer, Rui Leão e Carlotta Bruni – também arquitetos que saíram do atelier para abrir os seus próprios espaços de trabalho privados, decidiram permanecer em território macaense. Foquemo-nos neste último grupo, em específico nos arquitetos Adalberto Tenreiro e, mais recentemente, Rui Leão. Os dois arquitetos enfrentam, na atualidade, desafios distintos no exercício profissional da arquitetura em Macau.

Adalberto Tenreiro, natural de São Tomé e Príncipe, estudou Arquitetura na Universidade Técnica de Lisboa, contudo não se sentia enraizado em Portugal e, em 1983, decide procurar na cidade de Macau uma oportunidade para iniciar a sua prática arquitetónica. A convite de Teotónio Pereira, Adalberto embarcou nesta aventura integrado num grupo de arquitetos de Lisboa – Conceição Perry, Helena Pinto, Leonor Sampaio Rocha, Hélder Oliveira e Luís Sá Machado (que regressaram para Portugal antes da transição) – e foi trabalhar para o Governo na Direção de Serviços de Solos e Obras Públicas de Macau (DSSOPT), apesar da inexperiência em trabalhar como funcionário público. Destacam-se, deste período, a revisão do plano urbano do Bairro do Hipódromo (1983-84) e a arquitetura de interiores dos escritórios da DSSOPT, de 1983-1984 (figura 72). Em 1985, começa a trabalhar com o arquiteto Manuel Vicente, uma experiência que revela ter sido relevante para o seu percurso profissional, e colabora em diversos projetos do atelier, com maior ênfase no projeto de arquitetura de interiores do Centro de Transfusões de Sangue (1985) (figura 73), o concurso para a 2ª fase da Habitação Social do Bairro do Fai Chi Kei (1987) (figura 74), a arquitetura de interiores do Centro de Saúde e de um jardim localizados no Bairro do Fai Chi Kei (1987) (figura 75 e 76), a Remodelação e Ampliação da Sede de Televisão de Macau – TDM (1988) (figura 77) e a arquitetura de interiores do Arquivo Histórico de Macau, de 1988 (figura 78). Mais tarde, nos anos 1990, estabelece o seu próprio atelier privado em Macau, o *ATeliers ARquiTEctura*. Desta fase é importante mencionar as oficinas e salas de Formação na Central Térmica de Coloane (1991) (figura 79), as diversas passagens superiores pedonais (ao

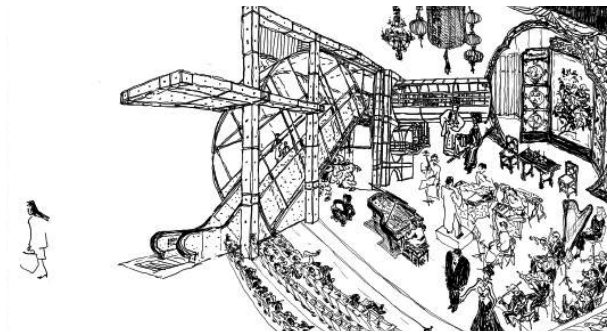


Figura 83 e 84. Projeto da passagem superior pedonal na Avenida Rodrigo Rodrigues.

longo da década de 1990), o centro de Comando da CEM na Areia Preta (1992), a ampliação do ginásio de Mong-Há (1994-95) (figura 82), as piscinas de Taipa (1994) (figura 80) e os bombeiros da Taipa, projeto de 1995-1996 (figura 81).

Destacamos as passagens superiores pedonais, parte integrante da linguagem arquitetónica da cidade. Objetos arquitetónicos que vão surgindo em diversos pontos da cidade com forte presença, permitem uma fluidez na circulação dos peões, evitando o tráfego automóvel. A passagem superior na Avenida Rodrigo Rodrigues, desenhada pelo arquiteto Adalberto Tenreiro em 1991 (figura 83 e 84) (com uma adição posterior de dois blocos de escadas mecânicas), foi distinguida com um primeiro prémio pela sua conceção construtiva. O projeto através de composições geométricas remete-nos para uma influência da experiência com Manuel Vicente, um arquiteto que como princípio cultivava o gosto pela forma e pela geometria na sua arquitetura.

Adalberto Tenreiro, o “arquiteto com obra mais ‘gráfica’ e sentido de dinâmica, autor quase de uma ‘caligrafia oriental’ tridimensionalizada no espaço”¹⁶⁴, trabalhou ativamente na produção arquitetónica em Macau no contexto pré-*handover*, com obras próprias ou em colaboração com outros arquitetos, conquistando diversos prémios de arquitetura na década de 1990. Ao confrontar-se com a transição da soberania, o arquiteto opta por ficar em Macau, porém, evidencia-se no seu percurso arquitetónico uma rutura nas encomendas de projetos pós-1999. Numa análise à produção irregular de Adalberto Tenreiro, decorrente das circunstâncias adversas que tem vivido em Macau, salientam-se diversos concursos, algumas intervenções de pequena escala nos interiores de habitação, em espaços públicos e em elementos pontuais na cidade, algumas estratégias urbanas para conservar zonas históricas da cidade e, mais recentemente, alguns edifícios habitacionais. Não obstante, o arquiteto tem afirmado a sua atividade profissional através da sua apetência pelo desenho, na divulgação dos seus esboços, gravuras e pinturas ao público através de exposições, tanto em Macau como em Portugal, em livros e periódicos de arquitetura. A par destas iniciativas, dedica-se também, com grande ênfase, à prática do desenho no ensino da arquitetura, tanto em Macau como em Hong Kong. Acompanhando o

¹⁶⁴ José Manuel Fernandes, Maria de Lurdes Janeiro, “O último quartel do século XX”, in *Macau: Cidade, Território e Arquitecturas*, 2015, p.125.



Figura 85. Arquiteto Rui Leão.

material gráfico do arquivo de Adalberto Tenreiro, o recorrente uso ao desenho é evidente, não só como uma ferramenta fundamental no processo de projeto, como forma de expressar o seu pensamento, mas também como ferramenta sempre presente nas vivências do dia-a-dia de arquiteto. A arquitetura passa, assim, para segundo plano: “Já estou muito fora da arquitectura, não tem problema. É um assunto que não me interessa”¹⁶⁵, diz o arquiteto, relativamente às mudanças significativas dos projetos de arquitetos portugueses.

A partir do testemunho do arquiteto Rui Leão, abordemos o seu percurso profissional que, numa fase mais recente, também inicia a atividade arquitetónica com Manuel Vicente em Macau. Natural de São Tomé e Príncipe, desloca-se para Macau com sete anos de idade e, portanto, cria desde muito cedo um sentimento de particular afetividade pela cidade. Conclui o curso de Arquitetura na Universidade do Porto, em 1993, e após uma breve passagem profissional a estagiar com o arquiteto Vítor Figueiredo, regressa a Macau e integra no atelier de Manuel Vicente, em 1996. Ao longo da década de 1990 colaborou em vários projetos e concursos para Portugal e Macau, nomeadamente no concurso para habitação social de 736 fogos e equipamento no Bairro do Fai Chi Kei, no concurso para o Pavilhão de Macau na Expo’98 e no projeto para o edifício residencial no lote 3 da zona A da Praia Grande, entre outros.

No fim dos anos 1990, apesar dos momentos de fragilidade na atividade arquitetónica em Macau dada a proximidade do *handover*, Rui Leão opta por permanecer na cidade. Fundou, assim, em 1999, o próprio atelier *Leão Atelier de Arquitectura* e, mais tarde, em 2006, o atelier *VLB Arquitectura e Planeamento*, em parceria com os arquitetos Francesca Carlotta Bruni e Manuel Vicente, porém, este último acaba por regressar a Portugal e o atelier fica inteiramente sob responsabilidade de Rui Leão e Carlotta Bruni. Numa altura que iniciava a sua prática profissional em Macau, Rui Leão conta-nos que esta condição recente ligada à figura de Manuel Vicente, proporcionou uma relevante ancoragem para a continuidade da sua presença na cidade. Contrariamente a muitos arquitetos da sua geração, a consciência das possíveis dificuldades ao se confrontar novamente com a Europa permitiu a Rui Leão escolher permanecer em Macau.

¹⁶⁵ Adalberto Tenreiro, “Direitos de autor – DSSOPT dá razão a arquitecto sobre alterações a projectos – Pouca Consideração”, *Jornal Hoje Macau*, 20 junho 2018.



Figuras 86-88. Praça Nam Van.

O período de maior produção do exercício profissional do arquiteto dá-se depois do *handover*. Com a transição, houve uma alteração significativa na quantidade de encomendas em comparação com a situação no contexto colonial. As oportunidades recaíam na maioria para arquitetos chineses, uma vez que tinham uma maior noção dos requisitos de um projeto de arquitetura que se privilegiava na altura – grandes escalas, de rápida execução e de baixo custo. Não obstante, o atelier garantia algum trabalho de iniciativa pública e, ainda, de natureza privada, mas com menor regularidade. Com o passar do tempo, Rui Leão considera que tem tido mais oportunidade de projetos no sector público e privado, estes últimos com maior ênfase na China, mais do que em Macau. Com uma grande diversidade de tipos de projetos, desde intervenções de espaços urbanos públicos, trabalhos que incorporam o sistema do metro ligeiro, projetos que trabalham com o património da cidade, a edifícios habitacionais, e até a projetos que envolvem as grandes multinacionais dos casinos, destacam-se: a Praça Cívica Nam Van (2001-2003), projeto em colaboração com Manuel Vicente e Carlotta Bruni, a Sala de Leitura da Escola Portuguesa em Macau e a habitação pública para o bairro do Fai Chi Kei (2010-2015), projetos de autoria de Rui Leão e Carlotta Bruni, e ainda, as fachadas do casino Venetian.

Na fase inicial de atividade profissional no contexto pós-*handover*, Rui Leão juntamente com Carlotta Bruni e Manuel Vicente elaboram o projeto para a Praça Nam Van a propósito da premente necessidade de uma nova praça pública no período pós-colonial. O espaço escolhido para desenvolver esta nova estratégia urbana foi na intersecção dos dois lagos – Nam Van e Sai Van – dada a sua proximidade com a recente construção da Torre de Macau, “um verdadeiro ícone *sem conotações com o passado da cidade*”¹⁶⁶. Rui Leão constata que “a Praça Nam Van é um milagre”¹⁶⁷, no sentido em que se conseguiu criar um pedaço da cidade com significado, através de uma conjugação improvável de uma rotunda rodoviária destinada a um espaço público e uma autoestrada (figura 86). A solução partiu pelo desenho de pontos de passagem, de encontro e de convívio, como esplanadas, varandas, jardins, vias pedestres e passadiços que interligassem o espaço central da rotunda com a margem do lago, um percurso articulado com viadutos em diferentes cotas que permitiam a fluidez do trânsito automóvel e pedonal (figura 87 e 88).

¹⁶⁶ Manuel Vicente, “Os cavalos a correr, as meninas a saltar [...]”, in *arquitectura falada, o exercício da palavra*, 2012, p.165.

¹⁶⁷ Entrevista Rui Leão, 18 outubro 2017.



Figuras 89-93. Sala de leitura no pátio da Escola Portuguesa de Macau.

Considerado um projeto de grande valor arquitetónico, em 2006, recebeu uma medalha de ouro da ARCASIA.

Em 2008, Rui Leão e Carlotta Bruni projetam a sala de leitura no pátio da Escola Portuguesa de Macau (figuras 89-93), uma obra distinguida pelo Prémio da Herança Cultural Ásia-Pacífico da UNESCO na categoria “inovação”. A intervenção de pequena escala atuava-se sobre o edifício de Chorão Ramalho desenhado nos anos 1960, um ícone no legado do património existente em Macau e, portanto, exigia alguma sensibilidade arquitetónica. Neste projeto pode-se reconhecer influências da experiência com Vítor Figueiredo na maneira como trabalha os detalhes, revela o arquiteto, pois “havia sempre nele uma curiosidade em ancorar os grandes gestos com as pequenas coisas”¹⁶⁸. As intensões da intervenção passavam por, depois de uma compreensão total do projecto pré-existente¹⁶⁹, trabalhar as entradas de luz natural que penetravam toda a obra e, essencialmente, manter a continuidade de um pátio muito discreto. Para Rui Leão, esta ideia de o projeto não se afirmar é o que mais lhe fascina no resultado final.

Após esta experiência com Manuel Vicente no atelier VLB, Rui Leão e Carlotta Bruni lançam-se num novo projeto profissional, a abertura do novo atelier próprio *LBA Arquitectura e Planeamento*, em 2010. A sua produção arquitetónica ganhou destaque com uma obra selecionada para a mostra *100 Arquitectos do ano*, em 2017, organizada pela União Internacional dos Arquitectos (UIA): a habitação social na zona do Fai Chi Kei (figura 94), construída no sítio do Fai Chi Kei de Manuel Vicente. Para o arquiteto, este foi um exercício desafiante, não só pela sua proximidade com o legado de Manuel Vicente, mas também, pelas suas especificidades práticas, o modo como se conseguiu desenhar espaços reduzidos com qualidade arquitetónica, conforto e uma forte relação interior-exterior¹⁷⁰. As condições da encomenda são para o arquiteto a melhor forma para inovar na arquitetura: “se tiver sempre as mesmas condições de trabalho, a encomenda não me apresenta um desafio, não tenho que arranjar uma forma de contornar e inventar uma

¹⁶⁸ Rui Leão, “Arquitectura do detalhe”, *Revista Macau*, 12 dezembro 2012.

¹⁶⁹ “Tive uma grande necessidade de perceber o que é que lhe passava pela cabeça quando fez isto.”

Ibidem.

¹⁷⁰ “O que vemos na prática corrente em Macau e Hong Kong, como se cumprem os regulamentos à risca depois não há espaços qualificados entre o fogo e a rua [...] e isso faz com que o próprio projecto de habitação seja um lugar de onde se foge porque não oferece espaços de sociabilidade e conforto fora do fogo.”

Rui Leão, “Projecto de Rui Leão e Carlotta Bruni na mostra dos ‘100 Arquitectos do Ano’”, *Jornal Tribuna de Macau*, 11 outubro 2017.



Figuras 94-97. Habitação Social no Bairro do Fai Chi Kei. Figura 98. Colagem, Habitação Social do Fai Chi Kei de Manuel Vicente e a Habitação Social do atelier *LBA Architectura* - homenagem ao original.

coisa diferente, porque não há necessidade”¹⁷¹. Face às limitações em termos de espaço e de vivência familiar nos fogos, exigidas pelo governo, optou-se por incluir as circulações verticais no exterior, beneficiando da luz e ventilação natural como se se tratasse de um espaço-rua (figura 97). Esta ideia de atribuir áreas de carácter comunitário prolonga-se por toda a conceção do projeto: “Fomos adicionando componentes a isso e a certa altura começámos atrás de uma ideia de desenvolver uma aldeia vertical”¹⁷². Sequentemente, e para aliviar a densidade em altura – 27 pisos –, desenharam uma articulação dos pisos com pequenos pátios para estabelecer pontos de encontro e de convívio aos moradores. Outro aspeto importante no projeto, para Rui Leão, foi o cuidado exímio no desenho do espaço interior e a sua relação com o exterior. Como forma de trazer uma maior qualidade de vida à população residente através da arquitetura, os arquitetos trabalham janelas e varandas com uma grande escala para permitir uma maior transparência com a envolvente, como se o fogo se estendesse para o exterior (figura 96).

Por fim, refira-se o projeto elaborado para as fachadas da parcela cinco do Venetian. A atividade profissional dos arquitetos com formação europeia, de um modo generalizado, recai sobre projetos de equipamentos públicos ou habitação, desenvolvidos em ateliers de pequena escala e, excepcionalmente são envolvidos em projetos de grande escala associados ao negócio dos casinos. Porém, em 2007, Rui Leão e Carlotta Bruni colaboram com uma equipa de arquitetos da multinacional responsável pelo projeto do casino Venetian. Conta-nos Rui Leão que, neste tipo de experiências, o arquiteto tem a oportunidade de inverter os papéis com o cliente – a oportunidade de se rever na perspetiva de quem encomenda o projeto – no sentido em que não se trata de um projeto da autoria total do arquiteto e, portanto, o seu distanciamento com a obra permite uma abstração que de outra forma não seria possível. Contudo, as práticas que se adotam nos casinos vão de encontro à ética e ao sentido crítico do arquiteto: “nesse modelo de fazer não existe preocupação em assegurar um tipo de arquitectura. É uma outra ciência”¹⁷³, acrescenta Rui Leão. São, assim, considerados projetos sem arquitetura. Este projeto é o expoente máximo do cliente que não necessita de arquitetura. A preocupação seria desenhar uma fachada

¹⁷¹ Entrevista Rui Leão, 18 outubro 2017.

¹⁷² Rui Leão, “Projecto de Rui Leão e Carlotta Bruni na mostra dos ‘100 Arquitectos do Ano’”, *Jornal Tribuna de Macau*, 11 outubro 2017.

¹⁷³ Rui Leão, “Arquitectura militante”, *Arquitectura 21 Macau 1999-2009*, n.º10, 2010, p.46.

icónica, comunicante e atrativa, deixando o resto do projeto ao critério de profissionais que, por vezes, nem são arquitetos. Comparando este projeto com a intervenção na Escola Portuguesa de Macau, são evidentes as diferenças inerentes às culturas portuguesa e americana. No caso da escola, a arquitetura era precisa para resolver o espaço de leitura sem a destruição do pátio, porque tinham consciência do valor arquitetónico da obra. No sentido inverso, no caso dos casinos, Rui Leão e Carlotta Bruni sentiam que não havia o desejo de arquitetura no pensamento do cliente, o que condicionava o trabalho dos arquitetos: “se queres fazer alguma coisa mais interessante, é quase impossível. A arquitectura fica esquecida no meio daquilo tudo. É a excelência da mediocridade!”¹⁷⁴. A arquitetura surge num paralelo entre a ambição do cliente e fascínio por parte do arquiteto, não se trata apenas de um negócio.

Com a transição, para além de se presenciar uma mudança do poder, há uma mudança na cultura, o que influencia determinantemente a maneira como se vê a arquitetura. Neste sentido, o papel de Rui Leão, enquanto arquiteto e crítico cultural, passa por reverter esta situação com a permanente divulgação e comunicação da produção arquitetónica, bem como exprimindo o seu ponto de vista sobre as problemáticas que emergem na cidade, através do debate e do diálogo com a população. O arquiteto defende que, é com a partilha da arquitetura com opinião pública, onde se aborda e discute as questões do património, do urbanismo e da identidade de Macau, que ela ganha uma valorização extra. No seguimento desta ideia, Rui Leão foi nomeado presidente do Conselho Internacional dos Arquitetos de Língua Portuguesa (CIALP), contribuindo para uma difusão de interculturalidade entre a China e os países de língua portuguesa.

Num outro plano, para além da geração de arquitetos ligada à figura de Manuel Vicente, há que referir alguns arquitetos provindos do Portugal pós-25 de abril ou das ex-colónias africanas que chegam a Macau depois do período de estagnação entre 1967 e 1975 e emergem numa nova fase de dinamismo urbano e construtivo. Por múltiplos percursos e produção arquitetónica consistente, realçam-se os arquitetos Miguel Campina, que trabalha ativamente no planeamento urbano, e Francisco Vizeu Pinheiro, que se dedica à recuperação do património da cidade e que transporta os valores tradicionais através do ensino.

¹⁷⁴ Carlotta Bruni, “Arquitectura militante”, *Arquitectura 21 Macau 1999-2009*, n.º10, 2010, p.46.



Figura 99. Arquitecto Miguel Campina.

Miguel Campina, natural de Angola, conclui o curso de Arquitetura em Portugal e, entre 1984 e 1991, é convidado para incorporar no atelier Palmer & Turner, sediado em Macau e Hong Kong, para trabalhar nos planos de ordenamento parcial do território: o plano da Areia Preta, o plano do Porto Exterior, o plano da Avenida Almeida Ribeiro e do Porto Interior, sob responsabilidade dos arquitetos Álvaro Siza e Fernando Távora, que trabalharam temporariamente na cidade de Macau. Os planos, lançados no ano de 1982, permaneciam em constante diálogo entre os arquitetos e a administração, porém, as sistematicamente exigências e requisitos apresentados ao longo das diversas fases dos planos, tornavam complicada a sua finalização. Desta forma, Miguel Campina tinha como objetivo analisar as soluções propostas, aprofundar alguns aspetos essenciais, para se conseguir completar os planos, e, por fim, apresentar as novas estratégias num relatório final de síntese. Após o efetuar, era evidente, para o arquiteto, que havia inúmeras decisões incongruentes, consequência da frequente rotatividade de jovens colaboradores a trabalhar nos respetivos planos¹⁷⁵.

No caso do plano do Porto Exterior, a malha urbana estava definida e a ideia que estava estipulada no plano era ocupar os quarteirões com o modelo tradicional do tecido antigo da cidade, com lotes de pequena dimensão e com uma grande profundidade. Para Miguel Campina, esta solução era inviável numa cidade que estava a emergir com investimentos de grande dimensão. Partindo dessa conclusão, uma das suas funções era resolver as questões relativas à ocupação dos quarteirões do plano e aplicar uma tipologia distinta. Numa área que se previa destinada a investidores de grande escala, a estratégia mais apropriada seria a delimitação dos quarteirões com edifícios tipificados: 'pódio + torre'. Estas alterações entravam em contradição com o conceito inicial, desta forma, o arquiteto trabalhou por reformular o plano perante as novas estratégias a aplicar.

Em relação ao plano da Areia Preta, esta zona estava gizada para albergar construções de grandes edifícios industriais, no entanto, aquando da sua chegada a Macau, Miguel Campina depara-se com um movimento de transferência das indústrias para a *mainland* China. Apesar da relevância

¹⁷⁵ "O plano foi feito com a intervenção de colegas mais novos da Escola do Porto, que o arquiteto Siza convidava." Entrevista Miguel Campina, 19 setembro 2017.

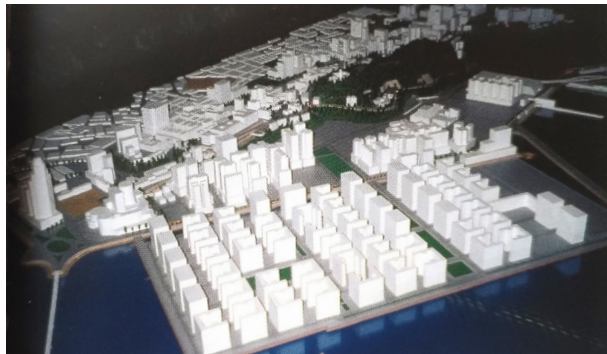
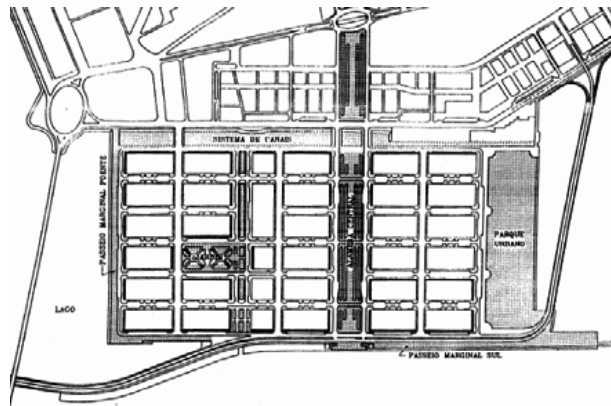


Figura 100. Plano do NAPE. Figura 101. Maqueta dos quarteirões do NAPE.

do plano para o desenho urbano da cidade, era inevitável a adaptação da intervenção a outro destino programático.

Por fim, o plano da Avenida Almeida Ribeiro e do Porto Interior. No primeiro plano, o arquiteto serviu-se de uma investigação previamente realizada sob orientação do arquiteto Fernando Távora que, embora tenha sido um “trabalho absolutamente notável”¹⁷⁶, as soluções propostas em fases preliminares eram muito superficiais devido a objeções por parte dos proprietários face ao aproveitamento dos lotes idealizados no plano. Perante o explosivo crescimento da cidade, nos finais dos anos 1970 e inícios de 1980, a população tinha como perspetiva para a zona antiga da cidade uma substituição das construções antigas por edifícios mais altos, uma solução inexecutável dado o valor patrimonial da zona em causa. Ao confrontar-se com estas problemáticas, Miguel Campina tomou como princípio manter as linhas gerais do plano e implementar regras de reaproveitamento dos lotes, onde se destaca a impossibilidade do acrescento de mais de dois pisos ao edifício existente, sendo que, se se acrescentar os pisos, estes têm que ser recuados obrigatoriamente para se manter a escala da rua. No segundo plano, no Porto Interior, a principal função seria a preservação dos edifícios portuários originais ainda existentes nesta área. Em suma, nos primeiros anos de atividade profissional em Macau, Miguel Campina dedica-se com intensidade ao planeamento urbano da cidade, em planos de pequenas e grandes dimensões, permitindo a sua permanência no território macaense por um longo período de tempo.

Mais tarde, nos anos 1989-90, o arquiteto volta a intervir na revisão do plano do NAPE e, a partir deste momento, a natureza de encomenda na prática profissional de Miguel Campina altera-se completamente. Quando o governo ordena a revisão do plano, surgem exigências que iriam desacreditar por completo as linhas gerais do plano do arquiteto Álvaro Siza Vieira. Face às novas condições, Miguel Campina revela que, pela sua experiência, e sabendo à partida como é que as coisas se processavam em Macau, a estratégia a adotar para avançar com o plano seria “jogar o jogo”¹⁷⁷. Portanto, perante a sua visão do “jogo”, o arquiteto recorreu à legislação existente em Macau, implementou as regras previstas pelo plano e posteriormente definiu a forma dos

¹⁷⁶ *Ibidem.*

¹⁷⁷ *Ibidem.*

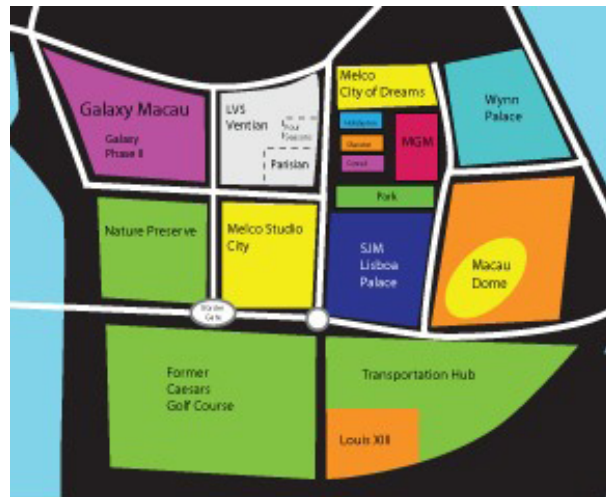


Figura 102. Plano Cotai.

quarteirões (o contrário, e mais comum, seria pensar a forma e depois aplicar às normas do plano). É, portanto, nesta altura, que se reorganizam as localizações, as morfologias, as altimetrias, os programas dos quarteirões, assim como, se estabelecem as posições das arcadas e as zonas que tinham como destino parques urbanos públicos, entre muitos outros fatores. Como resultado final, para responder a todas as condições exigidas pelos quadros administrativos, as alturas dos edifícios alteram-se consideravelmente, retirando a visibilidade da colina que se privilegiava na estratégia urbana anterior desenhada pelo arquiteto Siza Vieira. Ainda assim, depois de analisada a proposta, o governo pretendia que Álvaro Siza Vieira e Miguel Campina acrescentassem mais área de edificado ao plano, porém, os arquitetos consideravam a nova exigência impraticável. Como a ordem tinha sido efetuada verbalmente, Miguel Campina decidiu fazer por escrito um relatório da imposição e, a partir desta situação, o arquiteto não voltou a receber mais propostas de iniciativa pública. O plano acabou por sofrer significativas alterações, como a introdução de uma nova linha de quarteirões e, também, a redução do canal a dimensões mínimas. Para além disto, com a crise financeira em Macau, os terrenos foram a hasta pública e, por consequência, as empresas chinesas apoderaram-se de tudo com o propósito de negociarem mais tarde e retirar partido do maior lucro possível.

Com a Crise Asiática de 1997, a fragilidade económica de Macau e a aproximação da transição de soberania, as encomendas públicas e privadas escassearam na cidade. Raros eram os arquitetos que favoreciam de alguma atividade, ao contrário de Miguel Campina, que não se incluía neste núcleo de arquitetos. Experienciando a ausência de perspetivas, muitos dos seus colegas abandonaram o território macaense (alguns regressando anos depois), porém, o arquiteto considerou permanecer em Macau. No período pós-*handover*, Miguel Campina revela que, por ter um atelier próprio e, também, por beneficiar da experiência com a empresa internacional de Hong Kong (Palmer & Turner), foi-lhe possível ter alguma projeção no exercício profissional com iniciativas privadas, ainda assim, com alguma irregularidade. Em 2002, após a liberalização da indústria do jogo que, mais tarde, impulsiona o início da instalação dos casinos na zona do Cotai, Miguel Campina é envolvido no planeamento urbano, como consultor destas grandes operações. A sua função era definir uma disciplina de ocupação dos casinos com a implementação de



Figura 103. Arquiteto Francisco Vizeu Pinheiro.

determinadas estratégias de projeto para garantir que os planos sejam passados a corpo de lei. De uma forma geral, pretendia definir as dimensões para o aproveitamento dos lotes e estipular regras, como o afastamento entre as construções, os limites do lote em relação à via, entre outros fatores, de acordo as legislações impostas pelo governo. O plano tinha como base fundamental que cada concessão teria autonomia sobre a ocupação do lote (figura 102). Apesar do esforço, o plano nunca foi aprovado e, mesmo que se tome como referência, as regras podem ser facilmente contornadas. Em retrospectiva, conta-nos Miguel Campina que, “foi simultaneamente, estimulante trabalhar com os que tiveram uma atitude construtiva, e extremamente frustrante trabalhar com aqueles que não queriam nada a não ser o controlo físico da área”¹⁷⁸.

Atualmente, o trabalho que é entregue ao atelier de Miguel Campina é, essencialmente, a fiscalização de obras. Acompanhando as mutações da cidade, refere que a profissão do arquiteto, hoje em dia, tem sido alvo de uma instabilidade nunca antes vista ao longo de mais de três décadas de estadia em Macau, como profissional da arquitetura. Reflexo destas dificuldades é a inexistência evidente de projetos por parte da administração. A sobrevivência do estado atual do arquiteto será, portanto, com a encomenda privada que, ainda assim, se revela muito limitada em Macau.

Seguidamente, abordamos Francisco Vizeu Pinheiro, um arquiteto que tem trabalhado persistentemente na conservação do património português – uma área que, ao longo das décadas, tem sido tema de constante preocupação e discussão pelos profissionais. Natural de Portugal, por genealogia ao seu pai, avô e bisavô, aventurou-se para Macau nos inícios dos anos 1990. Mesmo com o futuro incógnito próximo, resultado da transição de 1999, o arquiteto decide arriscar numa experiência que era, acima de tudo, desafiante. Quando se encontrou em território macaense, começou à procura de oportunidades entre amigos próximos do pai, mas sem sucesso. Rapidamente se incorporou Gabinete Técnico da Câmara das Ilhas (GTICI), a convite de um engenheiro que tinha estabelecido contacto. O gabinete tinha sido formado recentemente e, portanto, como ainda não havia material informático para trabalhar, Francisco Pinheiro é desafiado pelo engenheiro a viajar pelas ilhas, analisar os espaços públicos e desenhar

¹⁷⁸ *Ibidem*.

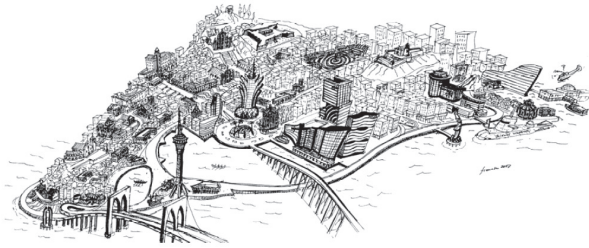


Figura 104. Desenho da península de Macau do arquiteto Francisco Vizeu Pinheiro.

propostas perante as necessidades urbanas. Mais tarde, inicia a sua atividade profissional na área das escolas. Numa primeira instância, entre 1993-94, no ensino, onde foi professor no liceu e, numa segunda, onde trabalhou no gabinete das edificações escolares, até 1998, momento que integra os quadros da Câmara Municipal de Macau, do Leal Senado, até 2013. Neste mesmo ano inicia a sua profissão como professor na Universidade São José (USJ), dedicando-se ao ensino de temas relacionados com o património da cidade de Macau.

Ao longo do seu percurso, Francisco Pinheiro trabalhou ativamente para o governo, desde 1990 até 2013. Antes da transição, os quadros administrativos eram dominados por arquitetos portugueses que ocupavam cargos de grandes responsabilidades, como é o caso do arquiteto Francisco. Aquando da mudança de soberania, a situação inverteu-se. Na teoria, para se trabalhar na administração pública é necessário saber português ou chinês, mas, na prática, esta última passa a ser uma exigência, dificultando o acesso aos arquitetos portugueses para as funções. Portanto, hoje em dia, os quadros são administrados, na grande maioria, por profissionais chineses. Ainda assim, a produção arquitetónica de Francisco Pinheiro manifesta-se com maior intensidade no período de administração chinesa, beneficiado pela sua experiência no Instituto para Assuntos Cívicos e Municipais (IACM), quadro sucessor do Leal Senado. Esta condição surge da necessidade de se manter a tradição portuguesa, nomeadamente nos espaços urbanos públicos através de elementos tradicionais portugueses. No entanto, o *handover* influenciou a prática destas iniciativas. Na administração portuguesa, as propostas eram da iniciativa do arquiteto e, depois de 1999, eram provenientes de dirigentes superiores. Não obstante, muitos dos projetos com relação direta ao centro histórico de Macau são entregues ao arquiteto, por estar fortemente enraizado com a cultura portuguesa.

No que diz respeito à recuperação do património, área na qual incide com grande entusiasmo, tanto no ensino como na atividade profissional, Francisco Vizeu Pinheiro assume que, num contexto pós-*handover*, a maior preocupação que se encontra em Macau é o destino dos edifícios de origem ocidental. As medidas aplicadas nos espaços públicos em relação à preservação da cultura portuguesa têm merecido maior atenção por parte da administração pública. Porém, os edifícios de valor histórico português são, no seu interior, totalmente destruídos e renovados,

mantendo-se apenas a fachada como ‘símbolo’ da presença portuguesa. Este ‘fachadismo’ tem sido alvo de opinião por parte arquitetos portugueses, pois quando se trata de edifícios com valor histórico chinês, o mesmo não acontece, e são preservados na sua totalidade. Estas decisões vêm na sequência do que foi abordado anteriormente na medida em que os cargos de direção no Instituto Cultural de Macau, a entidade encarregue da preservação do património da cidade, são, atualmente, dirigidos na maioria por profissionais chineses. E, portanto, as políticas que são adotadas estes últimos anos em Macau são reflexo da inexistência de administrativos portugueses.

Francisco Vizeu Pinheiro, que estuda o património como se se tratasse do ADN cultural da cidade, revela que os seus alunos são ‘inspirados’ por parte de professores menos conservadores a construir sobre o vazio e a seguir os exemplos que são aplicados em Macau, como é o caso do ‘fachadismo’. Não há lugar para a cultura, a tradição, a história da cidade e as pré-existências nas suas ‘bagagens’ de aprendizagens. Do ponto de vista do arquiteto Francisco, “não se pode construir o futuro se não se considerar o passado, [...] quer seja ocidental ou chinês”¹⁷⁹ e, portanto, o seu papel como professor é transmitir a importância do conhecimento do legado arquitetónico e urbanístico em Macau. Contudo, estes valores da tradição não chegam a todos os alunos da universidade. Com perspetivas distintas, há docentes “mais modernistas”¹⁸⁰ que estimulam a criatividade e o estilo próprio do aluno, “a afirmação de uma assinatura pessoal”¹⁸¹ mais do que os ensinamentos da história da cidade.

Sendo que a construção do futuro de Macau se prende com a necessidade de uma produção arquitetónica qualificada, o papel da nova geração de jovens arquitetos torna-se fundamental. Para a concretização desta premissa é necessária, não apenas uma sólida influência do âmbito escolar, mas também um constante intercâmbio cultural, promovendo experiências internacionais e espaços para uma celebração da arquitetura da cidade. Com lugar para estas iniciativas da contínua divulgação e projeção da arquitetura de Macau para o Mundo, foi fundada a Associação dos Arquitectos, em 1980. Numa primeira fase incluía apenas arquitetos que estabeleciam a prática privada na cidade, porém, em 1988, estendeu-se para membros arquitetos

¹⁷⁹ Entrevista Francisco Vizeu Pinheiro, 28 novembro 2017.

¹⁸⁰ *Ibidem.*

¹⁸¹ *Ibidem.*



Figura 105. "À procura de Macau", Revista *Arquitetura Portuguesa*.

do sector público e foram diversos arquitetos portugueses que se envolveram na associação, como Rui Leão, Carlotta Bruni, Adalberto Tenreiro, Miguel Campina e Francisco Vizeu Pinheiro. A Associação dos Arquitectos de Macau (AAM), em colaboração com outras associações, tem vindo a organizar, ao longo dos anos, vários cursos e seminários para se refletir as problemáticas de Macau e o desenvolvimento do tecido urbano. Para uma esfera exterior a Macau, a AAM tem como foco a expansão da cultura arquitetónica macaense através de fóruns internacionais, como a ARCASIA e a UIA.

Numa cidade que tende em projetar-se para o mundo com a construção de estruturas de grande escala quase hiperbólicas, é fundamental que os arquitetos promovam este tipo de iniciativas que enriquecem o conhecimento sobre a história da cidade, transmitindo-o à população. Uma narrativa que percorreu Macau por mais de 400 anos, deve seguir uma regra de continuidade para sobreviver em simultâneo com as diferentes culturas que se fazem sentir na cidade contemporânea. Paraphrasing Jorge Figueira, “depois da primeira globalização dos portugueses, chega agora a globalização da América, em intenso diálogo com a China.”¹⁸² Face às novas condições, um dos papéis dos arquitetos das gerações pré e pós-handover passa por não deixar dispersar a cultura arquitetónica portuguesa construída ao longo dos séculos.

Dispersão da cultura arquitetónica portuguesa

«A cultura arquitectónica do período português, que tem Manuel Vicente como primeira figura mas envolve um conjunto de arquitectos alargado, foi, nestes últimos 10 anos, praticamente desmantelada. O “pragmatismo” das firmas de Hong Kong impôs uma prática muito distante da “poética” dos arquitectos portugueses. Antes do “handover” os edifícios eram feitos por portugueses “também devido ao facto da arquitectura ser entendida como um aspecto importante da cultura na tradição “portuguesa”, o que depois de vários séculos de trocas “gerou um estilo arquitectónico único em Macau”. Alguns ateliers em Macau, de várias gerações, respondem ainda por essa genealogia, progredindo e adaptando-se bem: Bruno Soares, Carlos Marreiros, Rui Leão e Carlotta Bruni, entre alguns mais.»¹⁸³

¹⁸² Jorge Figueira, “Arquitectura em Divagação – Manuel Vicente em Macau”, *Revista de Cultura*, n.º50, p.83.

¹⁸³ Jorge Figueira, “O Elvis de Macau. Relatos de uma distopia na China”, *Revista de História da Arte*, n.º12, 2015, p.149.

A influência cultural entre Portugal e China, a introdução de ideias inovadoras e o respeito pelo património histórico da cidade, originou ao longo dos séculos um “estilo arquitectónico único em Macau”¹⁸⁴. Durante a época de administração portuguesa, os arquitetos seguiam uma linha de pensamento muito clara em termos metodológicos e projetavam o crescimento urbano e arquitetónico da cidade com particular sensibilidade.

Na cultura europeia, a preservação do património é entendida como um aspeto a valorizar e, portanto, no período colonial, inúmeros edifícios históricos foram conservados pelo governo como forma de dar testemunho da presença portuguesa nos tempos futuros. Incidindo neste fator fulcral do pensamento arquitetónico e, acompanhando o processo de planeamento urbano dos arquitetos portugueses, é também evidente a constante preocupação em desenhar e interligar os espaços urbanos públicos com os espaços privados. Voltando aos anos 1960, à década representativa do início da primeira geração de arquitetos portugueses, estas características são implementadas nas primeiras habitações sociais projetadas por Manuel Vicente e José Maneiras.¹⁸⁵ A construção da cidade era pensada como um programa social. A arquitetura era feita para a sociedade. E em Macau, devido à reduzida escala urbana, o círculo de profissionais em arquitetura era muito pequeno e, portanto, resolviam os problemas urbanos de uma forma muito singular, apoiada numa lógica de diálogo e proximidade com a população. A interface com os cidadãos seria, assim, no pensamento dos arquitetos, crucial para uma melhor compreensão das necessidades a nível de planeamento urbano e das condições de vida dos residentes locais.

Como se observou anteriormente, no período pré-1999, os edifícios públicos e os planos urbanísticos eram, na maioria, da autoria de arquitetos portugueses e transpareciam um forte carácter arquitetónico. A cidade crescia e os arquitetos portugueses iam deixando a sua marca. Manuel Vicente, José Maneiras e Raul Chorão Ramalho foram, assim, figuras fundamentais para o início do crescimento de valor arquitetónico em Macau, na medida em que se interligaram notavelmente com o contexto, com a cultura, com o clima e com a textura da cidade, o que se

¹⁸⁴ Wallace Chang. [op. cit.], p.40-41.

¹⁸⁵ “When you go to the northern part of Macao, where all the social housing is, you see that this social housing from the second half of 20th century is a wonderful urban space. You go to the social housing in Macao, and you don’t feel that you are excluded. You are not estranged when you are visiting this environment, because it is in a way integrated into as an urban intervention.” Rui Leão, “Architectural Culture in Macao before and after the Handover”, *World Architecture*, n.º234, 2009, p.46.

manifesta nos projetos. Porém, a década de 1990 traduziu-se em tempos difíceis no estatuto do arquiteto em Macau.

«Resta saber se, daqui a poucos anos, quando Portugal entregar definitivamente Macau à China, o que restará de um património arquitectónico urbanístico – testemunha da última presença ocidental nessa parte da Ásia – será ainda algo significativo de mais de 400 anos de presença, ou apenas o testemunho (infelizmente também português) da acção descabelada de “patos bravos”, investidores e construtores sino-portugueses nestes últimos 20 anos»¹⁸⁶.

Ao atravessar as mudanças de paradigmas e com a proximidade da transferência da soberania que viria a ser oficializada em 1999, os arquitetos portugueses mostravam-se reticentes com o futuro da atividade profissional. As dúvidas começavam a suscitar-se e o legado arquitetónico português era posto em causa. Mas a preocupação surgiu ainda antes da transição. Após a Crise Económica Asiática de 1997, Macau assim como Hong Kong ficaram paralisadas e as iniciativas no sector público e privado reduziram drasticamente. Embora se tenha assistido a algum dinamismo na atividade pública com projetos de preparação para o *handover*, esta situação prolongou-se por vários anos. Em paralelo, no início dos anos 1990, alguns ateliers de Hong Kong instalaram-se em Macau, condicionando o estado da profissão do arquiteto local nos anos ulteriores.

Como resultado, os profissionais portugueses que desenvolveram prática arquitetónica no contexto pré-*handover* receavam o futuro incógnito da arquitetura e a conseqüente permanência no território foi alvo de reflexão pessoal. As opiniões dividiram-se e a percentagem de arquitetos alterou-se inevitavelmente, porém, após a realização de um inquérito aos arquitetos acerca da continuidade no território, cerca de 68,3%¹⁸⁷ dos inquiridos responderam positivamente. Ainda assim, antes da transição, alguns profissionais abandonaram as suas práticas em Macau de modo a evitar a competitividade direta, outros adaptaram-se e permaneceram no território, persistindo a cultura arquitetónica Portuguesa-Chinesa, como António Bruno Soares, Adalberto Tenreiro, Carlos Marreiros, Rui Leão, Carlotta Bruni, Miguel Campina, Francisco Pinheiro, entre outros. Para além da atividade como arquitetos, promovem, através de iniciativas expositivas, conferências e debates, uma constante divulgação da arquitetura em Macau com ênfase na preservação da herança arquitetónica portuguesa da cidade.

¹⁸⁶ José Lamas, [op. cit.], p.47.

¹⁸⁷ José Maneiras, [op. cit.], p.10.



Figura 106 e 107. Um ícone no tecido urbano, Torre de Macau.

«É precisamente esta coexistência de referências históricas e culturais que constitui o encanto e a identidade de Macau e que se torna fundamental desenvolver e não aniquilar através de uma internacionalização anónima ou de uma degradação física progressiva»¹⁸⁸.

Apesar de se identificar, em Macau, o estilo Europeu em inúmeras igrejas, praças e ruas estreitas inseridas nos distritos mencionados como Património Mundial, existem também, por contraste, as zonas como o Porto Exterior, Praia Grande, Taipa, Coloane e Cotai que se desenvolvem em sentido oposto, com a construção de grande escala. Hoje, desde que Macau se transformou na segunda Região Especial Administrativa, a arquitetura portuguesa aparece ofuscada pela introdução de estilos e técnicas internacionais. Já na transição entre os séculos XX e XXI, começava-se uma nova era colonial da arquitetura iniciada pela construção da Torre de Macau na Praia Grande (figura 106). Este marco arquitetónico, projetado pelo arquiteto neozelandês Craig Moller, alterou a imagem da cidade e quebrou a harmonia entre o antigo e o novo, uma característica que até então era fundamental na cultura arquitetónica chinesa e portuguesa construída no último meio século.

No contexto pós-*handover*, assistia-se ainda a uma fase desfavorável no ramo da arquitetura e a situação económica permanecia negativa. O governo tinha que agir de forma a inverter a situação nos anos posteriores. Foi então que, em 2003, se deu o *turning point* económico com o *Individual Visit Scheme*¹⁸⁹, uma situação que permitia com maior facilidade o acesso da população à cidade (figura 108). Não obstante, em 2004, uma nova Macau emerge economicamente com a decisão política da liberalização da indústria do jogo. Apesar do demorado processo do concurso internacional das concessões, a população via-se numa fase de euforia e acreditava numa futura agitação económica: “uma nova época áurea aparecerá e brilhará sobre Macau”¹⁹⁰. Nas palavras de Carlos Marreiros, foi a partir deste ponto que se manifestaram alterações substanciais na prática profissional em termos de habilidade, criatividade e inovação no pensamento urbano, arquitetónico e cultural, em Macau. Evidencia que, a nível da gestão de negócios e entretenimento,

¹⁸⁸ Maria Calado, “A cidade e as suas arquitecturas – um património cultural a valorizar”, *Arquitectura Portuguesa*, n.º12, p.31.

¹⁸⁹ Individual Visit Scheme: medida implementada a 28 de julho de 2003 que consistiu na liberalização das fronteiras de Hong Kong e Macau a todos visitantes chineses particulares vindos da *mainland* China, sendo que anteriormente apenas era permitido o atravessamento com visas de negócio ou de grupos organizados.

¹⁹⁰ “A new golden age will appear and will bright over Macao.”

Carlos Marreiros, “Architectural Culture in Macao before and after the Handover”, *World Architecture*, n.º234, 2009, p.44.



Figura 108. Densidade turística na fronteira de Macau.

as mudanças foram positivas. Porém, em termos de competências para o planeamento urbano e para a cultura arquitetónica, teve o efeito contrário. O ano de 2004 corresponde a um momento transitivo de contextos e de alterações profundas na maneira de projetar a cidade. Assim sendo, as oportunidades relativas aos projetos mais arrojados recaem, na maioria, para os arquitetos de Hong Kong que começam a ganhar grande notoriedade no território.

«From then on, I think, there is another Macao in terms of practice, skill, and novelty. Did the gaming bring any novelty in terms of thinking about modern architecture and town planning? The answer is no. Nothing new in terms of thought, architecture culture or philosophy was brought. Of course in terms of business, entertainment, events, even hotels, the standard moved up a lot. But in terms of urban design, in terms of architecture culture, nothing was brought by these investments. In my opinion, there was one Macao before 2004, in terms of architecture, in terms of industry, in terms of skills also; and another post 2004.»¹⁹¹

Paralelamente, após a liberalização dos casinos, a interface que se refletia na cultura arquitetónica durante a época portuguesa e a consciente estratégia de articulação dos espaços públicos e privados, foram valores que se dissiparam do pensamento urbano contemporâneo dos investidores internacionais. As prioridades eram agora outras, e isso transparece na forma como, por exemplo, se pensa a habitação social e a sua incorporação com a atual urbe de Macau¹⁹². Por outro prisma, o jogo contribuiu para uma evolução exponencial da economia, para uma prosperidade na administração de negócios de grande escala e nos métodos construtivos e, permitiu ainda uma crescente atração de diferentes culturas¹⁹³. Na prática arquitetónica, esta decisão estratégica, trouxe melhorias nas condições de trabalho, na organização e gestão de projeto, benefícios para os horários, e elevou o conhecimento na área da construção para outros níveis.

¹⁹¹ *Idem*, p.44-45.

¹⁹² “I don’t think there is continuity there. Probably, there are other kinds of priorities. I think, for example the way social housing is being understood, does not have this sense of integration into the city.”

Rui Leão, [*op. cit.*], p.45.

¹⁹³ “I think there are a couple of things interesting to point out. Therefore as I said the gaming brought prosperity which is fine, brought money to Macao which is fine, brought people with different cultures which is also fine. [...] Nowadays I think the gaming is bringing prosperity, the project managers, the methods, for instance the construction. Because in terms of construction, management of the site all these things in my opinion upgrade a lot. The working sites are much more secure, are cleaner, the time table and organization, I think that is fantastic and brought knowledge to Macao.”

Carlos Marreiros, [*op. cit.*], p.46.



Figura 109. Casinos da península de Macau.

«I think that is fantastic and brought knowledge to Macao. But in terms, and that is much more difficult and important, of architecture culture, in terms of understanding a soul, using the roots of the tradition, history, society, it's not a negation of being contemporary, what I see is linked to this foreign investment, there is absolutely no novelty in terms of urban speech, in terms of urban approach [...].»¹⁹⁴

Um novo ritmo de investimentos faz-se sentir em Macau. As exigências técnicas e a gestão do projeto do ponto de vista da escala eram incompatíveis com a prática dos arquitetos portugueses, na medida em que o 'sentimento' do ato de projetar é superado pela força do capitalismo. Desta forma, o governo e os investidores privados convidavam arquitetos de cidades próximas de Macau, como Hong Kong e *mainland* China. Com estes novos contributos, a imagem do projeto adquire uma nova dimensão e produzem-se, assim, 'arquiteturas de fachada'¹⁹⁵.

«Não é possível experimentar os casinos sem ter um choque intelectual e sensorial. Nestas estruturas gigantescas, o jogo é o núcleo duro, mas enquanto "Integrated Resorts", os casinos são dispositivos de uma grande complexidade programática e simbólica, permitindo todas as "comodidades".»¹⁹⁶

O crescimento exacerbado, no início do século XXI, impulsionou uma arquitetura direcionada para o turismo e entretenimento, e a cidade desenvolveu-se com a construção de projetos e infraestruturas de grande escala de modo a melhorar as acomodações turísticas. Para o desenvolvimento de Macau prosperar, perante a conjuntura económica, o Porto Exterior e a zona costeira da Taipa serviram para impulsionar os primeiros investimentos no sector do jogo. Nestes espaços experimentais eram implementados projetos com características americanas e técnicas importadas de Hong Kong, transformando a imagem de Macau ao ponto de ficar conhecido como "Las Vegas do Oriente"¹⁹⁷. Os primeiros casinos foram, entre outros, o Sands, MGM, Wynn e Venetian. Geralmente são arquitetos americanos a projetar estas megaestruturas, em coordenação com empresas de grande escala de Hong Kong, retirando por completo

¹⁹⁴ *Idem*, p.47.

¹⁹⁵ «O recente surto construtivo, desde 2001, dada a sua escala, velocidade e até linguagens arquitectónicas, constitui um sobressalto na cidade. A falta de planeamento e de regra, mas também a escassez de referências arquitectónicas sólidas, nomeadamente do passado, levou os novos promotores do desenvolvimento de linguagens de fachada, vazias de significado e simbólica, pastiches neo-renascentistas ou pós-modernas, revivalistas ou cenográficas, mas em qualquer caso pobres, desenquadradas e pouco interessantes.»

José Romano, [*op. cit.*], p.24.

¹⁹⁶ Jorge Figueira, [*op. cit.*], p.150.

¹⁹⁷ Wallace Chang, [*op. cit.*], p.42.

a oportunidade aos arquitetos locais. Hong Kong atua como intermediário no processo, contrapondo ao internacionalismo do desenho, o conhecimento construtivo local, assim como, a maior facilidade de acesso aos regulamentos e processos de aprovação. Não estando diretamente ligados a Macau, têm a capacidade para “substituir sentimento por profissionalismo, focando-se maioritariamente no lado comercial”¹⁹⁸.

«O sucesso do Sands Macau, construído na área do NAPE (Novos Aterros do Porto Exterior), em 2004, pela Paul Steelman Design Group Asia, abriu uma era em que a arquitectura dos casinos, não só na escala das empreitadas mas também na organização global dos projectos, põe em causa as práticas mais locais ou intimistas dos ateliers da tradição portuguesa. O estatuto da profissão é apenas um dos pontos afectados na revolução dos últimos dez anos.»¹⁹⁹

Reforçando esta ideia e, por consequência, quando se constrói o primeiro casino americano – Sands – que serviu de mote para a rápida proliferação de inúmeros casinos de grande escala no território, surge uma desvalorização da pré-existência, da textura e da história da cidade²⁰⁰. Face à pequena escala da cidade na altura, os edifícios eram construídos de forma a ‘olhar’ o horizonte, existia uma consideração exaustiva pela densidade e pelas alturas recomendadas dos edifícios. Contudo, as exigências no desenho urbano foram contrariadas com a entrada em jogo de investidores dos EUA, Austrália e Hong Kong.

No meio desta vaga de construções de grande escala, surgem obras sem integridade na linguagem arquitetónica. A ausência do desenho é ultrapassada pelos rigorosos métodos e processos de construção. De facto, as empresas dos casinos têm como única função a gestão do projeto e a otimização dos recursos que envolvem as grandes estruturas. Na generalidade, o papel do arquiteto é pensar a arquitetura dos espaços em continuidade, a organização espacial com escala e proporção, é pensar no desenho dos detalhes da obra, é ir experimentando e inovando. Pelo contrário, neste caso, a arquitetura é fragmentada e o arquiteto deixa de ter controlo

¹⁹⁸ “The mode of operation is very international in order to combine the local construction convention and meet the approval process, architects from Hong Kong often play the role of intermediary, more focusing on the commercial side and making an alternative impact to the architectural culture of Macao, to replace sentiments with professionalism.”

Ibidem.

¹⁹⁹ Jorge Figueira, [op. cit.], p.150.

²⁰⁰ “So before the handover, architectural projects in Macao were very successful. After the handover, of course many hotel buildings were constructed. Some are very modern, but I think they haven’t considered how to integrate in the texture of the city they are only huge mega structures like the Venetian, or the MGM. In the old architecture, you can find the texture of the city, but in the new architecture, even if it is famous, you cannot find the history of Macau.”

Paulo Cheung, “Architectural Culture in Macao before and after the Handover”, *World Architecture*, n.º234, 2009, p.45-46.



Figura 110. Lobby central do casino Venetian. Figura 111. Réplica do Grande Canal de Veneza no interior do casino Venetian.

sobre o projeto como um todo. “Esta fragmentação, no fundo, é uma forma de tirar a alma ao projeto”²⁰¹. As complexidades metodológicas, construtivas e programáticas destes projetos requerem o envolvimento de inúmeros profissionais, de diversas áreas, agrupados por equipas e, por consequência, as decisões tornam-se incoerentes ao longo do processo. Paralelamente, as atenções centrais tendem para a tematização do casino e questões relacionadas com o tratamento do ambiente interior, como a materialidade, cores e cenografia, prevalecendo a eficácia, a rapidez construtiva e o custo de obra (figura 110). Como por exemplo, quando o arquiteto propõe determinadas escolhas materiais para o projeto, a prioridade do gestor da obra passa sempre por verificar o seu custo, o que se torna o motivo principal da sua utilização. Sobrepondo-se aos valores culturais e arquitetónicos, perdeu-se em Macau a oportunidade de pensar arquitetura contemporânea com qualidade, apesar do surto construtivo que prolifera na cidade²⁰². Reforçando a ideia anteriormente mencionada, no projeto de Rui Leão e Carlotta Bruni para as fachadas do casino Venetian, “enquanto não houver mais desejo de arquitectura tanto de quem paga como de quem olha, não vai haver arquitectura. Ao contrário do que os arquitectos dizem ou pensam, a arquitectura não existe por nós”²⁰³.

A função dos novos promotores estrangeiros é criar megaestruturas icónicas, que pela sua imagem comunicante canalizam os visitantes para estes espaços. Sem afetividade com a história da cidade de Macau, com o legado arquitetónico de um passado secular de presença portuguesa, os casinos remetem-nos para um mundo de fantasia com réplicas de arquiteturas de outras geografias (figura 111). Estes projetos de grande escala, que podiam ser “um porta-aviões no Pacífico, uma esquina de Las Vegas ou um aeroporto no Dubai”²⁰⁴, estimulam uma comunicação global. Apesar de ignorarem o contexto urbano e a escala da cidade, possibilitam uma maior diversificação arquitetónica e a atração de outro tipo de profissionais em arquitetura de nacionalidades, origens e formações distintas. Macau, “uma ilha oriental cheia de atmosfera mediterrânica”, ao longo destes anos, foi “transformada num mercado multifacetado de glamour”²⁰⁵.

²⁰¹ Entrevista Rui Leão, 18 outubro 2017.

²⁰² “Talvez por isso transpareça uma certa sensação de oportunidade perdida para a arquitectura e qualidade de vida apesar do tanto que se construiu.”

José Romano, “Arquitectura de Referência”, *Arquitectura 21 Macau 1999-2009*, n.º10, 2010, p.25.

²⁰³ Rui Leão, “Arquitectura militante”, *Arquitectura 21 Macau 1999-2009*, n.º10, 2010, p.46.

²⁰⁴ José Romano, “Macau, Lugar de Culturas”, *Arquitectura 21 Macau 1999-2009*, n.º10, 2010, p.24.

²⁰⁵ “In the last ten years, Macao was, thus, transformed from an Oriental island full of Mediterranean atmosphere into a

«I think that there was suddenly a kind of parallel line, after the casino industry had a boom, which was in a way not relating to this realm of this city, not relating to the architecture culture that was a small pond of ideas. I think several things were introduced, like the idea of management in architecture and planning, and the idea of collateral things that can be involved in a large project. In a way that is not a lesson that is particular to Macao or to Macao culture, as a city, but just like a plug-in.»²⁰⁶

Esta maneira de projetar o cenário arquitetónico era totalmente contrastante com o testemunho português. O *handover* traduz-se, assim, num ponto de rutura na prática profissional dos arquitetos portugueses. Em retrospectiva, a transição fomentou grandes mudanças nas necessidades arquitetónicas, a nível funcional e tipológico. A cultura arquitetónica portuguesa, do detalhe e da pequena escala, e a consequente procura pelos arquitetos portugueses, foram lançadas para segundo plano. Neste período, liderado por chineses, as encomendas dos projetos dividem-se entre profissionais da *mainland* ou arquitetos com reconhecimento internacional. Esta premissa leva a que o exercício profissional local se resuma a intervenções de pequena e média escala, como edifícios residenciais, remodelações de interiores, pequenos equipamentos públicos, entre outros. Para além da encomenda se destinar a arquitetos externos, os poucos projetos de promoção governamental raramente são colocados a concurso público, enfatizando o insucesso dos ateliers a operar no território – fator que aumenta de intensidade com a liberalização do mercado do jogo.

«Para o arquitecto local, em exercício liberal da profissão, tal aparece em primeiro lugar como mais uma limitação ao seu já tão diminuto espaço de manobra, entalado entre o poder do investidor imobiliário (geralmente estrangeiro) e o aparente desinteresse da Administração em delimitar com maior precisão o território da sua competência. Fica-lhe um jogo para jogar, do qual sabe, todos conhecerem à partida, o vício da regra. Não tem ele qualquer possibilidade de por si só (separadamente dos outros parceiros do processo) modificar em prazo útil a situação de facto em que se processa o quotidiano da edificação da ‘Nova Macau’.»²⁰⁷

multifarious marketplace of glamour”

Wallace Chang, [*op. cit.*], p.40.

²⁰⁶ Rui Leão, “Architectural Culture in Macao before and after the Handover”, *World Architecture*, n.º234, 2009, p.45.

²⁰⁷ Manuel Vicente, “O exercício da cidade - Preâmbulo”, in *arquitectura falada, o exercício da palavra*, 2012, p.54.

Esta nova realidade, demarcada pela produção de projetos de grande escala, introduz competição no mercado arquitetónico de Macau. Como nos confidencia Rui Leão, grande parte dos ateliers sediados na cidade são, atualmente, operados por estrangeiros.

“O mercado está asfíxiado pela indústria do jogo e, por isso, não há muitas alternativas.”²⁰⁸ Com a natureza da encomenda centrada na indústria dos casinos, há a necessidade, por parte das estruturas de média dimensão, se adaptarem a esta nova condição. Por consequência, o envolvimento com as corporações internacionais passa a ser uma ‘obrigatoriedade’, colocando a maioria dos arquitetos em Macau a trabalhar direta ou indiretamente neste sector. Não desempenhando o papel ativo no processo de projeto ou na conceção da obra, vêem-se restritos a tarefas secundárias, como a elaboração e adaptação aos planos, transposição do projeto para as legislações em vigor, estudos prévios, projetos de execução, fiscalização ou renovação de interiores. Ainda assim, os arquitetos portugueses circunscritos a esta condição são uma minoria, sendo que os demais optam por manter um afastamento por não se identificarem culturalmente com estes métodos e processos de projeto. Uma das razões desse afastamento, e exemplo crítico do modo como as concessões manipulam o mercado arquitetónico local, é traduzida pela forma como os pequenos ateliers chineses, na necessidade das multinacionais em obter parceiros, começaram a ‘vender a assinatura’, ignorando a responsabilidade do exercício da arquitetura (a assinatura em Macau não traz consequências, é uma mera formalidade). A posição dos arquitetos portugueses, em oposição a este fenómeno, define-se pela desvalorização de estilos americanos e de Hong Kong, transparecendo na sua atividade profissional uma genealogia cultural arquitetónica remanescente do legado colonial, assumindo uma lógica de atuação em continuidade com a herança portuguesa.

Entre delírios arquitetónicos americanos e tradições seculares chinesas, várias obras autorais de grande valor arquitetónico foram surgindo sempre numa relação próxima com a realidade da cidade. Muitos destes edifícios, desenhados por arquitetos portugueses, sofrem, hoje em dia, transformações drásticas, ou mesmo a completa demolição, eliminando a sua essência conceptual, assim como qualquer traço identificativo do autor. Como refere Miguel Campina,

²⁰⁸ Entrevista Tiago Quadros, 2 março 2018.

ao jornal *Hoje Macau*, “[...] em Macau, tal como em Hong Kong e na China, o trabalho do arquitecto nem sempre é valorizado da melhor maneira. Alterar e apagar o que se fez é algo comum [...]”²⁰⁹. Ainda, em tom irónico, alguns arquitetos, afirmam que com alterações tão profundas não conseguem detetar a sua própria assinatura. Em suma, para garantir uma continuidade na tradição e manter os vários *layers* de história é necessário valorizar aquilo que se reconhece como património arquitetónico, não só templos, igrejas ou a calçada portuguesa, mas também, arquiteturas de autores que representaram e representam um papel ativo e fundamental na construção da cidade.

A ação do arquiteto na contemporaneidade

A prática profissional em Macau antes da transição política de 1999 era equivalente aos processos e métodos de projetos, diálogos e liberdades de experimentação praticados nos ateliers em Portugal. Hoje, com o *handover* e a liberalização do jogo, atravessa-se uma fase de mudança, governamental, no sistema político, mas sobretudo no grupo populacional dominante, com a ascensão de uma classe média-baixa para uma classe com papel ativo na sociedade. Com estas alterações, a natureza da encomenda ou o uso e crítica da arquitetura passa a ser praticada por uma comunidade culturalmente diferente. Como confia Rui Leão, apresentando um ponto de vista pessoal, “estando num contexto pós-colonial [...] a mudança de poder, a mudança na opinião pública e no gosto dominante obriga-nos a trabalhar para um universo social que é muito diferente do nosso”²¹⁰.

Neste panorama, é essencial promover um diálogo participativo entre arquiteto, cliente e população. Nos primeiros anos após o *handover*, com a redefinição de Macau, apesar do entusiasmo e motivação dos profissionais de arquitetura, não se verificou esta premissa. Os arquitetos “falavam sozinhos”, projetavam na perspetiva das entidades que encomendavam o projeto e, simultaneamente, na perspetiva do arquiteto. Esta condição possibilitou ao arquiteto

²⁰⁹ Miguel Campina, “Direitos de autor – DSSOPT dá razão a arquitecto sobre alterações a projectos – Pouca Consideração”, *Jornal Hoje Macau*, 20 junho 2018.

²¹⁰ Entrevista Rui Leão, 18 outubro 2017.



Figuras 112-121. Eventos organizados pela DOCOMOMO Macau, 2014-2018

um olhar crítico, autónomo e consciente das transformações que ocorriam em Macau, o que levou a um pensamento sobre o modo de trabalhar os espaços da cidade do ponto de vista das necessidades da população. Como exemplo prático do atual progresso na ação ativa em torno do diálogo, o arquiteto Rui Leão relata a forma como a partir de um pequeno projeto de requalificação de uma zona do centro histórico, consegue criar uma ligação íntima com a comunidade local²¹¹, ao ponto de se estabelecer relações mútuas de aprendizagem. Descreve esta experiência como um “exercício do quotidiano”, onde se sente “muito mais próximo da população, do que propriamente de qualquer arquiteto ou urbanista do governo”²¹². Ainda no seguimento desta ideia de introduzir momentos de debate no processo de projeto, entre 2014-2015, foram criadas, através de políticas governamentais, comissões de acompanhamento. Referiam-se a grupos organizados que contavam com a participação de diferentes profissionais de arquitetura, visando discutir a melhor solução para projetos de encomenda pública.

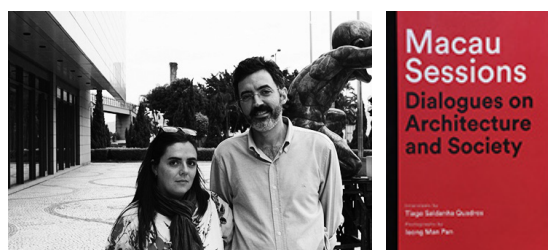
Para além do debate em torno da prática de projeto, os arquitetos dinamizam diversos eventos culturais, através de plataformas abertas à sociedade, para estimular o interesse pela realidade da arquitetura em Macau, “um exercício importante porque só através da partilha de uma certa opinião pública, de um certo interesse pela discussão das questões da arquitetura, do urbanismo e do património, é que conseguimos criar um interesse da comunidade nestes temas”²¹³. A organização DOCOMOMO Macau, presidida pelo arquiteto Rui Leão, tem estabelecido um papel fundamental na promoção e preservação da herança arquitetónica e urbanística da cidade. São desenvolvidos diversos eventos expositivos e seminários de debate para interpretar e dinamizar desde o planeamento urbano da cidade, edifícios históricos e a arquitetura do quotidiano, aos arquitetos que estabeleceram uma relevante ação na construção da cidade. É perceptível a ênfase atribuída aos arquitetos portugueses pela sua representatividade cultural patente nas recentes conferências e exposições, *Discovering Manuel Vicente*, entre 2014-2016, e *José Maneiras – Modernismo à Macaense*, em 2018.

²¹¹ “Como fiz isto com uns urbanistas chineses, e um deles, cresceu e tem família ali no bairro, consegui levar a população toda daquele lugar ao meu atelier e ter sessões ao fim de semana com os lojantes, com os moradores.”

Ibidem.

²¹² *Ibidem.*

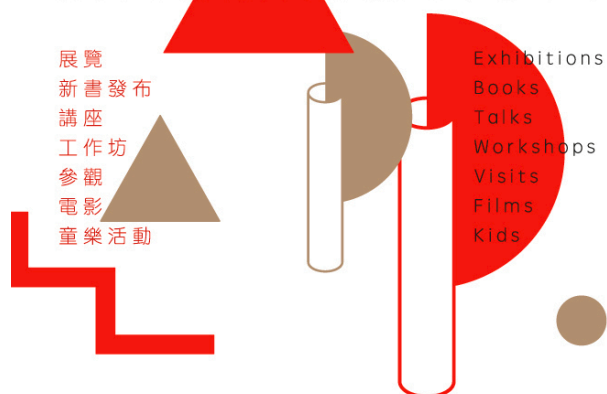
²¹³ *Ibidem.*



2015

10/10 — 1/11
10月10日至11月1日

MACAU
ARCHITECTURE
PROMENADE
石頭說話 —
澳門建築的前世今生



展覽
新書發布
講座
工作坊
參觀
電影
童樂活動

Exhibitions
Books
Talks
Workshops
Visits
Films
Kids

Figura 122. Investigadora e curadora Margarida Saraiva e Arquiteto Tiago Quadros, fundadores da Associação BABEL. Figura 123. Capa do livro *Macau Sessions, Dialogues on Architecture and Society*. Figura 124. Cartaz da Exposição *Macau Architecture Promenade*.

Paralelamente, numa perspetiva cultural mais abrangente, surge a associação cultural BABEL, fundada pelo arquiteto Tiago Quadros e a investigadora e curadora de arte Margarida Saraiva, em 2013. A associação trabalha ativamente na promoção de iniciativas nas áreas da arquitetura, da arte contemporânea e do ambiente, perspetivando a interculturalidade entre o Ocidente e o Oriente. No ramo da arquitetura, a Babel tem desenvolvido, com a colaboração de arquitetos, debates e divulgações da produção realizada em Macau e nas cidades próximas. A BABEL promove a comunicação por via de fóruns públicos, à semelhança da iniciativa *Designing Hong Kong*²¹⁴, é fundamental para se discutir as necessidades da cidade, soluções e pontos de vista de parte a parte. Tiago Quadros reconhece que esta é uma grande problemática presente em Macau, principalmente pela dificuldade em englobar a administração neste tipo de ações.

Em 2015, a Babel organizou o *Macau Architecture Promenade* (MAP) que, com a colaboração de arquitetos e artistas, visava, em debate com o público, mostrar “a arquitectura nas suas relações com outras artes e com o espaço público, celebrar a cultura urbana, o experimentalismo e as práticas inovadoras com o propósito de inspirar novas formas de pensar a cidade”²¹⁵. Em simultâneo, é efetuado o lançamento do livro *Macau Sessions, Dialogues on Architecture and Society*, que incorpora diversas entrevistas de alguns profissionais de arquitetura e de urbanismo – Hendrik Tieben, Thomas Daniell, Mário Duque, Wang Weijen, Diogo Burnay, Jianfei Zhu, Jorge Figueira, Werner Breitung e Pedro Campos Costa – que se encontram em diferentes geografias, mas que, de variadas formas e períodos temporais, contribuíram para o planeamento urbano e para o desenho ou pensamento da arquitetura de Macau. No conjunto de testemunhos, os arquitetos refletem as suas visões acerca do desenvolvimento da cidade contemporânea e partilham o conhecimento que adquiriram das experiências de Macau.

De entre a mostra de estruturas presentes no MAP, destacamos *Treeplets Bamboo Installation*, uma obra efémera dos arquitetos João Ó e Rita Machado, do atelier *Impromptu Projects* (figuras 125-128). A instalação pretende uma vinculação entre os habitantes e a paisagem urbana que, interpretando a forma arbórea, cria um local de estar protegido do ambiente envolvente. Como é

²¹⁴ *Designing Hong Kong* é uma organização sem fins lucrativos que promove intervenções em áreas da cidade onde não existe planeamento urbano. Os seus objetivos passam por projetar uma consciência na sociedade e melhorar a capacidade coletiva, defendendo uma cidade sustentável, qualidade urbana e arquitetónica.

²¹⁵ Tiago Quadros, Margarida Saraiva, “Babel | Macau Architecture Promenade”, *Jornal Hoje Macau*, 7 outubro 2015.

habitual na sua prática, a escolha do *bamboo* como material estruturante, celebra a sustentabilidade e reciclabilidade, incentivando ao uso e promovendo os artesãos locais. Defendendo o *bamboo* como um símbolo da cidade contemporânea, João Ó afirma: “Nós queremos utilizar materiais locais nesta construção temporária e marcar uma posição para introduzir a ideia de identidade local”²¹⁶.

Na conjuntura recente de Macau, é de extrema relevância estas ações culturais, visto que a divulgação da arquitetura se vê limitada a iniciativas privadas promovidas pelas organizações locais ou publicada em periódicos de forma pouco sistemática. A revista *Arquitectura Macau* (AM), publicada a primeira vez em 1992 pela Associação dos Arquitectos de Macau (AAM), foi sempre um local de encontro entre as culturas portuguesa e chinesa. Hoje em dia, é uma plataforma plural nas suas temáticas, focando conteúdos desde o planeamento urbano, o património, habitação social ou os últimos avanços na indústria dos casinos. Ao mesmo tempo serve de local de projeção para a comunidade escolar, investigações e concursos (figura 129 e 130). Sendo esta a única publicação na disciplina da arquitetura em Macau, é essencial que se mantenha como fonte de distribuição da informação à comunidade local e internacional. Esta limitação na difusão do conhecimento arquitetónico, também se faz sentir no meio académico, e de forma a não formatar os estudantes às condições de Macau, Tiago Quadros, incentiva os seus alunos a procurarem novos horizontes geográficos, novas experiências profissionais antes de iniciarem a prática arquitetónica no território macaense: “é fundamental fazerem isso até mesmo para depois voltarem com um olhar mais crítico e educado sobre as questões da cidade contemporânea”²¹⁷.

Face às diferentes ações representadas, percebemos que os arquitetos em Macau trabalham as dinâmicas da cidade, vinculados a diferentes perfis, visando uma constante procura pelo reconhecimento da profissão do arquiteto no contexto contemporâneo. Um lugar de cruzamento entre o quotidiano, o passado e a história de Macau: “não existe um simples ‘agora’ porque o presente é sempre uma combinação de momentos diferentes. Isto é particularmente verdade

²¹⁶ “We want to utilize local materials in this temporary construction and make a statement to introduce the idea of a local identity.”

João Ó, “Rita Machado and João Ó | Architects Bamboo, a statement on local identity”, *Macau Daily Times*, 24 novembro 2015.

²¹⁷ Entrevista Tiago Quadros, 2 março 2018.

quando pensamos na China hoje”²¹⁸. Este cruzamento é definido por Rui Leão a partir do conceito de *Third Space*, a ideia de que Macau é um lugar híbrido, onde a simultaneidade de dois ou mais contextos é possível. Apesar da origem e formação retomar a um contexto territorial e cultural português, a cultura macaense torna-se intrínseca ao indivíduo. Não se sentindo na categoria de arquiteto português, afirma: “eu achava que nós eramos arquitetos portugueses que tínhamos ficado em Macau, mas hoje em dia não sinto essa identificação. Nós, arquitetos portugueses não somos uma entidade em Macau”²¹⁹. Ainda desfazendo a ideia da hipervalorização da figura do arquiteto, salvaguarda as necessidades da arquitetura, prevendo que em Macau “vai voltar a haver um lugar para a arquitetura, mais do que haver um lugar para os arquitetos”²²⁰.

²¹⁸ *Ibidem*.

²¹⁹ Entrevista Rui Leão, 18 outubro 2017.

²²⁰ *Ibidem*.

Reflexões Finais

Macau, uma cidade de mais de quatrocentos anos de presença portuguesa, tem-se caracterizado por constantes transformações na sua história, com maior intensidade a partir de meados de Novecentos. A par do crescimento em altura e da proliferação de construções anónimas, a urbe expandiu-se por via de diversos aterros conquistados ao mar, medidas que permitiam o aparecimento de novos investimentos. A intervenção de arquitetos passou a ser uma exigência num território ávido de planeamento urbano e construção qualificada. Desde o início dos anos 1960, inúmeros arquitetos portugueses deslocaram-se de Portugal e das ex-colónias para iniciar a sua prática profissional em território macaense. Face à premente condição, num contexto de instabilidade política e económica gerido pela administração portuguesa, em que a arquitetura passou a ser uma necessidade, a ação de arquitetos portugueses adquiriu um papel fundamental na construção da cidade.

O exercício profissional, durante este período, repartia-se entre a encomenda pública e privada. A diversidade programática que era necessária para colmatar as falhas de um território subdesenvolvido, permitia aos arquitetos portugueses atuar em diferentes cenários com um propósito e criatividade reconhecível na cultura portuguesa, ainda que com regras e limitações determinadas pelo acelerado desenvolvimento da cidade. As iniciativas eram distribuídas pelas diferentes gerações de arquitetos hierarquicamente numa lógica de complementação, onde os ateliers estabelecidos recebiam projetos de maior dimensão e os arquitetos em início de profissão tinham a sua oportunidade de se instalarem no território com encomendas de menor escala. Esta panóplia de projetos deu origem à produção de várias obras com valor arquitetónico.

No entanto, apesar da participação ativa e consciente na reestruturação do tecido urbano, numa tentativa de valorização patrimonial, Macau avançou no sentido oposto e construiu-se com base nas premissas da pressão económica e dos interesses capitalistas. Por consequência, as soluções arquitetónicas foram alvo de violentas transformações.

Numa retrospectiva ao descontrolado desenvolvimento de Macau e perspetivando o futuro, desde a década de 1980, foram organizadas várias iniciativas de preservação do legado arquitetónico e

cultural da cidade. Refira-se, como exemplo, *Os Encontros de Macau*, um seminário de debate que visava problematizar e discutir o futuro da arquitetura em Macau, onde os arquitetos envolvidos expunham opiniões para solucionar as problemáticas mais eminentes. Soluções que poderiam *a posteriori* não se refletir em termos práticos, mas que tinham sempre valor teórico, visto que Macau ocupa um lugar ímpar do panorama oriental.

Com a transferência de soberania para a administração chinesa – *handover de 1999* – os arquitetos vindos da *mainland* China começaram a ganhar notoriedade em Macau e, por consequência, a produção dos ateliers já estabilizados no território reduziu substancialmente. No entanto, a maior viragem no exercício profissional do arquiteto em Macau ocorreu aquando da liberalização da indústria do jogo. Com a implementação desta decisão, a conjuntura da cidade ficou inevitavelmente comprometida.

Quando se iniciou o processo de construção dos casinos, a cidade refletia história, tradições, vida comunitária, uma cultura acumulada ao longo dos séculos. Numa cidade que se projeta cada vez mais para o mundo, a relação arquitetura-cidade deveria ser entendida como motor de dinamização, e não ser dominada pela centralidade da indústria do jogo. As opções tomadas face a esta condição, revelam a incapacidade de priorizar a qualidade do quotidiano urbano em prol dos investimentos estrangeiros. O papel social da arquitetura passou para segundo plano e o cenário arquitetónico de Macau é ofuscado por estruturas de grande escala vinculadas aos casinos. Esclarecendo a ideia exposta, temos por um lado a concretização dos planos do NAPE e Cotai que demonstram a sobrevalorização das atividades capitalistas e por outro a demolição do conjunto habitacional do Fai Chi Kei, de Manuel Vicente, que reflete a desvalorização do património arquitetónico, cultural e social da cidade. A competição pela superação da monumentalidade era objetivo comum entre as várias concessões. Como resultado, os modelos americanos, estrategicamente posicionadas para atrair o maior número de turistas, não respeitaram a escala intimista do tecido urbano consolidado e alteraram por completo a paisagem da cidade. Apesar de nos primeiros anos após a liberalização do jogo se ter manifestado uma euforia pela alteração da escala urbana, Macau revela, agora, uma sociedade nostálgica pelas tradições.

Numa cidade que é dominada por práticas de raiz americana, o percurso profissional dos arquitetos de Macau fica limitado. Porém, a maioria enfrenta de forma desafiante esta nova realidade com intervenções capazes de menosprezar os fatores capitalistas em prol de uma significância social e coletiva em vários níveis de ação, desde a prática arquitetónica, à divulgação cultural e ao ensino.

Quer tenha sido por via do atelier de Manuel Vicente ou por decisão própria, alguns arquitetos deslocaram-se para Macau no período pós-25 de abril. Ao analisarmos o exercício profissional de alguns arquitetos que permaneceram no território após o *handover*, podemos extrapolar múltiplas 'ramificações' em diferentes linhas de ação. No caso particular do arquiteto Adalberto Tenreiro, a prática profissional altera-se drasticamente ao ponto de se distanciar do campo da arquitetura. Com produção intensa no período pré-*handover*, a sua atividade é condicionada pela inexistência de encomendas de projetos com a transição da soberania. Como resultado, dedica-se a tempo inteiro ao desenho, aptidão que desenvolveu ao longo da sua carreira, como ferramenta na prática da arquitetura. Numa condição semelhante, o arquiteto Miguel Campina, também enfrentou um período de instabilidade no exercício profissional no pós-*handover*. Apesar de ter exercido maioritariamente em iniciativas do sector privado, atualmente, com a redução da procura de arquitetos locais, não tem a mesma oportunidade de trabalho nesse domínio, nem em encomendas governamentais. Nesse sentido, a profissão do arquiteto direcionou-se para a realização dos planos de ordenamento dos casinos e mais recentemente para a fiscalização de obras. Noutro plano, o arquiteto Rui Leão tem mantido uma grande produção arquitetónica no período pós-*handover*, tanto em iniciativas públicas como privadas. A partir de uma capacidade de adaptação flexível, envolve-se pontualmente na arquitetura dos casinos, no entanto, considera que os processos de projeto neste tipo de arquiteturas não são tão estimulantes. Preocupa-se energicamente em criar arquitetura para uma sociedade que a deseja.

Como forma de aproximação às necessidades da cultura arquitetónica em Macau, analisamos com maior detalhe o percurso profissional do arquiteto Rui Leão. Na generalidade dos seus projetos, é perceptível a demanda constante por mudar ideologias e práticas adversas. Procura trabalhar a arquitetura em comunicação com a cultura do lugar, valorizando intensamente o património histórico. Desenhar criativamente as exigências e limitações do programa, atribuindo-lhes

conforto e qualidade arquitetónica. Trabalha a relação interior-exterior de forma a criar espaços públicos, contrariando a hipervalorizada arquitetura de interiores que se vai manifestando. Transversalmente a todos os tópicos da sua produção privilegia o diálogo como ferramenta de projeto, pensar o papel da arquitetura para a sociedade com base em testemunhos reais. Quer seja entre o arquiteto e a população, a administração ou o cliente, o diálogo em Macau, é o maior desafio a ser alcançado enquanto criadores do espaço.

No mesmo contexto, mas com uma perspetiva diferente, enquadra-se o arquiteto Francisco Vizeu Pinheiro, que após alguns anos a trabalhar nos serviços governamentais, focou a sua prática profissional no ensino da arquitetura. A sua dedicação contínua ao estudo do património cultural e arquitetónico de Macau e ao legado edificado português, leva-o a procurar no ensino universitário um meio para transmitir conhecimentos que considera essenciais ao *background* de futuros arquitetos, para que possam contribuir de forma ativa e propositiva na construção da cidade. Como ouvimos do arquiteto Francisco nas inúmeras aulas e conversas em Macau, a arquitetura do futuro constrói-se com o conhecimento do ADN do passado.

Considerando o percurso dos arquitetos nos diferentes contextos de uma Macau em constante transformação, podemos afirmar, sem hesitação, que com a evolução da cidade no sentido da transição de soberania, a prática arquitetónica tem sido cada vez mais desafiada. O papel do arquiteto é questionado diariamente pela pressão económica e pelas exigências governamentais. A condição contemporânea pressupõe um enquadramento arquitetónico, histórico e cultural muito mais complexo, onde as liberdades de outrora são sufocadas pelas adversidades do quotidiano. O desafio dos arquitetos em Macau passa, agora, por devolver à cidade a escala humana e atribuir-lhe uma significância próxima dos valores do legado tradicional, capaz de proporcionar, com profissionalismo, qualidade de vida aos habitantes. Um processo autónomo que se revê na capacidade de coexistir, ativa e criticamente, com modelos americanos de escala exacerbada.

Apesar da persistência que caracteriza a cultura portuguesa, com o aumento da competitividade profissional proporcionado pelo *handover* e com a implementação das políticas de liberalização

do jogo, os arquitetos no território vêm-se afetados pela predominância das multinacionais que consomem o mercado dos casinos, assim como, pelos ateliers da *mainland* China que pela sua indiferença e distanciamento face ao território macaense são opção preferencial. Na atual conjuntura, a grande maioria dos arquitetos portugueses, refletem no seu percurso construído uma rutura na diversidade e quantidade de encomenda. Não obstante, continuam a desenvolver uma influência proactiva na cidade, canalizando, paralelamente à prática arquitetónica, esforços no sentido de valorizar o legado patrimonial, através de áreas complementares como o ensino, o desenho ou organizações culturais.

Na continuidade da narrativa, considerando o panorama contemporâneo, é necessário pensar a ação do arquiteto enquanto produtor de cultura, enquanto elemento charneira entre a população e a cidade. O debate, a divulgação e a comunicação da arquitetura adquirem um papel fundamental no desenvolvimento urbano. A contribuição dos arquitetos em associações, como a DOCOMOMO Macau ou a BABEL, promovem de forma ativa para uma centralização da arquitetura como disciplina e menos como uma individualização da profissão do arquiteto. Quando Macau deixa de ser um lugar tão estimulante ao exercício da arquitetura e a marginalização do construído se torna prática comum, independentemente da alteração política, económica e social em Macau no pós-*handover*, a identidade dos profissionais em Macau caminha no mesmo sentido: serem simultaneamente ‘arquitetos resistentes’ na defesa ética do conhecimento disciplinar da arquitetura e ‘arquitetos ativos’ na intermediação mais justa e consequente nos desafios que enfrentam.

Referências bibliográficas

Monografias

Afonso, João, ed. lit. *Arquitetura Falada: O Exercício da Palavra*. Casal de Cambra: Atalho : Caleidoscópio, 2012.

Afonso, João, ed. lit. *Manuel Vicente: Trama e Emoção*. Lisboa: Atalho : Caleidoscópio, 2011.

Fernandes, José Manuel, Maria de Lurdes Janeiro e Maria João Janeiro. *Macau: Cidade, território e Arquiteturas*. Macau: Instituto Internacional de Macau, 2015.

Figueira, Francisco e Adalberto Tenreiro. *Os Últimos Dez Anos: Macau 76/86 Arquitetura Contemporânea*. Macau: Instituto Cultural, 1986.

Figueira, Jorge. *2011: Macau*. Porto: Circo de Ideias. 2011.

Figueira, Jorge. *A Noite em Arquitetura*. Lisboa: Relógio d'Água, 2007.

Figueira, Jorge. *Reescrever o Pós-Moderno*. Porto: Dafne, 2011.

Instituto Cultural de Macau e Carlos Marreiros, il. *Património Arquitectónico: Macau*. Macau: Instituto Cultural, 1983.

Leão, Rui, coord. *Macau: Reading the Hybrid City: Discovering Manuel Vicente*. Macau: DOCOMOMO Macau, 2016.

Milheiro, Ana Vaz. "Optimistic Suburbia, Building an Heritage". *Joelho: Revista de Cultura Arquitectónica*, n.º6, 2015.

Milheiro, Ana Vaz. "Manuel Vicente Explicado... Viragem a Sul". *Estudo Prévio*, n.º9 2015. <http://repositorio.ual.pt/handle/11144/2745>.

Remelhe, Emílio, pref., Gémeo Luís [pseud.], ed. lit. e Rui Mendonça, ed. lit. *88 Leituras sobre Macau*. Macau: Livros do Oriente, 1995.

Saraiva, Margarida, coord. e Tiago Saldanha Quadros, coord. *Macau Sessions: Dialogues on Architecture and Society*. Macau: Babel, 2015.

Vicente, Manuel, Manuel Graça Dias e Helena Resende. *Macau Glória: A Glória do Vulgar*. Macau: patr. Instituto Cultural de Macau, 1991.

Contribuições em monografias

Dias, Manuel Graça, “Da intenção e do desejo sobre a arquitectura de Manuel Vicente em Macau”. In *Manuel Vicente, Trama e Emoção*, editado por João Afonso, p.40-43. Lisboa: Atalho : Caleidoscópio, 2011.

Figueira, Francisco. “Apresentação”. In *Os Últimos Dez Anos: Macau 76/86 Arquitectura Contemporânea*, p.4. Macau Instituto Cultural, 1986.

Figueira, Francisco. “Macau e a defesa do seu património”. In *Os Últimos Dez Anos: Macau 76/86 Arquitectura Contemporânea*, p.11-14. Macau: Instituto Cultural, 1986.

Figueira, Jorge. “Continuar Macau”. In *A Noite em Arquitectura*, p.65-70. Lisboa: Relógio D’Água Editores, 2007.

Figueira, Jorge. “‘Made in Macao’: Pop goes Manuel Vicente!”. In *Manuel Vicente, Trama e Emoção*, editado por João Afonso, p.34-36. Lisboa: Atalho : Caleidoscópio, 2011.

Figueira, Jorge. “Manuel Vicente: Pop Goes Asia!”. In *Macau: Reading the Hybrid City - Discovering Manuel Vicente*, p.14-17. Macau: DOCOMOMO Macau, 2016.

Marreiros, Carlos. “Prefácio - ‘Um fato de puro corte ocidental vestia uma alma confucianamente chinesa’”. In *Macau: Cidade, Território e Arquitecturas*, p.5-9. Instituto Internacional de Macau, 2015.

Vicente, Manuel. “Entrevista a Manuel Vicente conduzida por Jorge Figueira a 11 de janeiro de 2006 e 14 de Maio de 2007”. In *Reescrever o Pós-Moderno*, p.78-98. Porto: Dafne Editora, 2011.

Vicente, Manuel. “Introdução”. In *arquitectura falada, o exercício da palavra*, p.6-11. Casal de Cambra: Atalho : Caleidoscópio, 2012.

Vicente, Manuel. “O exercício da cidade: Preâmbulo”. In *arquitectura falada, o exercício da palavra*, p.97-116. Casal de Cambra: Atalho : Caleidoscópio, 2012.

Vicente, Manuel. “A nós a carne, a gordura das Maddonas”. In *arquitectura falada, o exercício da palavra*, p.54. Casal de Cambra: Atalho : Caleidoscópio, 2012.

Vicente, Manuel. “Entrevista: Manuel Vicente. Entrevista conduzida por Manuel Graça Dias: Quando se escolhe, toda a criatividade cessou”. In *arquitectura falada, o exercício da palavra*, p.86-95. Casal de Cambra: Atalho : Caleidoscópio, 2012.

Vicente, Manuel. “Os cavalos a correr, as meninas a saltar [...]”. In *arquitectura falada, o exercício da palavra*, p.165-166. Casal de Cambra: Atalho : Caleidoscópio, 2012.

Artigos de publicações em série

Afonso, José da Conceição. “Macau: uma experiência de urbanismo estratégico e higienista”. *Revista de Cultura*, 2ª série, n.º38-39, abr.-set.1999, p. 221-247.

Burnay, Diogo. “Mutações e Arquitecturas: Arquitectura e Colonialismo em Macau”. *Revista de Cultura*, 2ª série, n.º35-36, abr.-set.1998, p. 95-106.

Calado, Maria. “A cidade e as suas arquitecturas - um património cultural a valorizar”. *Arquitectura Portuguesa*, 5ª série, n.º12, dez.-jan. 1987-1988, p.31.

Calado, Maria, Maria Clara Mendes e Michel Toussaint. “Macau, da fundação aos anos 70: evolução sócio-económica, urbana e arquitectónica”. *Revista de Cultura*, 2ª série, n.º34, jan.-mar. 1998, p. 75-146.

Chan, J. P. Pereira. “Macau em Transição”. *Jornal Arquitectos: Macau*, n.º162, 1996, p. 8-10.

Chang, Wallace. “Macao Architecture in Practice”. *World Architecture: Macao: Architecture and Urbanism in the First Post-Handover Decade, 1999-2009*, n.º234, 2009, p.40-43.

Chung, Thomas, Hendrik Tieben. “Architecture culture in Macau before and after the handover”. *World Architecture: Macao: Architecture and Urbanism in the First Post-Handover Decade, 1999-2009*, n.º234, 2009, p.44-56.

Chung, Thomas, Hendrik Tieben. “Macau 1999-2009: Architecture and urbanism in the first post-handover decade”. *World Architecture: Macao: Architecture and Urbanism in the First Post-Handover Decade, 1999-2009*, n.º234, 2009, p.18-20.

Chung, Thomas. “The Cotai Strip”. *World Architecture: Macao: Architecture and Urbanism in the First Post-Handover Decade, 1999-2009*, n.º234, 2009, p.100-101.

Costa, Maria de Lourdes Rodrigues. “História da Arquitectura em Macau”. *Revista de Cultura*, 2ª série, n.º34, jan.-mar. 1998, p.181-231.

Dias, Manuel Graça. “Os Encontros de Macau - Abril de 1983”. *Arquitectura*, n.º150, 1983, p.67.

Duarte, José. “Macao: Economic transformation in a series of snapshots”. *World Architecture: Macao: Architecture and Urbanism in the First Post-Handover Decade, 1999-2009*, n.º234, 2009, p.21-23.

Duarte, Carlos. “Os Encontros de Macau - Abril de 1983”. *Arquitectura*, n.º150, 1983, p.65.

Duque, Mário. “Macau e o Desejo do Tempo Anacrónico”. *Jornal Arquitectos: Macau*, n.º163, 1996, p.25.

Fernandes, José Manuel. “Macau: da cidade antiga à arquitectura recente”. *Arquitectura Portuguesa*, 5ª série, n.º12, dez.-jan. 1987-1988, p. 62-73.

- Fernandes, José Manuel. “Macau, entre os Séculos XIX e XX, Urbanismo e Infraestruturas de 1820 a 1920”. *Revista de Cultura: Macau Património II: Mútuas influências portuguesas e chinesas na arquitectura; a Revolução verde em Macau*, 2ª série, n.º35-36, abr.-set.1998, p. 77-94.
- Fernandes, Moisés Silva. “O comportamento português perante a transição política e a integração regional Macau na região do Rio das Pérolas”. *Administração*, n.º36, 1997.
- Figueira, Francisco. “Macau e a defesa do seu património”. *Arquitectura Portuguesa*, n.º12, 1987-1988, p.75-77.
- Figueira, Jorge. “O Elvis de Macau. Relatos de uma distopia na China”. *Revista de História da Arte*, n.º12, 2015, p.149-159.
- Figueira, Jorge. “Arquitectura em divagação: Manuel Vicente em Macau”. *Revista de Cultura*, 3ª série, n.º50, out.-dez. 2015, p.74-82.
- Hestnes Ferreira, Raul. “Os Encontros de Macau - Abril de 1983”. *Arquitectura*, n.º150, 1983, p.66.
- Lamas, José. “Editorial”. *Arquitectura Portuguesa*, 5ª série, n.º12, dez.-jan. 1987-1988, p.20-21.
- Lamas, José. “À procura de Macau”. *Arquitectura Portuguesa*, 5ª série, n.º12, dez.-jan. 1987-1988, p. 43-61.
- Lima, Miguel. “Losing the connections of hills and sea: A review of Macao’s NAPE planning”. *World Architecture: Macao: Architecture and Urbanism in the First Post-Handover Decade, 1999-2009*, n.º234, 2009, p.35-37.
- Maneiras, José C. da Silva. “Planos e Regras Urbanísticas em Macau”. *Jornal Arquitectos: Macau*, n.º162, ago. 1996, p.11-13.
- Maneiras, José C. da Silva. “Praia Grande: Manuel Vicente”. *Jornal Arquitectos: Macau*, n.º162, ago. 1996, Lisboa. pp.32-33.
- Martins, Rolando Borges. “Projectar o saber arquitectónico”. *Boletim Arquitectos*, n.º229, 2013, p.14-16
- Meneses, João Paulo. “The Macau LRT: off the rails”, 2017.
- Milheiro, Ana Vaz, “José Maneiras. Ser Arquitecto em Macau”. *Jornal Arquitectos: Ser Lixo*, n.º243, out.-dez. 2011, p. 26-31.
- Ravara, Pedro. “A Propósito da Eventual Demolição do Bairro Social do Fai Chi Kei em Macau”. *Jornal Arquitectos: Ser Português*, n.º237, out.-dez. 2009, p.10-13.
- Romano, José. “Transformações Económicas”. *Arquitectura 21 Macau 1999-2009*, n.º10, 2010, p.20.
- Romano, José. “O Império da China”. *Arquitectura 21 Macau 1999-2009*, n.º10, 2010, p.21.
- Romano, José. “Macau, Lugar de Culturas”. *Arquitectura 21 Macau 1999-2009*, n.º10, 2010, p.24.

Romano, José. “Arquitectura militante. Entrevista Rui Leão e Carlotta Bruni”. *Arquitectura 21 Macau 1999-2009*, n.º10, 2010, p.45-51.

Romano, José. “Arquitecto Local. Entrevista Carlos Couto”. *Arquitectura 21 Macau 1999-2009*, n.º10, 2010, p.64-72.

Santa-Rita, João. “Se me querem vivo, dêem-me um projecto”. *Jornal Arquitectos: Ser Digital*, n.º244, jan.-mar. 2012, p.11-13.

Simpson, Tim, Thomas Chung e Hendrik Tieben. “A conversation on casino architecture in Las Vegas and Macao”. *World Architecture: Macao: Architecture and Urbanism in the First Post-Handover Decade, 1999-2009*, n.º234, 2009, p.86-91.

Soares, Eduardo Lima. “Plano Director de Urbanização da Cidade Cotai/Macau”. *Jornal Arquitectos: Macau*, n.º163, 1996, p.8-10.

Toussaint, Michel. “Dois números do JA sobre Macau”, *Jornal Arquitectos: Macau*, n.º162, 1996, p.6.

Vicente, Manuel. “O ‘Campo’ é o Sítio onde Paro para Mijar quando Viajo entre Duas Cidades”. *Jornal Arquitectos: A Cidade e as Serras*, n.º195, mar.-abr. 2000, p. 61-63.

Vicente, Manuel. “A liberdade nunca me fez qualquer falta”. *Jornal Arquitectos: Ser Independente*, n.º240, jul.-set. 2010, p. 42-48.

Vicente, Manuel. “Entrevista por Manuel Graça Dias”. *Via Latina*, 1991, p.276-297.

Vicente, Manuel. “Entrevista: Manuel Vicente. Entrevista conduzida por Carlos Duarte e José Manuel Fernandes”. *Arquitectura Portuguesa*, 4ª série, n.º136, fev. 1980, p. 36-45.

Artigos e outras contribuições em documentos eletrónicos: publicações em série

Almeida, Catarina. “Projecto de Rui Leão e Carlotta Bruni na mostra dos “100 arquitectos do ano”. *Jornal Tribuna de Macau*, 11 de outubro de 2017. <https://jtm.com.mo/local/projecto-de-rui-leao-carlotta-bruni-na-mostra-dos-100-arquitectos-ano/>

Freitas, Joana. “Babel | Macau Architecture Promenade de 10 de Outubro a 1 de Novembro”. *Hoje Macau*, 7 de Outubro de 2015. <https://hojemacau.com.mo/2015/10/07/babel-macau-architecture-promenade-de-10-de-outubro-a-1-novembro/>

Gonçalves, Arnaldo. “E agora, que futuro para Macau?”. *Público*, 20 de dezembro de 1999. <https://www.publico.pt/1999/12/20/jornal/e-agora-que-futuro-para-macau-128085>

Jegundo, André. “Respostas para uma cidade a ‘rebetar pelas costuras’”. *Jornal Tribuna de Macau*, 11 de fevereiro de 2015. <https://jtm.com.mo/local/respostas-para-uma-cidade-a-rebetar-pelas-costuras/>.

J., A. “O mestre da arquitectura que ‘marcou’ a cidade”. *Jornal Tribuna de Macau*, 11 de setembro de 2015. <https://jtm.com.mo/local/mestre-da-arquitectura-marcou-cidade/>.

Lages, Alexandra. “O edifício que fazia sombra à Guia. Arquitecto José Maneiras fala da Macau antes e depois do Hotel Lisboa”. *Tai Chung Pou em Português*, 18 de janeiro de 2008. <http://taichungpou.blogspot.pt/2008/01/lisboa-o-edificio-que-fazia-sombra-guia.html>.

Marques, Renato. “Rita Machado and João Ó | Architects Bamboo, A Statement on Local Identity”. *Macau Daily Times*, 24 de novembro de 2015. <https://macaudailytimes.com.mo/40023.html>

Ponto Final. “Uma cidade em pára-arranca”. *Ponto Final*, 17 de dezembro de 2014. <https://pontofinalmacau.wordpress.com/2014/12/17/uma-cidade-em-para-arranca/>

Silva, Andreia Sofia. “Direitos de Autor | DSSOPT dá razão a arquitecto sobre alterações a projectos”. *Hoje Macau*, 20 de junho de 2018. <https://hojemacau.com.mo/2018/06/20/direitos-de-autor-dssopt-da-razao-a-arquitecto-sobre-alteracoes-a-projectos/>.

Torres, Hugo. “Se há arquitectura moderna em Macau, a mim se deve”. *Ponto Final*, 18 de julho de 2018. <https://pontofinalmacau.wordpress.com/2011/07/18/%E2%80%9Cse-ha-arquitectura-moderna-em-macau-a-mim-se-deve%E2%80%9D/>.

Tostões, Ana. “Conjunto Residencial Fai Chi Kei”. *HPIP: Património de Influência Portuguesa*, 27 de agosto de 2012. <http://www.hpip.org/def/pt/Homepage/Obra?a=507>.

Vicente, Manuel. “Podem contar comigo”, entrevista conduzida por Maria Caetano. *Ponto Final*, 28 de janeiro de 2011. <https://pontofinalmacau.wordpress.com/2011/01/28/%E2%80%9Cpodem-contar-comigo%E2%80%9D/>

Vicente, Manuel. “Manuel Vicente: Ensino e Prática. 1ª Parte”, entrevista conduzida por Estudo Prévio. *Estudo Prévio*, 2012. <http://www.estudoprevio.net/entrevistas/7/manuel-vicente-ensino-e-pratica-.1aparte>

Vicente, Manuel. “Manuel Vicente: Ensino e Prática. 2ª Parte”, entrevista conduzida por Estudo Prévio. *Estudo Prévio*, 2012. <http://www.estudoprevio.net/entrevistas/8/manuel-vicente-.ensino-e-pratica-.2aparte>

Teses, dissertações e outras provas académicas

Figueira, Jorge. “A Periferia Perfeita: Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa, Anos 60-Anos80”. Tese de doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009.

Machado, Rita. “Macau: Cidade (in)finita”. Prova Final de licenciatura em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, 2008.

Santos, Inês Coimbra dos. “O Metro ligeiro como dinamizador da cidade: o caso de Macau”. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2016.

Silva, Rita Serra. “Na espacialidade dos Casinos de Macau: [experiência, morfologia e topologia]”. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.

Ullmann, Marianne. “Residency: leituras sobre o habitar de Macau”. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.

Contribuições em atas de congressos (*papers*)

Chung, Thomas e Hendrik Tieben. “Macau: Ten Years after the Handover”. *Journal of Current Chinese Affairs*, vol. 38, n.º1 (2009): p.7-17, <https://journals.sub.uni-hamburg.de/giga/jcca/article/viewFile/11/11>.

Tieben, Hendrik. “Urban Image Construction in Macau in the First Decade after de “Handover”, 1999-2008”. *Journal of Current Chinese Affairs*, vol. 38, n.º1 (2009): 49-72, <https://journals.sub.uni-hamburg.de/giga/jcca/article/viewFile/13/13>.

Tieben, Hendrik. “Macau’s Urban Image Production - Before and After the Credit Crunch”. *The New Urban Question: Urbanism Beyond Neo-Liberalism - 4th Conference of International Forum on Urbanism: Conference Proceedings*. Holanda: International Forum on Urbanism (IFoU), 2009.

Vizeu Pinheiro, Francisco e Penny Wan. “Urban planning practices and scenarios for Macao development” (paper preparado para a 12ª Real Estate Society Annual Conference), *Case Studies of Macaos’s Urban Sustainable Development*. Macau: University of Macao, 2007. <https://www.asres2007.umac.mo/papers/129%20-%20PAPER.pdf>.

Documentos eletrónicos: contribuições em monografias

Pinheiro, Francisco Vizeu. “Macau’s Urban Transformations: Lisbon to Las Vegas”. In *Macau Cross-Border City: Common Frameworks, Rethinking the Developmental City in China, Part 2*, p.35-49. Cambridge: Harvard GSD AECOM Project on China: Department of Urban Planning and Design, 2013. https://issuu.com/gsdharvard/docs/common_frameworks_part2

Registos áudio/vídeo

Vicente, Manuel. “Conferência do Arq. Manuel Vicente” (Playlist de 18 vídeos de Márcio Lameirão). *Conferência do Arquiteto Manuel Vicente no ISCTE-IUL*, 16 de dezembro de 2009. Video, 2:44:15. <https://www.youtube.com/playlist?list=PLA5BE87A3DC5A4CD7>

Vicente, Manuel. “A Macau de Manuel Vicente”. Realizado por Rosa Coutinho Cabral. *Documentário RTP 2*, 2011. Video, 1:00:57. https://www.youtube.com/watch?time_continue=2&v=uNP81sKdmS8

Entrevistas Realizadas

Arquiteto Miguel Campina, em entrevista ao autor, 19 de setembro 2017, Lisboa.

Arquiteto Rui Leão, em entrevista ao autor, 18 de outubro 2017, via Skype.

Arquiteto Francisco Vizeu Pinheiro, em entrevista ao autor, 28 de novembro 2017, via Skype.

Arquiteto Tiago Quadros, em entrevista ao autor, 2 de março 2018, via e-mail.

Sumário de Imagens

Figura 1. Perspetiva panorâmica da cidade de Macau. | Arquivo pessoal do autor.

Figura 2. Localização da Região Administrativa Especial de Macau na China.

Figura 3. Macau nos finais do século XVI. | Diogo Burnay, “Mutações e Architecturas: Architectura e Colonialismo em Macau”, *Revista de Cultura*. 2ª série, nº 35-36 (Abr.-Set.1998), Macau: Instituto Cultural de Macau. p.96.

Figura 4. Macau na atualidade. | *Jornal Ponto Final*, “Wynn Resorts doou 300 mil patacas à Loja Social da Santa Casa”, 3 julho 2017.

Figura 5. Evolução urbana da península de Macau, 1830-2010. | [<https://www.researchgate.net/>].

Figura 6. Evolução da morfologia urbana da península de Macau e ilhas adjacentes, 1915-2040. | Fabiana Avelar, Hao Chen, Jing Guo, “Land Reclamation in Macau” in Christopher C. M. Lee (ed.), *Common Frameworks: Rethinking the Developmental City in China Part 2, Macau, Cross-Border City*, Cambridge: Harvard GSD AECOM Project on China: Department of Urban Planning and Design, 2013, p.92.

Figura 7. Vista de Taipa para a península de Macau, anos 1970. | *Revista Macau*, “Ponte Governador Nobre de Carvalho, 40 anos a ligar Macau e Taipa”, 12 outubro 2014.

Figura 8. Hotel Casino Lisboa [lado direito da imagem]. | *Ibidem*.

Figura 9. Postal de Macau - Hotel Casino Lisboa. | Manuel Vicente; Manuel Graça Dias; Helena Rezende. *Macau Glória – A Glória do Vulgar*, Macau: Edição patrocinada pelo Instituto Cultural de Macau, 1991, p.329.

Figura 10. Maqueta do Plano da Praia Grande e do Plano dos Novos Aterros do Porto Exterior (NAPE). | José Manuel Fernandes, *Macau: Cidade, Território e Architecturas*, 2015, p.52.

Figura 11. Plano da Praia Grande. | Arquivo de Manuel Vicente, in José Manuel Fernandes, *Macau: Cidade, Território e Architecturas*, 2015, p.50.

Figura 12. “Macau dá o Exemplo”: Arquitetura para os arquitectos. | *Jornal Arquitectos*, n.º40-41.

Figura 13. Mapa da península de Macau, delimitação das áreas de protecção do centro histórico para a classificação pela UNESCO. | “Enquadramento do Plano de Salvaguarda e Gestão do Centro Histórico de Macau”, in José Manuel Fernandes, *Macau: Cidade, Território e Architecturas*, 2015, p.148.

Figura 14. Uma reflexão dos *Encontros de Macau* por Raul Hestnes Ferreira e Manuel Graça Dias na *Revista Architectura*. | Raul Hestnes Ferreira, “Os Encontros de Macau - Abril 1983”, *Architectura*, n.º150, 1983, p.66; Manuel Graça Dias, “Algumas reflexões durante os Encontros de Macau”, *Architectura*, n.º150, 1983, p.67.

Figura 15. Península de Macau, zona envolvente do casino Sands. | Foto de Julius Santos, “Macau dos cassinos vista de cima”, *Cronicas Macaenses*, 2015.

Figura 16. O primeiro casino americano, Sands Macao. | Tim Sumpson, Thomas Chung, Hendrik Tieben, “A conversation on Casino Architecture in Las Vegas and Macao”, *World Architecture*, n.º234, 2009, p.87.

Figura 17. Wynn. | Jornal Ponto Final, “Wynn é a empresa mais admirada no sector do jogo em Macau”, 21 Fevereiro 2017.

Figura 18. StarlWorld. | Foto de António Sanmarful, in Tiago Saldanha Quadros, “Macao, Cotai, and the New Architecture”, *Revista Macao*, 15 Março 2018.

Figura 19. Grand Lisboa. | Dennis Lau & Ng Chun Man Architects & Engineers, “Grand Lisboa Hotel and Casino, Macao, China”, *World Architecture*, n.º234, 2009, p.98.

Figura 20. MGM Grand Macao. | Wong & Tung International Ltd, “MGM Grand Macao, China”, *World Architecture*, n.º234, 2009, p.95.

Figura 21. Plano Cotai, 1992. | Francisco Vizeu Pinheiro, Penny Wan, “Urban planning practices and scenarios for Macao development. Case Studies of Macao’s Urban Sustainable Development”, *Paper prepared for the 12th Real Estate Society Annual Conference*, 2007, p.9.

Figura 22. Plano Cotai, 2006. *Ibidem*.

Figura 23. Vista panorâmica para Cotai strip. | Foto de Julius Santos, “Macau dos cassinos vista de cima”, *Cronicas Macaenses*, 2015.

Figura 24. Venetian Macau. | Tim Sumpson, Thomas Chung, Hendrik Tieben, “A conversation on Casino Architecture in Las Vegas and Macao”, *World Architecture*, n.º234, 2009, p.91.

Figura 25. Four Seasons Macau. | Portfólio atelier *2050 Architecture + Planning* [<http://2050ap.com/en/project/20/four-seasons-hotel.html>].

Figura 26. Sands Cotai Central. | [www.sandscotaicentral.com/].

Figura 27. City of Dreams. | Foto portfólio atelier *Arquitectonica* [<http://arquitectonica.com/blog/portfolio/hospitality/city-of-dreams/>].

Figura 28. Galaxy. | Jornal Tribuna de Macau, “Galaxy com aventuras aquáticas e charme da Broadway”, 26 Janeiro 2015.

Figura 29. Parisian. Foto de António Sanmarful, in Tiago Saldanha Quadros, “Macao, Cotai, and the New Architecture”, *Revista Macao*, 15 Março 2018.

Figura 30. *Shuttles* dos casinos. | Asia Gaming Brief, “Cotai Connection was “all business”: DSAT”, 2016.

Figura 31. Plano previsto para a construção do sistema do Metro Ligeiro. | John Zacharias. “Gambling on land fill and infrastructure to reposition Macao in the Pearl River Delta”. *City, Territory and Architecture: An interdisciplinary debate on project perspectives*, vol. 2, n.º 2 (2015), <https://doi.org/10.1186/s40410-014-0022-1>.

Figura 32. Segmento em construção do Metro Ligeiro. | Fotografia Cheong Kam Ka, “The Macau LRT: off the rails”, 2017, p.79.

Figura 33. Representação dos edifícios em altura que começaram a emergir na cidade de Macau. | Revista *Arquitectura Portuguesa*, n.º12, 1987-1988, p.43.

Figura 34. Capa do livro *Os Últimos Dez Anos: Macau 76/86 Arquitectura Contemporânea*. | Francisco Figueira, Adalberto Tenreiro, *Os Últimos Dez Anos: Macau 76/86 Arquitectura Contemporânea*, 1986.

Figura 35. Escola de Pilotagem e Cabotagem da Marinha, António Bruno Soares. | Francisco Figueira, Adalberto Tenreiro, *Os Últimos Dez Anos: Macau 76/86 Arquitectura Contemporânea*, 1986.

Figura 36. Edifício na Praia Grande 69 A-B, Irene Ó e Bruno Soares. | *Ibidem*.

Figura 37. Bairro do Hipódromo, Adalberto Tenreiro. | *Ibidem*.

Figura 38. Edifício de Habitação e Comércio no Porto Exterior, Vicente Bravo e Paulo Sanmarful. | José Manuel Fernandes, “Macau da cidade antiga à arquitectura recente”, *Arquitectura Portuguesa*, n.º12, 1987-1988, p.73.

Figura 39. Colagem, retrato de Manuel Vicente. | Manuel Vicente, João Afonso, *Manuel Vicente: Trama e Emoção*, 2011, p.176.

Figura 40. Plano das Colinas da Penha e Barra, Manuel Vicente | Manuel Vicente, João Afonso, *Manuel Vicente: Trama e Emoção*, 2011, p.23.

Figura 41. Orfanato Helen Liang. | Arquivo Atelier Manuel Vicente, in José Manuel Fernandes, Maria de Lurdes Janeiro, *Macau: Cidade, Território e Arquitecturas*, 2015, p.115.

Figura 42 e 43. 18 Habitações para funcionários dos CTT. | Manuel Vicente, João Afonso, *Manuel Vicente: Trama e Emoção*, 2011, p.54.

Figura 44. Torre-Tipo do plano de Urbanização do Porto Exterior. | *Idem*, p.86.

Figura 45. Representação de duas páginas do livro *Macau Glória: A Glória do Vulgar*. | Manuel Vicente; Manuel Graça Dias; Helena Rezende. *Macau Glória – A Glória do Vulgar*, Macau: Edição patrocinada pelo Instituto Cultural de Macau, 1991.

Figura 46. Exposição *Descobrir Manuel Vicente*, “o mestre da arquitectura que ‘marcou’ a cidade. | Jornal Tribuna de Macau, “O mestre da arquitectura que ‘marcou a cidade’”, 11 setembro 2015.

Figura 47. Torres da Barra. | Manuel Vicente, João Afonso, *Manuel Vicente: Trama e Emoção*, 2011, p.85.

Figura 48 e 49. Fábrica Vermelha. | *Idem*, p.91.

- Figura 50.** Bloco de Habitações para Realojamento da STDM. | *Idem*, p.98.
- Figura 51 e 52.** Habitações na Rua do Chunambeiro, 6 e 8 “Edifício 1980”. | *Idem*, p.106-107
- Figura 53 e 54.** Arquivo Histórico de Macau. | *Idem*, p.133.
- Figura 55 e 56.** World Trade Center - WTC. | Manuel Vicente, João Afonso, *Manuel Vicente: Trama e Emoção*, 2011, p.135-136.
- Figura 57 e 58.** Teledifusão de Macau - TDM. | *Idem*, p.142.
- Figura 59 e 60.** Quartel dos Bombeiros na Areia Preta. | *Idem*, p.152 e p.150.
- Figura 61 e 63.** Bairro de Habitação Social do Fai Chi Kei. | Manuel Vicente, João Afonso, *Manuel Vicente: Trama e Emoção*, 2011, p.110.
- Figura 62 e 64.** Bairro de Habitação Social do Fai Chi Kei. | Eric K. C. Lye, Manuel Vicente: Caressing Trivia. MCCM Creations, 2006. [<http://simpleyarchitecture.blogspot.com/2013/02/manuel-vicente-fai-chi-kei.html?q=manuel+vicente%C2%B4>].
- Figura 65.** Catálogo da exposição *O exercício da cidade* (1979) | Jorge Figueira, “A Periferia Perfeita: Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa, Anos 60 – Anos 80”, (Dissertação de Doutoramento, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009), p.237.
- Figura 66.** Catálogo da exposição *Prender todo o tempo ocupando o espaço* (1989) | *Idem*, p.235.
- Figura 67.** Exposição *Manuel Vicente: Trama e Emoção* (2011) | Ana Rita Sevilha, “João Afonso faz visita guiada à exposição ‘Manuel Vicente: Trama e Emoção’”, *Jornal Construir*, 9 dezembro 2011.
- Figura 68.** Exposição *Descobrir Manuel Vicente* (2015) | Docomomo Macau, [<http://www.docomomomacau.org/discovering-mv-2015.html>].
- Figura 69.** Escola Pedro Nolasco/Escola Portuguesa, Raul Chorão Ramalho. | Fotografia de José Manuel Fernandes, in José Manuel Fernandes, Maria de Lurdes Janeiro, *Macau: Cidade, Território e Arquitecturas*, 2015, p.106.
- Figura 70.** Piscinas do Canídromo, José Maneiras. | Francisco Figueira, Adalberto Tenreiro, *Os Últimos Dez Anos: Macau 76/86 Arquitectura Contemporânea*, 1986.
- Figura 71.** Arquiteto Adalberto Tenreiro. | [<https://www.flickr.com/photos/aguilacomunicacao/8745336669/>].
- Figura 72.** Arquitetura de interiores dos escritórios da DSSOPT. | Arquivo pessoal do arquiteto Adalberto Tenreiro.
- Figura 73.** Centro de Transfusões de Sangue. | *Ibidem*.
- Figura 74.** 2ª Fase da Habitação Social do Bairro do Fai Chi Kei. | *Ibidem*.
- Figura 75 e 76.** Centro de Saúde e Jardim no Bairro do Fai Chi Kei. | *Ibidem*.

Figura 77. Remodelação e Ampliação da Sede de Televisão de Macau - TDM. | *Ibidem*.

Figura 78. Arquivo Histórico de Macau. **Figura 79.** Central Térmica de Coloane. | *Ibidem*.

Figura 80. Piscinas de Taipa. | *Ibidem*.

Figura 81. Bombeiros da Taipa. | *Ibidem*.

Figura 82. Ginásio Mong-Há. | *Ibidem*.

Figura 83 e 84. Projeto da passagem superior pedonal na Avenida Rodrigo Rodrigues. | *Ibidem*.

Figura 85. Arquiteto Rui Leão. | Paulo Rego, “Continuo a achar que Macau tem coisas interessantes”, *plataforma Macau*.

Figuras 86-88. Praça Nam Van. | Manuel Vicente, João Afonso, *Manuel Vicente: Trama e Emoção*, 2011, (p.168, p.169, p.169).

Figuras 89-93. Sala de leitura no pátio da Escola Portuguesa de Macau. | *Revista Arquitectura Macau*, n.º14, maio 2010, p.19.

Figuras 94-97. Habitação Social no Bairro do Fai Chi Kei. | *Revista Arquitectura Macau*, n.º28, (p.21, p.21, p.21, p.23).

Figura 98. Colagem, Habitação Social do Fai Chi Kei de Manuel Vicente e a Habitação Social do atelier LBA *Arquitectura* - homenagem ao original. | Jerzy Wojtowicz, “MV Reflections”, in *Macau: Reading the Hybrid City – Discovering Manuel Vicente*, 2016, p.18.

Figura 99. Arquiteto Miguel Campina. | *Jornal Hoje Macau*, “Entrevista. Falta de planeamento associada aos lobbies”, 6 Junho 2016.

Figura 100. Plano do NAPE. | Francisco Vizeu Pinheiro, Penny Wan, “Urban planning practices and scenarios for Macao development. Case Studies of Macao’s Urban Sustainable Development”, *Paper prepared for the 12th Real Estate Society Annual Conference*, 2007, p.6.

Figura 101. Maqueta dos quarteirões do NAPE. | Fotografia de José Manuel Fernandes, in José Manuel Fernandes, Maria de Lurdes Janeiro, *Macau: Cidade, Território e Arquitecturas*, 2015, p.49.

Figura 102. Plano Cotai. | *Macau Special Report: Upcoming Cotai Projects*. Global Gaming Business Magazine, 2015.

Figura 103. Arquiteto Francisco Vizeu Pinheiro. | *Jornal Tribuna de Macau*, “Vizeu Pinheiro ‘solidário’ com Marreiros”, 15 abril 2016.

Figura 104. Desenho da península de Macau do arquiteto Francisco Vizeu Pinheiro. | Francisco Vizeu Pinheiro, Penny Wan, “Urban planning practices and scenarios for Macao development. Case Studies of Macao’s Urban Sustainable Development”, *Paper prepared for the 12th Real Estate Society Annual Conference*, 2007, p.7.

Figura 105. “À procura de Macau”, Revista *Arquitectura Portuguesa*. | Revista *Arquitectura Portuguesa*, n.º12, 1987-1988, p.44.

Figura 106. Um ícone no tecido urbano, Torre de Macau. | Manuel Vicente, João Afonso, *Manuel Vicente: Trama e Emoção*, 2011, p.121.

Figura 107. Um ícone no tecido urbano, Torre de Macau. | Arquivo pessoal de Micael Soares.

Figura 108. Densidade turística na fronteira de Macau. | MacauDailyTimes, “Record number of visitors, crowd control measures implemented”, 23 fevereiro 2015.

Figura 109. Casinos da península de Macau. | Fotografia de Julius Santos, “Macau dos cassinos vista de cima”, *Cronicas Macaenses*, 2015.

Figura 110. Lobby central do casino Venetian. | Arquivo pessoal de Micael Soares.

Figura 111. Réplica do Grande Canal de Veneza no interior do casino Venetian. | *Ibidem*.

Figuras 112-121. Eventos organizados pela DOCOMOMO Macau, 2014-2018 | Docomomo Macau, [<http://www.docomomomacau.org/home.html>].

Figura 122. Investigadora e curadora Margarida Saraiva e Arquiteto Tiago Quadros, fundadores da Associação BABEL. | Ponto Final, “Arquitectura, arte contemporânea e ambiente. Os três amores da BABEL”, 31 dezembro 2016.

Figura 123. Capa do livro *Macau Sessions, Dialogues on Architecture and Society*. | Tiago Saldanha Quadros, *Macau Sessions, Dialogues on Architecture and Society*, 2015.

Figura 124. Cartaz da Exposição *Macau Architecture Promenade*. | [<https://www.archdaily.com/775582/macau-architecture-promenade>].

Figuras 125-128. *Treeplets Bamboo Installation*, estrutura presente no MAP, projecto de João Ó e Rita Machado. | Revista *Arquitectura Macau*, n.º24, Dezembro 2015, p.30-33.

Figura 129 e 130. Trabalhos de alunos do curso de arquitectura na USJ publicados na revista *Arquitectura Macau*. | Revista *Arquitectura Macau*, n.º21, Agosto 2014, (p.30-31, p.42-43).

Anexos



Lista dos Arquitectos Associados na AAM

1	José Maneiras	Leal Senado
2	José Chan	AT J P Chan
3	Runo Jorge	Priv.
4	Manuel Vicente	At M V Lda.
5	Irene O	AT Ó. B.S.
6	Paulo Sanmarful	BravSanmarf
7	Eduardo Lima Soares	
8	Eddie Wong	Priv.
9	António Bruno Soares	AT O.B.S.
10	Vicente Bravo	BravSanmarf
11	Adalberto Tenreiro	ATeliers
13	Ana Borges	Priv.
14	Anabela Cardoso	ICM
15	Áurea Jorge	AT J P Chan
16	Carlos Moreno	Priv.
17	Carlos Pinto dos Santos	Priv.
18	Carlos Marreiros	ICM.
19	Carlos Macedo e Couto	At. C. Couto
20	Chan Ca Tong	Priv.
21C	Cristina Leiria	C. M. Oeiras
22	Eduardo Flores	Priv.
24	Fortunato Figueredo	Leal Senado
27	Isabel Bragança	DSSOPT/DEPPRO
28	Eduardo Marinho	Inst. Habitação
30	Jorge Campina Ferreira	P & T
31	José Marcelino	DSSOPT/DEULIC
32	José Catita	Priv.
34	José Diogo	DSSOPT/GRUDEP
35	José Iglésias	DSSOPT/DEPPRO
38	José Freire da Silva	Leal Senado
39	José Fernandes	SOMEC
40	Luís Pinheiro Nagy	NAYPH
41	Luís Sá Machado	Priv.
42	Margarida Sá Machado	DSSOPT/DEPPRO
43	Cristina Rua	ICM
44	Conceição Perry	Priv.
45	Graça Jalles	DSSOPT/DEPPRO
46	Maria do Carmo Moreno	DSEdu
47	Lourdes Costa	DSSOPT/DEUDEP
48	Helena Pinto	Priv.
49	Maria José Freitas	Priv.
50	Leonor Rocha	Priv.
52	Nuno Aragão	DSSOPT/GRUDEP
55	Raquel Ferreira	BravSanmarf
56C	Vasco Cameira	
57	Rui Amaral	At. C. Couto
58	Jon Prescott	AT P&P/DG
60	Mário Neves	AT P&P/DG
64	Carlos Baracho	DSSOPT/GPODEP
65	Tam Chi Wai	DSSOPT/GPUDEP
67C	Paulo Seco	
70C	Avelino Tavares de Castro	
71	O'scar Lopes	Leal Senado
72	Mok Kai Kong	AT J. P. Chan
73	Chan Kin T'chi	DSSOPT/DEPPRO
74	Luís António Durão	I.C.M.
77E	Mah Mee Ling (a)	Câmara das Ilhas
78	Aurelina Viegas	At. C. Couto
79C	Faculdade de Ar ^a do Porto	
80	Ana Leandro	ICM
81	Fernando Neves	IASM

C: Correspondente
E: Extraordinário
a: Habilitações não reconhecidas

Novos Orgãos Sociais da AAM

No passado dia 31 de Outubro reuniu-se a Assembleia Geral Extraordinária da AAM para eleger os Corpos Gerentes para o biénio de 91-93. A Assembleia elegeu por maioria a única lista que se apresentou às eleições, assim constituída:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL -

CAMPINA FERREIRA	- Presidente
EDUARDO FLORES	- 1º Secretário.
JOÃO MARINHO	- 2º Secretário.
ANA BORGES	- Suplente

DIRECÇÃO

A. BRUNO SOARES	- Presidente
PAULO SANMARFUL	- Vice-Presidente

JOSÉ FREIRE	- Vogal
CONCEIÇÃO PERRY	- Vogal
HELENA PINTO	- Vogal
RUI AMARAL	- Vogal
ADALBERTO TENREIRO	- Vogal
ISABEL BRAGANÇA	- Vogal
MARIO NEVES	- Suplente
CARLOS BARACHO	- Suplente

CONSELHO FISCAL

JOSÉ MARCELINO	- Presidente
EDDIE WONG	- Vogal
LURDES COSTA	- Vogal
CHAN KA TONG	- Suplente

A Direcção organizou-se nos seguintes Núcleos de Acção:

Núcleo 1 - REVISTA da AAM (coordenação de Helena Pinto).

Núcleo 2 - ASSOCIAÇÃO DE DIREITO PÚBLICO (coordenação de Paulo Sanmarful).

Núcleo 3 - CONGRESSO da AAM (coordenação de José Freire).

Núcleo 4 - RELAÇÕES PÚBLICAS e INTERNACIONAIS (coordenação de Conceição Perry).

O colega José Chamusco, ex-sócio no. 33, que se irá ausentar do Território, em carta dirigida à AAM, apresentou os seus cumprimentos de despedida à Classe e pediu a suspensão do seu vínculo associativo.

Apresentaram a sua candidatura a sócios os seguintes colegas: Nuno Ferro Marques (Leal Senado), Mafalda Carneiro (D.S. Turismo) e Mário Duarte Duque (Profabril).

Lista dos Arquitectos Associados na AAM

	Nome	Local de trabalho	Tel.
1	José Maneiras	Leal Senado	387333
2	José Chan	ATJP Chan	77141
3	Nuno Jorge	Priv.	75620
4	Manuel Vicente	At M V Lda.	557185
5	Irene Ó	AT Ó.B.S.	551697
6	Paulo Sanmarfui	BravSanmarf	578916
7	Eduardo Lima Soares	Priv.	975182
8	Eddie Wong	Priv.	572212
9	António Bruno Soares	AT Ó.B.S.	551697
10	Vicente Bravo	BravSanmarf	578916
11	Adalberto Tenreiro	A Teliers	320051
13	Ana Borges	Priv.	780163
14	Anabela Cardoso	ICM	591977
15	Áurea Jorge	ATJP Chan	77141
16	Carlos Moreno	Priv.	310193
17	Carlos Pinto dos Santos	STDM	317333
18	Carlos Marreiros	ICM	591977
19	Carlos Macedo e Couto	At. C. Couto	780332
20	Chan Ca Tong	Priv.	566246
21C	Cristina Leiria	(Oeiras)	
22	Eduardo Flores	Priv.	302641
24	Fortunato Figueiredo	Leal Senado	387333
27	Isabel Bragança	DSSOFT/DEPPRO	5977545
28	Eduardo Marinho	Inst. Habitação	313270
30	Jorge Campina Ferreira	P & T	550341
31	José Marcelino	DSSOFT/DEULIC	5977222
32	José Catita	Priv.	304075
34	José Diogo	DSSOFT/GPUDEP	5977650
38	José Freire da Silva	Leal Senado	3993375
39	José Fernandes	SOMECE	557001
40	Luís Sá Machado	Priv.	780163
41	Luís Pinheiro Nagy	NAYPM	300156
42	Margarida Sá Machado	DSSOFT/DEPPRO	5977544
44	Conceição Perry	Priv.	780167
45	Graça Jalles	DSSOFT/DEPPRO	5977546
46	Maria do Carmo Moreno	DSEdu	555533
47	Lourdes Costa	DSSOP/DEUDEP	5977228
48	Helena Pinto	Priv.	596023
49	Maria José Freitas	Priv.	519915
50	Leonor Rocha	Priv.	562711
52	Nuno Aragão	DSSOFT/DEUDEP	5977621
55	Raquel Ferreira	BravSanmarf	578916
56C	Vasco Carneira	(Viana do Castelo)	
57	Rui Amaral	At. C. Couto	780332
58	Jon Prescott	ATP & P/DG	377315
60	Mário Neves	ATP & P/DG	377315
64	Carlos Baracho	DSSOFT/GPUDEP	5977622
65	Tam Chi Wai	DSSOFT/GPUDEP	5977625
67C	Paulo Seco	(Porto)	
70C	Avelino Tavares de Castro	(Porto)	
72	Mok Kai Kong	A.T.J.P. Chan	590834
73	Chan Kin T'chi	DSSOFT/DEPPRO	5977548
74	Luís António Durão	I.C.M.	591977
77E	Mah Mee Ling (a)	Câmara das Ilhas	321757
78	Aurelina Viegas	At. C. Couto	780332
79C	Faculdade de Arq. do Porto	(Porto)	
80	Ana Leandro	ICM	591977
81	Fernando Neves	IASM	594471
82	Nuno Marques	Leal Senado	387333
83	Mário Duque	Profabril	559639
84	Mafalda Lopes Carneiro	D.S. Turismo	3971505
85	Cristina Rua	ICM	591977
86	José Iglésias	DSSOFT/DEPPRO	5977549
87	António Piano	STDM	317333
88	Frederico Teixeira Pinto	At. M V Lda.	557185
89	José Manuel Pinto	Priv.	574991
90	Leong Kok Pun	STDM	317333

C: Correspondente
E: Extraordinário
a: Habilitações não reconhecidas

Deixou definitivamente o território o colega Óscar Lopes, do Leal Senado, ex-sócio número 71.
Pediu a sua admissão como sócia a colega Isabel Sá Machado, do Instituto da Habitação.

REUNIÃO DOS PRESIDENTES DA AAM E AAP

Decorreu no passado dia 23 de Dezembro, na sede da AAP em Lisboa, uma reunião entre o Presidente da Direcção da AAM, arq. António Bruno Soares, e os Presidentes dos Conselhos Directivos Nacional e da Região Sul da AAP respectivamente arquitectos Silva Dias e Pedro Brandão, na qual foram abordados diversos assuntos de interesse mútuo.

Sendo uma associação independente da AAP, a AAM no entanto teve desde sempre, uma relação naturalmente estreita com a sua congénere Nacional, tanto mais que a maioria dos sócios da AAM é igualmente membro da AAP.

Na reunião foram focados em particular aspectos relacionados com o processo em curso, de transformação da AAM em associação de direito público, para o qual a experiência da AAP é um valioso precedente, nomeadamente no actual quadro de integração na CEE, com as questões decorrentes das directivas internacionais que requerem uma marcada responsabilização profissional do arquitecto, e a criação de um seguro profissional.

O problema do reconhecimento de habilitações, questão que presentemente preocupa os membros da AAM, foi um tema abordado com especial interesse, dado o impacto que tem estado a ter na classe em Macau o processo da equiparação de habilitações que decorre à margem da AAM. Foram ainda abordados assuntos correntes, relativos à troca de informação entre as duas Associações, à suspensão e regularização das quotas dos sócios da AAP residentes em Macau, e à realização do 2º congresso dos arquitectos de Macau a ter lugar em Junho de 92.

Para este último acontecimento foi apresentado o convite a ambos os presidentes para se deslocarem a Macau a fim de nele estarem presentes como representantes da AAP.

Registamos com agrado a entrada de 6 novos sócios desde a edição do número 1 da nossa revista. Arquitectos associados na AAM, somos neste momento perto de 70.

Mas existem vários colegas, na sua maioria chegados ao território nos últimos dois anos, que ainda não se fizeram sócios.

Só juntos seremos uma força representativa. A Associação é importante. Faz-te sócio!

Dirige-te à sede, na Rua Sacadura Cabral, 16, 1 F (Ao Tap Seac), numa terça ou quinta-feira entre as 18.00 e as 20.00 horas.



LISTA DOS ARQUITECTOS ASSOCIADOS NA AAM

Nº	NOME	MORADA	TEL	FAX
1	José Mateiras	Largo do Senado, Leal Senado	387333	341890
2	José Chan	Rua Formosa, Nº 29, 5º andar D	77141	595087
3	Nuno Jorge	Av. da Amizade, Nº 61, 18º andar C, Edif. Cam Fai Coc	75620	566929
4	Manuel Vicente	Rua do Volong, Nº 74 A	557185	557149
5	Irene O	Rua Francisco Xavier Pereira, Nº 133 C	551697	516116
6	Paulo Sanmarf	Av. da Amizade, Nº 73, 3º andar B	578916	782252
7	Eduardo Lima Soares	Rua do Chunambeiro, 6/8, Edif. Keng Fai, 4º B	975182	975192
8	Eddie Wong	Rua do Chunambeiro, Nº 6, r/c	572212	570318
9	António Bruno Soares	Rua Francisco Xavier Pereira, Nº 133 C	551697	516116
10	Vicente Bravo	Av. da Amizade, Nº 73, 3º andar B	578916	782252
11	Adalberto Tenreiro	Travessa da Glória, 6, Taipas	320051	320052
13	Ana Borges	Av. Rodrigo Rodrigues, 392, Edif. Nam Seng, 23º B	780163	780153
14	Anabela Cardoso	Praceta de Miramar, Edif. San On, loja 87 U	ICM	700404/5
15	Áurea Jorge	Rua Formosa, Nº 29, 5º andar D	77141	595087
16	Carlos Moreno	Rua da Praia Grande, Nº 9, 1º C, Edif. Hang Cheong	310193	310471
17	Carlos Pinto dos Santos	Rampa dos Cavaleiros, Sun Yak Garden, Bloco 1, 25º H	317333	313288
18	Carlos Marreiros	Rua Fernão Mendes Pinto, Nº 34, 13º D	555055	
19	Carlos Macedo e Couto	Alameda de Heong San, Edif. Fu Chat Yuen, 7º C	780332	514388
20	Chan Ca Tong	Rua Ferreira do Amaral, Nº 15, 17º H	566245	566245/6
21C	Cristina Leitão	Acto da Pampilheira, Torre D2, 2º A, 2750 Cascais, Portugal	C.M. Oeiras	
22	Eduardo Flores	Calçada da Surpresa, Nº 12	302641	302649
24	Fortunato Figueredo	Largo do Senado, Leal Senado, STM	387333	341891
27	Isabel Bragança	Av. Rodrigo Rodrigues, 392, Edif. Nam Seng, 23º B	780163	780153
30	Jorge Campina Ferreira	Centro Comercial da Praia Grande, 20º andar	P & T	314214
31	José Marcelino	Estrada D. Maria II, Edif. CEM, 1º andar	DSSOPT/DEULIC	5977222
32	José Catita	Calçada do Monte, 4 A	304075	311076
34	José Dingo	Estrada D. Maria II, 31-36 Edif. CEM, 4º andar	DSSOPT/GPUDEP	5977650
38	José Freire da Silva	Leal Senado, STM, Edif. Centro Oriental, M	399375	308557
39	José Fernandes	Rua da Praia Grande, Nº 33 C	SOMECC	557001
40	Luís Sá Machado	Av. Rodrigo Rodrigues, 392, Edif. Nam Seng, 23º B	780163	780153
41	Luís Pinheiro Nagy	Rua da Penha, Pearl Terrace Bldg. 22, 6º H	NAYPH	303997/0156
42	Margarida Sá Machado	Estrada D. Maria II, Edif. CEM, 3º andar	DSSOPT/DEPPRO	5977544
44	Conceição Perry	Av. Rodrigo Rodrigues, 392, Edif. Nam Seng, 23º B	780163	780153
45	Graça Jalles	Estrada D. Maria II, Edif. CEM, 3º andar	DSSOPT/DEPPRO	5977546
46	Maria do Carmo Moreno	Rua da Praia Grande, Nº 68, r/c	DSEDU	555533
48	Helena Pinto	Estrada da Vitória, Park View Garden, 1º C	523700/1	523734
49	Maria José Freitas		Priv.	
52	Nuno Aragão	Estrada D. Maria II, Edif. CEM, 1º andar	DSSOPT/DEULIC	5977246
55	Raquel Ferreira	Av. da Amizade, Nº 73, 3º andar B	578916	782252
57	Rui Amaral	Alameda de Heong San, Edif. Fu Chat Yuen, 7º C	780332	514388
58	Jon Prescott	Rua Nova à Guia, 33 B Peak Garden, r/c A & B	AT P&P/DG	377315
60	Mário Neves	Rua Nova à Guia, 33 B Peak Garden, r/c A & B	AT P&P/DG	377315
64	Carlos Baracho	Ocean Gardens, Edif. "Poplar", 19º D, Taipas	310193	310471
65	Tam Chi Wai	Estrada D. Maria II, Edif. CEM, 4º andar	DSSOPT/GPUDEP	5977625
67C	Paulo Seco	R. Guedes Azevedo, 131, 2º E, 4000 Porto, Portugal		
70C	Avelino Tavares de Castro	R. Costa Cabral, 2129, 5º Dto, 4200 Porto, Portugal		
72	Mok Kai Kong	Rua Formosa, Nº 29, 5º andar D	AT. J. P. Chan	590834
73	Chan Kin T'chi	Estrada D. Maria II, Edif. CEM, 3º andar	DSSOPT/DEPPRO	5977548
77E	Mah Mee Ling (a)	Jardins do Oceano "Pine Court", 6º andar A	Câmara das Ilhas	321757/8
78	Aurelina Viogas	Alameda de Heong San, Edif. Fu Chat Yuen, 7º C	AT. C. Couto	780332
79C	Faculdade de Arqº do Porto	Rua do Gólgota, Nº 215, Porto, Portugal		65306
80	Ana Leandro	Praceta de Miramar, Edif. San On, loja 87-U	ICM	700404/5
81	Fernando Neves	Estrada D. Maria II, Edif. CEM, 1º andar	DSSOPT/DEULIC	5977228
82	Nuno Jorge Ferro Marques	Leal Senado, STM, Edif. Centro Oriental, M	3993397	341891
83	Mário Paulo da Silva Duque	Avenida da República, Nº 26, r/c	Profabril	559639
85	Cristina Rua	Praceta de Miramar, Edif. San On, loja-U	ICM	700404/5
86	José Iglesias	Estrada D. Maria II, Edif. CEM, 3º andar	DSSOPT/DEPPRO	5977549
87	António Piaso	Property & Works Dept., Hotel Lisboa - Ala Velha, 9º Piso	S.T.D.M.	317333
88	Fredrico M. Pinto Teixeira	Rua do Volong, Nº 74 A	AT. M V Lda.	557185
89	José Manuel Melo Pinto	Rua do Volong, Nº 62 A, r/c	Priv.	574991
90	Leong Kok Pan	Property & Works Dept., Hotel Lisboa - Ala Velha, 9º Piso	S.T.D.M.	317333-151
91	Isabel Sá Machado	Rua do Campo, Nº 11, 1º andar	IHM	305909
92	José Sérgio Fava Spencer	Rua Francisco Xavier Pereira, Nº 133 C	AT O. B. S.	551697
93	Cheong Iat Va	19, Rua de Inácio Pessoa, 1º andar A		331291
94	Choi Tin Tin	Av. Cont. Ferreira de Almeida, 111 A B, 2º andar		
95	António M. S. Lança Cordeiro	Largo do Senado, 9, Edif. Ritz	D.S. Turismo	3971505
96	Euzio Teng Si Un	Av. Ouveador da Amiga, Nº 67 A, r/c		2992888-787
97	Lourenço Vicente	Rua do Volong, Nº 74 A	AT M V Lda	557185
98	Cheang Kun Wai	Estrada D. Maria II, Edif. CEM, 4º andar	DSSOPT/GPUDEP	5977620

C: CORRESPONDENTE

E: EXTRAORDINÁRIO

(a): HABILITAÇÕES NÃO RECONHECIDAS

MOVIMENTO ASSOCIATIVO



41

Lista dos Arquitectos Associados na AAM
publicada na revista *Arquitectura Macau* nº5, março 1993.

LISTA DOS ARQUITECTOS ASSOCIADOS NA AAM

Nº	NOME	MORADA	TEL	FAX
1	José Maneiras	Largo do Senado, Leal Senado	387333	341890
2	José Chan	Rua Formosa, Nº 29, 5º andar D	77141	595087
3	Nuno Jorge	Av. da Amizade, Nº 61, 18º andar C, Edif. Cam Fai Coc	75620	566929
4	Manuel Vicente	Rua do Volong, Nº 74 A	557185	557149
5	Irene Ó	Rua Francisco Xavier Pereira, Nº 133 C	551697	516116
6	Paulo Sanmarful	Av. da Amizade, Nº 73, 3º andar B	578916	782252
C 7	Eduardo Lima Soares	Rua da Caridade, 9 R/C, 1100 Lisboa, Portugal	2191522/3	2191539
8	Eddie Wong	Rua do Chunambeiro, Nº 6, r/c	572212	570318
9	António Bruno Soares	Rua Francisco Xavier Pereira, Nº 133 C	551697	516116
10	Vicente Bravo	Av. da Amizade, Nº 73, 3º andar B	578916	782252
11	Adalberto Tenreiro	Travessa da Glória, 6, Taipa	320051	320052
13	Ana Borges	Av. Rodrigo Rodrigues, 392, Edif. Nam Seng, 23º B	780163	780153
14	Anabela Cardoso	Praceta de Miramar, Edif. San On, loja 87 U	ICM	700404/5
15	Aurea Jorge	Rua Formosa, Nº 29, 5º andar D	77141	595087
16	Carlos Moreno	Rua da Praia Grande, Nº 9, 1º C, Edif. Hang Cheong	310193	310471
17	Carlos Pinto dos Santos	Rampa dos Cavaleiros, Sun Yak Garden, Bloco 1, 25º H	317333	313288
18	Carlos Marreiros	Rua Fernão Mendes Pinto, Nº 54, 13º D	555055	
19	Carlos Macedo e Couto	Alameda de Heong San, Edif. Fu Chat Yuen, 7º C	AT. C. Couto	514388
20	Chan Ca Tong	Rua Ferreira do Amaral, Nº 15, 17º H	780332	566245
C 21	Cristina Leiria	Acto da Pampilheira, Torre D2, 2º A, 2750 Cascais, Portugal	C.M. Oeiras	
22	Eduardo Flores	Calçada da Surpresa, Nº 12	Priv.	302641
24	Fortunato Figueiredo	Largo do Senado, Leal Senado, STM	Leal Senado	387333
27	Isabel Bragança	Av. Rodrigo Rodrigues, 392, Edif. Nam Seng, 23º B	Priv.	780163
30	Jorge Campina Ferreira	Centro Comercial da Praia Grande, 20º andar	P & T	550341
31	José Marcelino	Estrada D. Maria II, Edif. CEM, 1º andar	DSSOPT/DEULIC	5977222
32	José Catita	Calçada do Monte, 4 A	Priv.	304075
34	José Diogo	Estrada D. Maria II, 32-36 Edif. CEM, 4º andar	DSSOPT/GPUDEP	5977650
38	José Freire da Silva	Leal Senado, STM, Edif. Centro Oriental, M	Leal Senado	3993375
39	José Fernandes	Rua da Praia Grande, Nº 33 C	SOMEC	557001
40	Luis Sá Machado	Av. Rodrigo Rodrigues, 392, Edif. Nam Seng, 23º B	Priv.	780163
41	Luis Pinheiro Nagy	Rua da Penha, Pearl Terrace Bldg, 22, 6º H	NAYPH	303997/0156
42	Margarida Sá Machado	Estrada D. Maria II, Edif. CEM, 3º andar	DSSOPT/DEPPRO	5977544
44	Conceição Perry	Av. Rodrigo Rodrigues, 392, Edif. Nam Seng, 23º B	Priv.	780163
45	Graça Jalles	Estrada D. Maria II, Edif. CEM, 3º andar	DSSOPT/DEPPRO	5977546
46	Maria do Carmo Moreno			
48	Helena Pinto	Estrada da Vitória, Park View Garden, 1º C	Priv.	523700/1
49	Maria José Freitas	Av. Infante D. Henrique, 46, Edif. Kam Loi, 2º andar	Priv.	713233
52	Nuno Aragão	Estrada D. Maria II, Edif. CEM, 1º andar	DSSOPT/DEULIC	5977246
55	Raquel Ferreira	Av. da Amizade, Nº 73, 3º andar B	BravSanmarf	578916
57	Rui Amaral	Alameda de Heong San, Edif. Fu Chat Yuen, 7º C	AT. C. Couto	780332
58	Jon Prescott	Rua Nova à Guia, 33 B Peak Garden, r/c A & B	AT P&PIDG	377315
60	Mário Neves	Rua Nova à Guia, 33 B Peak Garden, r/c A & B	AT P&PIDG	377315
64	Carlos Baracho	Rua da Praia Grande, Nº 9, 1º C - Edifício Hang Cheong	AT. Moreno	310193
65	Tam Chi Wai	Estrada D. Maria II, Edif. CEM, 4º andar	DSSOPT/GPUDEP	5977625
C 67	Paulo Seco	R. Guedes Azevedo, 131, 2º E, 4000 Porto, Portugal		
C 70	Avelino Tavares de Castro	R. Costa Cabral, 2.129, 5º Dto, 4200 Porto, Portugal		
72	Mok Kai Kong	Rua Formosa, Nº 29, 5º andar D	AT. J. P. Chan	590834
73	Chan Kin T'chi	Estrada D. Maria II, Edif. CEM, 3º andar	DSSOPT/DEPPRO	5977548
E 77	Mah Mee Ling (a)	Jardins do Oceano "Pine Court", 6º andar A	Câmara das Ilhas	321757/8
78	Aurelina Viegas	Alameda de Heong San, Edif. Fu Chat Yuen, 7º C	AT. C. Couto	780332
C 79	Faculdade de Arqº do Porto	Rua do Gólgota, Nº 215, Porto, Portugal		65306
80	Ana Leandro	Praceta de Miramar, Edif. San On, loja 87- U	ICM	
81	Fernando Neves	Estrada D. Maria II, Edif. CEM, 1º andar	DSSOPT/DEULIC	5977228
82	Nuno Jorge Ferro Marques	Leal Senado, STM, Edif. Centro Oriental, M	Leal Senado	3993397
83	Mário Paulo da Silva Duque	Calçada da Surpresa, Nº 12	Priv.	302641
85	Cristina Rua			
86	José Iglésias	Estrada D. Maria II, Edif. CEM, 3º andar	DSSOPT/DEPPRO	5977549
87	António Piano			
88	Frederico M. Pinto Teixeira			
89	José Manuel Melo Pinto	Rua do Volong, Nº 62 A, r/c	Priv.	574991
90	Leong Kok Pun	Property & Works Dept., Hotel Lisboa - Ala Velha, 9º Piso	S.T.D.M.	317333-151
91	Isabel Sá Machado	Rua do Campo, Nº 11, 1º andar	IHM	305909
92	José Sérgio Fava Spencer	Rua Francisco Xavier Pereira, Nº 133 C	AT O. B. S.	551697
93	Cheong Iat Va	19, Rua de Inácio Pessoa, 1º andar A		331291
94	Choi Tin Tin	Av. Cons. Ferreira de Almeida, 111 A B, 2º andar		
95	António M. S. Lança Cordeiro	Largo do Senado, 9, Edif. Ritz	D.S. Turismo	3971505
96	Eurico Teng Si Un	Av. Ouveador da Arriaga, Nº 67 A, r/c		2992888-787
97	Lourenço Vicente	Rua do Volong, Nº 74 A	AT M V Lda	557185
98	Cheang Kun Wai	Estrada D. Maria II, Edif. CEM, 4º andar	DSSOPT/GPUDEP	5977620
99	Bonnie Ung Ut Wa	Largo do Senado, 9, Ed. Ritz	D. S. Turismo	3971508
100	Joaquim Dias	Rua do Campo, Nº 11, 1º andar	Instituto da Habitação	3976128
101	Afonso Vilela	Jardins do Oceano, Pine Court, 6º andar A	Câmara das Ilhas	321758

C: CORRESPONDENTE

E: EXTRAORDINÁRIO

(a): HABILITAÇÕES NÃO RECONHECIDAS





LISTA DOS ARQUITECTOS ASSOCIADOS NA AAM

Nº	NOME	MORADA	TEL.	FAX
1	José Maneiras	Caixa postal Nº 457	569251	568228
2	José Chan	Rua Formosa, Nº 29, 5º andar D	77141	595087
3	Nuno Jorge	Av. da Amizade, Nº 255, 18º andar C, Edif. Cam Fai Coc	780957	
4	Manuel Vicente	Rua do Volong, Nº 74 A	557185	557149
5	Irene Ó	Rua Francisco Xavier Pereira, Nº 133 C	551697	516116
6	Paulo Sanmarful	Av. da Amizade, Nº 73, 3º andar B	578916	782252
7	Eduardo Lima Soares	Rua do Chunambeiro, Nº 6-8, Ed. Keng Fai, 4º B	975182	975192
8	Eddie Wong	Rua do Chunambeiro, Nº 6, r/c	572212	570318
9	António Bruno Soares	Rua Francisco Xavier Pereira, Nº 133 C	551697	516116
10	Vicente Bravo	Av. da Amizade, Nº 73, 3º andar B	578916	782252
11	Adalberto Tenreiro	Travessa da Glória, 6, Taipa	827151	827052
13	Ana Borges	Calçada do Tronco Velho, Nº 9, 1º andar A	939008	938201
14	Anabela Cardoso	Praceta de Miramar, Edif. San On, loja 87 U	700391	700404/5
15	Áurea Jorge	Rua Formosa, Nº 29, 5º andar D	77141	595087
16	Carlos Moreno	Rua da Praia Grande, Nº 9, 1º C, Edif. Hang Cheong	310193	310471
17	Carlos Pinto dos Santos	Rampa dos Cavaleiros, Sun Yak Garden, Bloco 1, 25º H	317333	313288
18	Carlos Marreiros	Rua Fernão Mendes Pinto, Nº 54, 13º D	785725/6	785738
19	Carlos Macedo e Couto	Alameda de Heong San, Edif. Fu Chat Yuen, 7º C	780332	514388
20	Chan Ca Tong	Rua Ferreira do Amaral, Nº 15, 17º H	566245	566245/6
21	Cristina Leiria	Acto da Pampilheira, Torre D2, 2º A, 2750 Cascais, Portugal		
22	Eduardo Flores	Calçada da Surpresa, Nº 12	302641	302649
24	Fortunato Figueiredo	Largo do Senado, Leal Senado, STM	387333	341891
27	Isabel Bragança	Av. Rodrigo Rodrigues, 392, Edif. Nam Seng, 23º B	780163	780153
30	Jorge Campina Ferreira	Centro Comercial da Praia Grande, 20º andar	P & T	550341
31	José Marcelino	Estrada D. Maria II, Edif. CEM, 1º andar	5977222	313046
32	José Catita	Calçada do Monte, 4 A	304075	311076
34	José Diogo		629648	
38	José Freire da Silva	Leal Senado	3993123	308557
39	José Fernandes	Rua da Praia Grande, Nº 33 C	557001	378673
40	Luis Sá Machado	Av. Rodrigo Rodrigues, 392, Edif. Nam Seng, 23º B	780163	780153
41	Luis Pinheiro Nagy	Rua da Penha, Pearl Terrace Bldg. 22, 6º H	303997/0156	347764
42	Margarida Sá Machado	Estrada D. Maria II, Edif. CEM, 3º andar	5977588	722094
44	Conceição Perry	Av. Rodrigo Rodrigues, 392, Edif. Nam Seng, 23º B	780163	780153
45	Graça Jalles	Estrada D. Maria II, Edif. CEM, 3º andar	5977546	722094
48	Helena Pinto	Estrada da Vitória, Park View Garden, 1º C	523700/1	523734
49	Maria José Freitas	Av. Infante D. Henrique, 46, Edif. Kam Loi, 2º andar	713233	713238
55	Raquel Ferreira	Av. da Amizade, Nº 73, 3º andar B	578916	782252
57	Rui Amaral	Alameda de Heong San, Edif. Fu Chat Yuen, 7º C	780332	514388
58	Jon Prescott	Rua Nova à Guia, 33 B Peak Garden, r/c A & B	377315	319627
60	Mário Neves	Rua Nova à Guia, 33 B Peak Garden, r/c A & B	377315	319627
64	Carlos Baracho	Rua da Praia Grande, Nº 9, 1º C - Edifício Hang Cheong	310193	310471
65	Tam Chi Wai	Est. de Cailhas, Seaview Garden Fu Keng Kok, 13º P	524242	524242
C 67	Paulo Seco	R. Guedes Azevedo, 131, 2º E, 4000 Porto, Portugal		
C 70	Avelino Tavares de Castro	R. Costa Cabral, 2.129, 5º Dto, 4200 Porto, Portugal		
72	Mok Kai Kong	Rua Formosa, Nº 29, 5º andar D	AT. J. P. Chan	590834
73	Chan Kin T'chi	Estrada D. Maria II, Edif. CEM, 3º andar	DSSOPT/DEPPRO	5977548
E 77	Mah Mee Ling (a)	Jardins do Oceano "Pine Court", 6º andar A	Câmara das Ilhas	321757/8
78	Aurelina Viegas	Alameda de Heong San, Edif. Fu Chat Yuen, 7º C	AT. C. Couto	780332
C 79	Faculdade de Arqº do Porto	Rua do Gólgota, Nº 215, Porto, Portugal		65306
80	Ana Leandro	Praceta de Miramar, Edif. San On, loja 87- U	ICM	700391
81	Fernando Neves	Estrada D. Maria II, Edif. CEM, 1º andar	DSSOPT/DEULIC	5977228
82	Nuno Jorge Ferro Marques	Travessa da Glória Nº6, Taipa	ATEliers	827151
83	Mário Paulo da Silva Duque	Calçada da Surpresa, Nº 12	Priv.	302641
90	Leong Kok Pun	Property & Works Dept., Hotel Lisboa - Ala Velha, 9º Piso	S.T.D.M.	3951151
91	Isabel Sá Machado	Rua do Campo, Nº 11, 1º andar	IHM	3976140
92	José Sérgio Fava Spencer	Rua Francisco Xavier Pereira, Nº 133 C	AT O. B. S.	551697
93	Cheong Iat Va	19, Rua de Inácio Pessoa, 1º andar A		331291
94	Choi Tin Tin	Centro Comercial da Praia Grande, 20º andar	P&T	550341
95	António M. S. Lança Cordeiro	Largo do Senado, 9, Edif. Ritz	D.S. Turismo	3971505
96	Eurico Teng Si Un	Estrada D. Maria II, Edif. CEM 1º andar	DSSOPT/DEULIC	5977241
97	Lourenço Vicente	Rua do Volong, Nº 74 A	AT M V Lda	557185
98	Paulo Cheang Kun Wai	Estrada D. Maria II, Edif. CEM, 4º andar	DSSOPT/GPUDEP	5977620
99	Bonnie Ung Ut Wa	Largo do Senado, 9, Ed. Ritz	D. S. Turismo	3971508
100	Joaquim Dias	Rua do Campo, Nº 11, 1º andar	Instituto da Habitação	3976128
101	Afonso Vilela	Jardins do Oceano, Pine Court, 6º andar A, Taipa	Câmara das Ilhas	321758
102	Benedita Cordes Martins	Rua Formosa Nº 31, 3º andar	DSEI/DERE	355573
103	Vong Wai Wa	Estrada D. Maria II, Edif. CEM, 4º andar	DSSOPT/GPUDEP	
104	José Lopes Morgado	Centro Comercial da Praia Grande, 20º andar	P&T	550341
105	João Massapina	Largo do Senado	Leal Senado	

C: CORRESPONDENTE

E: EXTRAORDINÁRIO

(a): HABILITAÇÕES NÃO RECONHECIDAS

Lista dos Arquitectos Associados na AAM
publicada na revista *Arquitectura Macau* nº7/8, março 1994.

Os arquitetos portugueses como Manuel Vicente criaram uma identidade muito vincada em Macau. Após o handover, consegue-se verificar a existência de uma continuidade ou por oposição uma rutura do legado arquitetónico português?

Eu vou falar de um ponto de vista crítico, mas também muito pessoal. Eu acho que com a transição mudaram os *players* todos. Ou seja, mudou o governo, mudou o sistema político, mas também mudou a classe dominante. Refiro-me à classe média, que com certeza existia de uma forma mais ou menos tímida, tímida no sentido de que não tinha voz, passou a ter um papel ativo na sociedade. Isto influenciou bastante porque, no fundo, nós tínhamos uma prática profissional que era, em grande medida, próxima com a que tínhamos em Portugal, com as mesmas liberdades, com os mesmos diálogos, o mesmo tipo de definição de áreas de intervenção do arquiteto: a nível da conceção, da imagem, da experimentação de modelos, etc. Consequentemente, quem encomenda, consome, usa ou disfruta a arquitetura, passaram a ser entidades e/ou grupos culturalmente muito diferentes, porque os chineses eram os mesmos que já cá estavam, mas estavam numa situação colonial. No fundo os arquitetos faziam arquitetura para o poder, ou para essa classe média e para os investidores, para quem produzia cidade, porque a população não tinha muita opinião, não tinha voz!

Se estivermos num sítio como Portugal, nem nos apercebemos, e pensamos que temos liberdades que nos são dadas porque há uma concertação social que está estabelecida, porque os arquitetos, os engenheiros, os donos de obra, os utilizadores, etc. partilham todos da mesma cultura. Por outro lado, estando num contexto pós-colonial é muito interessante perceber que com a mudança de poder, a mudança na opinião pública e no gosto dominante obriga-nos a trabalhar para um universo social que é muito diferente do nosso. Agora, se me perguntar: dentro deste quadro, que papel é que nós temos aqui em Macau? Nós arquitetos, enquanto produtores de cultura, o que eu acho que deve ser o grande investimento e que representa grande parte do trabalho que eu tenho feito, é conseguirmos comunicar não só através do construído, mas também através da produção de opinião pública, através da participação do debate. Este ponto de vista cultural nosso, que na arquitetura é facilmente colocado entre a nossa cultura portuguesa e a cultura cantonesa de Macau.

O que é que eu quero dizer com isso? Há um projeto político, que muita gente diz que é uma fabricação do governo central, uma propaganda que é “Um país, dois sistemas”, inventada, definida e estabelecida por Deng Xiaoping, que se caracterizava pela integração de Macau e de Hong Kong na China. Esta ideia de “Um país, dois sistemas”, não tem que ser vista só do ponto de vista da China, muitas vezes nós somos tentados a ter essa atitude de rejeição do sistema, e é necessário comunicar a uma comunidade chinesa um ponto de vista que não é o deles, é o nosso, mas que no fundo os influenciou e os marcou e de alguma maneira durante o período colonial. Eu não vejo arquitetos portugueses a fazer isso, e eu percebo que não haja noutras gerações mais velhas esta atitude. Porque quem se formou e começou a operar num período colonial com certeza não vai fazer por ganhar o ponto de vista do outro lado da ponte. Eu pessoalmente

tenho um percurso que é um bocado ambivalente, porque, os meus pais são de Goa, e a minha família passou diretamente por três ou quatro processos de descolonização e, portanto, por exemplo, uma coisa que eu sempre achei curioso é que quando se referiam ao incidente de 1961, quando Goa deixa de ser portuguesa, a minha mãe refere-se sempre como “invasão de Goa” e o meu pai fala sempre na “integração de Goa”. Que é engraçado, porque eu acho que isto define um ponto de vista ou um desacordo em relação ao ponto de vista. No fundo, eu cresci um bocado nessa ambivalência de não estar muito bem na pele de ser português, sim, mas de ser colonizador, não. E, portanto, como vim para Macau para a escola primária tenho esta relação com Macau que é de abraço. Esse fascínio, esse interesse, não é um interesse de pura curiosidade, mas é um interesse profundo que faz parte da construção da identidade da cidade de Macau. Esta capacidade de comunicar o nosso ponto de vista é necessária, não é o ponto de vista sobre o que se passa na Europa, é o ponto de vista sobre os problemas que nós partilhamos na cidade. E a área da arquitetura é muito abrangente, porque inclui o urbanismo, a cidadania, o património, a identidade. E, portanto, isto é uma coisa que para mim é um exercício importante porque eu acho que só através da partilha de uma certa opinião pública, de um certo interesse pela discussão das questões da arquitetura, do urbanismo e do património, é que nós conseguimos criar um interesse da comunidade nestes temas.

Eu, muitos anos a seguir à passagem de soberania, vivi com o receio que a arquitetura tivesse passado a ser desnecessária. Porque se não há um interesse na arquitetura, e não é em fazê-la, é encomendá-la, em querê-la, em ter um projeto social. Não é só uma forma para ele fazer um investimento, ou para ele rentabilizar ou para fazer negócio, ou para ter um teto para a família, mas a própria ideia de desenhar uma casa é um projeto social, porque é assim que a gente entende. E há esse diálogo de transformar, de transformar ideias em coisas. Em que a gente passa a ser um agente necessário para a cidade. Se só eu precisar dela, a arquitetura não existe, é um desenho. Ou tem forma, se ela corresponder a um investimento, que alguém deseja que não eu, arquiteto. E porque isto foi um crescimento e um *boom* com os casinos muito rápido, muito louco, muito esquizofrénico, muito neurótico de repente se achar que tudo é uma corrida, uma conquista de poder, repentinamente tudo é transformado num negócio. E as pessoas deixaram de ter importância, deixou-se de se falar das questões da vida quotidiana, do que é que elas precisavam e passou tudo a ser números. Eu durante muitos anos achei que isto estava a ficar numa selvageria, e de certa maneira ficou, porque era um sítio muito humano, muito simpático na vivência e no espaço, mas também nas relações que se encontravam, na maneira como a cidade era feita. Macau, durante o período até 99, era um sítio muito “fofo”, muito humano e a seguir à passagem de soberania deixou de o ser. Eu agora sinto que nós estamos a chegar a uma altura, porque já há uma certa organização, e porque já se fez algum percurso, que vai voltar a haver um lugar para a arquitetura, mais do que haver um lugar para os arquitetos.

Após a liberalização do jogo, Macau transforma-se numa cidade dominada por casinos e mega construções extravagantes que prevalecem no skyline. Com estas mudanças, alguns arquitetos com um atelier autónomo foram trabalhar para grandes empresas? Quais os programas/intervenções solicitados aos arquitetos portugueses?

Essas empresas que fazem a gestão de projetos de casino, não é arquitetura. Acaba por ser um exercício de gestão. E a gestão de projeto não tem a ver com o projeto, porque não se está a projetar nada, está-se simplesmente a fazer uma gestão dos recursos, da temporização e da otimização. Para além do mais, o projeto é partilhado. Há alguém que faz o estudo prévio, depois há alguém que faz o licenciamento, depois há alguém que o submete e tudo por empresas diferentes. Portanto, esta fragmentação, no fundo, é uma forma de tirar a alma ao projeto, mas quando eu digo “tirar a alma” é uma metáfora um bocado pobre porque no fundo eu estou é a desmembrar o projeto. Porque toda a ideia do projeto de arquitetura é que há um olhar que está a orquestrar aquela organização espacial. E esse olhar é importante porque quando se fala por exemplo, do desenho, esta questão do desenho do espaço é preciso um pensamento coeso. O que é que este desmembramento da arquitetura faz acontecer? Como deixou de haver o arquiteto, a figura com esse olhar que domina a construção total do espaço, porque eu ou desenho o chão, ou desenho a parede, ou desenho a porta, ou seja, eu não posso inventar um território, ou inventar um lugar, se sou só o homem das portas ou o homem dos tetos. Portanto, o que eu vejo nestes projetos dos casinos, que as pessoas acham muito fascinantes, e eu hoje em dia já estou em total regime de overdose, já me é tudo indiferente. Porque é tudo uma grande aldrabice, é tudo de um grande vazio, uma grande inutilidade. No fundo, ninguém se apercebe que esta desautorização do legado do arquiteto é o que leva ao desmantelamento da construção da cidade porque a cidade é feita de espaços, e os espaços tem significado e tem continuidade e tem complexidades, e isso tudo está no olhar das pessoas, e esse olhar das pessoas é lido e traduzido pelos arquitetos, os bons e os maus. São eles que conseguem pegar nesse olhar, que está no homem, que está na rua, que está em nós, essa coisa que nós partilhamos que é a cultura da cidade. E quando nos tiram a caneta, e quando nos tiram o papel, e nos transformam numa espécie de moços de descascar cenouras, já não fica ninguém para inventar os espaços da cidade. Portanto, a cidade ficou um buraco onde se tem que chamar imensas pessoas que não sabem nada sobre os nossos contextos e realidades, sobre o que é a nossa vida, e o que é a nossa cultura.

As razões pelas quais os arquitetos se integram nessas grandes multinacionais deve-se ao facto de não haver encomenda?

Não, há encomenda. O que aconteceu é que passou a haver muitos ateliers e os ateliers não são, hoje em dia, maioritariamente portugueses. Os ateliers chineses de gente bastante mais nova, são uns merceeiros, funcionam como uma espécie de mulher a dias do cliente. Só fazem o que o cliente quer e o que diz o regulamento. Obviamente que o único resultado que isso dá é uma produção verdadeiramente execrável de edifícios perfeitamente inúteis, porque estão lá as habitações, mas não têm significado. Macau, hoje em dia, está cheio de coisas que são imundas porque são inabitadas, é tudo feíssimo, resume-se a locais onde as pessoas não desejam estar. E, portanto, a maior parte dos ateliers não fazem arquitetura, são agentes da construção civil, e é isso que nós lhes devíamos chamar. Nem que fosse por uma forma de sobrevivência de quem se considera arquiteto, em Macau e fora de Macau. Quem não é arquiteto é um agente da construção civil. Portanto, houve muitos ateliers que foram fechando, mas ainda há alguns ateliers portugueses em Macau, e alguns deles até com uma produção interessante e válida. Respondendo à sua pergunta, os primeiros projetos que nós fizemos a seguir a 99, fizemo-los quase sozinhos, não havia diálogo. Mas não

era por mal, porque ninguém sabia que isso era suposto. E conseguimos fazer coisas interessantes porque estávamos altamente motivados, e bastante interessados em observar o que estava a mudar na cidade, na maneira de perceber o espaço, e o que é que definia Macau depois do *handover*. E eu acho que essa disponibilidade de ler, observar e viver a cidade, é o que nos dá, *a posteriori* conteúdo teórico. E, portanto, nós estávamos em grande medida, a seguir a 99, a agir simultaneamente enquanto arquitetos e clientes, porque ‘falávamos’ sozinhos. No entanto, não estávamos a fazer aquilo que a sabíamos, aquilo que vinha de trás: uma pequena colónia portuguesa, abandonada, longe de tudo. Mas apesar de tudo portuguesa e apesar de tudo colónia. E, portanto, isso vem mudando devagarinho e a certa altura já havia um diálogo, não necessariamente interessante. Até chegar a um ponto extremo, em 2014/2015, com a introdução das chamadas comissões de acompanhamento. Foi um desastre! Passavam anos e não conseguíamos concluir os projetos porque um técnico dizia que queria mais alto, outro dizia que queria mais baixo, outro dizia que queria estar à frente, outro atrás. De repente, estávamos numa mesa com sete pessoas, onde cada uma delas achava que estava ali a decidir sozinha e não percebiam que não se podia pintar uma bola ao mesmo tempo de vermelho, amarelo, cor-de-laranja e preto, porque ia ficar castanho. E isto foi um período quase de inclusão, eu achava que era o fim, que já não havia saída para isto. Isto num período de 15 anos. Claro que nem todos os serviços são assim, isto é, também, reflexo de um certo experimentalismo político que incentivado pelo governo central. Nós aqui em Macau e em Hong Kong vivemos num regime altamente conservador, incapaz de experimentar, incapaz de inovar. Mas a China, faz-nos tanta pressão para que haja invenção, que haja experimentação que às vezes as coisas correm mal. Agora o que é interessante no meu ponto de vista que este projeto em particular, que é um centro intermodal de transportes, se traduziu um verdadeiro buraco negro para o atelier, a gente não conseguia fugir ao contrato que tínhamos e durante 3 anos tivemos que estar ali, limitados por esta política da comissão de acompanhamento. Mas nós com a nossa atitude teimosa, de nunca desistir e acreditar na nossa função de projetistas, muito da aprendizagem que retiramos do Manuel Vicente, é que se consegue sempre. Por muita absurda que seja a pergunta, há sempre uma resposta, nem que essa seja um absurdo total. E muitas vezes esse absurdo total só se consegue com grande sentido de humor, e eu acho que nós fazemos arquitetura, muitas vezes, com grande sentido de humor. Agora, como temos esta atitude de dar sempre resposta, acabámos por desenvolver um projeto que não tinha nada a ver connosco, mas não no sentido de estarmos contrariados com ele. Passado 15 anos estávamos a fazer coisas que não imaginávamos que viéssemos a fazer. E eu acho que isso, para mim, passou a representar uma grande aventura e uma grande capacidade de ir aprendendo, dialogando e dando resposta.

Há uma oscilação muito grande na maneira de como se faz a encomenda. E eu acho que isto muitas vezes é o que cria inovação na arquitetura ou no design. Não só a necessidade de uma coisa nova, mas também uma necessidade diferente. Por exemplo, como a Europa é um sítio que se construiu por muitos consensos, quando vamos ver um museu, imediatamente sabemos que aquilo é um museu. Uma escola, um terminal rodoviário, etc. Não é que as coisas sejam todas iguais, mas tipologicamente, os modelos, já estão muito consolidados. E, portanto, no fundo há coisas que não se vão questionar. Portanto, no fundo, o que se vai transformar, o passinho que se vai dar a mais, já é muito pequenino. E eu acho que é também

a razão pela qual eu acho a obra do Siza tão interessante, percebe-se que ele tem consciência disso nas suas obras: “Não vamos fazer tudo, já esta tudo feito! Não é preciso estar a fazer de conta que é tudo de novo porque é só aqui este bocadinho, estão a ver? Olha parte aqui este canto, foi só isso que eu fiz. O resto é o que já se sabia. As salas são as salas, as escadas são as escadas.” Mas há ali qualquer coisa que que vibra. E eu acho isso fabuloso, porque isso é uma consciência profunda de qual é a liberdade do arquiteto. Não é jogo nenhum, é exatamente o que a arquitetura pode ser hoje em dia na Europa.

Até que ponto esta transição influenciou a percentagem de arquitetos a exercer a profissão, a natureza da encomenda ou o tipo de obra que é entregue ao arquiteto?

Bem, da minha geração, houve muitos arquitetos que estavam em Macau e que saíram. Estávamos todos em princípio de carreira – em Hong Kong quando ocorreu a transição em 1997, o governador assegurou que 10 anos antes, a maior parte dos chefes de serviço já fossem locais, quadros de Hong Kong) – isso em Macau não se verificou. Praticamente não havia até à passagem de soberania chefias locais. Portanto, houve uma rutura muito grande, e mais do que haver uma rutura, de um dia para o outro praticamente, mudou tudo. E ninguém fazia ideia do que havia a seguir, era um limbo continuar. E eu acho que faz sentido, que a geração da minha idade se tenha ido quase toda embora. Foram quase todos para Portugal. É um facto que depois, mais tarde, houve alguns que voltaram. Nós decidimos ficar, na altura tínhamos formado o atelier com Manuel Vicente e claro que isso era uma ancoragem importante, apesar de não ser a única razão. Nós tínhamos uma ideia do que é que seria a nossa vida se voltássemos para a Europa, e o que é que íamos estar a fazer, e as dificuldades que íamos ter, e os tempos que íamos passar, etc. Enquanto, ficar aqui em Macau era uma incógnita, não fazíamos ideia de como é que as coisas se iam processar. Olhando para trás, assumo que foi um risco muito grande, podia não ter acontecido desta maneira. Na altura, a China não tinha o papel que tem hoje, era muito mais opaca, ninguém sabia muito bem o que é que se pensava na China sobre Macau. Portanto, isso tudo eram pontos de interrogação. E, por consequência, acho que muito poucas pessoas ficaram a seguir a 1999 conscientemente, com segurança, sabendo que valores é que existiam no terreno que assegurassem, que ao ficarmos, o nosso lugar estivesse salvaguardado. Portanto, eu acho que foi um ato de coragem a escolha de ficar em Macau.

Voltando um pouco a esta questão do “como é que a China vê Macau?”: tenho vindo a descobrir que tudo isto tem uma grande importância. Hoje em dia isto é mais discutido, porque há, agora, o fórum de cooperação entre a China e os países de língua portuguesa, que está sediada em Macau e que tem um papel importante na articulação da China com os vários países de língua portuguesa. Mas percebe-se que há uma vontade muito grande perceber o outro, de perceber e jogar com isso, não é só perceber no sentido platónico de assistir do exterior, mas também de interagir. E eu acho que a relação Macau-China e Hong Kong-China é muito diferente, porque Hong Kong foi um *handover* forçado, e os chineses não se esquecem disso (tiveram que ceder Hong Kong porque foram humilhados, houve a guerra dos *Boxers* e tudo isso foi uma coisa extremamente traumática para a China). Enquanto Macau não, porque Macau foi sempre um sítio que fez parte integrante da forma da China se relacionar com o exterior. Macau não aconteceu assim no momento, foi uma coisa que se foi negociando, se foi experimentando e tentando – por

exemplo, ao princípio não se podiam fazer fortificações e igrejas e isso foi sendo adquirido com o tempo – e eu acho que isso é uma coisa muito especial que os chineses não se esquecem. Foi-se construindo essa confiança entre portugueses e chineses ao longo dos séculos. Eu digo-lhe muito sinceramente, eu vivo dessa maneira, e eu sinto que faço parte dessa linha que são “os portugueses de Macau”. No fundo, nós estamos aqui num processo de integração com a China e continuamos a fazer exatamente o que fazíamos dantes, íamos experimentando e não nos deixavam, e nós tentávamos de outra maneira, dizíamos a coisa de outra forma, entrávamos por outra porta. Nós vamos jogando e eles também jogam connosco. No fundo isto é um jogo, porque há dois códigos e, portanto, isto é um desafio, é um convite à provocação de alguma maneira, há sempre duas versões para as coisas, as coisas não são dogmáticas. Depois quando houve este período dos 100 anos, em que a China esteve fechada, muitos dos contactos diplomáticos eram feitos através de Macau, porque havia confiança nas elites e na gente de Macau. Portanto, Macau representa esse primeiro olhar do que é que é o ocidente, esse primeiro ponto de experimentação. E esse ocidente para a China é muito autêntico, mesmo a nível de identidade patrimonial, por exemplo, o património arquitetónico de Macau é capaz de ser mais importante simbolicamente para muitos chineses eruditos da China do que propriamente para um chinês de Macau, porque representa essa ideia do encontro da China com o ocidente e, portanto, isso tem uma grande autenticidade que só pode existir em Macau. E isto é muito curioso, porque isto estava lá tudo, nós é que não sabíamos. E quando nos permitimos abstrair desta linha que nos separa do “nós” e “eles” percebemos que o “nós” e o “eles” existe, mas também não existe. A construção de Macau é exatamente isso, saber que ela existe, mas também não estarmos com medo que ela tenha que existir. Eu não estou aqui para vincar essa diferença entre uns e outros, o que existe exatamente, é uma coisa tão divertida, tão cruzada com sentidos, interpretações e pontos de vista, que a gente podemos passar o dia inteiro a rir porque tudo é um trocadilho, tudo é uma “desinterpretação” e um mal-entendido. E eu acho isso culturalmente muito mais interessante. Preenche-me muito mais do que estar num sítio estabilizado, em que já sabemos à partida, qual é a codificação do branco, e o que é que que significa alto, e o que é que quer dizer bonito, e estreito, e por aí a fora.

O *handover* influenciou o perfil do arquiteto?

Eu achava que nós eramos arquitetos portugueses que tínhamos ficado em Macau, mas hoje em dia não sinto essa identificação. Nós, arquitetos portugueses não somos uma entidade em Macau. Eventualmente, os nossos colegas chineses podem olhar para nós e verem-nos como tal.

Nós fazemos muita encomenda pública. Claro que também tenho muito trabalho privado, mas é mais irregular. Como eu referi há pouco, de repente, as pessoas já sabiam o que queriam e, portanto, se queriam construir um edifício iam escolher um arquiteto chinês. Porquê? Se eu fosse a um arquiteto chinês, sabia exatamente que ele ia fazer o projeto conforme eu queria sem questionar. De repente já não há arquitetura porque não há o desejo que alguém a pense, que alguém a construa. Portanto, houve uma série de projetos, de encomendas, que nós tínhamos que deixámos de ter durante algum tempo, mas depois voltaram a aparecer. Eu vou tendo encomenda de todo o tipo, sendo que hoje em dia, tenho mais abertura para possíveis clientes privados na China do que aqui. Hoje em dia, na China, a arquitetura passou a

ser uma ferramenta importante, porque as cidades estão num processo de modernização, em constante competição entre elas, portanto, são sítios muito propícios, onde há muita procura. No entanto, eu sinto que aqui em Macau, como há tanta falta de espaço, fica muito complicado.

Eu falo pelo meu percurso particular, eu passei a interessar-me muito mais em perceber a arquitetura do ponto de vista dos outros, não no sentido abstrato, mas de quem me encomenda o projeto, de quem vai o usar e de quem opina. De perceber o que é que o recetor espera do projeto, o que é que vê na arquitetura, como é que imagina que seja. Este jogo, que falo muito. Perceber onde é que podemos pegar, onde é que podemos estimular uma perceção que não é exatamente a nossa. Há um conceito importante, que tem que ver com isto – o conceito de *third space* – que é esta ideia de que cada um de nós é um indivíduo de um contexto territorial e/ou cultural, que num mundo contemporâneo em que somos capazes de pertencer a mais do que um contexto, de repente, encontramos em nós a oportunidade de fecundar dois contextos diferentes, e de estar simultaneamente em dois ou mais contextos diferentes. Esta noção de *third space*, para mim, foi muito importante enquanto arquiteto porque julgo ter ganho uma identidade própria, muito a partir dessa noção. Portanto, tenho uma certa dificuldade de lidar com a ideia dos “arquitetos portugueses”, porque eu passei a ser um português que está entre dois contextos e está interessado nessa simultaneidade.

Por exemplo, vou falar um pouco daquilo que tenho feito a nível da DOCOMOMO Macau. Há dois anos fizemos uma coisa que achei muito interessante... Eu tenho o atelier numa zona do centro histórico que estava completamente ao abandono (quando a 100 metros existe as ruínas de S. Paulo, onde há uma afluência cerca de 30 milhões de turistas por ano). Então, eu comecei por fazer um levantamento e desenhar um plano de como é que se podia resolver isto, ou seja, fazer com que os turistas ocupassem e circulassem em todo o Porto Interior. E como é que essa redistribuição dos turistas podia, não só contribuir para a economia destes bairros que estão à volta, que também são centro histórico, e ao mesmo tempo reduzir aquele excesso de utilização. Temos lado a lado ruas sobrelotadas e outras onde não passa ninguém, onde não se vende nada. Então eu tentei fazer esse plano, não enquanto arquiteto, mas na perspectiva de gestão do espaço urbano e do património existente, sem fazer grandes desenhos, muito à volta desta ideia de criar estratégia. Como fiz isto com uns urbanistas chineses, e um deles, cresceu e tem família ali no bairro, consegui levar a população toda daquele lugar ao meu atelier e ter sessões ao fim de semana com os lojantes, com os moradores. Foi incrível porque me apercebi que era realmente possível fazer projeto com eles. Eles têm uma aprendizagem acumulada através das dificuldades que passaram. E, portanto, há aqui um exercício do quotidiano que vem da prática, onde me apercebi que estou muito mais próximo da população, do que estou propriamente de qualquer arquiteto ou urbanista do governo. E eu acho que estas experiências, quer o plano depois se realize ou não, no fundo, dão-nos a perceção de que a prática é muito diferente daquilo que imaginávamos. Não é um saber que tenhamos porque nos foi passado, é uma capacidade de operar.

É necessária esta capacidade de criar e estabelecer diálogos. Porque o que eu acho que é muito abstrato em Macau, é arquitetos desenharem uma arquitetura extremamente europeia, que esteve na moda há 10,

15 ou 20 anos atrás, uma arquitetura de revista, não só agora, mas antes de 1999 também, no fundo, é uma reprodução de modelos. E do meu ponto de vista isso é uma coisa perfeitamente desinteressante, é simplesmente, reproduzir modelos e deslocá-los de um território para o outro. Eu vejo muitos arquitetos a fazerem isso, tanto portugueses como chineses. Esse processo para mim é extremamente vazio porque a comunidade que vai usar aquela arquitetura não a descodifica de forma útil, porque não é um objeto isógeno. Não tenho nada contra convidar um arquiteto suíço para desenhar um museu em Lisboa, ou um arquiteto português para desenhar uma escola na Dinamarca. No entanto, acho errado quando, que se segue o paradigma do Dubai, quando se convidam arquitetos de todo o mundo para desenhar uma cidade que todos desconhecem, porque ninguém lá viveu. De um momento para o outro, aquilo é um monte de gritos, de coisas que não se relacionam com aquelas pessoas e aquele contexto. Para mim a esperança do século XXI é que se possa finalmente chegar a alguma plataforma de democratização de uma série de coisas, das quais a arquitetura faz parte, e deixarmos de ser vítimas do corporativismo do mercado. Já estou cansado, acho que isso é uma coisa de século XX, andar a transportar as casinhas de um lado para o outro.

É possível que o arquiteto consiga mencionar algumas obras relevantes que reflitam as transformações do *handover* de 1999 a nível de processo, dimensão e diversidade programática do projeto?

Eu vou falar de dois projetos para o Fai Chi Kei, o primeiro, que era um projeto desenvolvido pelo atelier de Manuel Vicente que era para o Fai Chi Kei 3, que no fundo vinha na sequência do Fai Chi Kei original, mas que tinha uma mudança de escala dos 6 pisos para 12/15 pisos, portanto, passava a ter elevadores, passava a ter uma densidade maior, mas no fundo era o mesmo conceito. Desenhar o edifício quarteirão, ocupar o espaço público todo e desenhá-lo enquanto arquitetura, que eu acho que era o que o Fai Chi Kei de Manuel Vicente fazia, ele fazia dois quarteirões, e depois no miolo fazia aquele pátio que era uma rua. Esse projeto (Fai Chi Kei 3) depois não foi construído, mas foi muito desenvolvido até ao projeto de execução e ia-se começar a construir em 2000. Foi um projeto que foi desenvolvido entre 1989 e 1999. Na maneira como era encomendado, como era feita a gestão do projeto, as escolhas do privado e do público, eram tudo escolhas do arquiteto. E no fundo isso era uma porta aberta para que se conseguisse projetar com um certo idealismo, porque não havia limitações, não havia muitos regulamentos, era tudo bastante elástico. Dava para se construir uma ideia total do que é que devia ser um bairro de habitação coletiva. Depois, em 2010, quando o Fai Chi Kei original ficou ameaçado e depois foi demolido nós desenhámos um novo bairro para o Fai Chi Kei. Inicialmente ainda houve um esforço (ainda acompanhei essa fase inicial) de manter parte do projeto original, pelo menos um dos blocos, mas era uma altura politicamente muito complexa, onde a habitação pública tinha uma urgência muito grande e, portanto, não havia possibilidade de negociação. Portanto, o novo Fai Chi Kei, não tem nada a ver com aquela maneira de projetar. Primeiro, porque passa dos 15 pisos para os 30, e depois os fogos passam de espaços com medidas razoáveis para uns fogos mínimos, duríssimos com uma qualidade de habitabilidade muito reduzida. Assim sendo, a proposta e os desafios que tivemos que enfrentar, com aquelas condições, com aquelas limitações, para fazer alguma coisa que transmitisse uma ideia de habitar, acabou por colocar o nosso investimento de projeto em áreas completamente diferentes. No fundo, explorámos e desenhámos muito o espaço dos

corredores, e o espaço intermediário, criámos novas tipologias de pátios que ligavam os pisos uns aos outros, e que funcionavam como umas salas coletivas e pontos de conexão entre os blocos, criavam uma espécie de praticada e iam juntando os pisos. Esta ideia de que o corredor, apesar de tudo, é o local onde podemos olhar para fora e enquadrar uma vista bonita. Conseguimos, numa habitação social, colocar um envidraçado grande que olha sobre a cidade criando, de alguma forma, um momento em que te esqueces que vives numa habitação social porque podes disfrutar da paisagem. Por outro lado, a relação com o exterior é conseguida através de alargamentos do passeio, de maneira a que a rua e o passeio possam ser usados, não como uma coisa estritamente utilitária, mas como ponto de encontro. O que eu acho que acontece na maior parte dos projetos em Macau, como é tudo maximizado por razão nenhuma, depois as lojas não funcionam, têm imensos parques de estacionamento em frente e as pessoas utilizam o passeio só para esperar o autocarro porque não há espaço para mais nada. E, portanto, nós acabámos por pensar numa série de questões urbanas que não tinham nada a ver com aquele cenário. Uma versão bastante mais otimizada do Fai Chi Kei 3 de Manuel Vicente, no qual eu participei na fase final de projeto de execução. E mais uma vez, como eu te estava a referir a meio da conversa (e eu acho que isto é o meu contributo mais importante para a tua tese), pelas condicionantes, na maneira como a encomenda é feita, com todas as limitações que são impostas é que eu acho que se pode encontrar algum tipo de inovação na arquitetura. Se tiver sempre as mesmas condições de trabalho, a encomenda não me apresenta um desafio, não tenho que arranjar uma forma de contornar e inventar uma coisa diferente, porque não há essa necessidade. Eu falei destes projetos grandes, mas há um projeto que eu acho, neste sentido, extraordinário. A Praça Nam Van, para mim é um milagre, porque: como é que se pode ter um espaço público no meio de uma rotunda rodoviária, no meio de uma autoestrada? É a coisa mais improvável do mundo. Mas tem a ver com a capacidade de perceber as condicionantes: é uma rotunda, mas podemos alargar a rotunda e enterrar as passagens, e depois com umas rampas para deficientes conseguimos chegar ao lago, criar uma extensão da praça. Através de um corte conseguiu-se criar um espaço típico com significado para a cidade porque ele está integrado no território do lago, que é o maior espaço público da cidade.

Ainda mais improvável foi um projeto que fizemos para a escola portuguesa, onde, num pátio pequenino (10m por 10m) nos pediram para desenhar uma sala de leitura ao lado da biblioteca. Fazia-nos muita impressão fechar o pátio todo porque no projeto do Chorão Ramalho tinha uma palmeira no centro e aqueles pátiozinhos que criavam uma marcação de luz no átrio principal, portanto, tens o átrio todo em vidro e depois tens três pátios, tínhamos esses três pontos de luz ao longo do espaço comprido. Se fechássemos aquilo estávamos a mutilar a arquitetura do Chorão Ramalho, então decidimos deixar umas lascas de luz entre o edifício existente e a nossa sala de leitura e depois fomos criando umas lascas de luz no meio para deixar a palmeira aflorar. Conseguimos criar níveis diferentes, para que os miúdos estivessem a ler os livros a uma cota inferior à do átrio. De repente, um espaço muito pequenino, parece um espaço enorme, porque eles ficam lá enterrados e depois há um teto baixo por cima deles, é uma espécie de espaço misterioso. Nada disto foi completamente previsto, mas como temos uma luz extraordinária, a luz dos trópicos, por aquelas lascas entra uma quantidade incomensurável de luz. Portanto, das primeiras vezes que lá fui depois de aquilo estar construído, apercebi-me de que parece que aquilo continua a ser

um pátio porque não se percebe que aquilo tem uma cobertura. E eu acho que isto é tudo maravilhoso e só é possível porque não deitámos nada fora. Muitas vezes, porque se tem um preconceito uma ideia pré formatada, deitamos tudo fora, e ali na escola portuguesa, na sala de leitura, ficaram os *layers* todos da história do edifício, ficou lá tudo. Eu acho que, de alguma maneira, nós, portugueses, também somos um bocado *hoarders*, aquelas pessoas que guardam tudo e não conseguem deitar nada fora, em relação à experiência, à memória, às sensações. E penso que isso é difícil de ensinar e aprender na escola, é uma coisa que está em nós, é uma coisa muito portuguesa. Eu acho isso muito mais importante do que propriamente fazer coisas reconhecíveis, o prazer, o desejo ou a vertigem do desconhecido, a mim, é o que me fascina. Eu fico muito entusiasmado quando me pedem coisas impossíveis. A melhor coisa que nos pode acontecer a nós, arquitetos, é pedirem-nos uma coisa impossível.

Qual é a receptividade em Macau na divulgação da arquitetura em periódicos?

Aqui em Macau não há. A imprensa não está propriamente interessada em arquitetura. A única revista que existe de arquitetura, que apesar de tudo não é muito periódica, é a revista que eu criei na associação de arquitetos. Eu já não sou o editor há alguns anos, mas continua a ser publicada. E vai publicando alguns projetos, mas nada de muito sistemático. Nós em Macau temos este problema, que é um problema de escala. Não temos escala de grande cidade e, portanto, acabamos por sofrer uma série de complicações como esta por exemplo. Também é difícil publicar em Hong Kong, no entanto, publicaram o projeto da escola portuguesa em várias revistas. Era uma altura que havia um certo interesse naquilo que se desenvolvia em Macau e publiquei mais uns 3 ou 4 projetos. Hong Kong, como tem escala e muito dinheiro, há muitos projetos com aparato e então são publicados em revistas da China. Eu publiquei 4 projetos ao longo destes anos todos, desde 1999. É tudo pouco regular. Havia uma altura, até 1999, em que os arquitetos de Macau eram regularmente publicados em Portugal, e isso infelizmente desapareceu. Eu acho que isso era uma coisa que fazia muita diferença, porque, apesar de tudo, mantinha Macau no círculo próximo, num diálogo mais alargado com Portugal. Ultimamente eu julgo que desapareceu esse interesse em Macau, acho que Macau está muito longe. Está longe demais!

Muito obrigada pela sua colaboração!

Entrevista, Arquiteto Miguel Campina

Os arquitetos portugueses como Manuel Vicente criaram uma identidade muito vincada em Macau. Após o *handover* de 1999, consegue-se verificar a existência de uma continuidade ou por oposição uma rutura do legado arquitetónico português? O que é que tem sido feito para preservar esses elementos identitários?

O facto de ter havido uma transição e a mudança de soberania, alterou o contexto de uma forma muito profunda, naturalmente. Temos a administração portuguesa com as suas regras (e com a ausência de regras também), e depois da transição, ainda que formalmente as regras se tivessem mantido, na prática houve alterações profundas de contexto. Ainda que tenha existido um período de transição em que alguns quadros portugueses se mantiveram, houve uma mudança na liderança, em primeiro lugar, e uma sucessiva substituição dos antigos quadros por quadros chineses. A regulamentação é aquela que os portugueses deixaram, do ponto de vista da edificação, da construção. E daquilo que não deixaram também, que tem a ver com a ausência de planeamento. E no contexto do exercício da profissão, o enquadramento que é dado pela legislação, por um lado, e pela prática da administração, por outro, são fundamentais para o exercício daquilo que é a prática antes e a prática depois. Portanto, quando se fala da prática profissional não podemos ignorar o que diz respeito à administração pública, porque é uma componente bastante importante, ou foi provavelmente, um dos primeiros locais onde foi conseguida uma legislação que atribuía, e ainda está em vigor, um papel diferente daquele que estava prometido aos arquitetos em Portugal durante muitos anos. Ou seja, a prática da arquitetura, desde os anos 1985, ficou reservada aos arquitetos enquanto que em Portugal aconteceu muito tarde, e aliás, não é uma questão que esteja resolvida. Porque na administração em Macau foi possível, através da influência que os arquitetos tiveram, por um lado, e o papel que os arquitetos que estavam dentro da administração, por outro, criar um enquadramento particular neste capítulo. E eu fazia referência a este duplo papel. Depois importa sublinhar, relativamente à pergunta, sem dúvida houve uma transformação. E esta alteração ocorre dos dois lados, dentro da administração e fora da administração: uma porque estava delegada diretamente ao poder, e a outra porque se vê enquadrada por um contexto completamente diferente.

Com o *handover* o planeamento urbano passa a ser uma área do interesse político-económico mais do que sociocultural, adquirindo prioridades que se sobrepõem às necessidades dos habitantes?

A ausência do planeamento urbano! Eu gostava de enquadrar a questão do planeamento da seguinte forma: o planeamento tem duas dimensões, uma delas particularmente relevante, que pode e desempenha um papel disciplinador, impõe algumas regras que “limitam” as opções; a outra dimensão é a existência de um modelo pré-estabelecido que serve de referência à intervenção, no sentido de definir como é que hoje se tem de agir para obter resultados daqui a algum tempo. Este papel disciplinador tem vantagens e desvantagens. O mais importante, são as desvantagens (risos), porque num quadro em que essas regras não existam, há liberdade e flexibilidade para que as questões que estão normalmente associadas ao exercício do poder político, no plano influenciado e influenciável pelos aspetos económicos, se podem mover de

acordo com as conveniências. Portanto, a ausência de planeamento é uma questão que sempre se colocou em Macau. Se se regerem pela inexistência de regras, possibilitam, da perspectiva do investimento privado, obter resultados que de outra forma não se obteria. Isto aplica-se igualmente antes e depois da transição.

Por outro lado, é inegável a falta de visão do poder político, a falta de capacidade de promover, propor e organizar para o futuro. Tinham pouco antes da transição, depois da transição ganharam um pouco mais, mas há uma grande dificuldade em estabelecer metas, porque essas metas, pelas razões que eu apresentei há momentos, condicionam as decisões do presente. O presente é sempre muito mais importante do que o futuro. Infelizmente, é aquilo que se verifica, apesar de nos últimos anos, por pressão do governo central, ter havido no plano teórico (mais do que no plano prático) a necessidade de dar expressão à vontade de planeamento. Digo “à vontade”, porque em termos práticos, é tudo suficientemente vago para continuar a perpetuar (pelo menos o que chega ao público e aos profissionais), um contexto vazio de diretivas capaz de permitir que, depois, as opções individuais possam ser bastante latas, servindo os interesses específicos que possam surgir.

Antes da transição, nos idos de 1980, o governo de Macau, numa fase em que era preciso tomar uma série de iniciativas relativas às alterações das condições de vida que se registavam nessa altura, tentou fazer uma transição muito mais cedo do que aquela que veio a ocorrer. Sem grande sucesso, porque a República Popular da China precisava de um território que lhe permitisse, com alguma facilidade, manter a relação com o exterior. A realidade da China de hoje não tem nada a ver com a realidade da China em 1974. Depois do golpe militar houve necessidade de alterar as condições em Macau. Para isso, foram mobilizados para Macau chefias militares a quem foi dada a responsabilidade de “modernizar” o território, e tiveram um papel relevantíssimo na alteração que se registou nesses anos. Eu faço especial referência ao período chefiado pelo Almirante Almeida e Costa porque foi durante o período em que ele governou que foram destacados uma série de quadros. Quadros esses que contribuíram para alterar o contexto da administração pública em termos de aptidão, em termos de capacidade de intervenção e, pela primeira vez, surge um conceito de planos de ordenamento do território, tendo por base a consciência de que seria praticamente impossível fazer um Plano Diretor, porque, simplesmente, havia interesses muito diversificados. E, portanto, a escolha foi não fazer um Plano Diretor, mas sim planos de ordenamento parciais, quer para áreas existentes, quer para áreas de expansão. Sem dúvida foram exercícios particularmente relevantes, na medida em que o esforço no pensamento sobre temas como a preservação de certas zonas históricas e o modo de expandir a área passível de ser construída, foi feito de modo bastante cuidadoso, com grande empenho das equipas e com fortes convicções profissionais.

Eu colocava aqui na mesa fundamentalmente dois exemplos: o do plano que foi gizado para a Praia Grande pelo arquiteto Manuel Vicente e aquele que foi pensado para o Porto Exterior e para a Areia Preta, formalmente, por uma empresa de Hong Kong, chamada Palmer & Turner, mas que tinha como consultores de referência fundamentalmente o arquiteto Siza que, nessa altura, viajava bastante com o arquiteto Távora. Estes planos, do ponto de vista da conceção, do ponto de vista das propostas, do modo como olhavam para as zonas, eram estruturados de forma muito diferente. Enquanto o plano do arquiteto

Manuel Vicente se reconhecia a partir de uma forma de crescimento urbano mais orgânico, mais apoiada naquilo que era uma tradição da ocupação do território (bastante portuguesa), o plano do arquiteto Siza fazia referência a um outro modo de ocupar, que não deixa de ser também português (a Baixa Pombalina é um bom exemplo), mas que se baseava num modelo mais abstrato, mais geométrico, da quadrícula. Essas intervenções foram importantes como referência, porque esses planos nunca foram publicados, nunca foram oficializados, nunca foram passados a corpo de lei. Referências que foram mais ou menos seguidas consoante o peso relativo das administrações na gestão da ocupação do território.

Em Macau, verifica-se que, em traços gerais, estão lá as duas formas de pensamento e as duas formas de ocupação. No entanto, é preciso sublinhar que o que lá está foi sujeito a “violentação”, como é inevitável pelo contexto em que se encontra. De qualquer modo, estes exercícios foram, provavelmente, os mais significativos que ocorreram durante o final da presença administrativa portuguesa e aqueles que melhor refletem as formas de pensamento sobre a ocupação do território no que diz respeito ao planeamento. Depois da transição, inevitavelmente, o facto de haver planos publicados criava dificuldades aos interesses que eram importantes naquela altura promover, nomeadamente, os vários concessionários de jogo. A administração chinesa teve a clara consciência de que era preciso acabar com os planos para permitir que a ocupação se pudesse fazer sem ferir a legalidade.

Relativamente ao que se passou com os casinos, é uma outra realidade. Quando a decisão estratégica foi tomada, fazer a inversão do ciclo negativo da economia local através da concessão de oportunidades a outros, da exploração dos jogos de fortuna e azar, faltou uma coisa fundamental, que era a capacidade de prever que esse crescimento iria corresponder a uma necessidade imperativa de construção de infra-estruturas. Tivemos duas situações distintas: por um lado, na Península de Macau, os que queriam ser os primeiros, ter essa vantagem; por outro, os que queriam não fazer nada, mesmo contra aquilo que eram as promessas que estavam escritas nos respetivos contratos. O primeiro a avançar foi a Venetian, que construiu o primeiro casino no NAPE, e os outros ficaram à espera. Muito pressionados pelo governo e, a partir de determinado momento, estimulados pelo êxito da Venetian, resolveram apostar também. Na Península de Macau houve algum esforço de disciplina da ocupação dos nossos casinos? A resposta é não. Portanto, eles foram surgindo em função das oportunidades que foram criadas pelos investidores privados. Após o sucesso da Venetian, Stanley Ho, como era tradição, ocupou tudo e os outros tiveram que negociar com ele. O Steve Wynn não tinha terreno nenhum. Portanto, o terreno teve que ser imposto pelo governo.

Agora passamos para o outro lado, aquele que ninguém queria. Aquilo era um pântano, um sapal. A Venetian tinha a segunda parte do contrato para fazer e a diferença faz-se pela visão estratégica de um investidor, Sr. Sheldon Adelson. Ele disse ao governo de Macau “eu corro o risco, mas só posso correr o risco se tiver a garantia de que consigo criar massa crítica deste lado para permitir que os meus casinos funcionem”. Bem, o argumento era um argumento de peso e com fundamentação. Evidentemente que um casino ali no meio do pantanal tinha pouca hipótese. Portanto, aquilo foi um processo muito complicado, com idas e vindas, que resultou numa aceitação cálcica do governo de Macau: “sim senhor, então você faz o

aproveitamento de um primeiro projeto que vai servir de âncora àquilo que se passa à volta”. O Sr. Sheldon em contrarresposta, disse “sim senhor, eu faço isso, mas na base de um plano”. O plano foi, de facto, executado, e é um elemento muito importante de referência, porque serviu para disciplinar, estruturar e organizar toda aquela zona. As regras foram cumpridas genericamente, mas, como não foi publicado, só foi “respeitado” pela Venetian. Decidiu fazê-lo porque isso correspondia àquilo que eles acreditavam que iria traduzir-se na qualificação da ocupação da área e, essa qualificação do ponto de vista da corporação, era indispensável para perspetivar os futuros utilizadores do casino. Se não dessem qualidade àquilo não tinham as mesmas probabilidades de êxito. E, portanto, criaram aquilo que foi chamado o conceito de *urban resort*. O que é que é um *urban resort*? É um conceito de cidade, onde as densidades de ocupação, os índices de utilização, são muito mais generosos do ponto de vista do espaço livre do que se fosse aplicada, estritamente, a regulamentação da edificação de Macau. As outras intervenções, quer o City of Dreams, quer o Studio City, agiram por opção própria e não por referência a um plano, ao que estava gizado neste plano, nomeadamente em termos de afastamentos, distâncias, vistas, etc. Em suma, isto significa que, mais uma vez, foi a iniciativa privada que fez o esforço de disciplinar a ocupação do território para garantir a sua qualificação. A infraestrutura de transportes de massas foi criada pelos próprios casinos, um retrato daquilo que foi a manifesta incapacidade da administração de criar, em termos de planeamento, infraestrutura, soluções para o que estavam a promover.

A sua ida para Macau em 1984, teve o propósito de intervir nos planos do Porto Exterior, Areia Preta, da Avenida Almeida Ribeiro e Porto Interior. Num primeiro momento, pretende-se perceber o envolvimento do arquiteto nestes planos e, posteriormente a sua experiência na área dos casinos, nomeadamente o Venetian e Parisian? Nestes processos quais os programas/intervenções solicitados aos arquitetos portugueses?

O concurso internacional para os planos de ordenamento parcial que eu mencionei foi lançado em 1982. Eles trabalharam entre 1982-83, e esses planos, como normalmente acontece, eram objeto de diálogo com a administração e era suposto virem a ser aprovados. No entanto, entrou-se ali num compasso de dificuldades resultante das idiosincrasias da administração. Eu fui convidado para ir ajudar a fechar os três planos, o da Areia Preta, o plano do Porto Exterior e Porto Interior e o da Almeida Ribeiro. A minha intervenção foi pegar nas inúmeras pontas soltas e tentar juntá-las por forma a conseguir fazer um relatório final de síntese que permitisse ultrapassar a dificuldade de consulta, que representavam os vários volumes de estudos que tinham sido feitos. Ao fazer isso, constatei que havia aspetos que tinham sido aflorados em fases preliminares sem consequências. O plano foi feito com a intervenção de colegas mais novos da Escola do Porto, que o arquiteto Siza convidava.

Especificamente, no caso do Porto Exterior, o problema de ocupação dos quarteirões estava por resolver, a malha estava definida, mas sobrava a questão: como é que aquilo se ocupava? A ideia estava vagamente considerada que seria ocupar com o modelo tradicional da construção da zona antiga da cidade, ou seja, lotes pequeninos e profundos, onde um somar-se-ia ao outro e iam-se compondo os quarteirões. Isto não dava nada, nesses anos nós já estávamos a falar de uma lógica de investimento completamente

distinta, não era o pequeno investidor que tinha a capacidade para fazer aquilo. Era preciso inventar para ali algo diferente, que não fossem esses lotes de pequena dimensão, porque o que se estava à espera era de um pedaço apreciável de terra para construir um pódio com uma torre. Isso contrariava a lógica da rua delimitada por construção ao longo do passeio. Havia ali uma série de contradições que eu procurei resolver.

No caso do plano da Areia Preta, estava prevista uma fase que, do ponto de vista do desenho urbano era particularmente interessante, que se apoiava na construção de quarteirões industriais e, naquela altura, a indústria estava morta em Macau. Quando eu fui, em 1984, para Macau, o movimento de transferência das fábricas de Macau para a China estava a ocorrer, ou seja, todos aqueles quarteirões que estavam destinados à indústria, estavam destinados ao fracasso. Portanto, também isto teve que ser adaptado.

No caso do plano da Avenida Almeida Ribeiro e do Porto Interior, a parte de investigação foi um trabalho absolutamente notável, feito sob a orientação do professor Fernando Távora, mas, em termos de soluções, ficaram todas numa fase inicial de proposta. Não se avançou mais porque a reação dos proprietários foi muito desfavorável àquele aproveitamento (estamos a falar de pequenos proprietários que tinham expectativas relativamente ao reaproveitamento dos respetivos lotes, todos eles muito estreitos e relativamente profundos). Havia a ilusão, que vinha do final dos anos 1970, princípios dos anos 1980, de que era possível desfazer as zonas antigas e substituí-las por edifícios significativamente mais altos. Isso rapidamente se demonstrou impossível. E por isso surgiu a necessidade de se pensar esses planos de ordenamento de áreas de expansão, para retirar o peso que havia da pressão do investimento sobre as zonas antigas. O que eu estive a fazer foi, também, a tentar compor regras que permitissem uma aplicação clara e simples de princípios de reaproveitamento que não destruíssem o fundamental, que já estavam gizadas, mas que não estavam suficientemente esclarecidas. Basicamente, as pessoas podiam fazer o reaproveitamento do lote não podendo acrescentar mais do que dois pisos ao existente, sempre recuados, por forma a não destruir a escala da rua, isto na Almeida Ribeiro. No Porto Interior, era salvar o mais possível daquilo que ainda restava dos edifícios portuários originais. Em suma, foi o que eu fiz nesses anos, e depois fiquei lá a trabalhar. Fiz intervenção noutros planos de menor dimensão, mas não são tão relevantes.

Mais tarde, quando o governo dá o encargo de fazer a revisão do plano do NAPE em, 1989-90, impõe muitas condições. É nessa altura que os edifícios sobem a altimetria, que a morfologia dos quarteirões se estabelece, que se fazem as escolhas relativamente ao uso, à localização, à posição relativa das arcadas, às áreas destinadas a parques, etc. Eu já tinha alguns anos de Macau e percebi que a única maneira de levar aquilo por diante seria jogar o jogo. Jogar o jogo significava usar a legislação existente e tentar fazer a ocupação dos quarteirões com recurso à legislação aplicada na generalidade da cidade. Portanto, eu fiz o exercício inverso do habitual, apliquei as regras e vi o que é que era possível em termos de forma. Depois, disse ao arquiteto Siza “se queremos ter alguma hipótese, a hipótese é esta”. Bem, aquilo lá lhe custou a engolir, porque ele tinha aquela imagem de ter as coisas baixinhas com 21 metros para se ver a colina. Mas lá se rendeu à realidade e pronto. Depois de tudo feito disseram-nos que tínhamos que acrescentar

não sei quanto milhares de metros quadrados ao plano (risos). E assim foi, falei com o arquiteto Siza, e contei-lhe o que se tinha passado. Ele, uma pessoa muito bem-educada, com aquela voz grave que tem, disse que dessa forma não podia ser. Eu disse: “só tenho uma maneira de resolver este imbróglcio. Eles não vão fazer esta confirmação por escrito. A forma como eles interpretam o poder é esta. Sugiro-lhe outra abordagem, eu escrevo para eles a dizer-lhes que de acordo com o telefonema que recebi entendi que eles queriam isto assim e assim e vamos lá ver o que eles respondem”. Claro, aquilo foi uma bomba, nunca mais tive trabalho no governo de Macau! Nunca mais me deram trabalho e a ideia deles foi avante. As primeiras coisas que tivemos que fazer foi reduzir o canal a dimensões ridículas, e introduzir mais uma linha de quarteirões. O que é que se passou a seguir? Há uma crise financeira em Macau que leva a que o General no poder tivesse decidido levar vários terrenos a hasta pública. Estava a economia chinesa a subir de forma galopante e, portanto, de um dia para o outro, as regras do jogo são completamente alteradas e tudo aquilo foi comprado por empresas estatais chinesas. Nada daquilo era para construir, aquilo era tudo para negociar, mas havia prazos de aproveitamento e, portanto, a certa altura era preciso fazer alguma coisa. Acontece que tudo foi feito de maneira a obter o maior lucro possível.

Depois veio a Crise Asiática. A crise começa lá fora, a bolha rebenta na Tailândia. Na altura o Primeiro Ministro chinês percebeu que aquilo ia rebentar também na China e radicou o investimento no estrangeiro. Os que estavam em Macau desaparecem todos para a Austrália, Canadá, EUA, etc. Consegui, com isso, evitar a bolha na China, mas também liquidou a economia de Macau. De tal forma que, no final, antes da transição, não havia nem encomenda privada, nem encomenda pública, a não ser para alguns que tiveram a sorte de ter alguns projetos, poucos, mas alguns projetos. Quando se faz a transição, em 1999, Macau não tinha atividade nenhuma, contudo, nessa altura, alguns colegas dentro da administração tiveram um papel importante em disciplinar a ocupação dos quarteirões.

Agora, qual é a minha experiência, passados estes anos, relativamente àquilo que foi feito? É muito mais fotogénico o projeto da Praia Grande, indiscutivelmente. Mas, do ponto de vista da vivência urbana, eu pessoalmente estou convencido que um dos melhores sítios é o Porto Exterior. A conceção das ruas, a hierarquia dos edifícios e os intervalos entre eles, as alturas, as transparências, etc. permitem que exista sempre linhas de vista relativamente desafogadas que não tem nada que ver com o caos do resto tecido urbano. Eu, pessoalmente, acho que, independentemente de a opinião pública achar que aquilo é *estalinista*, é o que tem mais a ver com a ideia de cidade. O carácter de zona urbana com densidade, com expressão, com identidade, acabou por acontecer.

Na Areia Preta o plano nunca foi publicado, a única razão porque o plano acabou por seguir mais ou menos a morfologia que estava definida foi porque aquilo foi dado a uma família rica e eu fui contratado por essa família para fazer as casas para os pobres. E, portanto, eu consegui provar que o modelo de ocupação era igualmente rentável quanto o outro do pódio com as torres por cima, senão mais rentável. E, por isso, é que aquilo tem aquele formato, aquele desenho, aquela volumetria. Enfim, eu não desisti da ideia de seguir as linhas gerais que estavam previstas no plano. Aquilo que importa sublinhar é que este foi um dos exemplos mais interessantes de assimilação pela população de um novo espaço urbano.

Quarteirão após quarteirão, a identidade da zona foi-se construindo. Provavelmente porque havia uma classe social definida com afinidades que permitiam que a apropriação do espaço se fizesse de uma forma muito mais articulada do que no Porto Exterior, onde as diferenças eram muito grandes.

Em relação ao plano para o Cotai?

Portanto, o plano de Cotai. O Sr. Sheldon Adelson diz que teve uma visão estratégica. (risos) O único caso bem-sucedido conhecido em que a indústria do jogo ganhou a notoriedade que conhecemos foi Las Vegas. Las Vegas é um *strip*. Portanto, ele adotou esse conceito base. No esforço de ganhar massa crítica, como eu disse, ele precisava de construir mais de 20 mil quartos para viabilizar o casino. A ideia passou pelo seguinte: uma só propriedade não vai ser suficiente, se eu conseguir fazer lotes com dimensão suficiente para acomodar empreendimentos de grande escala, comparável à de Las Vegas, tenho mais hipótese. E como não havia comprimento suficiente, aquilo dava uma volta vinha para trás. Portanto, seria, não um *strip* como o de Las Vegas, que é em linha reta, mas em “U”.

A primeira versão dessa visão é feita pela SOM (Skidmore, Owings & Merrill). Rapidamente se chegou à conclusão que a hipótese do pântano, provavelmente, não iria ser viável. Portanto, aquilo começou a evoluir no sentido de se definirem dimensões para aproveitamento dos lotes. É nessa altura que eu sou envolvido. O meu trabalho era definir como é que se fazia uma ocupação que pudesse garantir a dimensão do lote para os hotéis, como é que se garantia que os afastamentos seriam suficientes para que os edifícios não ficassem todos uns em cima um dos outros, quais eram os limites que seriam impostos pelo governo, etc. Tudo isso teve que ser negociado nessa altura e havia duas ou três ideias muito fortes. A primeira era a de que o modelo de ocupação ficava ao critério de cada um, como em Las Vegas, mas as distâncias da construção ao limite do lote, do limite do lote ao eixo da via, entre edifícios dentro do lote, etc. seriam iguais para todos, e, portanto, havia um regulamento que estabelecia todos estes princípios, aos quais todos se sujeitariam. Na primeira fase, estava previsto que cada lote viesse a ser desenvolvido por uma entidade diferente. Sheldon, com o casino Venetian, queria, evidentemente, ser o primeiro, onde conseguia assegurar um centro de convenções, porque a maior parte da receita não é do jogo, mas sim das atividades culturais, divertimento, entretenimento, convenções e exposições. Depois para cada um dos outros lotes, foi criada uma disciplina de ocupação e foram introduzidos elementos de qualificação geral da área, através de um eixo, o tal *strip*. Foi simultaneamente, estimulante trabalhar com os que tiveram uma atitude construtiva, e extremamente frustrante trabalhar com aqueles que não queriam nada a não ser o controlo físico da área. Bem, o que é que se sucedeu? O governo concordou com a elaboração do plano (teoricamente) e que cada parcela fosse ocupada por um investidor diferente. No entanto, o investimento na infraestrutura hoteleira era muito grande para poder ser compensador sem a componente do jogo, portanto era praticamente impossível arranjar quem quisesse investir. A construção da parcela 1, ou seja, do Venetian andava muito rapidamente e não acontecia mais nada. O Sheldon começou a ver o investimento malparado e, em acordo com o governo, fez as outras parcelas também. Desenvolveu-se, então, o Four Seasons e, agora, o último a ser feito, o Parisian. Não sei se viste...

Vi em fase de construção...

Ora bem, tudo isto foi feito por consultores diferentes, tudo isto foi feito com executivos diferentes dentro da corporação. O Sheldon passa a vida a mudá-los e cada vez que mudam, mudam-se os pontos de vista e aquilo é muito difícil. Em colaboração com o governo, terminámos a parte do plano, a peça fundamental que é o regulamento que contempla tudo o que é necessário para se ter a certeza que uma vez publicado, as regras não se alteram (com base na experiência que eu tinha tido no passado sabia que aquilo era um instrumento absolutamente fundamental, porque baliza a execução). No entanto, o plano não foi publicado. Ele existe, e em anos volvidos, quando foi preciso fazer o projeto para o Parisian, voltámos a usar as mesmas regras que tinham sido adotadas no início, e, portanto, também neste caso, foi possível uma ocupação menos densa do que aquela que seria obtida por aplicação direta da legislação em vigor em Macau.

Até que ponto esta transição influenciou a percentagem de arquitetos a exercer a profissão, a natureza da encomenda ou o tipo de obra que é entregue ao arquiteto?

Com o fim da administração portuguesa, houve colegas que se vieram embora, porque tinham o suficiente, porque acharam que havia riscos, ou porque não estavam disponíveis para continuar a sua vida profissional e familiar nas novas condições. Na verdade, não se sabia o que iria acontecer. À distância, a transição não correu mal. Agora, como em todos os processos dessa natureza, há sempre tendência para algum radicalismo. Embora os portugueses tivessem tido uma posição bastante neutra, eram para todos os efeitos os gestores da *res pública*. Por outro lado, há sempre a tentação que ocorre nestes momentos históricos, que tem a ver com mostrar, um conceito desatualizado, mas que continua presente em muitos patriotismos. Portanto, estar contra os portugueses era uma forma de afirmar o patriotismo, o regresso à mãe pátria. Como resultado, o controlo da administração era tido numa dimensão muito maior do que aquela que era a real.

Houve, de facto, uma reacção no sentido de hostilizar, de alguma forma, a presença portuguesa. Felizmente que havia um chefe do executivo, que foi capaz de travar isso. Outro aspeto que é absolutamente crítico nesta equação, é o facto do general Rocha Vieira ter tomado a decisão política de mandar embora o maior número possível de portugueses que estavam nos quadros administrativos. Segundo uma explicação *a posteriori*, foi para evitar que se repetisse, em Macau, o que tinha acontecido com a descolonização dos territórios africanos. No sector privado, a ausência de encomenda, a ausência de perspectivas, levou a que houvesse colegas que se tivessem ido embora, com carácter definitivo ou temporário. Porque, anos depois, regressaram ao verificar que nada tinha acontecido aos que tinham permanecido. Como em todos os regimes e todas as situações conhecidas há, por norma, aquilo que são os “arquitetos do regime”, ou seja, a preferência da encomenda a pessoas que estão mais próximas do poder, ou por afinidades políticas, ou familiares, ou outras. No campo da encomenda privada era mais repartido, quando havia investidores em Macau. Mas, como eu expliquei, os investidores foram liquidados pela política das hastas públicas e foram investir os seus pequenos espólios na China. Portugal nunca cuidou da sua infraestrutura social. Isso retirou muito da capacidade de investimento dos habitantes locais e, não havendo encomenda local, os arquitetos iam trabalhar para quem?

Os primeiros anos da transição foram muito difíceis. Houve uns que tiveram mais sorte, outros menos. No meu caso, eu não me posso queixar, mas não há dúvida que eu não tinha encomenda. Tive a sorte de ter uma estrutura montada (o meu escritório) depois da transição, tive a sorte de ter experiência e conhecimento de trabalho numa empresa internacional, porque tinha trabalhado em Hong Kong. E eles vieram ter comigo porque precisavam de alguém que fizesse a ponte, tanto a nível técnico, da articulação, como do ponto de vista do entendimento dos mecanismos locais. Eu tive sorte nesse sentido e, portanto, aquilo que era encomenda pública preferencialmente feita por alguns portugueses antes da transição, passou a fazer-se, preferencialmente por alguns chineses depois da transição. Portanto, mudou, não o princípio, mas os destinatários.

Quanto aos portugueses, a situação é uma situação bastante difícil. Muito diferente daquela que foi, porque primeiro: a capacidade de interlocução com a administração desapareceu, porque se fala chinês. A língua portuguesa é oficial, mas é ignorada. Nós neste momento, os arquitetos portugueses, temos uma dificuldade imensa em fazer-nos ouvir. A maior parte das pessoas que trabalham, neste momento, na administração pública não têm experiência nenhuma. Isto acontece com os engenheiros também, não é exclusivo dos arquitetos. Entretanto, o próprio reconhecimento das habilitações sofreu uma alteração profundíssima. Criaram um *comité* específico para lidar com essas matérias, que é nomeado diretamente pelo governo, escolhem uns personagens em função das suas preferências políticas e daquilo que é o seu perfil profissional (teoricamente). Em suma, vive-se hoje uma instabilidade na profissão, vive-se hoje uma dificuldade nunca conhecida anteriormente, pelo menos nos 33 anos em que lá estou. Não há diálogo, nada há nada. Se me perguntarem qual é o retrato que eu faço hoje à realidade, sem querer iludir a questão, na minha opinião: na administração portuguesa havia coisas mal feitas, mas, agora, a situação não mudou para melhor.

Relativamente à prática profissional, a oportunidade é uniforme entre os arquitetos portugueses, internacionais e os chineses?

Do ponto de vista da capacidade, do conhecimento e da experiência, os arquitetos portugueses, deviam e podiam ter um papel diferente daquele que têm. Mas, o contexto mudou e, portanto, os únicos que ainda têm alguma capacidade de lá chegar são os macaenses que falam português e que se enquadram num nicho de pessoas. Depois, há algumas empresas europeias que têm aqueles nomes sonantes, com ideias brilhantes e que se conseguem impor no mercado chinês e que fazem a conceção do edifício, mas não fazem mais nada, porque os chineses fazem o resto. Os chineses, entretanto, aprenderam. Houve uma mudança nos últimos 20 ou 30 anos absolutamente fantástica! Não é o caso de Macau, porque Macau é mau por falta de critério e visão. E não era preciso que fosse assim, porque um dos problemas fundamentais, quando se assiste a um cenário como este, é a ausência de recursos e Macau é o contrário, tem excesso de recursos. Eu no escritório tenho esta experiência, eles tiram aos projetos em que estamos envolvidos, tudo o que possam considerar como sendo dispensável. Ora, isto é um motivo de frustração permanente. Eu, felizmente, não tenho que lidar muitas vezes com esta realidade, mas os meus colegas têm. Para além de que, estas ações entram em contradição com o discurso. O discurso é o progresso

científico, são as soluções científicas, é a ecologia. Mas não há soluções nenhuma que demonstrem essa preocupação. Portanto, é só o discurso, porque na prática não acontece nada.

Na sua prática profissional em Macau, a natureza da encomenda, o tipo de obra, programas, dimensão da obra e a quantidade de projetos altera-se depois da transição?

É assim, o investimento privado, nesta altura, existe algum, mas é feito através de intermediação. Eu sempre trabalhei no privado, eu só trabalhei no público enquanto estive em Portugal. Eu saí de Portugal em 1984, e antes disso trabalhei 10 anos na função pública. No funcionamento da habitação, quando ainda se fazia alguma coisa, portanto, estamos a falar desde 1974 a 1984. Em Macau, a encomenda raramente é pública. Tem sido fundamentalmente privada. Se eu dependesse da pública já não estava em Macau. E as pessoas que se mantêm são pessoas que têm capacidade de angariar pequenos trabalhos.

Alterou porque o efeito nefasto da transição foi a vinda das empresas chinesas para Macau. Hoje, a concorrência aumentou brutalmente com o número de jovens que se formaram em arquitetura e infelizmente a grande maioria com formação insuficiente. Portanto, o mercado de Macau é extremamente pequeno e o facto de Macau ter recursos como aqueles que tem, tornou-a extremamente atrativa para as empresas chinesas. Com a influência direta do poder central no governo de Macau, vêm empreiteiros de Shanghai fazer obras sem qualidade.

E quais os tipos de obras e programas que projeta no atelier?

A maior parte do trabalho que nós fazemos no escritório, nesta altura, é fiscalização de obras. Não há projetos, o governo, este ano, por exemplo, não lançou projetos novos. Na ausência de tanta infraestrutura, de tanta necessidade, simplesmente não há obras novas. Portanto, é isto, não existe encomenda pública neste momento. Eu peço imensa desculpa por não ser positivo, mas a última grande obra que se está a fazer é o LRT, o metro de superfície. Para concluir, encomenda pública não há, encomenda privada existe alguma, mas muito limitada.

Muito obrigada pela sua colaboração!

Entrevista, Arquiteto Francisco Vizeu Pinheiro

Quais é que foram os motivos e ambições que levaram o arquiteto a ir para Macau?

Vir para Macau foi um desafio, era a terra do meu pai, local onde nasceu, o meu avô e bisavô também tinham aqui trabalhado. Macau era uma grande incógnita, fui desafiado para vir para Macau, decidi arriscar, experimentar e gostei. Vim no princípio dos anos 1990, faltavam dez anos para a transferência. Quando cheguei, tentei alguns contactos amigos do meu pai, mas não resultou, depois disso encontrei um engenheiro que estava a criar um gabinete, o Gabinete Técnico da Câmara das Ilhas, e quando soube que eu era arquiteto e estava à procura de trabalho convidou-me para participar no projeto. No total estive menos de um mês à procura de emprego.

Qual era o tipo de trabalho que fazia no GTCI?

Era um gabinete novo, recém-formado que não tinha nenhum material de trabalho, nem mesmo um único computador. O meu chefe, que era um engenheiro, disse-me para pegar no automóvel do gabinete, que era um jipe, dar uma volta pelas ilhas, e ver o que era preciso fazer. (risos) E, portanto, foi isso que eu fiz, fui dar uma volta, identificar os espaços públicos e ver o que é que se podia melhorar. Fiz uma lista e depois comecei a fazer os projetos. Foi um período bastante intenso.

Passado um tempo saí do GTCI e fui para a educação, dei aulas no liceu numa primeira fase e de seguida fui trabalhar no serviço das edificações escolares até 1998. Nesse mesmo ano entrei para o quadro do Leal Senado, que é a Câmara Municipal de Macau, (tenho estado maioritariamente no governo) até há cinco anos, data desde a qual estou de licença sem vencimento. Saí e iniciei a minha profissão como docente na universidade a *full-time*. Muito rápido é este o meu percurso.

Claro que havia muito mais arquitetos portugueses na administração pública, era dominado por portugueses e agora são muito poucos, nas obras públicas não conheço mesmo nenhum, e na Câmara são um ou dois. Agora, para se trabalhar no governo, falar chinês é um requerimento, como condição oficial penso que pode ser chinês ou português, mas na prática, é o que se tem visto.

Como arquiteto que experienciou o handover, até que ponto esta transição influenciou a percentagem de arquitetos a exercer a profissão, a natureza da encomenda ou o tipo de obra que é entregue ao arquiteto?

Ainda há muitas obras entregues a arquitetos portugueses que estão cá há várias décadas, continuam a ter trabalho. Normalmente a natureza da encomenda divide-se entre clientes estabelecidos, o governo e um ou outro biscate, daquilo que conheço. No entanto também sei que vários arquitetos sentem dificuldades em conseguir trabalho, houve um período de queda. Sobretudo de há sete anos para cá a iniciativa de construção baixou muito e isso teve repercussões na produção arquitetónica. Isso a par com uma concorrência muito forte de novos arquitetos chineses que têm entrado no mercado.

Como é que se define a relação entre a procura de arquitetos chineses e arquitetos portugueses?

A procura recai sobre arquitetos que conheçam bem as leis de Macau porque os dados estão em chinês e

português. No entanto ainda há portugueses da velha guarda que têm as suas redes de contactos, a MPS (Macau Professional Services), por exemplo, é uma delas. Têm vários contactos inclusive dos casinos, e aqueles que se conseguiram ligar a esse ramo mantêm um bom caudal de trabalho. Muitos deles não fazem propriamente o projeto, mas sim a adaptação do projeto às leis locais. Muitas vezes o projeto é feito nos EUA ou em Hong Kong, onde têm outra capacidade, e os arquitetos locais dão uma ajuda no que diz respeito às leis de Macau, como por exemplo, segurança contra incêndios ou a aplicação das regras *Surface Area to Volume Ratio*, e muitas outras coisas que são específicas do território.

Qual o seu papel no Instituto para os assuntos Cívicos e Municipais (IACM)?

Bem, eu sempre trabalhei no Governo, mesmo na educação fazia parte do Governo, foi desde 1990 até 2013. Eu cheguei a ter um cargo próximo da chefia, um daqueles cargos que foram sendo ocupados por chineses. Ainda há alguns desses cargos que eram ocupados por Macaenses bilingue que se mantêm, mas a maioria dos portugueses foram retirados das posições de chefia e isso tem-se vindo a notar um bocado em todos os serviços.

Agora em termos de trabalho, a grande diferença que senti foi que pré-*handover* a iniciativa das propostas partia de mim e com a transição a iniciativa vinha de níveis superiores. Era uma espécie de distribuição horizontal da carga de trabalho, embora alguns projetos que tinham que ver com o Centro Histórico, pela sua relação com a cultura portuguesa, vieram para mim.

Quais foram exatamente as razões para ter deixado esse cargo?

Eu deixei duas vezes, a primeira em 1993-94, quando fui para a educação, porque começaram a ser aplicadas algumas “políticas” das quais eu discordava. Havia falta de professores de Geometria Descritiva e eu fui preencher essa vaga durante um ou 2 anos e depois passei para o serviço de educação, para a área de edificações escolares. Fizemos muitos regulamentos, normas, pareceres sobre construções dedicadas à educação, etc. Mais tarde, quando abriu o concurso para o quadro do Leal Senado, concorri e ganhei, isso em 1998 onde fiquei até 2013.

A herança cultural de Macau tem sido preservada ao longo dos anos?

Pela minha perspetiva e experiência pessoal, alguns projetos antes do *handover* eram vistos como uma iniciativa colonial, lembro-me que em alguns jornais começavam a aparecer críticas de usar a calçada portuguesa, uma coisa importada, como uma forma de colonialismo, de desviar o dinheiro público. Essa polémica foi imediatamente antes da transferência, e havia personagens que eram fortemente contra este tipo de intervenções.

Depois da transferência houve uma mudança. Este património, que era dos portugueses que governavam, mas que também é o património da cidade. Foi feita uma campanha intensa na UNESCO, por macaenses claro, para colocar Macau no mapa do património mundial, que se conseguiu efetivamente em 2005.

Eu pessoalmente fiz mais projetos durante o período de administração chinês do que no português, isto porque os dirigentes que estavam no IACM (Instituto para Assuntos Cívicos e Municipais), sucessor do

Leal Senado, tinham essa ideia que Macau, para se manter diferente das cidades vizinhas, tinha que manter a tradição portuguesa, sobretudo em espaços públicos, usar a calçada típica, os candeeiros clássicos, etc. Portanto, nesse aspeto, não me posso queixar, os dirigentes tinham essa noção clara da necessidade de manter a tradição e fez-se muita coisa.

Que tipo de iniciativas têm feito para preservar o património local?

O que está a acontecer, não tanto a nível de espaços públicos, mas sobretudo de edifícios, quando a sua origem é portuguesa ou ocidental só se mantém a fachada e o interior é renovado. Pelo contrário, quando é um edifício com valor histórico chinês mantém-se na sua totalidade. Isso deve-se, em grande parte, ao facto das pessoas que estão encarregados da preservação do património edificado, que é o Instituto Cultural de Macau, serem maioritariamente chineses e praticamente não haver portugueses. Na conceção e nas decisões da política a adotar regem-se pela ideia da carta de Atenas, que quando não se sabe faz-se novo ou pelo uso adaptativo do edifício, mas na realidade, depois pratica-se o “fachadismo”, mantém-se apenas a fachada e destrói-se a memória e esse é o maior perigo que existe agora em Macau.

O arquiteto Francisco leciona diversas disciplinas sobre o património da cidade. Porque é que este tema tem que ser valorizado no ensino?

Não se pode construir o futuro se não se considerar o passado. Eu gosto de comparar o património com o ADN, um código de transmissão de valores, o que em inglês nos referimos a *patterns*, coisas que são características de uma cultura. E se os alunos e arquitetos não têm isso interiorizado estão a contruir sobre o vazio, ou a fazer aquilo que se vê em Macau, o tal “fachadismo”, criam-se novas narrativas que nada têm a ver com as pré-existências ou a tradição. Por isso acho extremamente importante conhecer o passado, quer seja ocidental ou chinês.

Houve alguma mudança com o ensino?

Não, pela simples razão de que a única universidade com o curso de arquitetura é a USJ (Universidade de São José) e começou há cerca de seis ou sete anos, portanto alguns dos alunos iniciais não os apanhei. Para já, eu mantenho a minha política, mas sei que há outros professores que têm visões diferentes, são mais modernistas, mais preocupados com o estilo, a criatividade e a afirmação de uma assinatura pessoal do que propriamente de manter tradições da arquitetura. Em suma, depende, mais do que do *syllabus*, dos valores pessoais de cada arquiteto. Há arquitetos que querem “brilhar” à custa do património.

Qual é a posição dos arquitetos nas problemáticas que emergem na cidade, como é o caso do metro de superfície?

Esse é um processo muito complexo e misterioso em muitos aspetos. Já lá vão vários anos, penso que desde 2003, era para ser metro subterrâneo e depois alterou para metro de superfície. Os modelos são todos importados de empresas estrangeiras e a única coisa que os arquitetos locais fazem são os “caixotes” das estações, e mesmo esses projetos estão muito limitados por dimensões, volumetrias, acessos, etc. Na minha opinião, é mais a criação de uma *skin*, a composição da pele dessa “caixa”, do que propriamente algo que venha a ser uma obra marcante para a cidade. O que é facto é que o metro ligeiro foi feito “em

cima do joelho”, não havia profissionais que acompanhassem o projeto e foi sempre sendo adiado, os gastos remontaram a valores enormes. Quando em assembleia legislativa se perguntou: “Quanto é que custa? Quando é que vai acabar?”, disseram simplesmente que não sabiam! (risos) Portanto, uma resposta incrível para quem está a acompanhar.

A última novidade, fazer o metro ligeiro na Península de Macau, é muito difícil ou mesmo impossível. Portanto, o metro ligeiro será construído na ilha de Taipa e tem ligação a Macau pela ponte, mas depois a solução em Macau está “em águas de bacalhau”, fala-se de um *monorail*. Macau não tem dimensão ou experiência para estes projetos e, portanto, arrastou-se e teve estes problemas todos de indefinições. A população de Macau (Península) que vivia em locais onde era suposto o metro passar opuseram-se, porque Macau, sendo uma cidade muito pequena não consegue conviver com uma estrutura tão gigantesca, que está, ainda por cima, “à flor da pele”, tem um impacto muito forte. Portanto, estamos simplesmente à espera para ver o que vai sair daqui!

É engraçado ver como é que algumas coisas em Macau se constroem do dia para a noite e outras se arrastam por tanto tempo...

Não é só o metro ligeiro, também o hospital está para ser feito há vários anos, não há pressas! Se fosse um casino já estaria feito. Em parte, isto acontece porque há muitos interesses, por exemplo os hospitais privados são um *lobby*, como vários outros, e em Macau tem-se muito cuidado em não afetar os interesses das oligarquias, como também penso que aconteça em Hong Kong. Mas claro, com a riqueza de Macau, podia-se fazer muito mais do que aquilo que se faz!

Muito obrigada pela sua colaboração!

Entrevista, Arquiteto Tiago Quadros

Quais é que foram os motivos e ambições que levaram o arquiteto a ir para Macau em 2007?

No essencial foram motivos de ordem pessoal. Um ano antes, em 2006, tinha visitado Macau pela primeira vez. E foi no decurso dessa viagem que conheci aquela que viria a ser a minha mulher. Com quem acabaria por fundar família e ter três filhos. Naturalmente, as questões profissionais e de trabalho seguiram-se. De qualquer modo, a par da vida e do trabalho, o que me agradou mais em Macau foi a sua luz, a atmosfera de hibrididade cultural e a estrutura urbana da cidade.

Qual a sua atividade profissional nos primeiros anos no *CC Office*? (tipos de projetos, a natureza da encomenda, o método de trabalho, etc.)

Quando cheguei ao atelier do arquiteto Carlos Macedo e Couto encontrei uma equipa jovem e muito motivada. Apesar do contexto ser totalmente diferente, pude perceber que a prática, os processos e as etapas de trabalho eram semelhantes às de um atelier em Portugal. Aquilo que me impressionou mais foi a dimensão dos projetos em curso e as suas diversas localizações geográficas. Sempre dentro da esfera do privado, podíamos estar a desenvolver planos, planos de expansão, planos urbanos, bem como renovações de edifícios destinados à indústria do Turismo e do Jogo. Apesar da maioria dos projetos acontecerem em Macau, o âmbito do atelier era claramente internacional com trabalho a decorrer na China, Rússia, Taiwan e Portugal. Anos mais tarde o atelier começou a envolver-se com o sector público, nomeadamente por via de concursos públicos.

No *CC Office* colaborei em projetos como o Fisherman's Wharf (Macau, China) e Pavilhão de Portugal na Exposição Universal de Xangai (Xangai, China). Os projetos aqui descritos são de pequena e média dimensão. A minha colaboração foi ao nível de um project manager: trabalhando desde o estudo prévio, coordenando especialidades, desenvolvendo o projeto de execução e posteriormente acompanhamento de obra. Em todos estes projetos o nosso envolvimento decorria em partes iguais, fosse na arquitetura ou no desenho de interiores. Por outro lado, no *CC Office* toda a produção de desenhos e materiais como maquetas foi realizada por mim e pelos meus colegas. No *CC Office* não havia recurso a desenhadores e o recurso a imagens 3D era ainda reduzido e, sempre que necessário, realizado fora do escritório.

Como é que fez a transição para o atelier *Steelman Partners*, um atelier de grande escala com projeção internacional? Que intervenções teve o arquiteto nos projetos feitos em Macau? (tipos de projetos, a natureza da encomenda, o método de trabalho, etc.)

Num contexto como o de Macau, diria que essa transição aconteceu de forma natural. A dimensão da encomenda em Macau está maioritariamente centrada na indústria do Jogo e com a exceção de alguns ateliers de pequena dimensão, todas as estruturas de média e grande dimensão trabalham direta ou indiretamente para os casinos. Seja na elaboração de planos, estudos prévios, projetos de execução, fiscalização ou renovação de interiores. Nesse sentido, quase todos os arquitetos a trabalharem em Macau, estão envolvidos com a indústria do Jogo. Trabalho na *Steelman Partners* há cerca de cinco anos e o

meu desempenho profissional está essencialmente ligado ao Jogo e ao Turismo, seja em Macau como no Vietname, Camboja, Filipinas ou Rússia. O processo de trabalho é muito diferente daquele a que estamos habituados, nomeadamente em Portugal. A título de exemplo, na Ásia o cliente não está familiarizado com o desenho enquanto ferramenta de processo de trabalho. Nesse sentido, todo o diálogo entre as equipas de consultores e o cliente é realizada com o apoio de imagens 3D. E é precisamente com recurso a esse suporte que todo o discurso é montado e apresentado às diversas partes envolvidas. Por outro lado, na Ásia o cliente não é tão sensível ao diálogo e à negociação como acontece por exemplo na Europa.

No *Steelman Partners* colaborei em projetos como as Fases 1 e 2 do Casino e Hotel Galaxy (Macau, China), Casino e Hotel Naga World (Phnom Penh, Camboja) e o Casino e Hotel Imperial Pacific (Saipan, Estados Unidos da América). Os projetos aqui descritos são de grande dimensão. A título de exemplo, refira-se a Fase 1 do Casino e Hotel Galaxy, inaugurada em 2011, com uma área construída de 550.000 m² com cerca de 2200 quartos de hotel. A minha colaboração foi ao nível de um *project manager*: coordenando especialidades, coordenando o desenvolvimento dos diversos projetos de execução e posteriormente acompanhamento de obra. Com a *Steelman Partners*, nestes projetos, o nosso envolvimento aconteceu quase exclusivamente no desenho de interiores. Por outro lado, na *Steelman Partners*, toda a produção de desenhos e outros materiais é realizada por uma equipa de produção e supervisionada por mim e pelos meus colegas. Na *Steelman Partners* o recurso a imagens 3D é fundamental e parte integrante do processo de trabalho e, ao mesmo tempo, de negociação com o cliente.

Qual o papel da BABEL perante a arquitetura? Que tipo de iniciativas promove?

A Babel é uma organização cultural sem fins lucrativos, cuja missão é gerar oportunidades de aprendizagem nos campos da arte contemporânea, arquitetura e ambiente. Fundada em 2013, está baseada em Macau e tem trabalhado com arquitetos, artistas e curadores de várias cidades da China e de Portugal, na investigação e produção de conhecimento. Mais concretamente no âmbito da arquitetura a Babel tem desenvolvido projetos editoriais sobre Macau e as regiões vizinhas. Em 2015 a Babel realizou o *Macau Architecture Promenade* (MAP). O MAP contou com a participação de arquitetos, curadores e artistas que, em diálogo com o público, procuraram abordar uma questão muito simples: qual o papel da arquitetura e da arte na construção de melhores cidades, maior qualidade de vida e futuros mais sustentáveis? E ainda, quão público é o espaço público? Estas questões são muito importantes num território como Macau. Do meu ponto de vista, o espaço público é, em Macau, o tema mais importante e sobre o qual é necessário estimular debate e reflexão.

Qual a receptividade por parte do público em Macau dos eventos culturais ligados ao pensamento da arquitetura e da cidade?

Segundo Walter Benjamin todas as gerações tendem a imaginar o seu futuro e, ao fazê-lo, não podem deixar de visitar o seu passado. Não existe um simples «agora» porque o presente é sempre uma combinação de momentos diferentes. Isto é particularmente verdade quando pensamos na China hoje. Uma participação mais forte no processo de urbanização de Macau é algo de desejável. E é também por isso que a Babel se bate. Acho que Hong Kong e sobretudo Taiwan levam provavelmente algum avanço. Hong Kong

tem um conjunto de ONG ativas como a *Civil Exchange* ou a *Designing Hong Kong*. A *Designing Hong Kong* organizou um fórum público em que diferentes partes interessadas e o público em geral tiveram a possibilidade de discutir livremente e procurar soluções. Todos os contributos foram então divulgados permanentemente no YouTube. Isto cria uma memória dos diferentes pontos de vista durante o debate. A nossa experiência diz-nos que este tipo de iniciativas é relativamente difícil em Macau porque é difícil conseguir que um representante do governo participe nestes fóruns públicos.

Como arquiteto que experienciou apenas o pós-handover, como é que vê a oportunidade de trabalho relativamente a arquitetos da geração pré-handover e, também, em comparação aos arquitetos chineses?

Os europeus ou os americanos, o Ocidente em geral, veem a China quase como equivalente ao futuro ou à oportunidade e, provavelmente, é esse o caso de muitos arquitetos chineses hoje. É mais ou menos um facto aceite que se trata de um local de experimentação para os arquitetos ocidentais. Quando aqui chegam, têm a possibilidade de fazer coisas que não são autorizados a fazer nos seus países. Claro que para muitos arquitetos cuja educação se baseou na construção de utopias, a começar por Le Corbusier, a China é um sítio esplêndido e fantástico. No que diz respeito às gerações mais novas diria que a dimensão física de Macau acaba por ter um grande impacto nas próprias expectativas de trabalho. O mercado está asfixiado pela indústria do Jogo e, por isso, não há muitas alternativas. A par do meu trabalho na *Steelman Partners* também dou aulas no curso de arquitetura da Universidade de São José. E aquilo que digo sempre aos meus alunos é que procurem experiências profissionais fora de Macau antes de se fixarem de novo no território. É fundamental fazerem isso até mesmo para depois voltarem com um olhar mais crítico e educado sobre as questões da cidade contemporânea.

Qual é a participação/posição dos arquitetos da nova geração nas problemáticas que emergem na cidade, como é o caso do metro de superfície?

Nos últimos anos o governo instituiu as consultas públicas. E de facto a população tem sido ouvida sobre o Metro e outros projetos de maior ou menor escala. Como dizia antes, uma participação mais forte no processo de urbanização de Macau é algo de desejável. Defendo que as pessoas devam ter a possibilidade de “fazer” a sua própria cidade, desde que integradas num espectro abrangente onde participem também técnicos independentes. Concretamente em relação ao projeto do Metro para Macau, a população fez-se ouvir no contexto das chamadas consultas públicas e daí resultou que o traçado para a península de Macau foi revisto. Veremos com que benefícios.

Muito obrigada pela sua colaboração!